



# Diário da Justiça

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO TOCANTINS

SEÇÃO I

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CRIADO PELO ATO 02/89 DE 17/01/1989 – ANO XXII – DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 2579 – PALMAS, TERÇA -FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 2011 (DISPONIBILIZAÇÃO)

|  |    |
|--|----|
| CONSELHO DA MAGISTRATURA .....                               | 1  |
| CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA .....                          | 1  |
| COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO ..... | 4  |
| DIRETORIA GERAL.....   | 4  |
| DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS.....             | 5  |
| 2ª CÂMARA CÍVEL .....  | 5  |
| 1ª CÂMARA CRIMINAL.....                                      | 12 |
| 2ª CÂMARA CRIMINAL.....                                      | 14 |
| DIVISÃO DE CONFERÊNCIA E CONTADORIA JUDICIAL.....            | 16 |
| DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO .....                                | 17 |
| 1º GRAU DE JURISDIÇÃO.....                                   | 18 |
| ASTJ.....  | 45 |
| PUBLICAÇÕES PARTICULARES .....                               | 45 |

## CONSELHO DA MAGISTRATURA

SECRETÁRIA: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR

### Acórdãos

**01) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40036/10 (10/00815517)**

REQUERENTE : FÁBIO COSTA GONZAGA  
REQUERIDO : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ASSUNTO :REQUER REPUBLICAÇÃO DE EDITAIS DE PROMOÇÃO E REABERTURA DOS PRAZOS DE INSCRIÇÃO  
RELATORA : Desembargadora Willamara Leila

**EMENTA:** MAGISTRATURA – MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA – PROMOÇÃO E REMOÇÃO – CRITÉRIOS DE ANTIGUIDADE E MERECIMENTO – ALTERNÂNCIA EM CADA UMA DAS ENTRÂNCIAS – PEDIDO INDEFERIDO À UNANIMIDADE. I – A promoção se dá de uma Entrância de menor para uma de maior graduação, e a remoção entre comarcas de uma mesma Entrância, sendo certo que a movimentação na carreira deve obedecer à alternância entre os critérios de antiguidade e merecimento. II – A alternância para fins de promoção é de ser aplicada em cada uma das Entrâncias, eis que a aplicação de tal critério limitada à própria Vara ou Comarca gera o risco de que não haja, durante longo período de tempo, promoções por antiguidade ou merecimento numa mesma Entrância, posto que algumas ou várias Comarcas poderiam exigir provimento apenas por uma das duas modalidades em detrimento da outra, o que conflita com os propósitos constitucionais. Pedido indeferido. Unanimidade.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Procedimento Administrativo nº 40036/10, em que figura como Requerente o magistrado FÁBIO COSTA GONZAGA e como Requerida a PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Sob a Presidência da Desembargadora WILLAMARA LEILA, o Conselho da Magistratura, POR UNANIMIDADE de votos, indeferiu o pedido. Votaram com a PRESIDENTE os Desembargadores CARLOS SOUZA, LUIZ GADOTTI, JACQUELINE ADORNO e BERNARDINO LIMA LUZ. Acórdão, 17 de junho de 2010.

**02) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40115 (10/0081555-0)**

REQUERENTE : DR. JEFFERSON DAVID ASEVEDO RAMOS - JUIZ DE DIREITO  
REQUERIDO : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ASSUNTO : DIREITO ADMINISTRATIVO – MAGISTRATURA – PROMOÇÃO  
RELATORA : Desembargadora Willamara Leila

**EMENTA:** MAGISTRATURA – INSTALAÇÃO DE NOVA UNIDADE JURISDICIONAL – PROVIMENTO INICIAL – PRECEDÊNCIA DA REMOÇÃO – INTELIGÊNCIA DO ART. 81, DA LOMAN – PEDIDO INDEFERIDO À UNANIMIDADE. I - A Constituição Federal, em seu art. 93, determina que o ingresso na carreira da Magistratura ocorra no cargo inicial de juiz substituto, e que a promoção se dê de entrância para entrância. II - A titularização do Magistrado, que é tida como sua primeira promoção, se dá com o surgimento de vaga em comarca de 1ª entrância, cabendo ressaltar que os vencimentos dos magistrados crescem de acordo com a entrância em que estejam enquadrados. III - Resulta daí que somente o juiz titularizado está apto a postular remoção para comarca de 2ª entrância, de modo que juiz substituto não preenche os requisitos a tanto necessários. Pedido julgado improcedente. Unanimidade.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Procedimento Administrativo nº 40115/10, em que figura como Requerente o magistrado JEFFERSON DAVID ASEVEDO RAMOS e como Requerida a PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Sob a Presidência da Desembargadora WILLAMARA LEILA, o Conselho da Magistratura, POR UNANIMIDADE de votos, indeferiu o pedido. Votaram com a PRESIDENTE os Desembargadores CARLOS SOUZA, LUIZ GADOTTI, JACQUELINE ADORNO e BERNARDINO LIMA LUZ. Acórdão, 17 de junho de 2010. SECRETARIA DO

CONSELHO DA MAGISTRATURA do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 28 dias do mês de janeiro de 2011.

## CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

### Errata

#### ERRATA

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, resolve retificar parte do Provimento nº 002/2011/CGJUS/TO, publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2577, circulado em 28 de janeiro de 2011, para alterar o Capítulo7 – OFÍCIO CRIMINAL , da Seção 1 até a Seção 17, que passam a vigor como segue:

#### “Capítulo 7 OFÍCIO CRIMINAL

Aplicar-se-á no Ofício Criminal o Manual Prático de Rotinas da Varas Criminais e de Execução Penal, editado pelo Conselho Conselho Nacional de Justiça e, subsidiária e supletivamente, as regras dispostas neste Provimento.

#### Seção 1 Livros Obrigatórios

7.1.1 - Cada escrivania criminal terá, obrigatoriamente, os seguintes livros:

- I - Protocolo Geral;
- II - Registro de Apreensões de Armas;
- III - Registro de Depósito de Fiança;
- IV - Registro de Sentenças;
- V - Rol dos Culpados;
- VI - Registro de Suspensão Condicional da Pena (LEP 163);
- VII - Registro de Suspensão do Processo;
- VIII - Conclusão para o Juiz;
- IX - Carga de Autos - Promotor de Justiça;
- X - Carga de Autos - Advogado;
- XI - Carga de Autos - Contador;
- XII - Carga de Inquéritos e Procedimentos Investigatórios para a Autoridade Policial;
- XIII - Carga de Mandados - Oficiais de Justiça;
- XIV - Alistamento de Jurados;
- XV - Registro de Atas das Sessões do Júri;
- XVI - Registro de Procedimentos Diversos (habeas corpus, liberdade provisória, dentre outros);
- XVII - De Visita e Correições.

7.1.1.1 - As escrivanias criminais terão, ainda, os seguintes classificadores:

- I - para atos normativos e decisões da Corregedoria-Geral da Justiça;
- II - para atos normativos e decisões da Diretoria do Fórum;
- III - para cópia de ofícios expedidos;
- IV - para ofícios recebidos.

7.1.2 - Nas Varas Especializadas serão utilizados apenas os livros de sua competência.

7.1.3 - Os livros de Registro de Sentenças, Alistamento de Jurados e de Registro de Atas das Sessões do Júri, dentre outros, poderão ser organizados por sistema de folhas soltas, desde que compatível, e até sua encadernação serão guardadas em colecionadores próprios e distintos.

7.1.4 - Também serão registradas no livro de Registro de Sentenças as decisões que extinguirem a punibilidade, julgarem incidentes e determinarem o arquivamento de inquérito policial.

#### Seção 2 Procedimentos Inquisitoriais

7.2.1 - Como regra, a tramitação do inquérito policial dar-se-á diretamente entre o órgão da Polícia e o Ministério Público nas prorrogações de prazo de in-vestigação. Excetuam-se as situações em que haja necessidade de se adotar medida constritiva e/ou acautelatória, ou restrição a algum direito fundamental do inves-tigado. Nestes casos,

haverá distribuição do inquérito e fixação do juízo natural para apreciação de tais medidas excepcionais.

7.2.1.1 - O inquérito policial, em caso de réu preso, se o representante do Ministério Público requerer diligência ou deixar transcorrer o prazo do artigo 46 do CPP, sem nenhuma manifestação, deverá ser imediatamente concluso.

7.2.2 - O artigo e a lei em que está incurso o réu, segundo a denúncia, constarão na capa do processo.

7.2.3 - Após a autuação da denúncia, o inquérito policial será apensado aos autos da ação penal.

7.2.4 - Para melhor identificação visual de situações processuais, serão coladas, no dorso dos autos, tarjas coloridas, com os seguintes significados:

Cor vermelha, para identificação de réu preso.  
Cor azul, de procedimento de acordo com a Lei nº 9.099/95  
Cor verde, para os demais processos em andamento.  
Duas tarjas vermelhas, processos onde vítimas ou testemunhas postulam o sigilo de seus endereços.  
Duas tarjas pretas, processo que não pode ser retirado do Cartório ou que corre em sigilo.  
Cor amarela, réu menor de 21 anos de idade.

7.2.4.1 - Se o indiciado estiver preso, a escrivania marcará a capa do processo, de forma precisa e destacada, com a expressão: RÉU PRESO, podendo usar carimbo.

7.2.5 - Estão sujeitas à distribuição as peças informativas e demais procedimentos necessários à instauração de processo-crime. Nas comarcas de primeira entrância ou juízo único, será apenas efetuado o registro no distribuidor.

7.2.5.1 - As pessoas envolvidas nos fatos referidos nas peças informativas, para fins de certidão, serão reputadas interessadas e, nessa condição, mencionadas.

7.2.5.2 - Serão anotados, no livro próprio, as armas e objetos apreendidos, devendo ser certificados nos autos do inquérito os recebimentos desses bens, que serão guardados em local seguro durante o andamento do feito.

7.2.6 - Decorrido o prazo para conclusão do inquérito ou para a realização de diligência pela autoridade policial, assim como para a manifestação do representante do Ministério Público ou do interessado, inclusive em procedimentos investigatórios, o Escrivão, imediatamente, providenciará mandado ou ofício de cobrança dos autos, que deve ser assinado pelo Juiz, no qual fixar-se-á prazo exíguo para devolução.

7.2.7 - O representante do Ministério Público será cientificado da decisão que determinar o arquivamento dos autos de inquérito, bem como será comunicado o Instituto de Identificação Estadual.

7.2.8 - A remessa do inquérito ao Procurador-Geral, em caso de discordância do pedido de arquivamento, será anotada no livro de Registro de Inquéritos e Procedimentos Investigatórios, dando-se ciência ao representante do Ministério Público.

7.2.9 - Do inquérito, no caso de pedido de prisão ou se estiver preso o indiciado ou se for declinada a competência do juízo ou se tiver sido oferecida denúncia ou queixa-crime, constará informação dos seus antecedentes, firmada pelo distribuidor e, se for o caso, pelo Escrivão da vara e demais Escrivães da comarca.

**Seção 3**  
**Cartas Precatórias**

7.3.1 - O Juiz, no despacho inicial, para distribuição de carta precatória criminal que tem por objeto a citação ou a intimação do imputado, deverá determinar que o cartório distribuidor informe os antecedentes penais daquele, independentemente de solicitação do juízo deprecante.

7.3.2 - A carta citatória será instruída com cópia da denúncia ou queixa-crime. Se for objeto o interrogatório, além da denúncia ou queixa-crime, é imprescindível que seja instruída com a cópia do interrogatório policial. Se o objeto for inquirição de testemunhas, deverá, ainda, ser instruída com cópia da defesa prévia, se houver, e do depoimento policial.

7.3.2.1 - Havendo mais de um réu, sendo as defesas conflitantes, será instruída também com cópia do interrogatório de todos, com a advertência da necessidade de nomeação de defensores distintos.

7.3.2.2 – Na carta precatória destinada à inquirição de testemunhas, deverá constar o prazo para cumprimento e devolução, quem as arrolou, se acusação ou defesa, e, havendo mais de um réu, qual deles.

7.3.2.2.1 - Tratando-se de réu preso, observar-se-ão os prazos máximos de 10 (dez) dias, para comarcas contíguas, ou próximas, de 20 (vinte) dias, para outras comarcas do Estado ou de Estados próximos, e de 30 (trinta) dias, para as dos demais Estados, com as variações pertinentes.

7.3.2.2.2 - Em caso de réu solto, os prazos referidos no item anterior poderão ser duplicados.

7.3.3 - As partes deverão ser intimadas da expedição de carta precatória, para a inquirição de testemunhas.

7.3.4 - O processo prosseguirá independentemente da oportuna devolução da carta precatória.

7.3.5 - A data da juntada da carta precatória deverá ser certificada nos autos, juntando-se ao feito apenas as peças necessárias, como a certidão da citação ou intimação e o termo de interrogatório ou inquirição, arquivando em pasta própria as demais peças.

7.3.6 - Devolvida depois das alegações finais, se cumprido o ato deprecado, dar-se-á vista às partes.

7.3.7 - É proibida a entrega de cartas precatórias criminais diretamente aos defensores constituídos, devendo a devolução ser feita à comarca de origem, através dos meios oficiais.

**Seção 4**  
**Autuação**

7.4.1 - Ao receber a denúncia ou a queixa-crime, o Juiz determinará:

I - a citação do réu ou do querelado;  
II - a comunicação do recebimento da denúncia ou da queixa-crime ao distribuidor criminal, ao Instituto de Identificação e, quando for o caso, a delegacia de polícia de origem do inquérito.

7.4.1.1 - Havendo pedido de liberdade provisória ou de revogação de prisão preventiva e se o Juiz entender que deva antes ouvir o réu, fará a imediata requisição dele, para o interrogatório.

7.4.1.2 - Serão desapensados e arquivados os autos de recurso em sentido estrito, arbitramento de fiança, liberdade provisória, restituições, dentre outros já julgados, certificando-se o fato nos autos principais e trasladando-se para eles a decisão proferida nos autos incidentais.

**Seção 5**  
**Citação**

7.5.1 - Ao mandado de citação acompanhará cópia da denúncia ou da queixa-crime e constarão os requisitos do artigo 352 do CPP, devendo o Escrivão indicar telefones e pontos de referências para facilitar a localização do endereço residencial ou comercial do réu.

7.5.2 - A citação e/ou intimação pessoal do militar em atividade serão feitas mediante requisição ao chefe do respectivo serviço.

7.5.2.1 - O integrante da Polícia Militar do Estado será requisitado, mediante ofício, ao seu Comandante, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, salvo nos casos de réu preso.

7.5.3 - O dia designado para comparecimento em juízo de funcionário público em atividade, na condição de acusado, será notificado a ele e ao chefe de sua repartição.

7.5.3.1 - Quando o réu for policial civil, o superior a ser notificado será o Delegado Geral de Polícia, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, exceto no caso de réu preso.

7.5.4 - Esgotados os meios disponíveis para a localização do acusado, o que deverá ser certificado com clareza pelo Oficial de Justiça, será ele citado por edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Antes de expedir o edital, a serventia deverá oficiar ao órgão responsável pelos estabelecimentos penitenciários do Estado para confirmar eventual prisão do acusado.

7.5.4.1 - Deverá ser certificada nos autos a afixação e juntada a página do jornal, onde houve a publicação ou certidão contendo todos os dados.

7.5.4.2 - Além dos requisitos do artigo 365, do CPP, deverão constar do edital extrato da denúncia ou queixa e a menção dos dispositivos de lei atinentes à imputação.

**Seção 6**  
**Interrogatório**

7.6.1 - No interrogatório, depois de expressamente esclarecido sobre o seu direito de permanecer calado, o réu será indagado sobre os fatos, sua situação econômica, sua renda e sobre os encargos financeiros e familiares.

7.6.2 - Deve estar comprovada nos autos, por cópia de documento idôneo, a menoridade do acusado. No caso de o acusado não possuir documento de identidade, deverá ser requisitada cópia do ato ao Cartório onde tenha sido lavrado seu assento de nascimento, ao Instituto de Identificação ou órgão equivalente do respectivo Estado, declinando-se todas as informações disponíveis.

7.6.3 - No caso do réu não falar português, ser surdo-mudo ou surdo que não saiba ler e escrever, o interrogatório será levado a efeito por intérprete, não podendo a escolha recair no defensor do interrogando.

**Seção 7**  
**Intimação**

7.7.1 - Será sempre pessoal a intimação do representante do Ministério Público e do Defensor Público ou nomeado, sendo as demais publicadas no Diário da Justiça.

7.7.2 - Os mandados de intimação poderão ser assinados pelo Escrivão, desde que nele mencione a autorização concedida por este provimento, no inciso I do item 2.6.22.

7.7.3 - A parte, independentemente de determinação judicial, deverá ser intimada para falar sobre a testemunha não encontrada e que por ela tenha sido arrolada. Com a manifestação, a escrivania providenciará a imediata intimação da testemunha, independentemente de determinação judicial.

7.7.4 - A fim de que as partes fiquem desde logo intimadas, o Juiz, sempre que possível, despachará na própria audiência.

**Seção 8**  
**Requisição de Pessoas Presas**

7.8.1 - As requisições de réus, testemunhas ou de informantes deverão ser feitas aos diretores de estabelecimentos penais ou aos delegados de polícia, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, contados da data indicada para a realização do ato processual.

7.8.1.1 - A requisição será feita individualmente, oportunidade em que se esclarecerá a respeito da imputação, na hipótese de ser o acusado aquele que deverá participar dos atos antes mencionados.

7.8.2 - Se houver decisão judicial indicando a periculosidade do preso, esta deverá constar expressamente da requisição.

7.8.3 - Ao determinar a requisição do preso, percebendo o Juiz a necessidade de se ultrapassar o limite temporal mínimo previsto, deve efetuar comunicação com a presteza necessária, para se evitar o adiamento do ato, sob o argumento da falta de tempo para sua realização.

7.8.3.1 - O fac-símile poderá ser usado para tanto, não sendo exigível que na comunicação constem os motivos judiciais para a excepcionalidade.

Seção 9  
Atos do Juiz

7.9.1 - Serão sempre assinados pelo Juiz:

- I - os mandados de prisão;
- II - os contramandados;
- III - os alvarás de soltura;
- IV - os salvo-condutos;
- V - as requisições de réu preso;
- VI - as guias de recolhimento, de internação ou de tratamento;
- VII - os ofícios e alvarás para levantamento de depósito;
- VIII - ofícios dirigidos a Magistrados e demais autoridades constituídas.

7.9.2 - A inquirição de testemunhas e o interrogatório do acusado devem ser inteiramente realizados pelo Juiz, não podendo ser lido simplesmente o termo do inquérito policial ou o que tiver sido anulado.

Seção 10  
Defesa

7.10.1 - Quando a atuação do Defensor constituído for negligente, omissa ou defeituosa, o acusado deverá ser intimado dessa circunstância, bem assim para constituir novo defensor. Não o fazendo no prazo assinalado, ser-lhe-á nomeado um Defensor.

7.10.2 - O réu deve ser notificado da renúncia do mandato do advogado constituído, a fim de que possa contratar outro. Não o fazendo no prazo assinalado, ser-lhe-á nomeado um Defensor.

Seção 11  
Instrução Processual

7.11.1 - As audiências, a fim de se evitar acúmulo de serviço ou a superação de prazos processuais, poderão ser realizadas a partir das 8(oito) horas, observado o artigo 797 do CPP.

7.11.2 - Na organização da pauta de audiências, reservar-se-á um período para os processos de réu preso, sendo aconselhável que, quando possível, não sejam marcadas audiências no período matutino, reservando-o para sentenciar e despachar.

7.11.3 - Em audiência será dada oportunidade à parte para, desde logo se pronunciar a respeito de testemunha por ela arrolada e não encontrada. Insistindo na inquirição ou requerendo a substituição, deve-se marcar, imediatamente, nova data para a inquirição, intimando-se os presentes, devendo ser apresentado, se for o caso, o novo endereço.

7.11.3.1 - Na designação de datas para audiências, deve-se priorizar os processos cuja prescrição esteja próxima.

7.11.3.2 - Salvo inconveniência do caso concreto, a ser aferida pelo Juiz, o réu deve permanecer ao lado de seu Defensor na tribuna de defesa, nas audiências e sessões do Tribunal do Júri.

7.11.4 - Em qualquer fase do processo, toda vez que documento relevante for juntado aos autos, inclusive carta precatória, as partes devem ser intimadas para se pronunciarem a respeito.

7.11.5 - Se forem requeridos apenas os antecedentes do réu, o Escrivão os certificará ou os solicitará independentemente de determinação judicial.

7.11.5.1 - Nas solicitações de antecedentes às Varas de Execução Penal, deve-se anotar, em destaque, os casos de réu preso e em fase de alegações finais. Havendo demora no atendimento, a Corregedoria-Geral da Justiça deverá ser comunicada para as providências devidas.

7.11.5.2 - Além das cautelas necessárias, na requisição de antecedentes criminais a outros Estados, o Juiz deve solicitar à Vara das Execuções Penais da Capital informações sobre os antecedentes ali registrados.

7.11.6 - Se com as alegações finais da defesa forem juntados documentos, dar-se-á vista dos autos ao Ministério Público, independentemente de pronunciamento judicial.

Seção 12  
Movimentação dos Processos

7.12.1 - O Escrivão, independentemente de despacho judicial, fará a juntada das petições, das certidões, das folhas de antecedentes e das precatórias devolvidas, entregues em Cartório.

7.12.2 - O Escrivão, também independentemente de despacho judicial, providenciará a remessa dos autos ao Ministério Público, para que se manifeste sobre documentos juntados pela defesa, no prazo do artigo 500 do CPP.

7.12.3 - Efetivada a juntada de qualquer petição, os autos serão, de imediato, levados à conclusão, se houver necessidade de apreciação ou de providências judiciais, pedido de relaxamento de prisão preventiva, de concessão de suspensão condicional da pena, de desentranhamento de qualquer documento, de requerimento de vista dos autos fora do Cartório, assim como serão conclusas as petições de cobrança de autos retirados anteriormente e que se encontram em poder das partes por prazo superior ao fixado.

7.12.4 - Quando a decisão a respeito de qualquer dessas medidas estiver na dependência de manifestação do Ministério Público, abrir-se-á vista dos autos ao representante daquele órgão, zelando-se pelo cumprimento de prazo, de forma que, decorrido este com a indispensável cota, o processo deverá ser encaminhado diretamente ao Juiz. Caso contrário, o fato deverá ser comunicado ao Juiz para as providências cabíveis.

7.12.5 - Cumpridas as diligências previstas no art. 402 do CPP e decorrido o prazo de 05 dias, em relação aos réus soltos e de três dias, em relação aos presos, se outros não forem fixados para cumprimento dessas diligências, o Escrivão, sem despacho judicial, abrirá vista às partes, para os fins do artigo 404, parágrafo único, do CPP.

7.12.6 - Periodicamente o Escrivão deve revisar os processos, para verificar se há diligência pendente de cumprimento, fazendo-os conclusos se o impulso depender de despacho do Juiz.

7.12.7 - Salvo se a lei permitir ou o Juiz motivadamente o determinar, nenhum processo, sob pena de responsabilidade do Escrivão, poderá ficar sem movimentação em Cartório.

7.12.8 - O Juiz deve instaurar o procedimento administrativo cabível, se o injustificado atraso processual ocorreu por negligência do servidor.

Seção 13  
Sentenças

7.13.1 - O Juiz deve evitar a prática de considerar parte integrante de sua sentença o pronunciamento do MP ou o conteúdo de outra peça processual, salvo se o transcrever.

7.13.2 - A fixação do regime inicial de cumprimento da pena é obrigatória, mesmo que o Juiz, desde logo, decida substituir a pena aplicada por restritiva de direito, não sendo recomendado especificar o estabelecimento penal do Estado onde deverá ser executada a pena.

7.13.3 - Havendo condenação criminal de profissional portador de diploma de nível superior, a sentença deve conter disposição expressa de que, transitada em julgado, seja feita comunicação ao respectivo órgão de classe (OAB, CRM, CREA, CRC, CRMV, CRO, etc).

Seção 14  
Sentenças – Intimação

7.14.1 - O réu e o advogado ou Defensor Público ou dativo devem ser necessariamente intimados da sentença condenatória, correndo o prazo recursal do último ato.

7.14.1.1 - A intimação por edital será precedida de diligência do Oficial de Justiça, no cumprimento de mandado. Do edital constarão também o nome do réu, o prazo, as disposições de lei e as penas aplicadas, o regime de cumprimento e o conteúdo sucinto da sentença.

7.14.2 - Será indagado ao réu, no ato da intimação, se deseja recorrer da sentença. Sendo afirmativa a resposta, deve-se lavrar o respectivo termo.

7.14.3 - O trânsito em julgado da sentença será certificado separadamente para o Ministério Público ao assistente da acusação, ao defensor e ao réu.

7.14.4 - O Escrivão lançará o nome do réu, no rol dos culpados, após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Seção 15  
Ordens de Soltura e de Prisão

7.15.1 - Ninguém será recolhido em qualquer estabelecimento penitenciário e/ou prisional do Estado desacompanhado da competente guia de recolhimento ou mandado de prisão, conforme o caso, ficando passível de responsabilidade criminal a autoridade que receber o preso sem a observância dessa formalidade.

7.15.2 - Alvarás de soltura e mandados de prisão deverão ser expedidos imediatamente, após a respectiva decisão.

7.15.2.1 – Quando for relaxada a prisão, todos os mandados devem ser recolhidos, fazendo-se as necessárias comunicações.

7.15.3 - Dos mandados de prisão e dos salvo-condutos constarão os nomes, a naturalidade, o estado civil, a data de nascimento ou a idade, a filiação, a profissão, o endereço da residência ou do trabalho, o número dos autos do inquérito ou do processo, características físicas e especialmente o número do CPF e do RG.

7.15.4 - Nos alvarás de soltura deverão ser consignadas as seguintes indicações:

- a – nome e filiação;
- b - número do respectivo RG;
- c - data da prisão, esclarecendo se esta se deu em flagrante, preventivamente ou em virtude de sentença condenatória;
- d - se houve condenação, a pena que foi imposta;
- e - natureza da infração penal;
- f - motivo de soltura;
- g - a cláusula “se por outro motivo não estiver preso”.

7.15.5 - Além das formalidades legais e outras que o Juiz instituir, os alvarás de soltura deverão conter a numeração anual, por ordem crescente e ininterrupta de expedição, a indicação do reconhecimento da firma do Juiz pelo Escrivão e o número do telefone, para confirmação, e serão encaminhados ao estabelecimento penal através de Oficial de Justiça, que receberá o documento mediante recibo exarado nos autos do processo ou pelo meio eletrônico adotado.

7.15.5.1 - Ao receber o alvará de soltura, o agente responsável pela custódia do liberando deverá, no caso de dúvida, exigir a identificação pessoal do Oficial de Justiça e, em qualquer caso, confirmar a expedição da ordem, mantendo imediatamente contato telefônico com o Escrivão ou com o próprio Juiz, somente efetuando a soltura se confirmada a expedição do alvará, constituindo irregularidade grave a liberação de custodiados sem a observância dessas formalidades.

7.15.5.2 - O Juiz poderá condicionar a soltura à apresentação do custodiado em juízo, caso em que, decidindo pela liberação, ao invés de determinar a expedição do alvará, ordenará a requisição do detento, para que este lhe seja apresentado e, na sua presença, seja posto em liberdade.

7.15.6 - Os alvarás de soltura serão expedidos em três vias, uma das quais ficará nos autos e as demais enviadas ao Juízo das Execuções Criminais para os fins de direito.

7.15.7 - No interior, se o alvará de soltura tiver de ser cumprido pelas Varas de Execuções Penais, será instruído com certidão do distribuidor. Nesse caso, a carta precatória deverá conter certidão da escrivania de que contra o preso não há outra ordem de prisão na comarca.

7.15.8 - Os mandados de prisão, desde que adotados meios seguros, poderão ser transmitidos via fax, rede mundial de computadores ou qualquer outro meio eletrônico.

7.15.9 - Toda ordem de prisão, qualquer que seja a sua natureza, oriunda de juízo de outro Estado, somente será cumprida mediante carta precatória, que se revele devidamente instruída com o mandado e cópia da decisão escrita da autoridade judiciária deprecante.

7.15.10 - A autoridade policial que receber, através da atividade da polícia interestadual, inclusive, cópia de mandado de prisão originado de juízo distinto daquele em que exerce sua atribuição, deverá, percebendo a presença da respectiva pessoa, incontinentemente confirmar a expedição do instrumento e a manutenção da ordem de prisão junto à sua origem, e após, antes mesmo de constrição à liberdade, comunicará ao respectivo juízo de sua comarca, por escrito, sobre a existência da ordem e para que este, também imediatamente, solicite a carta precatória ao expedidor do mandado.

7.15.11 - Comunicado ao juízo expedidor da ordem e se não deprecada a prisão, no prazo de 05 (cinco) dias, será efetivado arquivamento do autuado, por reputar-se com a omissão, estar a prisão desprovida de interesse legal, cientificando-se à origem.

7.15.12 - Todas as comunicações realizadas, conforme as disposições anteriores, serão devidamente lançadas nos autos pelo Escrivão, especialmente a data, o horário, o nome e a função que exerce junto ao juízo de onde emanou o ofício ou o mandado de prisão, da pessoa que o atendeu.

7.15.13 - O Escrivão Judicial, ao efetuar as comunicações previstas nos itens anteriores, esclarecerá a existência do prazo de 05 (cinco) dias.

7.15.14 - Tratando-se de mandado de prisão expedido por autoridade judiciária do Estado, poderá ser cumprido através da Delegacia de Capturas do Estado, desde que no território deste, sendo inexigível a expedição de carta precatória, quando não se souber do paradeiro do indiciado ou do imputado, que teve sua prisão antecipada decretada, haja vista possuir atribuição em todo território.

7.15.15 - Nenhum preso será transferido ou removido, dentro do território do Estado do Tocantins ou para fora deste, sem que haja a anuência do respectivo juízo criminal destinatário, cuja cópia obrigatoriamente deverá constar no pedido.

7.15.15.1 - Ressalvados os casos excepcionais, a transferência ou a remoção de preso, não será efetivada sem que a autoridade responsável pela diligência esteja munida do documento previsto no item anterior.

7.15.16 - Os senhores Juízes em condições ordinárias apresentarão as requisições pertinentes, com prazo suficiente, conforme as condições da Comarca para que se possa efetivamente realizá-lo dentro dos parâmetros de razoável segurança.

7.15.17 - A prisão civil não tem conotação penal, mas efeito de pretensão civil. Diante do disposto no artigo 201 da Lei 7.210/84, considerando que as pessoas sujeitas à prisão civil não podem ser recolhidas a celas comuns, em companhia de criminosos comuns, sendo vedada a transformação em prisão domiciliar ou em liberdade vigiada e, ainda, diante do disposto no artigo 295 do CPP, fica recomendado aos Magistrados observar, em suas decisões, estas considerações, para não se subtrair do caráter constritivo da prisão civil a sua real utilidade.

7.15.18 - Não possuindo a prisão conotação penal ou sendo caso de prisão falimentar, os presos ficarão à disposição no juízo da decisão, a quem caberá o cumprimento de alvará de soltura. Neste caso, não será obrigatória a instrução com certidões. Se tiver que ser cumprido o alvará fora do expediente forense, competirá ao Juiz de plantão a determinação.

Seção 16  
Comunicações pela Escrivania

7.16.1 – Caberá ao Escrivão comunicar ao Cartório Distribuidor e ao Instituto de Identificação do Estado, com certidão nos respectivos autos, as seguintes situações:

- I - o arquivamento do inquérito policial;
- II - a decisão de recebimento da denúncia ou da queixa-crime e eventual aditamento destas;
- III – o trânsito em julgado da decisão de extinção da punibilidade, de condenação ou de absolvição;
- IV – a extinção da pena com decisão transitada em julgado.

7.16.1.1 – O Escrivão fica dispensado de comunicar o arquivamento do inquérito policial, ao Instituto de identificação do Estado, item I da norma anterior, nos casos em que a autoria não foi identificada.

7.16.2 - Também será comunicado ao Cartório Distribuidor, certificando-se nos respectivos autos, pelo Escrivão:

- I - revogação da suspensão condicional da pena;
- II - incidentes processuais, como a conversão da pena.

7.16.3 - Ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins serão comunicadas, até o dia 15 (quinze) de cada mês, para os fins do artigo 15, inciso III, da Constituição Federal, as sentenças condenatórias definitivas e também a decisão irrecorrível de extinção da pena ou da punibilidade do condenado.

7.16.3.1 - Constarão da comunicação antes referida, além da completa qualificação do condenado, dados a respeito do título de eleitor, classificação do crime e a data da sentença e da sua irrecorribilidade.

Seção 17  
Antecedentes e Expedição de Folha Corrida

7.17.1 - Além dos dados elementares do interessado, indiciado ou imputado, para a requisição de folha corrida (antecedentes criminais), deverão estar explicitados o número de identidade e o órgão expedidor da respectiva carteira de identidade.

7.17.1.1 - Tratando-se de requisições judiciais, a certidão deverá esclarecer a respeito da data do fato, do recebimento da peça acusatória, com a capitulação legal, devendo constar, ainda, os termos da condenação (dispositivo legal, pena imposta, modo inicial de execução) ou da absolvição (o dispositivo legal), a data do trânsito em julgado da sentença respectiva ou, se for o caso, a data da extinção de punibilidade ou, de forma detalhada para fins de reincidência, a data do cumprimento ou da extinção da pena declarada.

7.17.2 - As informações solicitadas às Varas de Execuções Penais deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias, salvo no caso de indiciado ou réu preso, quando será atendida de imediato.

7.17.2.1 - O não-atendimento e a inobservância dos prazos estabelecidos neste item devem ser comunicados à Corregedoria-Geral da Justiça para as providências cabíveis."

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, em Palmas, aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2011.

Desembargador Bernardino Luz  
Corregedor-Geral da Justiça

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO,  
COORDENAÇÃO E  
SISTEMATIZAÇÃO  
SECRETÁRIA: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR  
Acórdãos

01) SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA NA APELAÇÃO CÍVEL Nº8699/09 (09/0073187-7)

SUSCITANTE: Desembargador Moura Filho  
SUSCITADO : Desembargador Amado Cilton  
RELATORA : Desembargadora Willamara Leila

EMENTA: SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA – ART. 69, § 3º, DO REGIMENTO INTERNO – PARTES E CAUSAS DE PEDIR DIVERSAS – PREVENÇÃO – INOCORRÊNCIA – COMPETÊNCIA DO RELATOR SORTEADO DECLARADA – UNANIMIDADE. - A norma constante do art. 69, § 3º, do Regimento Interno somente tem aplicabilidade na hipótese de instauração de mais feitos relativos ao mesmo fato que enseja a prevenção. - No caso sob exame, embora a matéria de fundo seja idêntica, as partes são diversas e as causas de pedir se assentam em fatos que não se confundem, motivo por que não se justifica a distribuição por conexão, devendo prevalecer aquela efetuada por sorteio. - Competência do Relator sorteado declarada, à unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Suspitação de Dúvida na AC Nº 8699/09, onde figuram como Apelante MARIA IOLENE BEZERRA DE OLIVEIRA e como Apelado o ESTADO DO TOCANTINS. Sob a presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA, a Comissão de Distribuição, Coordenação e Sistematização, POR UNANIMIDADE, DECLAROU A COMPETÊNCIA DO RELATOR SORTEADO para o processamento de feito, nos termos do voto da Desembargadora WILLAMARA LEILA, Relatora. Votaram com a Relatora os Desembargadores CARLOS SOUZA e BERNARDINO LUZ. Acórdão, 03 de dezembro de 2009.

02) SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA NAS APELAÇÕES CIVÉIS Nº 10572/10, e AP 10573/10 e AP 10574/10, em apenso.

COMARCA : PORTO NACIONAL  
APELANTE : RUBEN RITTER  
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL S/A  
RELATORA : Desembargadora Willamara Leila

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA – AÇÕES QUE TRAMITARAM EM SEPARADO NA 1ª INSTÂNCIA – PROLAÇÃO DE SENTENÇA ÚNICA – INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÕES – RELATORIA – COMPETÊNCIA – PREVENÇÃO – INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 106, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. I - Proferida uma única sentença abarcando vários processos que tramitaram em separado na 1ª Instância, e interpostas apelações em face daquela decisão, incide na hipótese o disposto no art. 106, do Código de Processo Civil, sendo competente para apreciar tais recursos, por prevenção, o Desembargador a quem coube, em primeiro lugar, a relatoria de outros recursos relativos às questões ora discutidas. II – Na hipótese, a competência para o exame das apelações, por prevenção, é do desembargador a quem coube, em primeiro lugar, a relatoria de recursos relativos às questões em discussão. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA NA AP 10572, e AP 10573 e AP 10574, em que a Diretoria Judiciária indaga acerca da distribuição dos aludidos recursos, os membros da Comissão de Distribuição, de Coordenação e Sistematização, sob a presidência da Senhora Desembargadora Willamara Leila, deliberaram, por unanimidade, que a distribuição das apelações deve se dar, por prevenção, para o Des. José Neves, a quem coube, em primeiro lugar, a relatoria de recursos relativos às questões ora discutidas. Acompanharam a relatora os Desembargadores Bernardino Luz e Luiz Gadotti – Suplente. Acórdão, 03 de dezembro de 2009. COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 28 dias do mês de janeiro de 2011.

DIRETORIA GERAL  
Portarias

PORTARIA Nº 051/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem s/n - DIGEP, resolve conceder à Servidora IVONE DE OLIVEIRA NEGRE, Técnica de Enfermagem, matrícula 180454, o pagamento de 0,5 (meia) diária, por seu deslocamento à cidade de Brejinho de Nazaré, para transportar paciente sequelada de AVC, para tratamento com fisioterapia, no dia 25 de janeiro de 2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 28 de janeiro de 2011.

Adélio de Araújo Borges Júnior  
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 52/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida nas Autorizações de Viagens s/n - DIGEP, resolve conceder às Servidoras **BÁRBARA KRISTINE ALVARES DE MOURA CARVALHO CAMARGO**, Psicóloga, matrícula 205564 e **TÂNIA MARA ALVES BARBOSA**, Assistente Social, matrícula 172648, o pagamento de 0,5 (meia) diária, por seus deslocamentos à Comarca de Porto Nacional, para realização de Visita Domiciliar à servidora da referida Comarca , no dia 31 de janeiro de 2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 28 de janeiro de 2011.

Adélio de Araújo Borges Júnior  
Diretor-Geral

DIVISÃO DE LICITAÇÃO,  
CONTRATOS E CONVÊNIOS

Extrato de Contrato

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 235/2010**  
**PROCESSO:** PA 40.446  
**CONTRATANTE:** Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.  
**CONTRATADA:** Sabina Engenharia Ltda  
**OBJETO DO TERMO ADITIVO:** Prorrogação do prazo para execução da obra, em 90 (noventa) dias, alterando o previsto na Cláusula Quarta, item 4.3, totalizando 150 (cento e cinquenta) dias para entrega da obra, a contar do recebimento da ordem de serviço.  
**DATA DA ASSINATURA:** em 27/01/2011  
**SIGNATÁRIOS:** Tribunal de Justiça / TO.  
Sabina Engenharia Ltda Palmas – TO, 31 de janeiro de 2011.

Extrato de Termo Aditivo

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 115/2010**  
**PROCESSO:** PA 40.398  
**CONTRATANTE:** Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.  
**CONTRATADA:** CM Construtora Ltda  
**OBJETO DO TERMO ADITIVO:** Segundo Termo Aditivo para a adequação do Fórum da Comarca de Araguaçu compreendendo serviço de adequação das instalações elétricas, cabeamento, estruturado, troca das esquadrias, forro e piso e pintura do Fórum.  
**DATA DA ASSINATURA:** em 26/01/2011  
**SIGNATÁRIOS:** Tribunal de Justiça / TO.  
CM Construtora Ltda Palmas – TO, 31 de janeiro de 2011.

2ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: ADEMIR ANTÔNIO DE OLIVEIRA  
**Acórdãos**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL – AC – 8338 (08/0069367-1)**  
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.  
REFERENTE: Ação de Reparação de Dano nº 104723-8/07, da 2ª Vara Cível.  
EMBARGANTE/APELANTE: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A  
ADVOGADOS: Thiago Perez Rodrigues da Silva e Keyla Márcia Gomes Rosal  
ACÓRDÃO EMBARGADO: ACÓRDÃO DE FLS. 149/151  
EMBARGADO/APELADO: MARIA DAS DORES FEITOSA SOUZA  
ADVOGADO: Marcelo Soares Oliveira  
RECORRENTE: MARIA DAS DORES FEITOSA SOUZA  
ADVOGADO: Marcelo Soares Oliveira  
RECORRIDO: TELES P – TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO – S/A  
ADVOGADOS: Thiago Perez Rodrigues da Silva e Keyla Márcia Gomes Rosal  
RELATOR: Desembargador ANTÔNIO FÉLIX

**EMENDA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL – RECURSOS INTERPOSTOS EM DUPLICIDADE COM MESMO TEOR E OBJETO – SEGUNDO RECURSO PREJUDICADO – RECURSO COM FITO PRIMORDIAL PARA ACESSO ÀS INSTÂNCIAS SUPERIORES – MATERIA PREQUESTIONADA QUE INSERE-SE NO CONTEXTO DA DECISÃO – AUSÊNCIA DE OMISSÃO APONTADA – EMBARGOS REJEITADOS. Ocorrendo a interposição em duplicidade de recurso, com idêntico teor e objeto, julga-se prejudicado o último. Verificando-se que a matéria prequestionada encontra-se analisada no contexto decisório e o recurso tem finalidade precípua para acesso às instâncias superiores, bem como ausente omissão a ser sanada, impõe-se a rejeição dos embargos declaratórios.  
**ACÓRDÃO:** Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ GADOTTI, A 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator, cujo relatório e voto ficam sendo parte integrante deste acórdão. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. DANIEL NEGRY – Vogal. Exmo. Sr. Des. LUIZ GADOTTI – Vogal. Ausência justificada do Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO – Vogal. Representou a douta Procuradoria-Geral de Justiça a Dra. VERA NILVA ÁLVARES ROCHA. Palmas, 1º de dezembro de 2010.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10315 (10/0082624-1)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação Por Danos Materiais e Morais, da 1ª Vara Cível da Comarca de Guaraí-TO  
AGRAVANTE: LEIDIMAR DA SILVA ROCHA E OUTRO  
ADVOGADOS: Adir Pereira Sobrinho  
AGRAVADO: ACÓRDÃO DE FLS.179  
RELATOR: Desembargador ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – PEDIDO DE PENSÃO PROVISORIA-NECESSIDADE DE PROVA-NEGADO PROVIMENTO. 1. Em exame perfunctório, a possibilidade de

ocorrer lesão grave e de difícil reparação concedi o pedido parcialmente somente para determinar a citação do Agravado. 2. Não há evidências da presença dos requisitos necessários para o deferimento da antecipação de tutela liminarmente, sendo necessário à produção de prova para a sua concessão. 3. O recorrente não conseguiu comprovar um dos requisitos legais, vale dizer, convencer acerca da fumaça do bom direito para a concessão total do efeito suspensivo. Após analisar estes autos em vista, não observei qualquer fato ou argumento que me impelisse a reformar a decisão supra, porquanto devidamente fundamentada. 4. Negado Provimento.  
**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos do AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 10315/10, em que figura como Agravante LEIDIMAR DA SILVA ROCHA E OUTRO e como Agravado ACÓRDÃO DE FLS. 179, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO – Vogal. Exmo. Sr. Des. LUIZ GADOTTI – Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas - TO, 10 de novembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10471 (10/0083953-0)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação Cautelar Inominada nº 4.0669-2/10, da 4ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Palmas/TO.  
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS  
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO  
AGRAVADO(A): SINDICATO DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA SEFAZ/TO.  
ADVOGADO: Gedeon Batista Pitaluga Junior e Outro  
PROC.(ª) JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES  
RELATOR: Desembargador ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CAUTELAR INIMINADA – PEDIDO DE EFEITO SUSPENSO- DADO PARCIAL PROVIMENTO. 1. No caso de contratação de empréstimos consignados os servidores/consumidores devem ter liberdade de escolher em qual instituição financeira realizara tal empréstimo. 2. O contrato em questão afeta a liberdade dos servidores públicos na escolha da instituição financeira que desejar, conforme assegura a Constituição Federal e Código de Defesa do Consumidor. 3. Sendo assim o servidor tem direito de escolher a instituição financeira que bem entender para realização de empréstimos consignados. 4. Dado Parcial Provimento.  
**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 10471/100, em que figura como Agravante ESTADO DO TOCANTINS e como Agravado SINDICATO DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA SEFAZ/TO, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, DEU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Desembargador MOURA FILHO– Vogal. Desembargador LUIZ GADOTTI– Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas - TO, 10 de novembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10579 (10/0084744-3)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação de Embargos á Execução n.º 4.1047-9/10, da 1ª Vara Cível da Comarca de Colinas-TO  
AGRAVANTE: PAULO SÉRGIO FIORINI BONILHA  
PROC.(ª)EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO  
AGRAVADO: HANNO GUNTHER GERMENGOFF E MARIA DE LURDES LIMA GERMENDOFF  
ADVOGADO: Redson José Frazão da Costa  
RELATOR: Desembargador ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EMBARGOS A EXECUÇÃO – PEDIDO DE ASSISTENCIA GRATUITA - FALTA DE PROVA HIPOSSUFICIENCIA-NEGADO PROVIMENTO. 1. o Agravante não possui condição de hipossuficiência, não constando nos autos qualquer documento que comprove tal condição. 2. Entendo que pelo que demonstrado nos autos o Agravante possui condições de pagar integralmente o valor das custas e taxa judiciária no valor integral no inicio da demanda. 3. Não existe prejuizo demonstrado se o Agravante efetuar o pagamento das custas processuais e taxa judiciária no presente momento. 4. Negado Provimento.  
**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 10579/10, em que figura como Agravante PAULO SÉRGIO FIORINI BONILHA e como Agravado HANNO GUNTHER GERMENDORFF E MARIA DE LURDES LIMA GERMENDORFF, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Desembargador MARCOS VILLAS BOAS – Vogal. Desembargador LUIZ GADOTTI – Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES. Ausência Justificada do Exmo. Sr. Dês. MOURA FILHO - Vogal. Palmas - TO, 17 de novembro de 2010.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 10923 (10/0087906-0)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação de Consignação em Pagamento n.º 9609-1/10, da 1ª Vara Cível da Comarca de Colinas/TO  
AGRAVANTE: JOSÉ DIAS BORGES  
ADVOGADOS: Gustavo Borges de Abreu  
AGRAVADO: DECISÃO DE FLS. 83/84  
RELATOR: Desembargador ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO-PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA- FALTAS DOS REQUISITOS- NEGADO PROVIMENTO. 1. Não vislumbro verter em favor do agravante o fumus boni iuris o periculum in mora, pela alegação do Agravante de que ocorrerá dano irreparável e de difícil reparação pelo fato de possibilidade de perca do veículo, e pela alegação de impossibilidade de pagamento dos previstos no contrato. 2. Vale ressaltar, que neste tipo de ação, o valor a ser depósito deve ser o valor incontroverso, e não o valor que entende ser devido conforme afirma o

Agravante em fls.05 do presente Agravo de Instrumento. 3. O recorrente não conseguiu comprovar o segundo requisito legal, vale dizer, convencer acerca da possibilidade de lesão grave ou de difícil reparação. Após analisar estes autos em vista, não observei qualquer fato ou argumento que me impelisse a reformar a decisão supra, porquanto devidamente fundamentada. 4. Negado Provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos do AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO n.º 10923/10, em que figura como Agravante JOSÉ DIAS BORGES e como Agravado DECISÃO DE FLS. 83/84, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Juiz SANDALO BUENO – Vogal. Exmo. Sr. Des. LUIZ GADOTTI – Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES. Palmas - TO, 03 de novembro de 2010.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO N.º 10929 (10/0087922-1)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Mandado de Segurança N.º 8.0222-9/10, da Única Vara Cível da Comarca de Axixá do Tocantins-TO  
AGRAVANTE: RUIDIARD DE SOUSA BRITO  
ADVOGADOS: Gustavo Bottos de Paula e Outros  
AGRAVADO: DECISÃO DE FLS. 24/25  
RELATOR: Desembargador ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE RECEBIMENTO DO AGRADO DE INSTRUMENTO - FALTA DE PEÇA OBRIGATÓRIA - CÓPIA DA DECISÃO- NEGADO PROVIMENTO. 1. O artigo 525, I, do CPC, determina as peças essenciais que devem instruir o agravo de instrumento quando de sua interposição, dentre elas a cópia da decisão, que é documento necessário que deve instruir o recurso quando de sua interposição, impreterivelmente. 2. No presente caso, falece à recorrente um dos requisitos de admissibilidade do recurso, qual seja: o Agravante não apresenta cópia da decisão agravada de concessão da liminar. 4. Negado Provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos do AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO n.º 10929, em que figura como Agravante RUIDIARD DE SOUSA BRITO e como Agravado DECISÃO DE FLS. 24/25, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO – Vogal. Exmo. Sr. Des. LUIZ GADOTTI – Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas - TO, 10 de novembro de 2010.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO N.º 10930 (10/0087924-8)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Mandado de Segurança n.º 8.0215-6/10 da Única Vara Cível da Comarca de Axixá do Tocantins -TO  
AGRAVANTE: RUIDIARD DE SOUSA BRITO  
ADVOGADOS: Gustavo Bottos de Paula e Outros  
AGRAVADO: DECISÃO DE FLS. 24/25  
AGRAVANTE: SIMONE BARBOSA DA SILVA  
ADVOGADOS: Antônio Teixeira Resende e Outra  
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE RECEBIMENTO DO AGRADO DE INSTRUMENTO - FALTA DE PEÇA OBRIGATÓRIA- CÓPIA DA DECISÃO- NEGADO PROVIMENTO. 1. O artigo 525, I, do CPC, determina as peças essenciais que devem instruir o agravo de instrumento quando de sua interposição, dentre elas a cópia da decisão, que é documento necessário que deve instruir o recurso quando de sua interposição, impreterivelmente. 2. No presente caso, falece à recorrente um dos requisitos de admissibilidade do recurso, qual seja: o Agravante não apresenta cópia da decisão agravada de concessão da liminar. 4. Negado Provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos do AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO n.º 10928, em que figura como Agravante RUIDIARD DE SOUSA BRITO e como Agravado DECISÃO DE FLS. 24/25, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO – Vogal. Exmo. Sr. Des. LUIZ GADOTTI – Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas - TO, 10 de novembro de 2010.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO N.º 10932 (10/0087933-7)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Mandado de Segurança n.º 8.0218-0/10, da Única Vara Cível da Comarca de Axixá do Tocantins-TO  
AGRAVANTE: RUIDIARD DE SOUSA BRITO  
ADVOGADOS: Gustavo Bottos de Paula e Outros  
AGRAVADO: DECISÃO DE FLS. 24/25  
AGRAVADA: RAQUEL VIEIRA DA LUZ  
ADVOGADOS: Antônio Teixeira Resende e Outra  
RELATOR: Desembargador ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA- - PEDIDO DE RECEBIMENTO DO AGRADO DE INSTRUMENTO - FALTA DE PEÇA OBRIGATÓRIA- CÓPIA DA DECISÃO- NEGADO PROVIMENTO. 1. O artigo 525, I, do CPC, determina as peças essenciais que devem instruir o agravo de instrumento quando de sua interposição, dentre elas a cópia da decisão, que é documento necessário que deve instruir o recurso quando de sua interposição, impreterivelmente. 2. No presente caso, falece à recorrente um dos requisitos de admissibilidade do recurso, qual seja: o Agravante não apresenta cópia da decisão agravada de concessão da liminar. 4. Negado Provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos do AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO n.º 10928, em que figura como Agravante RUIDIARD

DE SOUSA BRITO e como Agravado DECISÃO DE FLS. 24/25, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO – Vogal. Exmo. Sr. Des. LUIZ GADOTTI – Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas - TO, 10 de novembro de 2010.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO N.º 10933 (10/0087935-3)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Mandado de Segurança n.º 8.0220-2/10, da Única Vara Cível da Comarca de Axixá do Tocantins-TO  
AGRAVANTE: RUIDIARD DE SOUSA BRITO  
ADVOGADOS: Gustavo Bottos de Paula e Outros  
AGRAVADO: DECISÃO DE FLS. 24/25  
RELATOR: Desembargador ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA- - PEDIDO DE RECEBIMENTO DO AGRADO DE INSTRUMENTO - FALTA DE PEÇA OBRIGATÓRIA- CÓPIA DA DECISÃO- NEGADO PROVIMENTO. 1. O artigo 525, I, do CPC, determina as peças essenciais que devem instruir o agravo de instrumento quando de sua interposição, dentre elas a cópia da decisão, que é documento necessário que deve instruir o recurso quando de sua interposição, impreterivelmente. 2. No presente caso, falece à recorrente um dos requisitos de admissibilidade do recurso, qual seja: o Agravante não apresenta cópia da decisão agravada de concessão da liminar. 4. Negado Provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos do AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO n.º 10933, em que figura como Agravante RUIDIARD DE SOUSA BRITO e como Agravada DECISÃO DE FLS. 24/25, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO – Vogal. Exmo. Sr. Des. LUIZ GADOTTI – Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas - TO, 10 de novembro de 2010.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO N.º 10934 (10/0087939-6)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Mandado de Segurança n.º 8.0221-0/10, da Única Vara Cível da Comarca de Axixá do Tocantins-TO  
AGRAVANTE: RUIDIARD DE SOUSA BRITO  
ADVOGADOS: Gustavo Bottos de Paula e Outros  
AGRAVADA: DECISÃO DE FLS. 26/27  
AGRAVADO: PAULO NOGUEIRA DE SOUSA FILHO  
ADVOGADO: Antônio Teixeira Resende  
RELATOR: Desembargador ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA- - PEDIDO DE RECEBIMENTO DO AGRADO DE INSTRUMENTO - FALTA DE PEÇA OBRIGATÓRIA- CÓPIA DA DECISÃO- NEGADO PROVIMENTO. 1. O artigo 525, I, do CPC, determina as peças essenciais que devem instruir o agravo de instrumento quando de sua interposição, dentre elas a cópia da decisão, que é documento necessário que deve instruir o recurso quando de sua interposição, impreterivelmente. 2. No presente caso, falece à recorrente um dos requisitos de admissibilidade do recurso, qual seja: o Agravante não apresenta cópia da decisão agravada de concessão da liminar. 4. Negado Provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos do AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO n.º 10934, em que figura como Agravante RUIDIARD DE SOUSA BRITO e como Agravada DECISÃO DE FLS. 24/25, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO – Vogal. Exmo. Sr. Des. LUIZ GADOTTI – Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas - TO, 10 de novembro de 2010.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO N.º 10935 (10/0087941-8)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Mandado de Segurança n.º 8.0217-9/10, da Única Vara Cível da Comarca de Axixá do Tocantins-TO  
AGRAVANTE: RUIDIARD DE SOUSA BRITO  
ADVOGADOS: Gustavo Bottos de Paula e Outros  
AGRAVADO: DECISÃO DE FLS. 24/25  
AGRAVADO: LUCIENE PEIXOTO NEGREIROS  
ADVOGADO: Antônio Teixeira Resende  
RELATOR: Desembargador ANTONIO FÉLIX

**EMENTA:** AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA- - PEDIDO DE RECEBIMENTO DO AGRADO DE INSTRUMENTO - FALTA DE PEÇA OBRIGATÓRIA- CÓPIA DA DECISÃO- NEGADO PROVIMENTO. 1. O artigo 525, I, do CPC, determina as peças essenciais que devem instruir o agravo de instrumento quando de sua interposição, dentre elas a cópia da decisão, que é documento necessário que deve instruir o recurso quando de sua interposição, impreterivelmente. 2. No presente caso, falece à recorrente um dos requisitos de admissibilidade do recurso, qual seja: o Agravante não apresenta cópia da decisão agravada de concessão da liminar. 4. Negado Provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, discutidos e relatados os presentes autos do AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO n.º 10934, em que figura como Agravante RUIDIARD DE SOUSA BRITO e como Agravada DECISÃO DE FLS. 24/25, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator que integra o presente Acórdão. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO – Vogal. Exmo. Sr. Des. LUIZ GADOTTI – Vogal. Representante da Procuradoria Geral de Justiça: MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas - TO, 10 de novembro de 2010.



**APELAÇÃO CÍVEL No 11079 (10/0084667-6)**

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS  
REFERENTE: Ação de Indenização Por Danos Morais nº 73510-4/08, da 5ª Vara Cível  
APELANTE: JÚLIO SOLIMAR ROSA CAVALCANTI  
ADVOGADOS: Fábio Wazilewski e Outro  
APELADO: BANCO DO BRASIL S.A.  
ADVOGADO: Adriana Maura de Toledo Leme Pallaoro e Outros  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DEVOLUÇÃO DE CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE CONDUTA COMISSIVA, COMPROVAÇÃO DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE. IMPROCEDÊNCIA. A inversão do ônus da prova em favor do consumidor não é obrigatória e exige a livre apreciação do Magistrado com a análise da relação de hipossuficiência e da verossimilhança de suas alegações. Nas relações interbancárias é dever de o correntista diligenciar a fim de evitar a devolução de cheque sem provisão de fundos autorizando o resgate automático de suas aplicações financeiras. Mero dissabor suportado pelo consumidor na vida cotidiana não configura dano moral indenizável. “A contrario sensu” é aferível apenas quando há ofensa à honra e à dignidade que ultrapassee a esfera de normalidade e atinja os direitos de personalidade do indivíduo.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível no 11079/10, onde figura como Apelante Julio Solimar Rosa Cavalcanti e Apelado Banco do Brasil S.A. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 5a Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu do presente recurso e negou-lhe provimento, mantendo intacta a sentença combatida, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votaram, com o Relator, os Exmos. Srs. Desembargadores ANTÔNIO FÉLIX – Revisor e MOURA FILHO – Vogal. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI – Procurador de Justiça. Palmas – TO, 15 de dezembro de 2010.

**APELAÇÃO CÍVEL No 11106 (10/0084799-0)**

ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL – TO  
REFERENTE: Ação Declaratória Negativa de Débito, Cumulada com Cancelamento de Protesto e Perdas e Danos nº0 5618/00, da 1ª Vara Cível.  
APELANTE: SHELL DO BRASIL LTDA.  
ADVOGADO: César Augusto Maluf Vieira  
APELADO: POSTO DA PRAÇA LTDA.  
ADVOGADOS: Rogério Gomes Coelho e Outros  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA MERCANTIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA “AD CAUSAM”. INÉPCIA DA INICIAL. EMISSÃO INDEVIDA DO TÍTULO. DEVER DE INDENIZAR. Assinado o contrato e reconhecida a relação jurídica entre os litigantes não se reconhece a alegação de ilegitimidade passiva “ad causam”. Cumpridos os requisitos insculpidos no artigo 282 do Código de Processo Civil não é inepta a petição inicial. O protesto de duplicata mercantil levado a efeito sem comprovação da relação jurídica entabulada entre as partes, nos termos da Lei nº 5.474/68, configura ato ilícito apto a caracterizar a responsabilidade civil pelo dano causado. No arbitramento do quantum indenizatório devem ser ponderadas as condições pessoais e econômico-financeiras dos envolvidos, o grau da ofensa moral e as consequências da repercussão negativa do evento danoso, de modo a promover justa reparação, sem ocasionar enriquecimento ilícito.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível no 11106/10, em que figuram como Apelante Shell do Brasil Ltda. e Apelado Posto da Praça Ltda. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 5a Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu do presente recurso e negou-lhe provimento, mantendo incólume a sentença recorrida, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votaram, com o Relator, os Exmos. Srs. Desembargadores ANTÔNIO FÉLIX – Revisor e DANIEL NEGRY – Vogal. Ausência momentânea do Exmo. Sr. Desembargador MOURA FILHO – Vogal. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI – Procurador de Justiça. Palmas – TO, 15 de dezembro de 2010.

**APELAÇÃO CÍVEL No 11171 (10/0085149-1)**

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO  
REFERENTE: Ação Indenizatória nº 63727-0/06, da 1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos.  
APELANTES: MARIA DEJANIRA C. NOGUEIRA E OUTROS  
ADVOGADO: Marcelo Cardoso de Araújo Júnior  
APELADO: MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA  
ADVOGADO: Ronan Pinho Nunes Garcia  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRESTADOR DE SERVIÇO. MUNICÍPIO. CONTRATAÇÃO NULA. REPRESENTAÇÃO JUDICIAL. REGULARIDADE. DANO MATERIAL. PROVA. DANO MORAL. ALTERAÇÃO DO PEDIDO. É regular a representação judicial das partes feita por cópia das procurações autenticadas em cartório, com poderes amplos da cláusula “ad judícia”. Somente se reconhece o dever de indenizar, por danos materiais, mediante efetiva prova do prejuízo. Se na peça vestibular tratou-se apenas de danos materiais – prejuízo financeiro decorrente de verba trabalhista não reconhecida – a pretensão à indenização por danos morais, oriundos de contratação irregular do prestador de serviço pelo município, formulada somente no âmbito do recurso de apelação cível, configura alteração do pedido, expediente vedado em nosso ordenamento jurídico.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível no 11171/10, nos quais figuram como apelantes Maria Dejanira C. Nogueira e outros e, como apelado, o Município de Araguaína - TO. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 5a Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu do presente recurso e negou-lhe provimento para manter inalterada a sentença combatida, nos termos do voto do Relator, lido na assentada

de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votaram, com o Relator, os Exmos. Srs. Desembargadores ANTÔNIO FÉLIX – Revisor e MOURA FILHO – Vogal. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI – Procurador de Justiça. Palmas – TO, 15 de dezembro de 2010.

**APELAÇÃO CÍVEL No 11395 (10/0086505-0)**

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS - TO  
REFERENTE: Ação de Rescisão Contratual c/c Indenização Por Perdas e Danos nº 18337-9/05, da 1ª Vara Cível.  
APELANTE: ISMAEL GELAIN  
ADVOGADOS: Coriolano Santos Marinho e Outro  
APELADOS: SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES S.A. E MERKUR EDITORA LTDA.  
ADVOGADOS: Ângela Issa Haonat e Outro  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** RESCISÃO DE CONTRATO E PERDAS E DANOS. PROVA. FRANQUIA. EXCLUSIVIDADE TERRITORIAL. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. A formação do convencimento do Magistrado com os elementos fornecidos pelas partes durante a fase postulatória não configura cerceamento de defesa, sobretudo ante a constatação, amparada em prova documental, de inocorrência de ato ilícito (atuação do franqueador em área exclusiva do franqueado), por inexistir previsão contratual de exclusividade territorial.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível no 11395/10, nos quais figuram como apelante Ismael Gelain e apelados Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A. e Merkur Editora Ltda. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador LUIZ GADOTTI, a 5a Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça, por maioria, conheceu do presente recurso e negou-lhe provimento para manter inalterada a sentença combatida, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votou, com o Relator, o Exmo. Sr. Desembargador LUIZ GADOTTI – Vogal. O Exmo. Sr. Desembargador ANTÔNIO FÉLIX – Revisor divergiu para dar provimento ao recurso, determinando a devolução dos autos à Primeira Instância para que seja assegurado às partes os direitos à ampla defesa e ao contraditório. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI – Procurador de Justiça. Palmas – TO, 15 de dezembro de 2010.

**APELAÇÃO No 11546 (10/0087075-5)**

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI – TO  
REFERENTE: Ação de Cobrança nº0 59192-5, da 2a Vara Cível.  
APELANTE: ITAÚ SEGUROS S.A.  
ADVOGADO: Júlio Cesar de Medeiros  
APELADO: ANDERSON COELHO CARVALHO  
ADVOGADO: Luiz Carlos de Holleben Leite Muniz  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INCAPACIDADE PERMANENTE. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INTERESSE DE AGIR. CERCEAMENTO DE DEFESA. PERÍCIA. LAUDO DO IML. DESNECESSIDADE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RESOLUÇÃO DO CNSP. TABELA DA SUSEP. INAPLICABILIDADE. LEI Nº 6.194/74. INDENIZAÇÃO NO VALOR DE QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. Após a criação do Convênio DPVAT pela Resolução nº 06/86 do Conselho Nacional do Seguro Privado - CNSP, qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo. Portanto, por ser ampla a legitimidade passiva, pode o beneficiário, à livre escolha, interpor a ação de cobrança contra qualquer seguradora. Não há de se falar em carência de ação por interesse de agir ante a existência de pagamento via administrativa, uma vez que o beneficiário pode buscar, em juízo, o direito de receber a diferença que entende devida referente ao seguro obrigatório – DPVAT pago administrativamente e o previsto na legislação aplicável ao caso, ainda que tenha dado recibo de quitação. Não configura cerceamento de defesa o não-acolhimento do pedido para realização de perícia, uma vez que, nos termos do art. 5o da Lei nº 6.194/74, para a concessão da indenização do seguro obrigatório DPVAT, não há exigência no sentido de ser obrigatória a realização de perícia médica para detectar o grau de invalidez do segurado, haja vista a possibilidade de esta ser demonstrada por outros meios de igual valor probante. A perícia médica e o laudo pericial do Instituto Médico Legal não são documentos essenciais à propositura da ação para recebimento do seguro DPVAT, quando comprovado o acidente de trânsito por outros meios de prova, tais como boletim de ocorrência policial, laudo pericial de trânsito e laudos médico-hospitalares, e a incapacidade permanente por laudo médico, assinado por profissional habilitado, merecendo fé-pública. O Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, não possuem poderes para regular ou fixar valores indenizatórios, mas tão-só estabelecer regras para atender ao pagamento das indenizações e a forma de distribuição entre as seguradoras bem como eventuais tarifas a serem instituídas por resolução. Por tal motivo, não se aplicam os valores estabelecidos nas resoluções expedidas por tais órgãos, e sim o valor fixado em legislação federal. A Lei nº 11.482/2007, que alterou os valores de seguro obrigatório para os casos de morte, invalidez permanente e despesas com assistência médica e suplementar, somente se aplica aos sinistros ocorridos após o início de sua vigência, consoante seu artigo 24, inciso III. No presente caso, aplica-se a Lei nº 6.194/74 sem as alterações da Lei nº 11.482/2007, haja vista o acidente ter ocorrido em 2/2/2006, cujo valor da indenização é de quarenta salários mínimos. Tendo o beneficiário recebido a indenização do seguro obrigatório – DPVAT, a menor via administrativa terá o direito de receber, em juízo, o valor correspondente à diferença entre o valor pago e os quarenta salários mínimos que lhe são devidos, corrigidos monetariamente. Para se chegar à quantificação correta da indenização do seguro obrigatório - DPVAT, de acordo com o STJ, é de se levar em consideração o valor do salário mínimo vigente na época do sinistro e, para se evitar prejuízo à vítima, preservando a valorização da moeda e, consequentemente, evitando o enriquecimento sem causa da seguradora, deve-se aplicar sobre tal valor correção monetária desde a data do acidente e juros moratórios a partir da citação.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível no 11546/10, em que figuram como Apelante Itaú Seguros S.A. e Apelado Anderson Coelho

Carvalho. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 5ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu do recurso e, no mérito, deu-lhe parcial provimento para reformar a sentença a fim de reconhecer o pagamento efetivado pela apelante, via administrativa, ao apelado no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) e, de consequência, determinar o abatimento deste valor no "quantum" do seguro obrigatório DPVAT fixado pelo magistrado na sentença de fls. 225/235, mantendo-se a sentença intacta nos demais termos, conforme voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votaram, com o Relator, os Exmos. Srs. Desembargadores ANTÔNIO FÉLIX – Revisor e MOURA FILHO – Vogal. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI – Procurador de Justiça. Palmas – TO, 15 de dezembro de 2010.

**APELAÇÃO CÍVEL No 11863 (10/0088667-8)**

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI – TO  
REFERENTE: Ação de Cobrança nº 59077-5/09, da 2ª Vara Cível  
APELANTE: JOSÉ GOMES DA SILVA  
ADVOGADO: Jerônimo Ribeiro Neto  
APELADO: BANCO BRADESCO S.A.  
ADVOGADO: José Edgard da Cunha Bueno Filho  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** AÇÃO DE COBRANÇA. SALDO DE CONTA BANCÁRIA. PROVA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. O comprovante de remessa de valores para caderneta de poupança, devidamente autenticado pelo Banco, é suficiente à demonstração da existência da conta, cabendo à instituição financeira, para elidir a pretensão de cobrança, provar seu encerramento, ou a inexistência de saldo. Presumindo-se aberta a conta, não há de se falar em prescrição do direito de levantamento do saldo. Incide a prescrição vintenária sobre a pretensão de cobrança de expurgos inflacionários de planos econômicos em cadernetas de poupança.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível no 11863/10, nos quais figuram como apelante José Gomes da Silva e como apelado Banco Bradesco S.A. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 5ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu do presente recurso e deu-lhe parcial provimento para reformar a sentença e julgar parcialmente procedente a ação de cobrança, condenando o Banco-apelado a restituir ao apelante o saldo referente ao recibo de remessa para caderneta de poupança de fl. 14, devidamente acrescido de correção monetária e juros aplicáveis à poupança, desde a remessa até a citação, a partir de quando passam a incidir os juros legais, além da correção monetária e juros aplicáveis à poupança, desde a remessa até a citação. Ficam excluídos, pela prescrição, os expurgos de dezembro de 1988, janeiro e fevereiro de 1989, devendo incidir apenas o de abril de 1990, no montante de 44,8%, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votaram, com o Relator, os Exmos. Srs. Desembargadores ANTÔNIO FÉLIX – Revisor e MOURA FILHO – Vogal. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI – Procurador de Justiça. Palmas – TO, 15 de dezembro de 2010.

**APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA No 1613 (10/0085881-0)**

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS  
REFERENTE: Ação de Mandado de Segurança nº 7.6595-8/09, da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos  
APELANTE: TEREZA CORDEIRO AZEVEDO GATTO  
ADVOGADOS: Wanderson Ferreira Dias e Outro  
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS  
PROC. EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. SINDICÂNCIA. PENALIDADE. SUSPENSÃO. PRETENSÃO DE NULIDADE. DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO. Havendo controvérsia a respeito da suposta ilegalidade na sindicância, a qual depende de dilação probatória para sua elucidação, correto o indeferimento da petição inicial do mandado de segurança impetrado com o objetivo de ver declarada a nulidade do procedimento administrativo, por se apresentar imprópria a utilização do presente remédio constitucional.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação em Mandado de Segurança no 1613/10, em que figuram como Apelante Tereza Cordeiro Azevedo Gatto e Apelado Estado do Tocantins. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador LUIZ GADOTTI, a 5ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação em mandado de segurança por próprio e tempestivo e, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo-se na íntegra a sentença recorrida, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votaram, com o Relator, o Exmo. Sr. DesembargadorANTÔNIO FÉLIX – Vogal e o Exmo. Sr. Juiz de Direito SÂNDALO BUENO DO NASCIMENTO – Vogal (em substituição ao Desembargador MOURA FILHO). Representou a Procuradoria-Geral de Justiça a Exma. Sra. LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES. Palmas – TO, 3 de novembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10408 (10/0083538-0)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.  
REFERENTE: Ação de Divórcio nº 3.2890-8/08, da Única Vara da Comarca de Miranorte-TO.  
AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.  
AGRAVADO(A): O. B. DA S.  
ADVOGADO: Nazareno Pereira Salgado (FL. 30)  
PROC.(ª) JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES.  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** AÇÃO DE DIVÓRCIO. INTERVENÇÃO MINISTERIAL. AUSÊNCIA. NULIDADE. APELAÇÃO. NÃO-RECEBIMENTO. INTERESSE RECURSAL. A intervenção do Ministério Público em causas concernentes ao estado de pessoas decorre de imperativo legal, e a ausência de intimação de seu representante gera nulidade

processual, mormente quando há, em ação de divórcio, interesse de incapaz e dúvidas acerca do prazo da separação (Código de Processo Civil, arts. 82 e 84). A intervenção obrigatória legítima o Ministério Público a recorrer (Súmula 99 do Superior Tribunal de Justiça). Tratando-se de nulidade insanável, em matéria de ordem pública, admite-se a aplicação de efeito traslativo ao recurso de agravo de instrumento, para corrigir o equívoco arguido em apelação, evitando injustificado atraso na prestação jurisdicional.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento no 10408/10, nos quais figuram como Agravante Ministério Público Estadual e Agravado O. B. da S. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 5ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, deu provimento ao agravo e, mediante aplicação de efeito traslativo, acolheu o argumento de nulidade do processo por falta de intimação do representante do parquet e anulou os atos praticados no feito a partir da audiência, incluindo-a, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votaram, com o Relator, os Exmos. Srs. Desembargadores ANTÔNIO FÉLIX e DANIEL NEGRY. Ausência momentânea do Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI – Procurador de Justiça. Palmas – TO, 15 de dezembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO No 10815 (10/0087013-5)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação de Manutenção de Posse nº 62075-9/10, da 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Nacional –TO.  
AGRAVANTES: PAULO HENRIQUE GARCIA E MARIA DE FÁTIMA FERNANDES GARCIA  
ADVOGADOS: Elisabete Soares de Araújo e Joaquim Cesar Schaidt Knewitz  
AGRAVADOS: JOSÉ RODRIGUES COSTA E OUTROS  
ADVOGADO: Crésio Miranda Ribeiro  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE. SERVIDÃO DE TRANSITO. PRELIMINAR. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO. DOCUMENTO OBRIGATÓRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO. ART. 525, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOBSERVÂNCIA. RECURSO TEMPESTIVO. PASSAGEM IMPEDIDA PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL. ESBULHO. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. A exigência da certidão de intimação da decisão agravada (art. 525, I, do Código de Processo Civil) existe para detectar a tempestividade do recurso, entretanto, sendo possível por outros meios verificar a tempestividade, deve-se conhecer do agravo. Acarreta prejuízos aos agravados e demais usuários o fechamento de servidão de trânsito, utilizada por muitos anos, de forma contínua e permanente pelos vizinhos do proprietário do imóvel onde se encontra encravada, razão pela qual se torna necessária e acertada a concessão liminar da proteção possessória.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento no 10815/10, em que figuram como Agravante Paulo Henrique Garcia e Outra e Agravados José Rodrigues Costa e Outros. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador LUIZ GADOTTI, a 5ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu do presente agravo de instrumento e, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo intacta a decisão agravada, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votaram, com o Relator, os Exmos. Srs. Desembargadores MOURA FILHO – Vogal e DANIEL NEGRY – Vogal. O Exmo. Sr. Desembargador ANTÔNIO FÉLIX – Vogal deu-se por impedido de atuar no presente feito. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI – Procurador de Justiça. Palmas – TO, 15 de dezembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO No 11045 (10/0088857-3)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação de Separação Litigiosa nº 58300-4/10, da 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Palmas – TO  
AGRAVANTE: M. DO B. L. DA S.  
ADVOGADA: HELOISA CASADO LIMA GUELPELI  
AGRAVADO: J. P. DA S.  
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL  
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

**EMENTA:** PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PESSOA FÍSICA. PATRIMÔNIO. HIPOSSUFICIÊNCIA. ART. 4º, § 1º, DA LEI No 1.060/50. A declaração de impossibilidade de suportar o ônus financeiro do processo, amparada em demonstração de insuficiência econômica – percepção de apenas um salário mínimo mensal – é suficiente ao deferimento de assistência judiciária, a despeito da existência de patrimônio, do qual não advém renda nem alcança valor elevado.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento no 11045/10, nos quais figuram como Agravante M. do B. L. da S. e Agravado J. P. da S. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador MARCO VILLAS BOAS, a 5ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu do presente recurso e deu-lhe provimento para conceder o benefício da assistência judiciária à agravante, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte. Votaram, com o Relator, os Exmos. Srs. Desembargadores ANTÔNIO FÉLIX – Vogal e DANIEL NEGRY – Vogal. Ausência momentânea do Exmo. Sr. Desembargador MOURA FILHO – Vogal. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCOS LUCIANO BIGNOTTI – Procurador de Justiça.. Palmas – TO, 15 de dezembro de 2010.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 9213 (09/0075981-0)**

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI-TO  
REFERENTE: Ação de Revisão Contratual nº 9.2443-0/07, da 3ª vara Cível.  
EMBARGANTES/APELADO: ANTONIO LUCENA BARROS E OUTROS  
ADVOGADOS: Sérgio Rodrigo do Vale  
EMBARGADO: ACÓRDÃO DE FLS. 329/330  
EMBARGADO/APELADO: GURUTOC – PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S/C LTDA.  
ADVOGADOS: Ibanor A. Oliveira  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REEXAME DA CAUSA. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. - Os embargos de declaração constituem recurso que visa



corrigir omissões, obscuridade ou efetiva contradição existente no acórdão. São incabíveis quando opostos com o intuito de rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento claro. Recurso não provido.

**ACÓRDÃO:** Acordam os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer dos presentes embargos, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume o acórdão embargado. Votaram com o Relator os Desembargadores DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI. Compareceu representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Procurador de Justiça, em substituição, MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO – AP – 10143 (09/0079317-1)**  
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.  
REFERENTE: Ação de Indenização Por Danos Morais e Materiais, nº 387/99, da 3ª Vara Cível.  
APELANTES: TECNORTE-PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA E OUTROS  
ADVOGADO: João Amaral Silva e Outro  
APELADO: PAULO HENRIQUE GARCIA  
ADVOGADO: Elisabete Soares de Araújo e Outro  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO  
JUIZ CONVOCADO: Juiz SÁNDALO BUENO

**EMENTA:** EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO NO JULGADO. AUSÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. REEXAME DA CAUSA. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. - Os embargos de declaração constituem recurso que visa corrigir omissões, obscuridade ou efetiva contradição existente no acórdão. - Acerca da fundamentação da decisão, entendeu-se robusta a prova documental acostada aos autos e a matéria de direito, o que financiou a elucidação completa da matéria fática. - São incabíveis os embargos quando opostos com o intuito de rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento claro.  
**ACÓRDÃO:** Acordam os componentes da 3ª Turma da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração do Acórdão de fls. 367/368. Votaram com o relator o Desembargador LUIZ GADOTTI e MARCO VILLAS BOAS. Compareceu representando a Douta Procuradoria Geral da Justiça, a Procuradora de Justiça, Dra. LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES. Palmas-TO, 03 de novembro de 2010.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO – AP – 10940 (10/0083703-0)**  
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.  
REFERENTE: Ação de Indenização Por Danos Morais nº 63946-8/07, da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos.  
EMBARGANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
EMBARGADO: ACÓRDÃO DE FLS. 285/286  
APELANTE: MUNICIPIO DE PALMAS-TO  
PROC GERAL MUN: AFONSO CELSO LEAL DE MELLO JUNIOR  
APELADO: RUBENS DE SENA BRAGA  
ADVOGADO: Cléia Rocha Braga  
PROC.(ª) JUSTIÇA: JOÃO RODRIGUES FILHO  
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

**EMENTA:** EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REEXAME DA CAUSA. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. - Os embargos de declaração constituem recurso que visa corrigir omissões, obscuridade ou efetiva contradição existente no acórdão. São incabíveis quando opostos com o intuito de rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento claro. Recurso não provido.  
**ACÓRDÃO:** Acordam os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer dos presentes embargos, mas NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo incólume o acórdão embargado. Votaram com o Relator os Desembargadores DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI. Compareceu representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Procurador de Justiça em substituição MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**APELAÇÃO – AP – 11536 (10/0087041-0)**  
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.  
REFERENTE: Ação Ordinária de Revisão de Contrato e c/c Corrente nº 5820/98, da 2º Vara Cível.  
APELANTE: ARNON CARDOSO BOECHAT.  
ADVOGADO: Mário Antônio Silva Camargos.  
APELADO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.  
ADVOGADO: Alberly Cesar de Oliveira  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO.  
JUIZ CONVOCADO: Juiz SÁNDALO BUENO DO NASCIMENTO

**EMENTA:** PRELIMINAR – NULIDADE DA SENTENÇA – INOCORRÊNCIA - ANÁLISE DO PEDIDO INICIAL – SENTENÇA DENTRO DOS LIMITES EXPOSTOS NA PEÇA EXORDIAL - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 460 E 128 DO CPC. Vé-se que o magistrado atendeu perfeitamente os ditames do artigo 460 e 128, ambos do Código de Processo Civil, quando determinou a realização de perícia, visando liquidar os valores, ou seja, a sentença prolatada se limitou à peça de ingresso, estando adstrita e vinculada aos seus termos, não padecendo dos vícios do julgamento extra, ultra ou citra petita. Nulidade afastada. APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL – TAXA DE JUROS A LONGO PRAZO – SUMULA 288 DO STJ - LANÇAMENTOS CODIFICADOS – IMPOSSIBILIDADE DA REVISÃO GENÉRICA DOS CONTRATOS – MATERIAS NÃO ESPECÍFICAS ALEGADAS EM SEDE RECURSAL – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DEVOLUTIVIDADE - SISTEMÁTICA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVL - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Diz a Súmula 288 STJ: A taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários. Assim, a sentença não merece reforma, diante da possibilidade que a TJLP seja utilizada como índice de correção monetária. A tese sustentada pelo magistrado no sentido de que sendo a pretensão a uma revisão genérica não é tolerada pelo Judiciário, se coaduna com a posição doutrinária e jurisprudencial, vez que a indefinição decorrente da generalidade inviabiliza por completo a apreciação do direito invocado em relação a cada uma das transações não identificadas. Portanto, a repetição de indébito na forma simples é possível, com fundamento no princípio que veda o enriquecimento sem causa do credor, entretanto, a

impugnação de forma genérica, impossibilita averiguar-se no cálculo as supostas incorreções. Destarte, não estando presentes os contratos, a fim de que se constate a existência de autorização para o débito dos encargos denominados lançamentos codificados, deverá o banco apresentá-los, sob pena de sua extirpação quando da apuração final do quantum debeatur. Após o trânsito em julgado, mister a realização de liquidação da sentença. Os valores cobrados a maior deverão ser compensados com eventual dívida do apelante ou, na hipótese de inexistência de dívida, restituídos ao apelante. Em respeito ao princípio da devolutividade, é vedado ao julgador do recurso analisar questões não suscitadas pelo recorrente, a menos que sejam questões de ordem pública, o que não é o caso dos autos.  
**ACÓRDÃO:** Acordam os Desembargadores componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a Presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a Ata de Julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, para manter intocada a sentença de primeiro grau, nos termos do voto do Relator Juiz SÁNDALO BUENO DO NASCIMENTO. Votaram com o Relator, os Desembargadores LUIZ GADOTTI (Juiz certo) e MARCO VILLAS BOAS. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, a Procuradora de Justiça, LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES. Palmas-TO, 17 de novembro de 2010.

**APELAÇÃO – AP – 11599 (10/0087326-6)**  
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL  
REFERENTE: Ação de Declaratória de Nulidade de Crédito nº 7279/03, da 1ª Vara Cível.  
APELANTE: LUIZ EDUARDO GANHADEIRO GUIMARÃES  
ADVOGADO: Paulo Sérgio Marques  
APELADO: PRODEVISIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
ADVOGADO: Atilio João Andretta  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO  
RELATOR: Juiz SANDALO BUENO DO NASCIMENTO

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CRÉDITO – PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL – DEFEITOS DOS MATERIAIS ADQUIRIDOS – PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL – ÔNUS DA PROVA - SISTEMÁTICA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVL - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 302, 319 e 333, INCISO I, DO CPC - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Ao autor incumbe o ônus da prova dos fatos constitutivos do seu direito, nos termos do art. 333, I, do CPC, e, na espécie, verifica-se que a apelada, a quem incumbia o ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (art. 333, I do CPC), não provou o alegado defeito da mercadoria por ela apontado, pelo que sua pretensão não podia prosperar. Inclusive não restou dúvida quanto a transação comercial havida entre as partes, ou seja, as mercadorias adquiridas foram devidamente recebidas sem impugnação. Assim, não há irregularidade na emissão e encaminhamento para protesto dos cheques, com base em compra e venda mercantil, regularmente concretizada, estando comprovada à entrega das mercadorias. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – SENTENÇA MANTIDA. Estabelece o art. 21, caput, do Código de Processo Civil: “Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas.” Ocorrendo a improcedência do pedido do autor e sendo o pedido contraposto deduzido pelo réu, considerado incabível, não se vislumbra a presença da sucumbência recíproca.

**ACÓRDÃO:** Acordam os Desembargadores componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a Presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a Ata de Julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, para manter intocada a sentença de primeiro grau, nos termos do voto do Relator Juiz SÁNDALO BUENO DO NASCIMENTO. Votaram com o Relator, os Desembargadores LUIZ GADOTTI e MARCO VILLAS BOAS. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, a Procuradora de Justiça, LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES. Palmas-TO, 17 de novembro de 2010.

**APELAÇÃO – AP – 11702 (10/0087787-3)**  
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.  
REFERENTE: (Ação de Execução de Alimentos nº 33345-8/07, da 2ª Vara de Família)  
APENSO: (Ação de Alimentos nº 5843-4/05).  
APELANTE: F. DE A. J. S..  
ADVOGADOS: Domingos da Silva Guimarães e Outros  
APELADO: F. J. DA C. REPRESENTADO POR SUA GENITORA: J. DA S. C.  
ADVOGADO: Mateus Rossi Raposo  
PROC.(ª) JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO  
RELATOR: Juiz SANDALO BUENO DO NASCIMENTO

**EMENTA:** ALIMENTOS. REPETIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. - Dentre os princípios que informam a obrigação alimentar, sobreleva-se o da irrepetibilidade, inerente à própria natureza da obrigação alimentar.  
ACÓRDÃO: Acordam os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, de conformidade com a Ata de Julgamento, louvando no parecer da Procuradoria Geral da Justiça, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, para manter incólume a sentença de primeiro grau, por seus próprios fundamentos. Votaram com o Relator, Juiz SANDALO BUENO DO NASCIMENTO, os Desembargadores LUIZ GADOTTI, que presidiu a sessão, e MARCO VILLAS BOAS. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, a Procuradora de Justiça LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES. Palmas-TO, 17 de novembro de 2010.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA – APMS – 1576 (09/0078097-5)**  
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS  
REFERENTE: Ação de Mandado de Segurança nº 435988/06, da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos.  
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS  
PROC.(ª) EST.: PROCURADORE GERAL DO ESTADO  
APELADO: ADALZINO DA COSTA SILVA  
ADVOGADO: Josiran Barreira Bezerra  
PROC.(ª) JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO  
JUIZ CONVOCADO: Juiz SÁNDALO BUENO

**EMENTA:** EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO NO JULGADO. AUSÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. REEXAME DA CAUSA. NÃO CABIMENTO. RECURSO

NÃO PROVIDO. - Os embargos de declaração constituem recurso que visa corrigir omissões, obscuridade ou efetiva contradição existente no acórdão. São incabíveis os embargos quando opostos com o intuito de rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento claro.

**ACORDÃO:** Acordam os componentes da 3ª Turma da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração de fl. 157/158. Votaram com o relator o Desembargador LUIZ GADOTTI e MARCO VILLAS BOAS. Compareceu representando a Douta Procuradoria Geral da Justiça, a Procuradora de Justiça, Dra. LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES. Palmas-TO, 3 de novembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10330 (10/0082716-7)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação de Obrigação de Fazer nº 11.9026-6/09, da 2ª Vara Cível da Comarca de Palmas-TO.  
AGRAVANTE: JOÃO ALBERTO RIBAS SOARES  
ADVOGADO: Nadin El Hage  
AGRAVADO(A): IAT - INSTITUTO AMBIENTAL TOCANTINENSE  
ADVOGADO: Walker de Montemor Quagliarello  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO  
JUIZ CONVOCADO: Juiz SÂNDALO BUENO NASCIMENTO

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA REJEITADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU AFASTADA. RECURSO PROVIDO. - Versando a presente ação acerca de obrigação decorrente de termo de cooperação, cujo foro eleito para dirimir possíveis conflitos foi o de Palmas-TO, é manifesta a sua competência. - Presentes os requisitos que autorizam o deferimento da medida requerida, a suspensão da liminar concedida em primeiro grau é medida que se impõe. - O caso em comento reúne os requisitos que permitem, seja aplicado o juízo de excepcionalidade da medida.

**ACORDÃO:** Acordam os componentes da 3ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, e, DAR-LHE PROVIMENTO, confirmando a liminar concedida às fls. 322/323, afastando a decisão proferida no primeiro grau. Votaram, com o Relator, os Desembargadores LUIZ GADOTTI e MARCO VILLAS BOAS. O Desembargador MARCO VILLAS BOAS, acompanhou o relator e acrescentou: "... porém, utilizando o poder geral de cautela, determino se oficie ao Cartório de Registro de Imóveis de Plum-TO., para este fazer constar, na matrícula do imóvel objeto da ação em exame, a existência da presente lide e, consequentemente, da efetivação da citação". Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Procurador de Justiça, JOÃO RODRIGUES FILHO. Palmas-TO, 29 de setembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10427 (10/0083769-3)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 22135-8/10, da Vara Cível da Comarca de Filadélfia-TO.  
AGRAVANTE: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A  
ADVOGADO: Marcos Rogério Lyrio Pimenta  
AGRAVADO(A): MUNICÍPIO DE PALMEIRANTE-TO  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIMITES DA DECISÃO MONOCRÁTICA – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. Nessa sede recursal, não cabe a análise do mérito da questão propriamente dita, mas, apenas, da necessidade e da pertinência da medida de tutela antecipada cuja concessão fica condicionada à existência dos requisitos estampados no artigo 273 do Código de Processo Civil, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição. CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA – MULTA COM VALOR EXCESSIVO – SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – ARTIGO ARTIGO 151, INCISO V, do Código Tributário Nacional – DECISÃO REFORMADA. Considerando a relevância dos argumentos trazidos pela agravante, corroborados, ainda, por judiciosos precedentes jurisprudenciais -, relativos à controvertida penalidade lhe aplicada, resta configurado o necessário requisito da verossimilhança das suas alegações. No tocante à existência de risco à agravada, entendendo que também demonstrada na espécie, por outro lado, a suspensão da exigibilidade do crédito não representa risco ao agravante, visto que poderá, caso seja, ao final, vencedor na demanda, prosseguir na prática dos atos necessários à cobrança do crédito.

**ACORDÃO:** Acordam os Desembargadores componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a Presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a Ata de Julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, e DAR-LHE PROVIMENTO, para reformar a decisão de primeiro grau e suspender a exigibilidade do crédito tributário constituído através do Auto de Infração e Imposição de Multa de ISS nº 001/ISSQN/2009, lavrada pelo Município de Palmeirante, ora agravado, até o julgamento final da Ação Anulatória de Débito Fiscal autuada sob o protocolo nº 2010.0002.2135-8, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Filadélfia-TO, nos termos do voto do Relator Desembargador MOURA FILHO. Votaram com o Relator, os Desembargadores DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Promotor de Justiça MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10552 (10/0084585-8)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação Civil Pública nº 3807/09, da Vara de Infância e Juventude da Comarca de Palmas-TO.  
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS-TO  
PROC GERAL MUN: Antônio Luiz Coelho e Outros  
AGRAVADO(A): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROMOTORA: Zenaide Aparecida da Silva  
PROC.(ª) JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS - FAZENDA PÚBLICA - POSSIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO

PROVIDO. Não é absoluto o impedimento à antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública, ainda que se trate de medida satisfativa, quando, como no caso, evidencia-se risco de dano irreparável ou de difícil reparação à saúde e à vida, bens jurídicos constitucionalmente tutelados em primeiro plano. Atendidos os requisitos do art. 273 do CPC há que se deferir a antecipação de tutela pleiteada.

**ACORDÃO:** Acordam os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO para manter intocada a decisão de primeiro grau. Votaram com o Relator Desembargador MOURA FILHO, o Desembargador DANIEL NEGRY e o Desembargador LUIZ GADOTTI, que presidiu a sessão. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Promotor de Justiça MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10653 (10/0085245-5)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação de Busca e Apreensão nº 62522-0/10, da 2ª Vara Cível da Comarca de Palmas – TO.  
AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A  
ADVOGADO: Marinólia Dias dos Reis e Outros  
AGRAVADO(A): JOSIAS RIBEIRO DOS SANTOS SOUZA.  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - DECRETO-LEI Nº 911/69 - RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - APLICAÇÃO DO ARTIGO 3º, § 1º, DO DECRETO LEI 911/69, ALTERADO PELA LEI 10931/04. O decreto-lei 911/69, alterado pela lei 10.931/04, não fere os princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, não somente porque é possível a ampla discussão do contrato, no curso da demanda, como porque o STF já se manifestou afirmando ter havido a recepção dele pela Constituição Federal de 1988. Portanto, a antecipação da consolidação da propriedade e posse plena no patrimônio do credor fiduciário, após a execução da liminar de busca e apreensão, nos termos do § 1º, artigo 3º, Decreto-lei 911/69, não ofende os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**ACORDÃO:** Acordam os Desembargadores componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a Presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a Ata de Julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, e DAR-LHE PROVIMENTO, de acordo com o voto do Desembargador MOURA FILHO – Relator, para reformar parcialmente a decisão objurgada, decotando a ressalva feita pelo julgador monocrático, consolidando, efetivamente, a posse e propriedade dos bens em nome do credor fiduciário, cabendo a este a alienação e o uso dos bens objeto da busca e apreensão. Votaram com o Relator os Desembargadores DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Promotor de Justiça MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10675 (10/0085519-5)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação de Execução nº 65938-8/10, 5ª Vara Cível da Comarca de Palmas - TO  
AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A  
ADVOGADO: Osmarino José de Melo  
AGRAVADO(A): SUPERMERCADO O CAÇULINHA LTDA E MAURO ADRIANO RIBEIRO E MARIA ILZA RIBEIRO COIMBRA  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO  
RELATOR: Juiz SANDALO BUENO DO NASCIMENTO

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECOLHIMENTO DE METADE DO VALOR DA TAXA JUDICIÁRIA AO FINAL DA AÇÃO. PREVISÃO LEGAL. REFORMA DA DECISÃO SINGULAR. - Nos termos do Código Tributário Estadual do Tocantins, é possível o recolhimento de metade do valor correspondente à taxa judiciária ao final da ação. - Não existindo a restrição legal de que tal benefício poderia ser concedido apenas em processo de conhecimento, não compete ao aplicador do direito fazer tal restrição ao contribuinte. - A solidez de instituição financeira requerente do benefício reduz substancialmente a eventual possibilidade de a segunda parcela não ser recolhida ao final da demanda.

**ACORDÃO:** Acordam os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade e DAR-LHE PROVIMENTO para, reformando a decisão agravada, possibilitar ao agravante o recolhimento de metade do valor da taxa judiciária ao término do processo em primeira instância, nos moldes do art. 91 do Código Tributário Estadual. Votaram com o Relator o Desembargador LUIZ GADOTTI e MARCO VILLAS BOAS. Compareceu representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, a Procuradora de Justiça LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES. Palmas-TO, 17 de novembro de 2010.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10838 (10/0087124-7)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação Cautelar Inominada nº 81434-0/10, da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos da Comarca de Palmas-TO.  
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS  
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO  
AGRAVADO(A): LOUISE MARTINS ALCANFOR  
ADVOGADO: Jocélio Nobre da Silva  
PROC.(ª) JUSTIÇA: VERA NILVA ÁLVARES ROCHA.  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO IMPROVIDO. - Ausentes os requisitos que autorizam o deferimento da medida requerida neste agravo de instrumento, a manutenção da liminar concedida em primeiro grau, é medida que se impõe. - O caso em comento não reúne os requisitos que permitem seja aplicado o juízo de excepcionalidade da medida.

**ACORDÃO:** Acordam os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de

conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO para manter intocada a decisão de primeiro grau. Votaram, com o Relator, os Desembargadores DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Procurador de Justiça, em substituição, MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10911 (10/0087796-2)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
REFERENTE: Ação Cautelar Nº.9.5455-0/10, da 1ª Vara Cível da Comarca de Palmas – TO.  
EMBARGANTE/AGRAVANTE: MANOEL ANTÔNIO BARBOSA  
ADVOGADO: Guilherme Trindade M. Costa  
EMBARGADO: DECISÃO DE FLS. 58/60  
AGRAVADO(A): BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. OMISSÃO. AUSÊNCIA. PEDIDO JÁ DEFERIDO NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO NÃO PROVIDO. - O Regimento Interno desta Corte (art. 261), do mesmo modo que o da Suprema Corte (art. 337), não admite embargos de declaração contra decisão unipessoal do Relator, mas somente contra acórdão — as decisões monocráticas dos relatores devem ser atacadas por Agravo Regimental, quando cabível (arts. 251 e 252 do RITJTO), contudo, considerando o entendimento consolidado dos Tribunais Pátrios, e em homenagem ao princípio da fungibilidade podem ser recebidos como agravo regimental. - A decisão a quo deferiu em parte a liminar pleiteada, pois determinou que a empresa embargada apresentasse os documentos especificados na inicial, ou seja, o contrato de leasing estabelecido entre as partes. Sendo assim, não há que se falar em omissão.

**ACÓRDÃO:** Acordam os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume o acórdão embargado. Votaram com o Relator os Desembargadores DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI. Compareceu representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça o Procurador de Justiça, MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 11044 (10/0088853-0)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.  
REFERENTE: Ação Declaratória de Nulidade nº 92133-3/10, da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas.  
AGRAVANTE: ANTONIO APARECIDO DA SILVA  
ADVOGADO: Priscila Costa Martins  
AGRAVADO(A): DECISÃO DE FLS. 104/105  
AGRAVADA: DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS – EFEITO SUSPENSIVO INDEFERIDO – RECURSO NÃO PROVIDO. - Deve-se indeferir o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento se não demonstrado os requisitos para a sua concessão.

**ACÓRDÃO:** Acordam os Desembargadores componentes da 2ª Turma da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, de conformidade com a Ata de Julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, para manter na íntegra a decisão regimentalmente agravada. Votaram com o Relator Desembargador MOURA FILHO, os Desembargadores DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI, que presidiu a sessão. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o(a) Promotor(a) de Justiça MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**REEXAME NECESSÁRIO – REENEC – 1683 (10/0083608-5)**

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.  
REFERENTE: Ação de Mandado de Segurança Nº 1694/01, da 2ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registro Públicos.  
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS - TO  
IMPETRANTE: ADONAI SOARES CARNEIRO  
ADVOGADO: Luciano do Espírito Santo  
IMPETRADO: COORDENADOR DA DÍVIDA ATIVA E GERENTE DE COBRANÇA - CODAT DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROC.(ª) JUSTIÇA: MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA - FISCO ESTADUAL – CADASTRO DE PESSOA FÍSICA - REGULARIDADE – CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO – ATO ILEGAL - ABUSIVO - ARTIGO 20 CÓDIGO CIVIL - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - RECONHECIMENTO - ORDEM- CONCEDIDA - MANUTENÇÃO. As Pessoas Jurídicas têm existência distinta da de seus membros, conforme artigo 20 do Código Civil. Incabível a responsabilidade do Sócio de sociedade de cotas de responsabilidade limitada, indistintamente, sem qualquer prova de sua responsabilidade solidária. Sendo pessoas jurídicas distintas da dos seus sócios integrantes, se afigura ilegal e abusivo o ato administrativo emanado da autoridade pública em negar certidão de prova de regularidade cadastral para fins de participar de concorrência como exigido.

**ACÓRDÃO:** Acordam os Desembargadores componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sob a Presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a Ata de Julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao reexame necessário, mantendo a sentença, de acordo com o voto do Relator Desembargador MOURA FILHO. Acompanhou o Relator, os Desembargadores DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Promotor de Justiça MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**REEXAME NECESSÁRIO – REENEC – 1684 (10/0083621-2)**

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.  
REFERENTE: Ação de Mandado de Segurança c/ Pedido de Liminar Nº 4316/04, da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos.  
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZ. E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO  
IMPETRANTE: JOAQUIM GUEDES COELHO FILHO  
ADVOGADO: Sérgio Fontana e Outro  
IMPETRADO: PRESIDENTE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE PALMAS-TO  
PROC.(ª) JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO. MULTA DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO. VIOLAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 281 DO CTN. IMPOSSIBILIDADE DE REABERTURA DE PRAZO PARA NOVA NOTIFICAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - Ausente a notificação da infração, tendo ocorrido apenas o recebimento da guia de recolhimento com o valor da multa incluso, não preenche os requisitos da notificação, sendo esta indispensável. Indiscutível, portanto, a violação a direito líquido e certo, julgando acertadamente o Magistrado a quo, que reconheceu a nulidade do procedimento administrativo. - “A anulação do procedimento administrativo não possibilita uma nova abertura ou reinício do prazo de trinta dias para a notificação afim de apresentação de defesa prévia. Assim, decorrido o referido interregno, deve ser declarada a decadência do direito de punir do Estado.”

**ACÓRDÃO:** Acordam os Desembargadores componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador LUIZ GADOTTI, de conformidade com a Ata de Julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, reformando a sentença de primeiro grau no que tange a concessão de nova oportunidade do direito de apresentar defesa, reconhecendo a decadência do direito de punir do estado, mantendo-se no mais os seus exatos termos. Votaram com o Relator o Desembargador DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o(a) Procurador(a) de Justiça MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 15 de dezembro de 2010.

**APELAÇÃO CÍVEL – AP 9097 (09/0075396-0)**

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI-TO  
REFERENTE: Ação Civil Pública nº. 7.7158-5/08, da Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos.  
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
APELADA: GOIACIARA TAVARES CRUZ  
ADVOGADO: Raimundo Nonato Fraga Sousa  
APELANTE: GOIACIARA TAVARES CRUZ  
ADVOGADO: Raimundo Nonato Fraga Sousa  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATOR: Juiz NELSON COELHO FILHO (em substituição)

**EMENTA:** APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – 1º APELO – IMPROVIMENTO - LEI MUNICIPAL – CRIAÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL VITALÍCIA – VIÚVA DE PREFEITO – INCONSTITUCIONALIDADE – AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO – QUEBRA DO EQUILÍBRIO ATUARIAL E FINANCEIRO – CARÁTER CONTRIBUTIVO E RETRIBUTIVO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - ART. 40, ART. 195 e ART. 201, § 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ART. 37, CAPUT, DA CF – 2º APELO – IMPROVIMENTO – DEVOLUÇÃO DOS PROVENTOS PERCEBIDOS – MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO JULGADO – PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA – PROPORCIONALIDADE – RAZOABILIDADE - PRESERVAÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA CONCRETIZADA – SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. 1. Em observância aos princípios e regras constitucionais que regem o sistema previdenciário, é imprescindível para criação de benefícios previdenciários a indicação da fonte de custeio, assim como a preservação do equilíbrio atuarial e financeiro do sistema, destacando-se o caráter contributivo e retributivo imposto a qualquer benefício previdenciário, a rigor da interpretação sistêmica dos artigos 40, 195 e 201, § 1º, todos da Constituição Federal. Evidente, também, a afronta aos princípios norteadores da administração pública, inscritos no artigo 37, “caput”, da CF. 2. Sob essa orientação, forçoso é convir que a Lei Municipal nº. 1.765/2008, que concedeu pensão especial vitalícia à viúva de então Prefeito Municipal, na forma ali tratada, sem a respectiva fonte de custeio para a implantação do benefício e sem que houvesse qualquer tipo de contribuição pretérita do segurado, não guarda compatibilidade vertical com a ordem constitucional vigente. 3. De outro lado, em razão do reconhecimento da inconstitucionalidade do benefício, a jurisprudência pátria, em homenagem ao princípio da segurança jurídica, da proporcionalidade e da razoabilidade, tem admitido a modulação dos efeitos do julgado, de modo a preservar a situação jurídica concretizada, afastando a condenação à devolução dos proventos percebidos pelo beneficiário, mormente quando revestido de boa-fé. 4. Recursos improvidos. Sentença mantida integralmente.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO aos apelos interpostos, mantendo-se integralmente a sentença recorrida. Votaram com o Relator os Excelentíssimos Desembargadores ANTÔNIO FÉLIX – Revisor e LUIZ GADOTTI – Vogal. Ausência momentânea do Excelentíssimo Desembargador MOURA FILHO - Vogal. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Promotor de Justiça em substituição MARCOS LUCIANO BIGNOTTI. Palmas-TO, 10 de novembro de 2010.

**APELAÇÃO CÍVEL – AP 11334 (10/0086158-6)**

ORIGEM: COMARCA DE TOCANTINÓPOLIS/TO  
REFERENTE: Ação de Investigação de Paternidade nº. 16990-9/10 – Única Vara Cível.  
APELANTE: A. J. B. N., REPRESENTADA POR SUA GENITORA N. B. N., ASSISTIDA POR SUA MÃE M. V. B. S.  
ADVOGADO: Riths Moreira Aguiar  
APELADO: A. P. Q.  
ADVOGADO: Marcelo R. Queiroz Santos  
RELATOR: Juiz NELSON COELHO FILHO

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE – BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE CONFIGURADO – CORRETA FIXAÇÃO DA VERBA ALIMENTAR – SERVIDOR PÚBLICO – VENCIMENTOS NÃO VINCULADOS AO

SALÁRIO MÍNIMO – JULGAMENTO ULTRA E EXTRA PETITA – INOCORRÊNCIA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – VALOR DE DOZE PRESTAÇÕES ALIMENTÍCIAS. 1 – Segundo estabelece o artigo 1.694 e seu §1º do CC/02, podem os parentes, cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitam para viver, de modo compatível com sua condição social, devendo os alimentos ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada. 2 - Demonstrada a necessidade da filha em receber alimentos, e a plena condição financeira de prover o sustendo pelo pai, está evidenciado o binômio necessidade/possibilidade. 3 - Sendo o alimentante servidor público, percebendo vencimentos não vinculados ao salário mínimo, a fixação da verba alimentícia deve ser feita em percentual sobre os vencimentos líquidos do alimentante, abatidos os descontos obrigatórios (Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária). 4 - Não há se falar em julgamento ultra e/ou extra petita, pois, em casos de alimentos, cabe ao julgador analisar caso a caso, e vendo a necessidade/possibilidade, fixar os alimentos como entender razoável, em patamar que atenda as necessidade do alimentado e a possibilidade de pagar do alimentante. Demais, se a questão envolve direito de menores, relativo a alimentos, é lícito ao julgador analisar o pedido sobre o prisma maior da necessidade/possibilidade, binômio consagrado no Código Civil de 2002. 5 - Os honorários advocatícios, em ação de alimentos, devem ser fixados em percentual sobre o valor de uma anuidade alimentar. No caso dos autos, considerando a complexidade da demanda e o grau de zelo profissional dos procuradores, tem-se que os honorários devem ser fixados em 10% sobre a soma de 12 prestações alimentares. 6 – Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador LUIZ GADOTTI, acordam os componentes da 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, em DAR PARCIAL PROVIMENTO ao apelo, reformando a sentença monocrática no tocante a verba alimentar da apelante, fixando no percentual de 15% (quinze por cento), do salário líquido do apelado, deduzido apenas Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária, devendo ser descontado em folha de pagamento e depositados na conta bancária indicada pela genitora. Fixou ainda honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor de 12 prestações alimentícias. No mais, manteve a sentença monocrática nos termos do Relatório e Voto do Relator Juiz Nelson Coelho Filho, que passam a fazer parte integrante do presente julgado. Votaram com o Relator o Desembargador ANTONIO FÉLIX – Vogal; e o Juiz SÂNDALO BUENO DO NASCIMENTO - Vogal. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Procurador de Justiça JOÃO RODRIGUES FILHO. Palmas-TO, 22 de outubro de 2010. SECRETARIA DA 2ª CÂMARA CÍVEL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, ao primeiro (01) dia do mês de fevereiro de 2011.

1ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: WANDELBERTE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Pauta

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL  
PAUTA DE PUBLICAÇÃO Nº 4/2011

Será(ão) julgado(s) pela 1ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em sua quarta (4ª) sessão ordinária de julgamento, ao(s) 8(oito) dia(s) do mês de fevereiro de 2011(dois mil e onze), terça-feira ou nas sessões posteriores, a partir das 14h, o(s) seguinte(s) processo(s):

**1) RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – RSE – 2533/10(10/0088982-0)**  
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI  
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 52892-3/08, DA 2ª VARA CRIMINAL)  
T. PENAL: ARTIGO 171, "CAPUT", (POR TRÊS VEZES) C/C O ARTIGO 71, AMBOS DO CP, C/C O ARTIGO 16, PARAGRAFO UNICO, INCISO I, DA LEI DE Nº 10.826/03, C/C O ARTIGO 69, DO CP  
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECORRIDO: JOÃO MIRANDA CORREIA  
DEFENSOR(ª) PÚBLICO(ª): MÔNICA PRUDENTE CANÇADO  
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Drª. ELAINE MARCIANO PIRES  
RELATOR: Desembargador LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA: RSE 2533/10

|                                   |         |
|-----------------------------------|---------|
| Desembargador Luiz Gadotti -      | RELATOR |
| Desembargador Marco Villas Boas - | VOGAL   |
| Desembargador Antônio Félix -     | VOGAL   |

**2) REEXAME NECESSÁRIO – REENEC – 1695/10(10/0083801-0)**  
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI  
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 76289-4/09)  
T. PENAL: ART. 157, "CAPUT", C/C ART. 71(POR DUAS VEZES) E ART. 155, § 4º, I, C/C ART.69 TODOS DO C. P. B.  
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GURUPI-TO  
IMPETRANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
IMPETRADO: MARCOS SILVEIRA CAMARCIO  
DEFENSOR(ª) PÚBLICO(ª): JOSÉ ALVES MACIEL  
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr. RICARDO VICENTE DA SILVA  
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

3ª TURMA JULGADORA: REENEC 1595/10

|                                   |         |
|-----------------------------------|---------|
| Desembargador Daniel Negry -      | RELATOR |
| Desembargador Luiz Gadotti -      | VOGAL   |
| Desembargador Marco Villas Boas - | VOGAL   |

**3) APELAÇÃO CRIMINAL – AP – 11430/10(10/0086642-1)**  
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS  
REFERENTE: (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 61678-2/09)  
T. PENAL: ARTIGO 155, § 4º, INCISO I, DO CP  
APELANTE(S): WAGNER DA SILVA BARBOSA  
DEFENSOR(ª) PÚBLICO(ª): CAROLINA SILVA UNGARELLI  
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr. JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
RELATOR: Desembargador LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA: AP 11430/10

|                                   |         |
|-----------------------------------|---------|
| Desembargador Luiz Gadotti -      | RELATOR |
| Desembargador Marco Villas Boas - | REVISOR |
| Desembargador Antônio Félix -     | VOGAL   |

**4) APELAÇÃO CRIMINAL – AP – 10677/10(10/0081826-5)**  
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA  
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 2200/05 DA 1ª VARA CRIMINAL)  
T. PENAL: ART. 14, "CAPUT", DA LEI DE Nº 10.826/2003  
APELANTE(S): WALDONEZ GOMES DE ARAUJO  
DEFENSOR(ª) PÚBLICO(ª): DANILO FRASSETO MICHELINI  
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
APELADO(S): WALDONEZ GOMES DE ARAUJO  
DEFENSOR(ª) PÚBLICO(ª): DANILO FRASSETO MICHELINI  
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr. MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA  
RELATOR: Desembargador LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA: AP 10677/10

|                                   |         |
|-----------------------------------|---------|
| Desembargador Luiz Gadotti -      | RELATOR |
| Desembargador Marco Villas Boas - | REVISOR |
| Desembargador Antônio Félix -     | VOGAL   |

**5) APELAÇÃO CRIMINAL – AP – 10673/10(10/0081820-6)**  
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS  
REFERENTE: (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 84928-6/06)  
T. PENAL: ART. 214, C/C O ART. 224, ALINEA "A", AMBOS DO C. P. B.  
APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
APELADO(S): RAIMUNDO NONATO VIEIRA CAMPOS  
ADVOGADO: HENRY SMITH  
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr. JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
RELATOR: Desembargador LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA: AP 10673/10

|                                   |         |
|-----------------------------------|---------|
| Desembargador Luiz Gadotti -      | RELATOR |
| Desembargador Marco Villas Boas - | REVISOR |
| Desembargador Antônio Félix -     | VOGAL   |

**6) APELAÇÃO CRIMINAL – AP – 10967/10(10/0083895-9)**  
ORIGEM: COMARCA DE ALMAS  
REFERENTE: (DENÚNCIA Nº 76534-6/09- ÚNICA VARA)  
T. PENAL: ARTIGO 121, § 2º, INCISOS I E IV, C/C O ARTIGO 14, E ARTIGO 329, TODOS DO CP  
APELANTE(S): JOSUÉ FERREIRA DE SOUSA  
DEFENSOR(ª) PÚBLICO(ª): ELISA MARIA PINTO DE CERQUEIRA E NAPOCIANE PEREIRA POVOA  
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr. JOÃO RODRIGUES FILHO  
RELATOR(A): Desembargador MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA: AP 10967/10

|                                   |         |
|-----------------------------------|---------|
| Desembargador Marco Villas Boas - | RELATOR |
| Desembargador Antônio Félix -     | REVISOR |
| Desembargador Moura Filho -       | VOGAL   |

Decisões / Despachos  
Intimações às Partes

**HABEAS CORPUS N.º 7030/11 (10/0090611-5)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
IMPETRANTE: CLAIRTON LUCIO FERNANDES  
PACIENTE: NEILTON FERREIRA DE SOUSA  
ADVOGADO: CLAIRTON LÚCIO FERNANDES  
IMPETRAD: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO  
RELATOR : Desembargador MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, do despacho a seguir transcrito: "Verifico que os autos foram por mim recebidos no Plantão Forense. O pedido liminar foi indeferido, conforme se infere da decisão de fls. 75/76. Após, vieram-me distribuídos por sorteio e remetidos à conclusão. Portanto, tendo ocorrido à apreciação do pedido liminar, em regime de plantão, NOTIFIQUE-SE o Juízo-impetrado para que preste as informações, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme disposto no art. 149 do RITJTO. Em seguida, OUÇA-SE a Douta Procuradoria Geral da Justiça. P.R.I. Palmas-TO, 28 de janeiro de 2011. Desembargador MOURA FILHO-Relator." SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 31 dias do mês de janeiro de de 2011.

**HABEAS CORPUS N.º 7060/11 (10/0090915-7)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
PACIENTE: TARCISO LOPES DA SILVA  
DEF. PÚBL.: RUBISMARK SARAIVA MARTINS  
IMPETRAD: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO  
RELATOR : Desembargador MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "É consabido que em sede de habeas corpus a concessão liminar da ordem pode significar o exaurimento da prestação jurisdicional, pela própria natureza da decisão. Daí porque antes de conceder tal medida o julgador deve ser especialmente cauteloso.Ademais, a concessão de liminar em sede de habeas corpus constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada, de

forma manifesta, a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.Na hipótese presente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano. À vista disso, deixo para deliberar sobre a concessão da ordem para soltura do paciente, quando então o Juiz indigitado coator já terá prestado suas informações, que somadas aos documentos carreados a estes autos, darão maior clareza e segurança a este Tribunal para decidir sobre os fatos alegados pelo impetrante.Diante do exposto e por cautela, DENEGO a liminar requestada.NOTIFIQUE-SE o Juízo-impetrado para que preste as informações, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme disposto no art. 149 do RITJTO. Em seguida, OUÇA-SE a Douta Procuradoria Geral da Justiça.P.R.I.C.Palmas-TO, 28 de janeiro de 2011.Desembargador MOURA FILHO-Relator.”

**HABEAS CORPUS N.º 7087/11 (10/0091197-0)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
IMPETRANTES: CARMELENA ABADIA DE SÁ E RENATA SILVA FERREIRA JUBÉ  
PACIENTES: LEANDRO LAGARES DA SILVA E ALEXANDRO LAGARES DA SILVA  
ADVOGADA(S): CARMELENA ABADIA DE SÁ E RENATA SILVA FERREIRA JUBÉ  
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO  
RELATOR : Desembargador MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: “É consabido que em sede de habeas corpus a concessão liminar da ordem pode significar o exaurimento da prestação jurisdicional, pela própria natureza da decisão, de sorte que a denegação do mérito implicaria em novas providên-cias para o ergastulamento do paciente indevidamente liberado, cujo sucesso dessa diligência seria uma incógnita. Daí porque antes de conceder tal medida o julgador deve ser especialmente cauteloso.Ademais, a concessão de liminar em sede de habeas corpus constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada, de forma manifesta, a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.Na hipótese presente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano. À vista disso, deixo para deliberar sobre o pedido de soltura dos réus por ocasião do julgamento final deste writ, quando então o Juiz indigitado coator já terá prestado suas informações, que somadas aos documentos carreados a estes autos, darão maior clareza e segurança a este Tribunal para decidir sobre os fatos alegados pelo impetrante.Diante do exposto e por cautela, DENEGO a liminar requestada.NOTIFIQUE-SE o Juiz-impetrado para que preste as informações, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme disposto no art. 149 do RITJTO. Em seguida, OUÇA-SE a Douta Procuradoria Geral da Justiça. P.R.I.C.Palmas-TO, 28 de janeiro de 2011. Desembargador MOURA FILHO-Relator.”

**HABEAS CORPUS N.º 7052/11 (10/0090862-2-6)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
IMPETRANTE: JÚLIO CÉSAR BAPTISTA DE FREITAS  
PACIENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA NEGRE  
ADVOGADO: JÚLIO CESAR BAPTISTA DE FREITAS  
IMPETRAD: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA COMARCA DE CRISTALÂNDIA-TO  
RELATOR : Desembargador MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: “É consabido que em sede de habeas corpus a concessão liminar da ordem pode significar o exaurimento da prestação jurisdicional, pela própria natureza da decisão, de sorte que a denegação do mérito implicaria em novas providên-cias para o ergastulamento dos pacientes indevidamente liberados, cujo sucesso dessa diligência seria uma incógnita. Daí porque antes de conceder tal medida o julgador deve ser especialmente cauteloso.Ademais, a concessão de liminar em sede de habeas corpus constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada, de forma manifesta, a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado. Na hipótese presente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano. À vista disso, deixo para deliberar sobre o pedido de soltura do réu por ocasião do julgamento final deste writ, quando então o Juiz indigitado coator já terá prestado suas informações, que somadas aos documentos carreados a estes autos, darão maior clareza e segurança a este Tribunal para decidir sobre os fatos alegados pelo impetrante. Diante do exposto e por cautela, DENEGO a liminar requestada.NOTIFIQUE-SE o Juiz-impetrado para que preste as informações, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme disposto no art. 149 do RITJTO. Em seguida, OUÇA-SE a Douta Procuradoria Geral da Justiça.P.R.I.C.Palmas-TO, 28 de janeiro de 2011.Desembargador MOURA FILHO-Relator.”

**HABEAS CORPUS Nº 7062 (10/0090919-0)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
IMPETRANTE: FABIANA RAZERA GONÇALVES  
PACIENTE: ROBERTO GOMES SILVA  
DEFª. PÚBL.ª: FABIANA RAZERA GONÇALVES  
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS– TO  
RELATOR: Desembargador ANTÔNIO FÉLIX

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTÔNIO FÉLIX - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: “Trata-se de Habeas Corpus liberatório com pedido de liminar impetrado pela Defensora Pública FABIANA RAZERA GONÇALVES em favor do paciente ROBERTO GOMES SILVA, no qual aponta como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Palmas-TO. Expõe que no dia 04 de novembro de 2010, por volta da 03h00min o paciente foi preso em flagrante, em virtude de ter praticado supostamente o delito tipificado no art. 213, §1º do Código Penal (estupro) contra a menor Milena Alves da Silva. Tece considerações a respeito do instituto da liberdade provisória, asseverando que na decisão ora combatida, não estão presentes os requisitos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal e da falta de fundamentação da decisão que decretou a prisão do paciente, alegando para tanto que o julgador monocrático utilizou fundamentos genéricos para decretar a Prisão do paciente com base à aplicação da lei penal. -fl.05 Colaciona entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca da ilegalidade da prisão preventiva e que a prisão cautelar só deve ser mantida em situações excepcionais alega

também que o STJ é categórico ao afirmar que o simples fato de o acusado ser reincidente, ainda que específico, não autoriza a manutenção da prisão preventiva, alegando que no caso dos autos o paciente sequer pode ser considerado portador de maus antecedentes, pois não fora condenado por nenhum crime. Aduz que o fato de o paciente não apresentar comprovantes de endereço fixo no distrito da culpa e exercer profissão lícita, por si só, não é motivo suficiente para a decretação da prisão preventiva, outrossim, a ausência de documentos comprobatórios pessoais do paciente não pode servir como fundamento da prisão em razão de uma suposta presumida possibilidade de fuga. Traz que o fumus boni iuris encontra-se evidenciado na falta de fundamentação do decreto prisional e o periculum in mora está demonstrado na submissão do Paciente ao ambiente deletério da prisão. Requer, em caráter liminar, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente e, no mérito, a confirmação da ordem em definitivo. Junta os documentos de fls. 15/43. É o necessário a relatar. Decido. Conforme sabido, é condição imprescindível para o deferimento da pretensão deduzida no writ, em caráter liminar, a comprovação da presença concomitante da “fumaça do bom direito” e do “perigo da demora” na prestação jurisdicional. No caso, não me parece verter em favor do paciente o primeiro requisito, sobretudo porque os documentos colacionados pelo impetrante não trazem elementos que demonstram, de plano, a ilegalidade da decisão que ora se busca desconstituir. O paciente em seu interrogatório à fl. 33 informa que já foi preso e processado por roubo. Insta ainda ressaltar que o paciente não comprovou possuir ocupação lícita e tampouco residência fixa no distrito da culpa. Neste momento de cognição sumária, não vislumbro a presença simultânea de elementos suficientes que corroborem a mencionada ilegalidade na decretação da prisão ora combatida, o juiz singular traz em sua decisão de fls. 42 que “...preleciona que “se o acusado ou indiciado não tem residência fixa, ocupação lícita, nada, enfim, que o radique no distrito da culpa, há um sério risco para a eficácia da futura decisão se ele permanecer solto até o final do processo, diante da sua provável evasão”, justificando-se a decretação da medida cautelar para a garantia da aplicação da lei penal...”, motivo pelo qual, pautando-me pela cautela, hei por bem em requisitar as informações da autoridade impetrada, as quais reputo importantes para formar meu convencimento acerca da concessão ou denegação da ordem. Desta forma, tendo em vista não restar demonstrada a presença concomitante do fumus boni iuris e do periculum in mora, INDEFIRO a ordem requestada. Requisite-se da autoridade impetrada, os informes no prazo de 03 (três) dias. Após, colha-se o parecer criminal do Órgão de Cúpula Ministerial. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 22 de janeiro de 2010. Desembargador Antônio Félix-Relator. ”

Acórdãos

**HABEAS CORPUS – HC – 6887/10(10/0088968-5)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
T. PENAL: ART. 299, 312 E 317 DO C. P. B.  
IMPETRANTES: JOAQUIM GONZAGA NETO E RENATO ALVES SOARES  
PACIENTE: SAULO BARROS BORBA  
ADVOGADO(S): RENATO ALVES SOARES E OUTROS  
IMPETRADO(A): JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE XAMBIOÁ - TO  
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Drª. ELAINE MARCIANO PIRES  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA, PECULATO E CORRUPÇÃO PASSIVA. PRISÃO PREVENTIVA. AMEAÇA À TESTEMUNHA. PRETENSÃO DE FUGA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE. IRRELEVÂNCIA. MANUTENÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO. - Mantém-se a constrição cautelar do paciente, quando baseada na necessidade de resguardar a instrução criminal, em razão de supostas ameaças às testemunhas de acusação. - É válido o decreto de prisão preventiva que se encontra devidamente fundamentado na garantia de aplicação da lei penal, quando existem provas que demonstram que o paciente pretendia evadir-se do distrito de culpa. - As condições pessoais do acusado não obstam a custódia provisória, quando ocorrentes motivos que legitimam a constrição do paciente.

**A C Ó R D Ã O:** Acordam os componentes da 1ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência em exercício do Desembargador MOURA FILHO, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do presente writ e louvando no parecer ministerial, DENEGAR a ordem requestada. Acompanharam o voto do relator os Desembargadores DANIEL NEGRY e LUIZ GADOTTI, e, a Juíza FLÁVIA AFINI BOVO. Ausência justificada do Desembargador ANTÔNIO FÉLIX. Fizeram sustentação oral, pelo paciente o Dr. JOAQUIM GONZAGA NETO e pelo Ministério Público a Dra. VERA NILVA ÁLVARES ROCHA. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, a Procuradora de Justiça, VERA NILVA ÁLVARES ROCHA. Palmas-TO, 25 de janeiro de 2011.

**HABEAS CORPUS – HC – 6860/10(10/00887704)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
T. PENAL: ART. 33, “CAPUT” DA LEI 11.343/06  
IMPETRANTE: JOMAR PINHO DE RIBAMAR  
PACIENTE: GILVAN RODRIGUES DA SILVA  
ADVOGADO: JOMAR PINHO DE RIBAMAR  
IMPETRADO(A): JUIZA DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GURUPÍ - TO  
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Drª. ELAINE MARCIANO PIRES  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. PRESENÇA DOS MOTIVOS QUE AUTORIZAM A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. INAFIANÇABILIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS DO ACUSADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. - A decisão demonstrou as circunstâncias concretas ensejadores para manutenção da segregação cautelar, como forma de garantir a ordem pública, diante da gravidade do crime e como medida para impedir a reiteração de tal prática criminosas, não havendo direito à liberdade provisória. - A vedação à liberdade provisória para o delito de tráfico de drogas advém da própria Constituição, a qual prevê a inafiançabilidade (art. 5º, XLIII). - É pacífico na Jurisprudência o entendimento de que as condições pessoais de primariedade, bons antecedentes, emprego definido e residência fixa, não acarretam constrangimento ilegal nem constitui afronta aos princípios constitucionais insculpidos no art. 5º da Carta Magna, tampouco obstam a custódia cautelar, se outros elementos dos autos a recomendam.

**ACÓRDÃO:** Acordam os componentes da 1ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, de conformidade com a ata de julgamento, por maioria de votos, louvando no parecer da Douta Procuradoria Geral de Justiça, em conhecer do presente writ, mas DENEGAR a ordem requestada. O Desembargador DANIEL NEGRY em seu voto oral divergiu para conceder a ordem por entender que não é só o fato do clamor público, de ser crime hediondo que justificaria a prisão cautelar, esta deve ser fundada em fatos concretos que não só aqueles que envolveram o delito, inclusive, quanto ao art. 312 do CPP, não bastando só para a garantia da ordem pública a existência do crime, sua materialidade e autoria, mas a sua necessidade. Se posicionou, outrossim, acerca do art. 44 da Lei nº 11.343/06 no sentido de que o mesmo não é mais aplicado e que, portanto, a liberdade provisória pode ser concedida. Ausência justificada do Desembargador ANTÔNIO FÉLIX. Acompanharam o voto do relator, Desembargador MOURA FILHO, que presidiu a sessão, o Desembargador LUIZ GADOTTI e a Juíza FLÁVIA AFINI BOVO. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, a Procuradora VERA NILVA ALVARES ROCHA. Palmas-TO, 25 de janeiro de 2011.

**HABEAS CORPUS – HC – 6885/10(10/0088945-6)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
T. PENAL: ART. 33 E 35 DA LEI 11.343/06  
IMPETRANTES: ANDRÉ ELIAS ARIANO ACHCAR  
PACIENTE: SÉRGIO LUIZ ARIANO ARCHCAR  
IMPETRADO(A): JUIZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO  
PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr. JOSÉ EDUARDO SAMPAIO(Promotor de Justiça em substituição automática)  
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

**EMENTA:** EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO CRIMINAL JÁ ENCERRADA. SÚMULA 52 DO STJ. DEMORA PROVOCADA PELA DEFESA. SÚMULA 64 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. - Encerrado o sumário da culpa, resta superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo. Incidência da Súmula 52 do STJ. - Sendo a demora provocada pela defesa, não se cogita de habeas corpus por excesso de prazo. Incidência da Súmula 64 do STJ.  
**ACÓRDÃO:** Acordam os componentes da 1ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, louvando no parecer da Douta Procuradoria Geral de Justiça, em conhecer do presente writ, mas DENEGAR a ordem requestada. Ausência justificada do Desembargador ANTÔNIO FÉLIX. Acompanharam o voto do relator, Desembargador MOURA FILHO, que presidiu a sessão, os Desembargadores LUIZ GADOTTI e DANIEL NEGRY e a Juíza FLÁVIA AFINI BOVO. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, a Procuradora VERA NILVA ALVARES ROCHA. Palmas-TO, 25 de janeiro de 2011.

## 2ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO  
**Pauta**

**PAUTA ORDINÁRIA Nº 4/2011**

Serão julgados pela 2ª CÂMARA CRIMINAL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins na 4ª SESSÃO ORDINÁRIA JUDICIAL, aos 8 (oito) dias do mês de fevereiro (2) de 2011, terça-feira, ou nas sessões posteriores, a partir das 14:00 horas, os seguintes processos:

**1)= RECURSO EM SENTIDO ESTRITO RSE-2525 (10/0088203-6)**  
ORIGEM: COMARCA DE NOVO ACORDO  
RECURSO ORIGINÁRIO: 44673-2/07  
REFERENTE: (DENÚNCIA Nº 44673-2/07 - ÚNICA VARA)  
T.PENAL: ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CP  
RECORRENTE: MARCOS ROGÉRIO VITURINO RODRIGUES  
DEFEN. PÚB: FABRICIO DIAS BRAGA DE SOUSA  
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES  
RELATORA: DESEMBARGADORA ÂNGELA PRUDENTE

**5ª TURMA JULGADORA RSE-2525(10/0088203-6)**

|                                |                 |
|--------------------------------|-----------------|
| Desembargadora Ângela Prudente | <b>RELATORA</b> |
| Desembargador Carlos Souza     | <b>VOGAL</b>    |
| Desembargador Liberato Póvoa   | <b>VOGAL</b>    |

**2)=APELAÇÃO - AP-11685(10/0087697-4)**  
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS.  
REFERENTE: (DENÚNCIA Nº 73833-6/06- ÚNICA VARA CRIMINAL)  
T.PENAL: ARTIGO 180, CAPUT, DO CPB  
APELANTE: LEUDIVINO DA CONCEIÇÃO.  
DEFEN. PÚBL.: FREDDY ALEJANDRO SOLÓRZANO ANTUNES  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA  
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

**3ª TURMA JULGADORA AP-11685(10/0087697-4)**

|                                  |                 |
|----------------------------------|-----------------|
| Desembargador Amado Cilton       | <b>RELATOR</b>  |
| Desembargadora Jacqueline Adorno | <b>REVISORA</b> |
| Desembargadora Ângela Prudente   | <b>VOGAL</b>    |

**3)=APELAÇÃO - AP-12035(10/0089190-6)**  
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.  
REFERENTE: (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCOND. Nº 88317-2/07 - 1ª VARA CRIMINAL)  
T. PENAL: ART. 121, § 2º, INCISO II E IV, c/c ART.14, INC. II, AMBOS DO CPB  
APELANTE: GERSON ANTÔNIO DOS SANTOS  
DEFEN. PÚBL: MAURINA JACOME SANTANA  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU  
RELATORA: DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO

**4ª TURMA JULGADORA AP-12035(10/0089190-6)**

|                                  |                 |
|----------------------------------|-----------------|
| Desembargadora Jacqueline Adorno | <b>RELATORA</b> |
| Desembargadora Ângela Prudente   | <b>REVISORA</b> |
| Desembargador Carlos Souza       | <b>VOGAL</b>    |

**4)= RECURSO EM SENTIDO ESTRITO RSE-2537(10/0089288-0)**  
ORIGEM: COMARCA DE TOCANTINÓPOLIS  
RECURSO ORIGINÁRIO: 16952-6/10 16964-0/10 16989-5/10 35027-1/10  
REFERENTE: (DENÚNCIA Nº 16989-5/10 - ÚNICA VARA CRIMINAL)  
APENSO(S): (AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE Nº 16952-6/10), (PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA Nº 16964-0/10) E (RELAXAMENTO DE PRISÃO Nº 35027-1/10)  
T.PENAL: ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II, DO CP, C/C O ARTIGO 1º DA LEI Nº 8.072/90  
RECORRENTE: FRANCISCO BISPO DOS SANTOS  
ADVOGADO: BALTAZAR DE SOUZA LIMA  
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ EDUARDO SAMPAIO (PROMOTOR DESIGNADO)  
RELATORA: DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO

**4ª TURMA JULGADORA RSE-2537(10/0089288-0)**

|                                  |                 |
|----------------------------------|-----------------|
| Desembargadora Jacqueline Adorno | <b>RELATORA</b> |
| Desembargadora Ângela Prudente   | <b>VOGAL</b>    |
| Desembargador Carlos Souza       | <b>VOGAL</b>    |

### **Decisão / Despacho** **Intimação às Partes**

**HABEAS CORPUS Nº 6962 (10/0090140-5)**  
ORIGEM :TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
T. PENAL: ART. 157, DO CPB  
IMPETRANTE :LUIZ DA SILVA SÁ  
PACIENTE : RAIMUNDO NONATO BRITO BARBOSA  
DEFEN. PÚBL.: LUIZ DA SILVA SÁ  
IMPETRADO :JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPOEMA-TO  
RELATORA :DESEMBARGADORA ÂNGELA PRUDENTE

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora ANGELA PRUDENTE-Relatora, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita:`` DECISÃO MONOCRÁTICA: Luís da Silva Sá impetrou Habeas Corpus, com pedido de liminar, em favor de Raimundo Nonato Brito Barbosa, contra ato do Juiz de Direito da Única Vara Criminal da Comarca de Arapoema –TO. O Impetrante alegara, em síntese, que o paciente fora preso em flagrante delito no dia 22.10.2010, por suposta infração ao artigo 155 do Código Penal; que fora protocolado pedido de Liberdade Provisória com fundamento no artigo 310 do Código de Processo Penal, o qual fora indeferido sob o fundamento de que a prisão é necessária para a manutenção da ordem pública e aplicação da lei penal. Sustenta que para a decretação da prisão preventiva devem-se fazer presentes ao menos um dos fundamentos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal; que a decisão fora elaborada sem qualquer fundamentação; que fora utilizados fundamentos genéricos para respaldar o decreto prisional com base na ordem pública e aplicação da lei penal. Faz ilações acerca das circunstâncias pessoais do paciente e pondera pela aplicação do princípio da insignificância. Ao final, pugnou pela concessão liminar da ordem e, no mérito a confirmação da liminar. Instruíram o feito com os documentos de fls. 15/40. O pleito liminar foi indeferido às fls. 45/48, por ausência dos pressupostos necessários para concessão de indigitada liminar, a saber, o fumus boni iuris e o periculum in mora. Às fls. 52, o Magistrado Impetrado prestou as informações de mister, notificando que fora concedida liberdade provisória ao ora paciente. A Procuradoria-Geral de Justiça, às fls. 55/57, opinou pelo não conhecimento da ordem, por estar prejudicado o pedido, nos termos do artigo 659 da Lei de Ritos. É o relatório. Decido. Não restam dúvidas de que a concessão da liberdade provisória ao paciente Raimundo Nonato Brito Barbosa, pelo Magistrado a quo, em 07/12/2010, por ocasião da Audiência de Instrução (como noticiado às fls. 52), prejudica a análise meritória deste writ. Nesse sentido a jurisprudência do STJ: HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO COM NUMERAÇÃO RASPADA. FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. CONCESSÃO PELO JUIZO DE ORIGEM. PERDA DO OBJETO. PREJUDICIALIDADE. 1. Com a superveniência de decisão do Juízo singular concessiva de liberdade provisória ao paciente, desnecessária a análise de cautelaridade da sua custódia, restando o mandamus prejudicado nesse ponto, em razão da perda do seu objeto. (...) 4. Habeas corpus julgado prejudicado em relação ao pleito de liberdade provisória e, no restante, denegado. (HC 141.860/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2010, DJe 15/03/2010). GRIFEI. Destarte, são desnecessárias maiores considerações sobre o pleito em questão, considerando que o motivo fundamental da presente impetração – constrangimento ilegal em virtude da manutenção da prisão do paciente – encontra-se exaurido em virtude da concessão da liberdade provisória. ISTO POSTO, acolho o parecer ministerial para, nos termos do artigo 659 do Código de Processo Penal, julgar prejudicado o presente Habeas Corpus e determinar seu arquivamento. Publique-se, registre-se e intimem-se. Cumpra-se. Palmas –TO, 21 de janeiro de 2011. Des. ÂNGELA PRUDENTE-RELATORA".

### **Acórdãos**

**HABEAS CORPUS – HC 6776 (10/0087789-0)**  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
T. PENAL: ART. 33 §1º, III C/C ART. 40, II DA LEI 11.343/06  
IMPETRANTES: WYLKYSON GOMES DE SOUSA E ELISÂNGELA MESQUITA SOUSA  
PACIENTE: ERVAL BENMUYAL DA COSTA  
ADVOGADOS: WYLKYSON GOMES DE SOUSA E ELISÂNGELA MESQUITA SOUSA  
IMPETRADA : JUIZA AUXILIAR DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO  
PROC. DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES  
RELATORA: DESEMBARGADORA ÂNGELA PRUDENTE

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL — HABEAS CORPUS — TRÁFICO DE DROGAS — CRIME HEDIONDO — LIBERDADE PROVISÓRIA — IMPOSSIBILIDADE — ÔBICE LEGAL — INTELIGÊNCIA DO ART. 44, DA LEI Nº 11.343/06 — ORDEM NEGADA —



PRECEDENTES DO STJ E STF. 1. – No caso concreto tem-se por necessária a manutenção da segregação, em razão da vedação legal para a concessão da liberdade provisória, o que se faz com base em requisitos constantes do artigo art. 33, da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas), mormente porque o art. 44, da Lei nº 11.343/06, preconiza expressamente a vedação da liberdade provisória a quem comete crime de tráfico de drogas ou afins. 2. – Destarte, resta configurada a legalidade da decretação da prisão preventiva e a ausência de constrangimento ilegal do paciente, nos moldes da legislação vigente, cuja proibição legal da liberdade provisória, para os crimes hediondos e equiparados se encontra estampada nos institutos legais e jurisprudências supracitadas, consoante jurisprudência do STJ e STF. 3. – Ordem negada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, sob a Presidência da Desembargadora JACQUELINE ADORNO, acordam os componentes da 2ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, por maioria de votos, acolhendo o parecer do Órgão de Cúpula Ministerial, em denegar a ordem, tudo nos termos do voto da Relatora Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, que passa a fazer parte integrante do presente julgado. O Desembargador AMADO CILTON divergiu oralmente, por entender que a liminar concedida deve ser mantida, porque o juiz não pode só pela simples gravidade do delito encarcerar o cidadão, uma vez que o juiz não demonstrou em outros argumentos, conforme o art. 312 do CPP, influência do paciente na instrução criminal e risco dele se furtar a uma aplicação da lei penal. Pediu vênia a e. Relatora para manter a liminar que foi concedida, pelo e. Relator quando iniciou em primeiro plano o pedido do paciente, sendo vencido. Votou com a Relatora a Desembargadora JACQUELINE ADORNO. Ausências justificadas dos Desembargadores CARLOS SOUZA e LIBERATO PÓVOA. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Promotor de Justiça Dr. MIGUEL BATISTA DE S. FILHO. Palmas, 18 de janeiro de 2011. DESEMBARGADORA ÂNGELA PRUDENTE – Relatora.

**HABEAS CORPUS – HC 6821 (10/0088419-5)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
IMPETRANTE: JÚLIO CÉSAR CAVALCANTE ILIHIMAS  
PACIENTE: THIAGO RODRIGO FREITAS COSTA  
DEFEN. PÚBL.: JÚLIO CÉSAR CAVALCANTE ILIHIMAS  
IMPETRADO:JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS-TO  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES  
RELATORA: DESEMBARGADORA ÂNGELA PRUDENTE

**EMENTA:** DIREITO PENAL – CUMPRIMENTO DA PENA – FIXAÇÃO EM REGIME SEMI-ABERTO – RECURSO MANEJADO PELO APELADO – NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE – MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR – IMPOSIÇÃO DE REGIME MAIS GRAVOSO – IMPOSSIBILIDADE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL VERIFICADO – WRIT CONHECIDO – ORDEM CONCEDIDA. 1. – A fixação do regime semi-aberto para cumprimento de pena, contrapõe-se ao indeferimento do direito do réu aguardar o julgamento em liberdade, na medida em que a manutenção da prisão preventiva, após a prolação da sentença, constitui regime mais gravoso, o que é vedado em nosso ordenamento jurídico. 2. – Constrangimento ilegal caracterizado. 3. – Precedentes do STJ. 4. – Ordem concedida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, sob a Presidência da Desembargadora JACQUELINE ADORNO, acordam os componentes da 2ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em conceder a ordem, tudo nos termos do relatório e voto da Relatora Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, que passam a fazer parte integrante do presente julgado. Votaram com a eminente Relatora os Desembargadores AMADO CILTON e JACQUELINE ADORNO. Ausência justificada dos Desembargadores CARLOS SOUZA e LIBERATO PÓVOA. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Promotor de Justiça Dr. MIGUEL BATISTA DE S. FILHO. Palmas, 18 de Janeiro de 2011. Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE – Relatora.

**HABEAS CORPUS – HC 6807 (10/0088266-4)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
IMPETRANTE: FABRÍCIO BARROS AKITAYA  
PACIENTE: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA ELIAS  
DEF. PÚBLICO: FABRÍCIO BARROS AKITAYA  
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO  
PROC. JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA  
RELATORA: DESEMBARGADORA ÂNGELA PRUDENTE

**EMENTA:** HABEAS CORPUS – FURTO – DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – REITERAÇÃO DE CONDUTAS – ORDEM LIBERATÓRIA NEGADA. 1. – Não se vislumbra ilegalidade na decretação da custódia cautelar do paciente, tendo em vista que procedida em conformidade com as exigências legais, atendendo aos termos do art. 312, do Código de Processo Penal, e da jurisprudência dominante. A reiteração de condutas ilícitas, que denota ser a personalidade do réu voltada para a prática delitiva, obsta a revogação da medida constritiva. Precedentes. 2. – A decretação da prisão preventiva baseada na garantia da ordem pública, na necessidade de assegurar a aplicação da lei penal e na conveniência da instrução criminal está devidamente fundamentada em fatos concretos a justificar a segregação cautelar. 3. – Ordem denegada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, sob a presidência da Desembargadora JACQUELINE ADORNO, acordam os componentes da 2ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em denegar a ordem, em definitivo, tudo nos termos do relatório e voto da Relatora Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, que passam a fazer parte integrante do presente julgado. Votaram com a Relatora os Desembargadores AMADO CILTON e JACQUELINE ADORNO. Ausências justificadas dos Desembargadores CARLOS SOUZA e LIBERATO PÓVOA. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Promotor de Justiça Dr. MIGUEL BATISTA DE S. FILHO. Palmas-TO, 18 de janeiro de 2011. Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE – Relatora.

**HABEAS CORPUS - HC 6758 (10/0087554-4)**

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

T. PENAL: ART. 33, CAPUT, E ART. 35, AMBOS DA LEI Nº 11.343/06  
IMPETRANTE: FABRÍCIO SILVA BRITO  
PACIENTE: ALEXSANDRO FERNANDES LOPES  
DEF. PÚBLICO: FABRÍCIO SILVA BRITO  
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO  
PROC. JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES  
RELATORA: DESEMBARGADORA ÂNGELA PRUDENTE

**EMENTA:** HABEAS CORPUS – TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL – PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DEMONSTRAÇÃO – LIBERDADE PROVISÓRIA – VEDAÇÃO – ARTIGO 44, DA LEI Nº. 11.343/06 – PRECEDENTES DO STF – MERA ALEGAÇÃO DA PRESENÇA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – ORDEM DENEGADA. 1. – O juiz a quo fundamentou a ordem de prisão na presença concreta da necessidade de garantia da ordem pública, materializada na gravidade do delito, na aplicação da lei penal, e nos efeitos nefastos que o delito impõe à sociedade e à paz social. 2. – Os elementos encartados aos autos demonstram que o Paciente está sendo acusado da prática de delitos de extrema gravidade, relacionados com tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico, tipificados nos artigos 33 e 35, todos da Nova Lei Antitóxicos nº. 11.343/2006, e segundo entendimento do STF é vedada a concessão de liberdade provisória nestes crimes, que são de natureza hedionda, não sendo necessário apontar concretamente os requisitos para prisão cautelar (STF, HC 61 304/SP e HC 98655 AgR/MG). 3. – A primariedade, os bons antecedentes, a residência e o domicílio no distrito da culpa são circunstâncias que não obstam a custódia provisória, quando ocorrentes os motivos que legitimam a constrição do acusado. 4. – Ordem denegada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, sob a presidência da Desembargadora JACQUELINE ADORNO, acordam os componentes da 2ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em denegar a ordem, tudo nos termos do relatório e voto da Relatora Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, que passam a fazer parte integrante do presente julgado. O Desembargador AMADO CILTON oralmente divergiu pela concessão da ordem, porque na sentença condenatória o juiz reconheceu a incidência do § 4º do artigo 33, ou seja, o rapaz é primário, bons antecedentes, não faz parte de organização criminosa. De acordo com a Lei 11.343/06 não viu motivo para negar ao rapaz o direito a responder o recurso em liberdade porque o artigo 59 dispõe a esse respeito. Não conceder a liberdade, para ele responder o recurso em liberdade, configura uma odiosa antecipação de execução de pena ferindo o princípio da inocência enquanto não for julgado o recurso, e há de se dar credibilidade à sentença do juiz; sendo vencido. Votou com a Relatora a Desembargadora JACQUELINE ADORNO. Ausências justificadas dos Desembargadores CARLOS SOUZA e LIBERATO PÓVOA. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Promotor de Justiça Dr. MIGUEL BATISTA DE S. FILHO. Palmas-TO, 18 de janeiro de 2011. Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE – Relatora.

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 11950 (10/0088959-6)**

ORIGEM: COMARCA DE ANANÁS – TO  
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 43484-0/10, DA ÚNICA VARA)  
TIPO PENAL: ARTIGO 155, CAPUT DO CÓDIGO PENAL  
APELANTE: FRANCISCO MOREIRA SOARES  
DEFEN. PÚBL.: DANIEL CUNHA DOS SANTOS  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGELICA BARBOSA DA SILVA  
RELATORA: DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO

**EMENTA:** Apelação Criminal. Furto. Peça de roupa. Condenação. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade. Personalidade desfavorável. Recurso improvido. 1 – Não há falar em princípio da insignificância, haja vista que, para sua aplicação deve-se analisar o conjunto de requisitos objetivos e subjetivos acerca de cada caso concreto, nesse passo, conclui-se pela inaplicabilidade do princípio da bagatela no feito em apreço, pois restou demonstrado que a personalidade do apelante milita em seu desfavor. Recorrente que responde à outro processo criminal, pela prática de crime anteriormente praticado, consubstanciado em furto qualificado, com destruição ou rompimento de obstáculo e mediante concurso de pessoas, evidenciando ser propenso à prática criminosa. 2 – O valor econômico do bem é bastante relativo e, no caso do furto, não se pode confundir bem de pequeno valor como de valor insignificante, pois aquilo que é pouco para um, pode ser muito para outro e essa é a realidade que se observa no feito em apreço, pois trata-se de comércio instalado em cidade que, conta com aproximadamente dez mil habitantes, ou seja, não há fluxo intenso de negócios, por isso, o decréscimo referente à camiseta de vinte e dois reais, com certeza, representaria prejuízo significativo. 3 – A aplicação do princípio da insignificância seria um aval para a continuidade da prática criminosa por parte do agente, sempre em detrimento do patrimônio e tranquilidade alheia, pois ao adentrar em estabelecimento comercial e simular a negociação do pagamento de uma dívida como forma de distrair a atenção dos funcionários, o apelante demonstrou acentuada malícia e dissimulação, evidenciando que não conhece limites para concretizar seu intento criminoso. **ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Criminal nº. 11950/10 em que Francisco Moreira Soares é apelante e o Ministério Público do Estado do Tocantins figura como parte recorrida. Sob a presidência da Exmª. Srª. Desª. Jacqueline Adorno, aos 25.01.11, na 3ª Sessão Ordinária Judicial, a 4ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Criminal, por maioria, negou provimento ao apelo nos termos do voto da Relatora. Ausência justificada do Exmº. Srº. Desº. Carlos Souza. Sendo substituído pelo Exmº. Srº. Desº. Amado Cilton que, votou oralmente pelo provimento do apelo absolvendo o apelante pelo princípio da insignificância, sendo vencido. Votou com a Relatora a Excelentíssima Senhora Desembargadora Ângela Prudente. Compareceu representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça o Exmº. Srº. Desº. Ricardo Vicente da Silva – Procurador. Palmas/TO, 28 de janeiro de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Relatora.

DIVISÃO DE CONFERÊNCIA E CONTADORIA JUDICIAL

Laudo Técnico

|              |   |
|--------------|---|
| PRECAT E     | 1771  |
| ORIGEM       | COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS             |
| REFERENTE    | ACÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA Nº. 945/00      |
| REQUISITANTE | JUIZ DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE COLINAS |
| ADVOGADO (A) | MARISNETE TAVARES FERREIRA E OUTRO          |
| REQUERENTE   | ELIEZER FERREIRA DE SOUZA                   |
| ADVOGADO (A) | SÉRGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS              |
| ENTID DEV    | MUNICIPIO DE COLINAS DO TOCANTINS           |

LAUDO TÉCNICO DEMONSTRATIVO DE CÁLCULOS

1. INTRODUÇÃO:

Por ordem da então Excelentíssima Desembargadora WILLAMARA LEILA, Presidente deste Tribunal, às fls. 89 dos presentes autos, a Divisão de Conferência e Contadoria Judicial apresenta Laudo Técnico Demonstrativo de Cálculos contendo a Memória Discriminada e Atualizada de cálculos a partir dos valores originais dispostos nos cálculos às fls. 34//37, que deram origem ao Ofício Requisitório nº. 010/2009, às fls. 02.

2. METODOLOGIA:

Foram utilizados os fatores de atualização monetária da Tabela Única de Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho (anexa): que incorporou a TR prefixada pelo Banco Central, de acordo as Sentenças às fls. 03/13 e 18/23 e nos termos do art. 2º § 16, da Emenda Constitucional nº. 62/2009, c/c art. 36 de Resolução 115/2010 do CNJ.

A atualização monetária foi realizada a partir dos meses de vencimento relacionado abaixo até junho/2010, em observância as Sentenças às fls. 03/13 e 18//23.

Os juros de mora de 1% ao mês, a partir dos meses de vencimento relacionado abaixo até 09/12/2009, de acordo art. 39, § 1º da Lei 8.177/1991 e Sentenças às fls. 03/13 e 18/23 e a partir de 10/12/2009, taxa de 0,5% ao mês juros simples da caderneta de poupança nos termos do art. 2º § 16 da Emenda Constitucional nº. 62/2009, c/c art. 36 da Resolução nº 115/2010, do CNJ.

3. DO ABATIMENTO DO IPTU:

Em cumprimento ao Despacho às fls. 74, foi abatido dos cálculos atualizados o valor de R\$ 27,44 (vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), referente à IPTU em conformidade ao Ofício nº. 233/2010. às fls. 69/73.

4. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

A Divisão de Conferência e Contadoria Judicial, não apresenta os cálculos referentes aos honorários advocatícios nesta Memória de Cálculo, em razão de que os referidos honorários foram executados na RPV Nº. 1605.

5. MEMORIA DISCRIMINADA E ATUALIZADA DE CÁLCULOS:

| DATA   | PRINCIPAL  | INDICE DE ATUALIZAÇÃ O DA TABELA ÚNICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO | VALOR ATUALIZAD O | TAXA JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS DESDE AS DATAS RELACIONA DAS AO LADO DE ACORDO AO DISPOSITIV O DA SENTENÇA ÀS FLS. 177 | VALOR JUROS DE MORA | VALOR ATUALIZAD O + JUROS DE MORA |
|--------|------------|---|-------------------|--|---------------------|-----------------------------------|
| mar/96 | R\$ 99,85  | 1,683157872   | R\$ 168,06        | 171,67%  | R\$ 288,51          | R\$ 456,58                        |
| abr-96 | R\$ 154,50 | 1,669569248   | R\$ 257,95        | 170,67%  | R\$ 440,24          | R\$ 698,19                        |
| mai/96 | R\$ 173,04 | 1,658627284   | R\$ 287,01        | 169,67%  | R\$ 486,97          | R\$ 773,98                        |
| jun-96 | R\$ 62,87  | 1,648918452   | R\$ 103,67        | 168,67%  | R\$ 174,86          | R\$ 278,52                        |
| jul/96 | R\$ 62,87  | 1,638922662   | R\$ 103,04        | 167,67%  | R\$ 172,77          | R\$ 275,80                        |
| ago-96 | R\$ 62,87  | 1,629389107   | R\$ 102,44        | 166,67%  | R\$ 170,74          | R\$ 273,18                        |
| set/96 | R\$ 62,87  | 1,619228448   | R\$ 101,80        | 165,67%  | R\$ 168,65          | R\$ 270,45                        |
| out-96 | R\$ 62,87  | 1,608579651   | R\$ 101,13        | 164,67%  | R\$ 166,53          | R\$ 267,66                        |
| nov/96 | R\$ 62,87  | 1,596733485   | R\$ 100,39        | 163,67%  | R\$ 164,30          | R\$ 264,69                        |
| dez-96 | R\$ 62,87  | 1,583831593   | R\$ 99,58         | 162,67%  | R\$ 161,98          | R\$ 261,55                        |
| jan/97 | R\$ 62,87  | 1,570144642   | R\$ 98,71         | 161,67%  | R\$ 159,59          | R\$ 258,31                        |
| fev-97 | R\$ 62,87  | 1,558549037   | R\$ 97,99         | 160,67%  | R\$ 157,43          | R\$ 255,42                        |
| mar/97 | R\$ 62,87  | 1,548305416   | R\$ 97,34         | 159,67%  | R\$ 155,43          | R\$ 252,77                        |
| abr-97 | R\$ 62,87  | 1,538587728   | R\$ 96,73         | 158,67%  | R\$ 153,48          | R\$ 250,21                        |
| mai/97 | R\$ 67,36  | 1,529090547   | R\$ 103,00        | 157,67%  | R\$ 162,40          | R\$ 265,40                        |

|  |            |             |            |         |            |               |
|--|------------|-------------|------------|---------|------------|---------------|
| jun-97   | R\$ 67,36  | 1,519436050 | R\$ 102,35 | 156,67% | R\$ 160,35 | R\$ 262,70    |
| jul/97   | R\$ 67,36  | 1,509571004 | R\$ 101,68 | 155,67% | R\$ 158,29 | R\$ 259,98    |
| ago-97   | R\$ 67,36  | 1,499702958 | R\$ 101,02 | 154,67% | R\$ 156,25 | R\$ 257,27    |
| set/97   | R\$ 67,36  | 1,490358411 | R\$ 100,39 | 153,67% | R\$ 154,27 | R\$ 254,66    |
| out-97   | R\$ 67,36  | 1,480771894 | R\$ 99,74  | 152,67% | R\$ 152,28 | R\$ 252,03    |
| nov/97   | R\$ 67,36  | 1,471131569 | R\$ 99,10  | 151,67% | R\$ 150,30 | R\$ 249,39    |
| dez-97   | R\$ 67,36  | 1,448913923 | R\$ 97,60  | 150,67% | R\$ 147,05 | R\$ 244,65    |
| jan/98   | R\$ 67,36  | 1,430199759 | R\$ 96,34  | 149,67% | R\$ 144,19 | R\$ 240,53    |
| fev-98   | R\$ 67,36  | 1,413996770 | R\$ 95,25  | 148,67% | R\$ 141,60 | R\$ 236,85    |
| mar/98   | R\$ 67,36  | 1,407716944 | R\$ 94,82  | 147,67% | R\$ 140,03 | R\$ 234,85    |
| abr-98   | R\$ 67,36  | 1,395167414 | R\$ 93,98  | 146,67% | R\$ 137,84 | R\$ 231,82    |
| mai/98   | R\$ 72,98  | 1,388613160 | R\$ 101,34 | 145,67% | R\$ 147,62 | R\$ 248,96    |
| jun-98   | R\$ 72,98  | 1,382333220 | R\$ 100,88 | 144,67% | R\$ 145,95 | R\$ 246,83    |
| jul/98   | R\$ 72,98  | 1,375575020 | R\$ 100,39 | 143,67% | R\$ 144,23 | R\$ 244,62    |
| ago-98   | R\$ 72,98  | 1,368046659 | R\$ 99,84  | 142,67% | R\$ 142,44 | R\$ 242,28    |
| set/98   | R\$ 72,98  | 1,362937008 | R\$ 99,47  | 141,67% | R\$ 140,92 | R\$ 240,38    |
| out-98   | R\$ 72,98  | 1,356815058 | R\$ 99,02  | 140,67% | R\$ 139,29 | R\$ 238,31    |
| nov-/98  | R\$ 72,98  | 1,344856594 | R\$ 98,15  | 139,67% | R\$ 137,08 | R\$ 235,23    |
| dez-98   | R\$ 72,98  | 1,336654879 | R\$ 97,55  | 138,67% | R\$ 135,27 | R\$ 232,82    |
| jan/99   | R\$ 200,85 | 1,326791511 | R\$ 266,49 | 137,67% | R\$ 366,87 | R\$ 633,36    |
| fev-99   | R\$ 200,85 | 1,319976473 | R\$ 265,12 | 136,67% | R\$ 362,34 | R\$ 627,45    |
| mar/99   | R\$ 200,85 | 1,309113449 | R\$ 262,94 | 135,67% | R\$ 356,72 | R\$ 619,66    |
| abr-99   | R\$ 200,85 | 1,294083958 | R\$ 259,92 | 134,67% | R\$ 350,03 | R\$ 609,95    |
| mai/99   | R\$ 210,12 | 1,286248135 | R\$ 270,27 | 133,67% | R\$ 361,27 | R\$ 631,53    |
| jun-99   | R\$ 210,12 | 1,278880504 | R\$ 268,72 | 132,67% | R\$ 356,51 | R\$ 625,23    |
| jul/99   | R\$ 210,12 | 1,274918059 | R\$ 267,89 | 131,67% | R\$ 352,73 | R\$ 620,61    |
| ago-99   | R\$ 210,12 | 1,271189659 | R\$ 267,10 | 130,67% | R\$ 349,02 | R\$ 616,13    |
| set/99   | R\$ 210,12 | 1,267456999 | R\$ 266,32 | 129,67% | R\$ 345,33 | R\$ 611,65    |
| out-99   | R\$ 210,12 | 1,264025170 | R\$ 265,60 | 128,67% | R\$ 341,74 | R\$ 607,34    |
| nov/99   | R\$ 210,12 | 1,261168623 | R\$ 265,00 | 127,67% | R\$ 338,32 | R\$ 603,32    |
| dez-99   | R\$ 210,12 | 1,258653833 | R\$ 264,47 | 126,67% | R\$ 335,00 | R\$ 599,47    |
| jan/00   | R\$ 210,12 | 1,254891668 | R\$ 263,68 | 125,67% | R\$ 331,36 | R\$ 595,04    |
| fev-00   | R\$ 210,12 | 1,252200688 | R\$ 263,11 | 124,67% | R\$ 328,02 | R\$ 591,13    |
| mar/00   | R\$ 210,12 | 1,249292336 | R\$ 262,50 | 123,67% | R\$ 324,64 | R\$ 587,14    |
| abr-00   | R\$ 233,30 | 1,246497688 | R\$ 290,81 | 122,67% | R\$ 356,73 | R\$ 647,54    |
| mai/00   | R\$ 233,30 | 1,244878102 | R\$ 290,43 | 121,67% | R\$ 353,37 | R\$ 643,80    |
| jun-00   | R\$ 144,96 | 1,241783577 | R\$ 180,01 | 120,67% | R\$ 217,22 | R\$ 397,23    |
| jul/00   | R\$ 144,96 | 1,239131835 | R\$ 179,62 | 119,67% | R\$ 214,96 | R\$ 394,58    |
| ago-00   | R\$ 144,96 | 1,237217859 | R\$ 179,35 | 118,67% | R\$ 212,83 | R\$ 392,18    |
| set/00   | R\$ 144,96 | 1,234717556 | R\$ 178,98 | 117,67% | R\$ 210,61 | R\$ 389,60    |
| TOTAL I - DA CONDENÇÃO ATUALIZADA ATÉ 31/12/2010   |            |             |            |         |            | R\$ 21.800,81 |
| ABATIMENTO DE IPTU DE ACORDO AO DESPACHO ÀS FLS. 74 E EM CONFORMIDADE AO OFÍCIO ÀS FLS. 69/73. |            |             |            |         |            | R\$ 27,44     |
| TOTAL GERAL LIQUIDA DA DÍVIDA A RECEBER (TOTAL DA CONDENÇÃO - IPTU) ATUALIZADO ATÉ 31/12/2010  |            |             |            |         |            | R\$ 21.773,37 |

6. CONCLUSÃO:

Importam os presentes cálculos em R\$ 21.773,37 (vinte e um mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e sete centavos), atualizado até 31/12/2010.

DIVISÃO DE CONFERÊNCIA E CONTADORIA JUDICIAL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas, aos trinta e um dias do mês de janeiro de do ano de dois mil e onze (31/01/2011).

Maria das Graças Soares  
AssistenteTéc. Contabilidade  
Matricula 136162  
CRC-TO-00076-8

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Intimações às Partes

3638º DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA AUTOMÁTICA

REALIZADA NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2011

PRESIDENTE O EXMO. SR. DES. ANTÔNIO FÉLIX

PRESENTE(S) A SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO: MARIA SUELI DE SOUZA AMARAL CURY

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO: SHEILA SILVA DO NASCIMENTO

AS 16:31 HORAS, FORAM DISTRIBUÍDOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTES FEITOS:

**PROTOCOLO : 11/0090641-7**  
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11269/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 117860-0  
REFERENTE : (AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER Nº 117860-0/10 DA VARA DOD FEITOS DAS FAZ. E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI-TO)  
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE GURUPI-TO  
PROC GERAL: HUASCAR MATEUS BASSO TEIXEIRA  
AGRAVADO(A: NUBIA DIAS GOMES  
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA  
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011  
COM PEDIDO DE LIMINAR  
IMPEDIMENTO DES: ANTÔNIO FÉLIX - JUSTIFICATIVA: PRESIDENTE INTERINO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DECISÃO STJ, A PARTIR DE 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: LIBERATO PÓVOA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.

**PROTOCOLO : 11/0090908-4**  
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11288/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO: A 12.2750-3/10  
REFERENTE : ( AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER Nº 12.2750-3/10 DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AUGUSTINÓPOLIS - TO )  
AGRAVANTE : HDI SEGUROS S/A (HANNOVER INTERNACIONAL SEGUROS S.A.)  
ADVOGADO : MÁRCIA AYRES DA SILVA  
AGRAVADO(A: EDNA SEBASTIANA DE DEUS  
ADVOGADO : CÁSSIA REJANE CAYRES TEIXEIRA  
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA  
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR  
IMPEDIMENTO DES: ANTÔNIO FÉLIX - JUSTIFICATIVA: PRESIDENTE INTERINO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DECISÃO STJ, A PARTIR DE 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: LIBERATO PÓVOA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.

**PROTOCOLO : 11/0091255-7**  
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11332/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO:  
REFERENTE: (AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO Nº 5000041-30.2011.827.2729 DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO)  
AGRAVANTE : CLAISON REZENDE AMORIM  
ADVOGADO : KELLY NOGUEIRA DA SILVA  
AGRAVADO(A: BANCO FIAT S/A E BANCO ITAÚ LEASING S/A  
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA  
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR  
IMPEDIMENTO DES: ANTÔNIO FÉLIX - JUSTIFICATIVA: PRESIDENTE INTERINO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DECISÃO STJ, A PARTIR DE 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: LIBERATO PÓVOA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.

**PROTOCOLO : 11/0091282-4**  
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11334/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO: A 4676/95  
REFERENTE : ( AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 4676/95 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL - TO )  
AGRAVANTE : GERALDO ANTÔNIO DA SILVA  
ADVOGADO : RÔMOLO UBIRAJARA SANTANA  
AGRAVADO(A: LÍRIO GENTIL DELLA TORRE  
ADVOGADO : JADER FERREIRA DOS SANTOS  
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA  
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 04/0036163-9

**PROTOCOLO : 11/0091290-5**  
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11333/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 12.1558-0/10  
REFERENTE : (AÇÃO DE REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO Nº 12.1558-0/10 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO)  
AGRAVANTE : ANTÔNIO LUIIS DA MOTA  
ADVOGADO(S: DEARLEY KÜHN E OUTRO  
AGRAVADO(A: BANCO FINASA BMC S/A  
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA

DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011  
COM PEDIDO DE LIMINAR  
IMPEDIMENTO DES: ANTÔNIO FÉLIX - JUSTIFICATIVA: PRESIDENTE INTERINO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DECISÃO STJ, A PARTIR DE 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: LIBERATO PÓVOA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.

**PROTOCOLO : 11/0091292-1**  
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11335/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 10.9767-7/10  
REFERENTE : (AÇÃO DE REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO Nº 10.9767-7-0/10 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO)  
AGRAVANTE : BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S/A  
ADVOGADO(S: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO E OUTROS  
AGRAVADO(A: ADELAR SILVA AZEVEDO  
ADVOGADO : JÚLIO CÉSAR BAPTISTA DE FREITAS  
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA  
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011  
COM PEDIDO DE LIMINAR  
IMPEDIMENTO DES: ANTÔNIO FÉLIX - JUSTIFICATIVA: PRESIDENTE INTERINO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DECISÃO STJ, A PARTIR DE 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: LIBERATO PÓVOA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.

**PROTOCOLO : 11/0091294-8**  
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11336/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO: A 8.2487-7/10  
REFERENTE : ( AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 8.2487-7/10 DA 3ª VARA DOS FEITOS E REG PÚBLICOS DAS FAZ.PÚBLICAS DA COMARCA DE PALMAS - TO )  
AGRAVANTE : MARGARETH DE CÁSSIA RAFAEL PEREIRA DA SILVA  
ADVOGADO : MARCELO CLÁUDIO GOMES  
AGRAVADO(A: MUNICÍPIO DE PALMAS - TO  
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA  
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011  
COM PEDIDO DE LIMINAR  
IMPEDIMENTO DES: ANTÔNIO FÉLIX - JUSTIFICATIVA: PRESIDENTE INTERINO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DECISÃO STJ, A PARTIR DE 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: LIBERATO PÓVOA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.

**PROTOCOLO : 11/0091295-6**  
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11337/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 74217-0  
REFERENTE: (AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO Nº 74217-0/10 DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO)  
AGRAVANTE : JOÃO PAULO MARINHO  
ADVOGADO(S: ELTON TOMAZ DE MAGALHÃES E SAMUEL LIMA LINS  
AGRAVADO(A: BANCO FINASA S/A  
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - SEGUNDA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA  
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011

**PROTOCOLO : 11/0091298-0**  
HABEAS CORPUS 7092/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO:  
IMPETRANTE: RITHS MOREIRA AGUIAR  
PACIENTE : WESLEI DOURADO DA CUNHA  
ADVOGADO : RITHS MOREIRA AGUIAR  
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO  
RELATOR: CARLOS SOUZA - 2ª CÂMARA CRIMINAL  
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011

**PROTOCOLO : 11/0091299-9**  
HABEAS CORPUS 7093/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO:  
IMPETRANTE: ANTONIO ROGÉRIO BARROS DE MELLO  
PACIENTE(S): MARIA APARECIDA DA SILVA DANTAS E FRANCISCO SANTOS FONSECA  
ADVOGADO : ANTÔNIO ROGÉRIO BARROS DE MELLO  
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO  
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - 2ª CÂMARA CRIMINAL  
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011

**PROTOCOLO : 11/0091300-6**  
HABEAS CORPUS 7094/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO:  
IMPETRANTE: WANDERSON LIMA DA SILVA  
PACIENTE : WANDERSON LIMA DA SILVA  
ADVOGADO : ELIZABETE ALVES LOPES  
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS - TO  
RELATOR: JACQUELINE ADORNO - 2ª CÂMARA CRIMINAL

DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011  
COM PEDIDO DE LIMINAR  
IMPEDIMENTO DES: ANTONIO FÉLIX - JUSTIFICATIVA: PRESIDENTE INTERINO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DECISÃO STJ, A PARTIR DE 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.  
IMPEDIMENTO DES: LIBERATO PÓVOA - JUSTIFICATIVA: AFASTAMENTO - DECISÃO DO STJ- EM 16/12/2010.

**PROTOCOLO : 11/0091301-4**  
HABEAS CORPUS 7095/TO  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
RECURSO ORIGINÁRIO:  
IMPETRANTE: ROGERIO CARLOS LIMA RAMOS  
PACIENTE : ROGERIO CARLOS LIMA RAMOS  
ADVOGADO : ELIZABETE ALVES LOPES  
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO  
RELATOR: JACQUELINE ADORNO - 2ª CÂMARA CRIMINAL  
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 31/01/2011, CONEXÃO POR PROCESSO 11/0091300-6 COM PEDIDO DE LIMINAR

1º GRAU DE JURISDIÇÃO  
ALVORADA  
1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

**AUTOS: 2011.0000.8655-6**  
Ação: Pedido de Revogação de Prisão Temporária.  
Requerente: DONIZETE CANHETE DA SILVA  
Advogado: Dra.LIDIMAR CARNEIRO PEREIRA CAMPOS – OAB/TO 1359  
INTIMAÇÃO DE DECISÃO: “(...) É o relatório. Segue decisão: A pretensão deduzida não merece prosperar. O artigo 1o, da Lei nº 7.960/89, que dispõe sobre a prisão temporária, prevê em seus incisos I, II e III que, caberá prisão temporária quando foi imprescindível para as investigações do inquérito policial; quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade; e ainda, ser suspeito de ter praticado um dos crimes enumerados no rol previsto no inciso III, do mencionado artigo. Na fatispécie em exame, o ilustre colega magistrado decretou a prisão temporária do representado sob o fundamento de que “(...) Porém, no presente caso, prima facie, os indícios levantados pela autoridade policial, obediente à legislação, fornece os subsídios legais que conduzem a possível autoria delitiva de crime de tráfico de ilícito de drogas. (...) A medida coercitiva mostra-se útil às investigações policiais, seja como meio de preservação das provas, seja como inibidora da prática do crime de tráfico ilícitos de entorpecentes (...). É de se ver que a prisão temporária do requerente foi cumprida em 06.01.2011, sendo certo que, desde então, não surgiram fatos novos que pudessem ensejar sua revogação. E mais: tampouco o postulante logrou trazer a este juízo elementos de convicção que pudessem levar ao firme e inabalável entendimento de que a r. decisão que decretou sua prisão deve ser revogada. Entendo que os fundamentos articulados na decisão proferida nos autos de nº 2010.0009.8448-3, ainda persistente, tendo em vista que a prisão cautelar ainda afigura-se medida extremamente necessária, porquanto os requisitos previstos na Lei nº 7.960/89 ainda estão presentes no caso concreto. Posto isso, por entender que o decreto prisional acostado às fls. 161/163, dos autos 2010.0009.8448-3, em apenso, encontra-se suficientemente motivado, subsistindo por seus próprios fundamentos; considerando que não vislumbro fatos novos que pudessem ensejar a revogação da prisão temporária; considerando que a custódia cautelar outrora decretada ainda é medida imperativa visando à garantia das investigações policiais, e, por fim, com supedâneo no substancioso parecer ministerial retro, INDEFIRO O PEDIDO de revogação da prisão temporária, razão pela qual mantenho a prisão outrora decretada em face do requerente. Intimem-se. Cumpra-se. De Figueiropolis para Alvorada, 28 de janeiro de 2011. FABIANO GONÇALVES MARQUES. JUIZ DE DIREITO (Em substituição automática).

ARAGUACEMA  
1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam os ADVOGADOS das PARTES AUTORAS abaixo identificados intimados dos atos processuais abaixo relacionados:

**AUTOS Nº 2009.0007.9828-7**  
Natureza da Ação: Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade  
Autor: Maria Paula de Abreu  
Advogado da autora: Dr. RONAM ANTONIO AZZI FILHO- 3.606  
Requerido: INSS  
Intimação para as alegações finais  
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do Advogado da parta Autora para no prazo de 05(cinco) dias apresentar suas alegações finais.

**AUTOS Nº 2009.0007.9824-4**  
Natureza da Ação: Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade  
Autor: Francisca da Silva Souza  
Advogado da autora: Dr. RONAM ANTONIO AZZI FILHO- 3.606  
Requerido: INSS  
Intimação para as alegações finais  
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do Advogado da parta Autora para no prazo de 05(cinco) dias apresentar suas alegações finais.

**AUTOS Nº 2009.0006.6502-3**  
Natureza da Ação: Previdenciária com Pedido de Pensão por Morte  
Autor: Joana Lima Soares  
Advogado da autora: Dr. RONAM ANTONIO AZZI FILHO- 3.606

Requerido: INSS  
Intimação para as alegações finais  
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do Advogado da parta Autora para no prazo de 05(cinco) dias apresentar suas alegações finais.

**AUTOS Nº 2009.0008.9090-6**  
Natureza da Ação: Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Invalidez  
Autor: Antonio Pereira dos Santos  
Advogado da autor:Dr.ALEXANDRE AUGUSTO FORNICITTI VALERA- 3.407-A  
Requerido: INSS  
FINALIDADE: INTIMAÇÃO: DESPACHO:“Vistos etc. Intime-se a autora pessoalmente e seu procurador, para manifestar interesse no prosseguimento do processo, justificando sua ausência no procedimento de perícia, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se. Araguacema(TO), 09 de setembro de 2010. Cibelle Mendes Beltrame- Juíza de Direito”.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)  
Assistência Judiciária

ORIGEM  
**Processo nº :- 2010.0010.9362-0**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autora : Maria da Glória da Silva Santos  
Requerido: José Ferreira dos Santos  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO do Sr. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para caso queira conteste a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia, ou para aderir ao pedido da autora, ficando consignado que a contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especificar as provas que pretende produzir, e ainda querendo apresente a declaração de testemunhas firmadas em cartório, que certifiquem o decurso do prazo legal para a dissolução. ADVERTÊNCIAS : Não respondida/contestada a ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, serão considerados verdadeiros e confessados os fatos articulados pela autora( revelia e confissão ), na forma dos artigos 804, c/c 285 e 319 ambos do CPC. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)  
Assistência Judiciária

ORIGEM :  
**Processo nº :- 2010.0012.4763-6**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Werbena Gonçalves Marinha das Silva  
Requerido: Hélio Araújo da Silva  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO E INTIMADO de HÉLIO ARAÚJO DA SILVA, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para caso queira contestar ou aderir o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, ou, e na contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especificuem as provas que pretendem produzir, bem como, ainda querendo apresente declaração de duas testemunhas firmadas em cartório, que certifiquem o decurso do prazo legal para a dissolução. ADVERTÊNCIAS : Não respondida/contestada a ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, serão considerados verdadeiros e confessados os fatos articulados pela autora ( revelia e confissão ), na forma dos artigos 804, c/c 285 e 319 ambos do CPC. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)  
Assistência Judiciária

ORIGEM :  
**Processo nº :- 2010.0012.1864-4**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Francisco Lulu Freire  
Requerido: Maria das Graças Mendes Freire  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO E INTIMADO de MARIA DAS GRAÇAS MENDES FREIRE, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para caso queira contestar ou aderir o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, ou, e na contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especificuem as provas que pretendem produzir, bem como, ainda querendo apresente declaração de duas testemunhas firmadas em cartório, que certifiquem o decurso do prazo legal para a dissolução. ADVERTÊNCIAS : Não respondida/contestada a ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, serão considerados verdadeiros e confessados os fatos articulados pela autora ( revelia e confissão ), na forma dos artigos 804, c/c 285 e 319 ambos do CPC. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)  
Assistência Judiciária

ORIGEM :  
**Processo nº :- 2010.0012.1866-0**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Terezinha Anália de Araújo Silva  
Requerido: Jaime Bezerra da Silva  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO E INTIMADO de JAIME BEZERRA DA SILVA, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para caso queira contestar ou aderir o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, ou, e na contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especificuem as provas que pretendem produzir, bem como, ainda querendo apresente declaração de duas testemunhas firmadas em cartório, que certifiquem o decurso do prazo legal para a dissolução. ADVERTÊNCIAS : Não respondida/contestada a ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, serão considerados verdadeiros e confessados os fatos articulados pela autora ( revelia e confissão ), na forma dos artigos 804, c/c 285 e 319 ambos do CPC. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM  
**Processo nº :- 2010.0012.1865-2**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Luiz Antonio da Silva  
Requerido: Maria de Almeida Lima Silva  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO E INTIMADO de MARIA DE ALMEIDA LIMA SILVA, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para caso queira contestar ou aderir o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, ou, e na contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especifiquem as provas que pretendem produzir, bem como, ainda querendo apresente declaração de duas testemunhas firmadas em cartório, que certifiquem o decurso do prazo legal para a dissolução. ADVERTÊNCIAS : Não respondida/contestada a ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, serão considerados verdadeiros e confessados os fatos articulados pela autora ( revella e confissão ), na forma dos artigos 804, c/c 285 e 319 ambos do CPC. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM :  
**Processo nº :- 2010.0006.1204-7**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Lúcia Pereira de Oliveira Santos  
Requerido: Amadeus Elias dos Santos  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO E INTIMADO de AMADEUS ELIAS DOS SANTOS, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para caso queira contestar ou aderir o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, ou, e na contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especifiquem as provas que pretendem produzir, bem como, ainda querendo apresente declaração de duas testemunhas firmadas em cartório, que certifiquem o decurso do prazo legal para a dissolução. ADVERTÊNCIAS : Não respondida/contestada a ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, serão considerados verdadeiros e confessados os fatos articulados pela autora ( revella e confissão ), na forma dos artigos 804, c/c 285 e 319 ambos do CPC. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM  
**Processo nº :- 2010.0005.8141-9**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Célio Mascarenhas Cruz  
Requerido: Ondina Rocha da Cruz  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO de ONDINA ROCHA DA CRUZ, brasileira, casada, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, e não sendo contestada serão considerados verdadeiros os fatos articulados pela autora. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM  
**Processo nº :- 2010.0007.9314-9**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Manoel Rodrigues  
Requerido: Delina Soares Rodrigues  
INALIDADE: CITAÇÃO de DELINA SOARES RODRIGUES, brasileira, casada, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, e não sendo contestada serão considerados verdadeiros os fatos articulados pela autora. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM  
**Processo nº :- 2010.0005.0052-4**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Roseni de Sousa Gonçalves  
Requerido: Márcio José Gonçalves de Oliveira  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO de MÁRCIO JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, ou para aderir ao pedido da autora, ficando consignado que a contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especificar as provas que pretende produzir. ADVERTÊNCIAS : Não respondida/contestada a ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, serão considerados verdadeiros e confessados os fatos articulados pela autora ( revella e confissão ), na forma dos artigos 804, c/c 285 e 319 ambos do CPC. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo de 20 dias)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM  
**Processo nº :- 2010.0007.9312-2**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Edinaldo Nunes da Silva  
Requerido: Celione Ferreira dos Santos  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO de CELIONE FERREIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira

responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, e não sendo contestada serão considerados verdadeiros os fatos articulados pela autora. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo de 20 dias)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM  
**Processo nº :- 2010.0005.8136-2**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Ivonete Cabral dos Santos Pires  
Requerido: Antonio Ferreira Pires  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO de ANTONIO FERREIRA PIRES, brasileiro, casado, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, e não sendo contestada serão considerados verdadeiros os fatos articulados pela autora. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo de 20 dias)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM  
**Processo nº :- 2010.0007.9317-39**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Zelina Alves do Nascimento  
Requerido: Pedro Alves Feitosa  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO de PEDRO ALVES FEITOSA, brasileiro, casado, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, e não sendo contestada serão considerados verdadeiros os fatos articulados pela autora. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo de 20 dias)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM :  
**Processo nº :- 2010.0005.0051-6**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Maria Aparecida Gomes Belém  
Requerido: Adilton Alves Belém  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO de ADILTON ALVES BELÉM, brasileiro, casado, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, ou para aderir ao pedido da autora, ficando consignado que a contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especificar as provas que pretende produzir. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo de 20 dias)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM :  
**Processo nº :- 2010.0007.9315-7**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Celiomar Barbosa da Cruz  
Requerido: Alcirene Pereira Avelino da Cruz  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO de ALCIRENE PEREIRA AVELINO DA CRUZ, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, e não sendo contestada serão considerados verdadeiros os fatos articulados pela autora. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo de 20 dias)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM :  
**Processo nº :- 2010.0010.5516-8**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Diraides Dias da Costa  
Requerido: Raimundo Maciel Costa  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO de RAIMUNDO MACIEL COSTA, brasileiro, casado, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, ou para aderir ao pedido da autora, ficando consignado que a contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especificar as provas que pretende produzir. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo de 20 dias)**  
**Assistência Judiciária**

ORIGEM :  
**Processo nº :- 2010.0010.9356-6**  
Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso  
Autor(a) : Paulo Roberto da Costa Vales  
Requerido: Maria Leia Ribeiro Barros  
OBJETO/FINALIDADE: CITAÇÃO de MARIA LEIA RIBEIRO BARROS, brasileira, casada, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, ou para aderir ao pedido da autora, ficando consignado que a contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especificar as provas que pretende produzir. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITACÃO (Prazo de 20 dias)**

Assistência Judiciária

ORIGEM :

Processo nº :- 2010.0010. 1555-7

Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso

Autor(a) : Osvaldo Mendes Ribeiro

Requerido: Ana Maria dos Santos Mendes

OBJETO/FINALIDADE: CITACÃO de ANA MARIA DOS SANTOS MENDES, brasileira, casada, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, ou para aderir ao pedido da autora, ficando consignado que a contestação deverá de forma clara e objetiva apontar os pontos controvertidos, e em igual prazo especificar as provas que pretende produzir. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**EDITAL DE CITACÃO (Prazo de 20 dias)**

Assistência Judiciária

ORIGEM :

Processo nº :- 2010.0007.9319-0

Natureza da Ação : Divórcio Direto Litigioso

Autor(a) : José Ribamar Fernandes de Sousa

Requerido: Maria de Fátima Nunes de Aquino

OBJETO/FINALIDADE: CITACÃO de MARIA DE FÁTIMA NUNES DE AQUINO, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para caso queira responder/contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados do vencimento do prazo do edital, e não sendo contestada serão considerados verdadeiros os fatos articulados pela autora. Araguacema-TO., 31 de janeiro de 2011. Cibelle Mendes Beltrame Juíza de Direito e Diretora do Fórum

**ARAGUAINA**  
**1ª Vara Cível**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

**14 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO - Nº. 2010.0006.5391-1/0**

Requerente: Banco Finasa BMC S/A.

Advogado (a): Paulo Henrique Ferreira – OAB/PE 894.

Requerido: Felix Pereira Bringel Neto.

INTIMAÇÃO: para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial, sob pena de indeferimento da inicial. DESPACHO: fls. 35 - "Defiro o prazo de dez dias para cumprir o despacho de emenda, sob pena de indeferimento da inicial. Em tempo: cumpra-se parte final de despacho de fl. 22". DESPACHO: fls. 22 - "Intime-se para emendar a inicial em dez dias, sob pena de indeferimento da inicial. Motivos: comprovar a mora, uma vez que não houve a notificação; 2 – apresentar proposta de financiamento de bens e/ou serviços – pessoa física (contrato com as especificações do bem), documento indispensável para a propositura da ação. Sem prejuízo da emenda, intime-se o autor através de seu advogado para, regularizar representação quanto ao documento de fl. 03, vez que o causídico não possui procuração nos autos para firmar declaração de autenticidade de documentos. Solicite-se informações à Diretoria do Foro sobre depósitos de fl. 19, na conta do FUNJURIS, TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO TOCANTINS e DIRETORIA DO FORO LOC. OFICIAIS."

**15 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO - Nº. 2009.0007.1597-7/0**

Requerente: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.

Advogado (a): Hiran Leão Duarte – OAB/CE 10422.

Requerido: Ruzitanhia Dias Pereira.

INTIMAÇÃO: para no prazo de 30 (trinta) dias regularizar a representação processual, conforme despacho de fls. 32. DESPACHO: "Intime-se o advogado do autor para em 30 (trinta) dias regularizar a representação processual, uma vez que não possui procuração nos autos e consequentemente poderes para desistir da ação. Caso decorra o prazo sem manifestação intímem-se o advogado e a parte para devido andamento em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Decorrido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, certifique-se e faça-se conclusão. Cumpra-se."

**16 – AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - Nº. 2010.0005.7975-9/0**

Requerente: Valdemar Fernando Pereira.

Advogado (a): José Hobaldo Vieira – OAB/TO 1722.

Requerido: Banco ABN AMRO Real S/A.

INTIMAÇÃO: para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial, sob pena de indeferimento. DESPACHO: "Fl. 84: Concedo o prazo de mais dez dias para o autor emendar a inicial, sob pena de indeferimento. Intime-se."

**17 – AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - Nº. 2010.0000.8797-0/0**

Requerente: Marcio da Silva Tavares.

Advogado (a): Alfredo Farah – OAB/TO 943.

Requerido: Cleide Soares Castro.

INTIMAÇÃO: para no prazo de 30 (trinta) dias efetuar o recolhimento das custas e taxa judiciária ou apresentar declaração de pobreza, conforme despacho de fl. 14. DESPACHO: "1 – Intime-se para dentro de trinta dias recolher as custas e taxa judiciárias ou apresentar declaração de pobreza. Em negativo, voltem conclusos. Em caso positivo, defiro o depósito judicial, a ser feito dentro de cinco dias, corrigido monetariamente. Expeça-se guia de depósito subscrita pelo Sr. Escrivão do Cartório. Nomeio depositário o Banco do Brasil, agência de Araguaína. 2 – Após, cite-se o réu para todos os termos da inicial e para, dentro do prazo legal, levantar o depósito ou oferecer resposta acompanhado do contrato em discussão. Considerando que dos relatos da inicial se concluiu que o autor desconhece o paradeiro da ré, cite-se por edital com prazo de 20 (vinte) dias. Intímem-se. Cite-se. Cumpra-se."

**18 – AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Nº. 2010.0006.7252-0/0**

Requerente: Santander Brasil Arrendamento Mercantil S/A.

Advogado (a): Alexandre Lunes Machado – OAB/TO 4110.

Requerido: José Vilson Vieira Araújo.

INTIMAÇÃO: da decisão de fls. 54/55. DECISÃO: "... Isto posto, defiro o pedido para reintegrar o autor na posse do bem descrito no contrato de nº 40785214, mediante depósito judicial dos valores antecipadamente pagos a título de VRG a ser feito dentro de cinco dias. Após o depósito judicial dos valores antecipadamente pagos a título de VRG expeça-se mandado de reintegração de posse em favor do autor. O bem deverá ser entregue ao autor como depositário, mediante compromisso. Em seguida, cite-se para

todos os termos da inicial com advertências legais. Não havendo o depósito judicial do VRG, dentro do prazo fixado, fica revogada a liminar. Em seguida, cite-se para todos os termos da inicial com advertências legais. INTIMEM-SE. CITE-SE. Araguaína, 30 de setembro de 2010, (ass.) Dra. Adalgiza Viana de Santana Bezerra. Juíza de Direito".

**19 – AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Nº. 2010.0009.5786-9/0**

Requerente: Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil.

Advogado (a): Alexandre Lunes Machado – OAB/TO 4110.

Requerido: Francisco Rodilson da Silva Paulo.

INTIMAÇÃO: para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial, sob pena de indeferimento. DESPACHO: "Intime-se para emendar a inicial em dez dias, sob pena de indeferimento. Motivo: Apontar a cláusula contratual de resolução do contrato em caso de inadimplemento."

**20 – AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Nº. 2007.0008.2908-9/0**

Requerente: Banco Itaucard S/A.

Advogado (a): Simony Vieira de Oliveira – OAB/TO 4093

Requerido: Maria Lucimar Silva.

INTIMAÇÃO: do despacho de fls. 29. DESPACHO: "Converto o julgamento em diligências para conceder prazo de cinco dias ao autor para que este junte documento comprobatório da resolução contratual, pois no contrato há apenas disposição sobre vencimento antecipado da dívida em caso de inadimplemento. Intime-se, ainda para juntar documento atual do veículo."

**21 – AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Nº. 2009.0013.2420-3/0**

Requerente: Banco Finasa BMC S/A.

Advogado (a): Flávia de Albuquerque Lira – OAB/PE 24521.

Requerido: Hamilton Alves de Lima.

INTIMAÇÃO: para no prazo de 30 (trinta) dias recolher custas e taxa judiciária, sob pena de extinção pelo cancelamento na distribuição. DESPACHO: "Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado para recolher as custas e taxa judiciária dentro de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção pelo cancelamento na distribuição."

**22 – AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - Nº. 2010.0008.6745-2/0**

Requerente: Marcos Roberto da Cruz.

Advogado (a): José Wilson Cardoso Diniz – OAB/MA 6055.

Requerido: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento.

INTIMAÇÃO: para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial, sob pena de indeferimento da inicial. DESPACHO: "Intime-se para emendar a inicial em dez dias, sob pena de indeferimento da inicial. Motivos: 1 – informar se está em mora e, em caso positivo, desde quando; 2 – estando em mora, apresentar a planilha discriminando a parte incontroversa do pedido até a data da emenda; 3 – comprovar a inscrição em órgãos restritivos de crédito."

**23 – AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - Nº. 2010.0000.1692-4/0**

Requerente: Nilton Gomes de Sousa.

Advogado (a): José Wilson Cardoso Diniz – OAB/MA 6055.

Requerido: Banco Finasa S/A.

INTIMAÇÃO: para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial, sob pena de indeferimento da inicial. DESPACHO: "Intime-se para emendar a inicial em dez dias, sob pena de indeferimento da inicial. Motivos: apresentar cópia do contrato em discussão."

**24 – AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - Nº. 2010.0004.5171-0/0**

Requerente: Edson Santos Soares.

Advogado (a): Dearley Kühn – OAB/TO 530.

Requerido: Banco HSBC.

INTIMAÇÃO: para no prazo de 10 (dez) dias complementar as custas e taxa judiciária, sob pena de extinção pelo cancelamento na distribuição. DESPACHO: "Mantenho o despacho de fl. 50 e a decisão de fls. 68/69. Assim, intime-se para complementar as custas e taxa judiciária dentro de 10 (dez) dias, sob pena de cancelamento na distribuição."

**25 – AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - Nº. 2010.0004.5173-6/0**

Requerente: Edson Santos Soares.

Advogado (a): Dearley Kühn – OAB/TO 530.

Requerido: Banco HSBC.

INTIMAÇÃO: do despacho de fls. 80, bem como para providenciar a complementação das custas e taxa dentro de dez dias. DESPACHO: "Mantenho a decisão de fls. 69/70. Indefiro o pedido de complementação das custas processuais e taxa judiciária ao final do processo, por dois motivos: 1 – o autor é pessoa jurídica que não se encontra em estado de insolvência e 2 – não há previsão legal para tanto. Intime-se a parte autora para providenciar a complementação das custas e taxa dentro de dez dias. Efetuado a complementação das custas e taxa, defiro a inicial. Assim: 1 – CITE-SE(m) o(s) réu(s) para todos os termos da exordial, bem como para, querendo, responder a ação dentro de 15 (quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial (artigo 285, CPC). 2 – não encontrado o réu para citação, vista ao autor para providenciar o ato citatório no prazo prorrogável de 90 (noventa) dias (artigo 219, § 3º, CPC), sob pena de não interrupção da prescrição, salvo demora imputável ao serviço judiciário. Decorrido o prazo reito sem manifestação do autor, intímem-se, autor e respectivo advogado, para em 48 horas dar andamento sob pena de extinção. Informado endereço, expeça-se novo mandado. 3 – deixo para analisar o pedido de antecipação da tutela após prazo para a defesa. 4 – defiro o pedido de inversão do ônus da prova devendo a parte ré apresentar o contrato em discussão. Intime(m)-se. Cite(m)-se. Cumpra(m)-se. Araguaína, 13 de outubro de 2010, (ass.) Dra. Adalgiza Viana de Santana Bezerra. Juíza de Direito".

**26 – AÇÃO: ORDINÁRIA - Nº. 2010.0002.1976-0/0**

Requerente: Casa de Caridade Dom Orione.

Advogado (a): Rainer Andrade Marques – OAB/TO 4117.

Requerido: Rita Ribeiro Viana. INTIMAÇÃO: do despacho de fl. 44. DESPACHO: "Intime-se autor e advogado para, em 48 (quarenta e oito) horas, cumprir integralmente o despacho de fl. 29, sob pena de extinção pelo cancelamento na distribuição."

**27 – AÇÃO: ORDINÁRIA - Nº. 2010.0002.6917-2/0**

Requerente: Casa de Caridade Dom Orione.

Advogado (a): Rainer Andrade Marques – OAB/TO 4117.

Requerido: Maria Cândida Ferreira de Sousa.

INTIMAÇÃO: do despacho de fl. 39. DESPACHO: "Intime-se autor e advogado para, em 48 (quarenta e oito) horas, cumprir integralmente o despacho de fl. 28, sob pena de extinção pelo cancelamento na distribuição."



**28 – AÇÃO: ORDINÁRIA - Nº. 2010.0002.1980-9/0**  
Requerente: Casa de Caridade Dom Orione.  
Advogado (a): Rainer Andrade Marques – OAB/TO 4117.  
Requerido: Leomir do Santos Mendes.  
INTIMAÇÃO: do despacho de fl. 97. DESPACHO: “Concedo novamente o prazo de trinta dias para que o autor comprove o recolhimento da taxa judiciária, sob pena de extinção pelo cancelamento”.

**29 – AÇÃO: ORDINÁRIA - Nº. 2010.0002.4104-9/0**  
Requerente: Casa de Caridade Dom Orione.  
Advogado (a): Rainer Andrade Marques – OAB/TO 4117.  
Requerido: Juraci Rott Brazeiro.  
INTIMAÇÃO: do despacho de fl. 42. DESPACHO: “Intime-se autor e advogado para, em 48 (quarenta e oito) horas, cumprir integralmente o despacho de fl. 29, sob pena de extinção pelo cancelamento na distribuição.”

**30 – AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Nº. 2010.0008.1575-4/0**  
Requerente: BFB Leasing S/A Arrendamento Mercantil.  
Advogado (a): Ivan Wagner Melo Diniz – OAB/MA 8190.  
Requerido: Helen Raifran Alves Silva.  
INTIMAÇÃO: da decisão de fls. 34/35.  
DECISÃO: “Isto posto, defiro o pedido para reintegrar o autor na posse do bem descrito no contrato de nº 39097076, mediante depósito judicial dos valores antecipadamente pagos a título de VRG. Assim, intime-se o autor para efetuar o depósito dentro de 10 (dez) dias, sob pena de revogação da liminar. Não havendo o depósito judicial dentro do prazo fixado, fica revogada a liminar. Em seguida, cite-se para todos os termos da inicial com advertências legais. INTIMEM-SE. Araguaína, 30 de agosto de 2010, (ass.) Dra. Adalgiza Viana de Santana Bezerra. Juíza de Direito”.

**31 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO - Nº. 2010.0009.9171-4/0**  
Requerente: Banco Panamericano S/A.  
Advogado (a): Pedro Henrique Laguna Miorin – OAB/SP 253957 e Érico Vinicius Rodrigues Barbosa OAB/TO 4220.  
Requerido: Jose de Sousa Mota.  
INTIMAÇÃO: para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial, sob pena de indeferimento da inicial. DESPACHO: “Intime-se para emendar a inicial em dez dias, sob pena de indeferimento da inicial. Motivo: comprovar a mora tendo em vista que a notificação extrajudicial de fl. 31 e certidão de notificação de fl. 32, são cópias não autenticadas, devendo apresentar cópia autenticada ou o original.”

**32 – AÇÃO: MONITÓRIA – 2007.0007.2882-4**  
Requerente: Grani Pisos Ind. E Com. De Pisos LTda  
Advogada: Thânia Aparecida Borges Cardoso OAB/TO 2891  
Requerido: Aldir Marques de Moraes  
INTIMAÇÃO: para recolher as diligências do oficial de justiça para cumprimento do mandado de citação já expedido. (Ag. 4348-6, Banco do Brasil, R\$ 12,00 na C.C 60240-x; 12,50 na C.C 9339-4).

**3ª Vara Cível**

**INTIMAÇÕES AO(S) ADVOGADO(S)**

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

**01-AUTOS:2008.0003.9660-1 – REPETIÇÃO DE INDÉBITO**  
Requerente:ORIVAN GONÇALVES DE LIMA  
Advogada:DRA. SANDRA MÁRCIA BRITO DE SOUSA – OAB/TO 2261  
Requerido:BANCO BRADESCO S/A  
Advogado: DR. JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO OAB/SP 126.504 e DR. FLÁVIO SOUSA DE ARAÚJO – OAB/TO 2492-A  
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA FLS.80/84 (PARTE DISPOSITIVA): “ POSTO ISTO, com fundamento no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor e art. 939, do Código Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte autora ORIVAN GONÇALVES DE LIMA e: a) CONDENO a parte autora ORIVAN GONÇALVES DE LIMA, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do advogado da parte ré BANCO FINASA S/A, que fixo em 20%(vinete por cento), sobre o valor da causa, conforme estabelecido no art. 20, §3º, do Código de Processo Civil.b)EXTINGUO o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos e moldes do que dispõe o art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. c)Após o transito em julgado aguarde o prazo de 15(quinze) dias para o efetivo pagamento do quanto condenado, independente de nova intimação, sob pena de aplicação da multa 10% (dez por cento) estabelecida no art. 475-J, do Código de Processo Civil, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça (REsp./RS 954.859 e REsp./RS 1.135.370). Se não houver requerimento da parte vencedora, se for de seu interesse, no que se refere ao cumprimento do julgado, na forma dos arts. 475-B, caput, e 475-I, do Código de Processo Civil, em seis meses, aguarde-se eventual provocação em arquivo (art. 475-J, §5º).Publique-se.Registre-se.Intimem-se.”

**02-AUTOS:2005.0003.2887-3 – MONITÓRIA**  
Requerente:LOCADORA FENIX LTDA  
Advogado:DR. JACKSON M. DE BRITO – OAB/TO 2934, DR.RICARDO A. LOPES DE MELO – OAB/to 2804 e DR. SIDNEY DE MELO – OAB/TO 2017-B  
Requerido:CLAUDIO DA CUNHA PEREIRA  
ADVOGADO:NÃO CONSTITUÍDO  
INTIMAÇÃO DO DESPACHO FL.39: “I-Intime-se a parte autora a pagar as custas finais, conforme sentença de fl.33, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. II\_ Transcorrido o prazo sem o devido pagamento, remetam-se cópias do presente despacho e do cálculo à Fazenda Pública Estadual, para os fins de mister. III- Após, arquivem-se os autos, observando as cautelas de estilo. IV- Intimem-se. Cumpra-se.”

**03-AUTOS:2006.0009.3014-8 – ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURIDICO**  
Requerente:GERSON CARNEIRO SPINDOLA JUNIOR  
Advogado:DR. MARCELO CARDOSO DE ARAUJO JUNIOR – OAB/TO 4369  
Requerido:GERSON CARNEIRO SPINDOLA  
Advogado:DR. EDESIO DO CARMO PEREIRA – OAB/TO 219 B  
Requerido:JULIO CÉSAR SPINDOLA ITACARAMBY  
Advogada:DRA. CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS – OAB/TO 2129B

INTIMAÇÃO DO DESPACHO FL.127: “I- Mantenho o despacho de fl.113. II- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, intimando-as partes. III- Cumpra-se.”

**04-AUTOS:5174/05 – EMBARGOS A EXECUÇÃO C/C PERDAS E DANOS**  
Embargante:GERSON ESPINDOLA CARNEIRO  
Advogado: DR. EDESIO DO CARMO PEREIRA – OAB/TO 219 B  
Embargado: JULIO CÉSAR SPINDOLA ITACARAMBY  
Advogada: DRA. CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS – OAB/TO 2129B  
INTIMAÇÃO DO DESPACHO FL.118: “I- Mantenho o despacho de fl.108. II- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, intimando-as partes. III- Cumpra-se.”

**05-AUTOS:2005.0003.7735-1 – BUSCA E APREENSÃO**  
Requerente:BANCO DAIMLERCHRYSLER S/A  
Advogada: DRA. MARIA LUCILIA GOMES – OAB/SP 84206  
Requerido:DISTRIBUIDORA AMAZONIA ARMARINHOS E AVIAMENTOS LTDA  
Advogado: DR. ALEXANDRE GARCIA MARQUES – OAB/TO 1874  
INTIMAÇÃO DO DESPACHO FL.98: “I-Intime-se a parte autora a pagar as custas finais, conforme sentença de fl.82, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. II\_ Transcorrido o prazo sem o devido pagamento, remetam-se cópias do presente despacho e do cálculo à Fazenda Pública Estadual, para os fins de mister. III- Após, arquivem-se os autos, observando as cautelas de estilo. IV- Intimem-se. Cumpra-se.”

**06-AUTOS:2009.0012.0498-4/0 – REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS**  
Requerente:ANGELINA OLIVEIRA DOS SANTOS  
Advogado: DR. JOSÉ HOBALDO VIEIRA – OAB/TO 1722ª  
Requerida:BRASIL TELECOM S/A  
Advogado: AINDA NÃO CONSTITUÍDO  
INTIMAÇÃO DO DESPACHO FL.140: “...III – De mais a mais o Magistrado analisa objetivamente tal pedido, pois cumpri ao mesmo a fiscalização do recolhimento das despesas processuais, assim sendo, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita. IV- Desta forma, remetam-se os autos a Contadoria Judiciária para caçulo das custas. V- Após, intime-se a Requerente para efetuar o pagamento no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de cancelamento na distribuição.” OBS: R\$104,40 deverá ser depositado na AG.3615-3 C/C 3055-4 – Identificador 3:166105 e R\$295,84 AG.4348-6 C/C 9339-4 e Taxa Judiciária R\$439,26

**1ª Vara Criminal**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.

**AUTOS: 2010.0010.1500-0/0 – LIBERDADE PROVISORIA**  
Requerente: Francisco Wilson Gomes Rodrigues  
Advogados: Doutor Cabral Santos Gonçalves OAB/TO 448-B.  
Intimação: ...Ante o exposto, e por vislumbrar a presença das condições de admissibilidade (crime doloso punido com reclusão), dos pressupostos (indícios de autoria e materialidade delitiva) e fundamento (assegurar a aplicação da lei penal), indefiro o pedido. Intimem-se... Araguaína, 26 de Outubro de 2010. José Eustáquio de Melo Júnior; Juiz Substituto.

**AUTOS: 2010.0011.2345-7/0 – AÇÃO PENAL.**  
Denunciado(s): Luzivado Lucena da Silva.  
Advogado do(s) denunciado(s): Dr. Rainer Andrade Marques, OAB-TO 4117.  
Intimação: Fica o advogado constituído intimado do inteiro teor da sentença condenatória: Sentença... Dispositivo. Ante o exposto, julgo procedente a pretensão punitiva do Estado e, como, consequência natural, condeno Luzivaldo Lucena da Silva... Nas penas do artigo 157, caput, combinado com o artigo 65, inciso III, alínea “d”, do Código Penal... Por isso, atenuo a pena-base em um sexto tornando-a 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 25 (vinete e cinco) dias-multa, à base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato delituoso, ...nos precisos termos do artigo 60, do Código Penal... Das causas de aumento e diminuição da pena. Não há referidas causas a serem analisadas... Publique-se. Registre-se. Intimem-se, inclusive a vítima. Araguaína, 27 de janeiro de 2011. Francisco Vieira Filho. Juiz de Direito Titular.

**EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

**(AÇÃO PENAL Nº 2010.0008.6829-7/0)**  
ACUSADA: MARIENE DUQUE DA SILVA  
FRANCISCO VIEIRA FILHO, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, NA FORMA DA LEI, ETC...  
FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste edital fica intimado a acusada: MARIENE DUQUE DA SILVA, brasileira, solteira, lavradora, nascida aos 17/06/64, natural de Nova Olinda/TO, portadora da Carteira de Identidade RG nº 1.119.998 SSP/TO, filha de Manoel Ferreira da Silva e de Domingas Duque da Silva, atualmente em lugar incerto ou não sabido, o qual foi pronunciado nos autos de ação penal de nº. 2010.0008.6829-7/0, nas penas do artigo 129 do Código Penal, e como está em lugar incerto ou não sabido, conforme certificou o Senhor Oficial de Justiça incumbido da diligência, fica citado(a) pelo presente para o fim exclusivo de a acusada oferecer defesa inicial. O prazo para a defesa começará a fluir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído. Araguaína, 31/01/11.

**1ª Vara de Família e Sucessões**

**EDITAL Nº 277/11 DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

Assistência judiciária gratuita

O DOUTOR CARLOS ROBERTO DE SOUSA DUTRA, Juiz substituto, em substituição legal ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões desta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc... FAZ SABER a quem o presente Edital de Publicação de Sentença virem, ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e respectiva Escrivania, processam os autos e INTERDIÇÃO Nº 2010.0011.9369-2/0, requerida por MARIA DE JESUS DA CONCEIÇÃO FERREIRA em face de ALDENORA DA CONCEIÇÃO, tendo à fl.41 sido nomeada Curadora da interditada, ALDENORA DA

CONCEIÇÃO brasileira, solteira, do lar, portadora do RG 416.479 SSP/TO e do CPF 970.146.211-49,incapaz, nascida em 25/12/1957, em Carolina-MA, registro de nascimento nº 1017, lavrado às fls. 105v do Lv. B- 4 do CRC de Carolina-MA, filha de Maria do Carmo da Conceição, residente na Rua Lima, nº 2160, Bairro Eldorado Araguaína, nesta cidade., a Sra. MARIA DE JESUS DA CONCEIÇÃO FERREIRA, brasileira, solteira, operadora de caixa, portadora da CI/RG. nº 627.179-SSP/TO. e inscrita no CPF/MF sob o nº 000.553.401-13, residente e domiciliada no endereço acima, nesta cidade.,Sentença a seguir transcrita: " Nos termos do art. 1780 do CC nomeio como curadora provisória da interditanda Aldenora da Conceição Ferreira, sua filha Maria de Jesus da Conceição Ferreira, que entrará de imediato, no exercício da curadoria.Fica a curadora dispensado de especialização de hipoteca, por ser pessoa idônea e filha da interditada.Expeça-se termo de curatela provisória, com os cumprimentos das formalidades legais.Designo o dia 09/06/2011, às 15:30 hrs, para o interrogatório da interrogatório da interditada.Cite-se.Intimem-se.Cumpra-se. Araguaína -TO., 30/11/2010. (ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito". E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei . DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze (31/01/2011). Eu, JBSB, Escrevente, digitei e subscrevi. CARLOS ROBERTO DE SOUSA DUTRA, Juiz Substituto.

2ª Vara de Família e Sucessões

AUTOS: 2011.0000.4910-3/0  
Ação: Divórcio Judicial Litigioso.  
Requerente: A. M. dos S  
Advogado: Dr. Carlos Eurípides Gouveia Aguiar OAB/TO 1750  
Requerido: J. B. B. dos S.  
Finalidade: Juntar aos autos no prazo de 10 dias o instrumento procuratório, sob as penalidades legais.

AUTOS: 2011.0000.4925-1/0  
Ação: Alvará Judicial  
Requerente: J. D. de M.  
Advogado: Dr. Sandra Márcia Brito de Sousa OAB/TO 2261  
Requerido: R. C. de M  
FINALIDADE: Emendar a inicial, atribuindo valor à causa, sob pena de indeferimento da petição inicial.

AUTOS: 2006.0004.9772-0/0  
Ação: Destituição do poder Familiar  
Requerente: M. de F. da S  
Advogado: Drª. Clauzi Ribeiro Alves OAB/TO 1683  
Requerido: C. L. da S  
SENTENÇA PARTE DISPOSITIVA: "Posto isto, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução do mérito, por carência superveniente da ação, nos termos do artigo 267, VI do Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade judiciária. Sem Custas. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I".

AUTOS: 2009.0004.8241-7/0  
Ação: Exibição de Documentos  
Requerente: J. T. de A. A  
Advogado: Drª. Soya Lelia Lins de Vasconcelos OAB/TO 3411  
Requerido: J. D. A  
SENTENÇA PARTE DIPSOSITIVA: "Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para determinar que a parte requerida demonstre todos os documentos referentes à apólice de seguro nº 686722342855, proposta nº 161229828, e faça isso com fundamento no artigo 844, II, do Código de Processo Civil. Declaro EXTINTO o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, II, do Código de Processo Civil. Determino a remessa dos autos à contadoria para a retificação do valor da causa, para fazer constar como o valor da totalidade da apólice de seguro. A requerida deverá pagar as custas processuais e taxas judiciárias. Condeno a requerida ao pagamento dos honorários de sucumbência à razão de 20% do valor da causa corrigido. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

AUTOS: 2010.0009.8054-2/0  
Ação: Divórcio Consensual  
Requerente: D. W. M. S e R. G. B. da S  
Advogado: Dr. Jorge Palma de Almeida Fernandes OAB/TO 1600; Drª. Priscila Francisca da Silva, OAB/TO 2482, Dr.ª Patrícia da Silva Negrão OAB/TO 4038; Dr. Rainer Andrade Marques OAB/TO 4117.  
FINALIDADE: Efetuar a retirada do mandado de averbação no prazo de 5 dias.

AUTOS: 2010.0001.0698-2/0  
Ação: Divórcio Consensual  
Requerente: W. C. DA S. e K. K. R. L. S  
Advogado: Drª. Tatiana Vieira Erbs.  
FINALIDADE: Efetuar a retirada do mandado de averbação no prazo de 5 dias.

AUTOS: 2010.0008.8444-6/0  
Ação: Conversão de Separação p/ Divorcio  
Requerente: A. P. do C. e M. S. C. C  
Advogado: Dr. Henry Smith OAB/TO 3181  
FINALIDADE: Efetuar a retirada do mandado de averbação no prazo de 5 dias

AUTOS: 2009.0011.9845-3/0  
Ação: Conversão de Separação p/ Divórcio  
Requerente: R. C. F e M. N. A. da C  
Advogado: Drª. Mariene Coelho e Silva OAB/TO 1175  
FINALIDADE: Efetuar a retirada do mandado de averbação no prazo de 5 dias.

AUTOS: 2006686972  
Ação: Inventário  
Requerente: Eva Maria Gomes Abreu Amorim  
Advogada: Maria José Rodrigues de Andrade (OAB/TO nº 1.139)  
Requerido: Esp. De Deocleciano Amorim Neto  
FINALIDADE: Manifestar sobre a petição da Fazenda Pública Estadual de folhas 153/154, no prazo de 05 dias.

EDITAL DE CITACÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS

O Doutor Helder Carvalho Lisboa, MM. Juiz em substituição ao Juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões desta Cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania se processam os autos de DIVÓRCIO LITIGIOSO, Processo nº 2009.0009.6331-8/0, ajuizado por ANTONIO CANDIDO DA CONCEIÇÃO em face de DEUZINA DA CONCEIÇÃO, sendo o presente para CITAR a requerida Deuzina da Conceição, brasileira, casada, do lar, residente em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da ação, e querendo, oferecer resposta ao pedido, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de revelia e confissão. Na inicial, o autor alegou em síntese o seguinte: "que casou-se com o requerida em 06 de Janeiro de 1.998, sob o regime de comunhão parcial de bens; que estão separados há dez anos; que dessa união tiveram quatro filhos, todos atualmente maiores; que na constância do casamento não adquiriram bens a serem partilhados; que não existe qualquer possibilidade de reconciliação entre o casal; requereu a citação, a oitiva do representante do Ministério Publico, a condenação ao pagamento da Requerida ao pagamento das custas e demais pronúncias de direito; os benefício da justiça gratuita, valorando a causa em R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). Pela MMª. Juíza, foi exarado o seguinte despacho: "Recebo a inicial. Defiro a assistência judiciária gratuita. Cite-se a requerida via edital, com prazo de 20 (vinte) dias. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 01 de dezembro de 2010 às 14 h 30 horas. Intimem-se. Em, 29/09/09. (Ass.) Renata Teresa da Silva Macor, Juíza de Direito". E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual deverá ser publicado uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado no átrio do fórum local.DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, aos 31 de Janeiro de 2011. Eu, Escrevente, digitei e subscrevi. Helder Carvalho Lisboa. (Juiz Substituto).

1ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 011/2011

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

AUTOS nº 2010.0004.5064-0 Ação: ORDINÁRIA  
REQUERENTE: MARIA ELIANE LOURENÇO DE SOUSA  
ADVOGADO: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA  
REQUERIDO: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
DESPACHO: Fls. 93-"Sobre a contestação de fls. 29/91, diga o autor, querendo, em 10 (dez) dias. Intime-se."

AUTOS nº 2010.0002.6878-8 Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER  
REQUERENTE: ROGÉRIO SILVA DE CARVALHO  
ADVOGADO: FABRÍCIO BARROSAKITAYA  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
DESPACHO: Fls. 65-"Sobre a contestação de fls. 50/63, diga o autor, querendo, em 10 (dez) dias. Intime-se."

AUTOS nº 2010.0009.1857-0 Ação: DECLARATÓRIA  
REQUERENTE: ROSANA MARIA MARTINS FERNANDES MORALES  
ADVOGADO: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
DESPACHO: Fls. 54-"Sobre a contestação de fls. 35/52, diga o autor, querendo, em 10 (dez) dias. Intime-se."

AUTOS nº 2010.0009.1869-3 Ação: DECLARATÓRIA  
REQUERENTE: DERMEN MONTOVANE DIAS FIGUEIRA  
ADVOGADO: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
DESPACHO: Fls. 61-"Sobre a contestação de fls. 32/59, diga o autor, querendo, em 10 (dez) dias. Intime-se."

AUTOS nº 2010.0009.0676-8 Ação: DECLARATÓRIA  
REQUERENTE: RAIMUNDA DIAS DA LUZ SILVA  
ADVOGADO: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
DESPACHO: Fls. 48-"Sobre a contestação de fls. 29/46, diga o autor, querendo, em 10 (dez) dias. Intime-se."

AUTOS nº 2010.0006.2831-8 Ação: ANULATÓRIA  
REQUERENTE: BV FINANCEIRA  
ADVOGADA: SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS - SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA  
DESPACHO: Fls. 66-"Intime-se o requerente, na pessoa de seu advogado, para promover o preparo das custas processuais, referente a Carta Precatória expedida para a comarca de Palmas para citação do Estado do Tocantins, no prazo de 05 (cinco) dias, junto àquela comarca."

AUTOS nº 2010.0006.2832-6 Ação: ANULATÓRIA  
REQUERENTE: B V FINANCEIRA S/A  
ADVOGADA: SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS - SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA  
DESPACHO: Fls. 53-"Intime-se o requerente, na pessoa de seu advogado, para promover o preparo das custas processuais, referente a Carta Precatória expedida para a comarca de Palmas para citação do Estado do Tocantins, no prazo de 05 (cinco) dias, junto àquela comarca."

**AUTOS nº 2011.0000.7021-8 Ação: DECLARATÓRIA**  
REQUERENTE: LUCIANA SILVA RESENDE  
ADVOGADO: ELI GOMES DA SILVA FILHO  
REQUERIDO: DELEGACIA DA RECEITA ESTADUAL DO ESTADO DO TOCANTINS  
SENTENÇA: Fls. 281/285-"...Diante do exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, CPC, ante a ausência de uma das condições da ação, no caso o ilegitimidade passiva. Sem honorários. Custas pela parte autora."

**AUTOS nº 2007.0010.3358-0 Ação: PREVIDENCIÁRIA**  
REQUERENTE: MARIA CLEONICE DE MORAIS  
ADVOGADO: VICTOR MARQUES MARTINS FERREIRA  
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL  
DESPACHO: Fls. 80-"Ante o trânsito em julgado da r. sentença prolatada (fls. 79), remetam-se os autos à Douta Procuradoria Federal para informar acerca da implantação do benefício deferido, bem como, elaborar os cálculos de liquidação, relativos à condenação ao pagamento retroativo e à verba honorária arbitrada, observado o comando do r. decism e a efetiva data de implantação do benefício previdenciário. Oferecida a conta de liquidação, ciência à parte autora para, querendo, se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Nada requerido, promova-se requisição dos valores apurados à Douta Presidência do Egrégio TRF da 1ª Região, com estrita observância à Resolução CJF nº 055, de 14 de maio de 2009 e demais cautelas de praxe. Intime-se." DESPACHO: Fls. 90 - "A parte encontra-se sob o pálio da assistência judiciária gratuita. Remetam-se, pois, os autos a Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos de liquidação, observado o comando da r. sentença de fls. 73/75 e data efetiva de implantação do benefício (fls. 82). Elaborada a conta, ciência as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 (cinco) dias. Nada requerido, promova-se requisição dos valores apurados, observada a Resolução CJF nº 055/2009 e demais cautelas de praxe. Intime-se." CÁLCULOS DE LIQUIDACÃO: PRINCIPAL.....R\$ 19.305,93  
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ATUALIZADOS).....R\$ 535,58  
CUSTAS PROCESSUAIS.....R\$ 455,01  
TOTAL.....R\$ 20.296,52

**AUTOS nº 2008.0000.7714-0 Ação: PREVIDENCIÁRIA**  
REQUERENTE: MARIA ALVES CAVALCANTE  
ADVOGADO: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA  
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL  
DESPACHO: Fls. 121-"Ante o trânsito em julgado da sentença proferida, nos termos do artigo 475-B, § 3º, in fine, do CPC, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos de liquidação relativos à condenação ao pagamento retroativo e à verba honorária arbitrada, com observância ao comando da sentença (fls. 110/113) e a data de implantação do benefício pelo órgão previdenciário requerido (fls. 118). Promovida a conta, ciência às partes dos cálculos respectivos para, querendo, se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias. Nada requerido, promova-se requisição dos valores apurados à Douta Presidência do Egrégio TRF da 1ª Região, com estrita observância à Resolução CJF nº 055, de 14 de maio de 2009 e demais cautelas de praxe. Intime-se." CÁLCULOS DE LIQUIDACÃO PRINCIPAL.....R\$ 19.305,93  
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ATUALIZADOS)..R\$ 538,15  
CUSTAS PROCESSUAIS.....R\$ 468,82  
TOTAL.....R\$ 20.312,93

**Autos nº 2005.0003.2628-5 Ação: EMBARGOS DE TERCEIROS**  
EMBARGANTE: FRANCISCO ANGELO DE AQUINO  
ADVOGADO: ANDRÉ LUIZ BARBOSA MELO  
EMBARGADO: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
DESPACHO: Fls. 99-"Sobre a contestação ofertada (fls. 93/97), DIGA o embargante, em 10 (dez) dias. Intime-se."

**AUTOS nº 2006.0007.0404-0 Ação: EXECUÇÃO FISCAL**  
EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
EXECUTADO: AGROQUIMA - PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA  
ADVOGADA: MÁRCIA ELIETE DE CARVALHO MACEDO  
DESPACHO: Fls. 240-"Não obstante o comunicado de fls. 234, acerca do RESPE interposto pela exequente, é certo que o RECURSO referido não possui efeito suspensivo. MANTENHO, pois, o sobrestamento do presente feito executivo, até ulterior comunicação da Superior Instância. Intime-se."

**2ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM Nº 047/2011**

Ficam as partes, abaixo relacionadas, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais a seguir:

**AÇÃO: DECLARATÓRIA Nº 2010.0010.1491-7**  
REQUERENTE: ISAIAS PEREIRA DE BRITO  
Advogado: Dr. André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão às fls. 29/32, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: COBRANÇA Nº 2010.0000.8845-3**  
REQUERENTE: ADELSON MOTA DE AGUIAR  
Advogado: Dr. Mary Ellen Oliveti - OAB/TO 2387  
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ARAGUAINA  
Advogado: . Procurador Geral do Município  
DESPACHO: "Vista à parte autora para se manifestar em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 19 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: EXECUÇÃO FISCAL Nº 2009.0010.8271-4**  
EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
EXECUTADO: CASA DA LOUVORA AGROP. GOIAS COM E IND EXP. LTDA

Advogado: . Emerson Cotini - OAB/TO 2098  
DESPACHO: "Recebo a apelação, tempestivamente oposta e dispensada de preparo, no duplo efeito. Vista ao apelado para, querendo, oferecer contra-razões, no prazo legal. Após a juntada destas, ou certificado pela Escrivania a sua ausência, remtam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 24 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.2513-7**  
REQUERENTE: ODELZETE ALVES CONCEIÇÃO  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 28/31, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.2759-8**  
REQUERENTE: CREUSA VIEIRA CUNHA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 32/35 pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.2761-0**  
REQUERENTE: SONILDA RODRIGUES FRAGOSO  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 23/26, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0006.9581-3**  
REQUERENTE: ROMYLSA FERREIRA DE CERQUEIRA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 19/22, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.9330-7**  
REQUERENTE: SILVIAN CARVALHO DE SOUSA COSTA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 19/21, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.3539-0**  
REQUERENTE: FRANCISCA VERONICA FEITOSA ANDRADE  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 21/24, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.5682-2**  
REQUERENTE: EVA LOPES GONÇALVES  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 23/26, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.5700-9**  
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO RODRIGUES OLIVEIRA SILVA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 25/28, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.1487-9**  
REQUERENTE: SANDRA VALERIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 29/32, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.2511-0**  
REQUERENTE: SHIRLENE RODRIGUES DA CUNHA  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 29/32, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.1495-0**  
REQUERENTE: SHIRLEIDE QUEIROZ DE LIMA RAMOS  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 28/31, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.2515-3**  
REQUERENTE: WALDELITA DO NASCIMENTO  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 26/29, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.1493-3**  
REQUERENTE: GILSON TAVARES DE OLIVEIRA  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 36/39, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.1489-5**  
REQUERENTE: JONILSON ARRAIS SOBRINHO  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 27/30, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.1497-6**  
REQUERENTE: MARIA IRANILDE FERREIRA DE CASTRO  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 28/31, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0012.1157-7**  
REQUERENTE: LUCIANA ROCHA DE MASTRO  
Advogado: . Marson Iury Mansini Precinotte Alves - OAB/TO 4635  
REQUERIDO: GOVERNO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Emende-se a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, adequando os pedidos formulados com pertinênciaa polaridade passiva da ação, e delimitando qual o período em que pretende a repetição do indébito. Determino ainda que o autor promova o recolhimento das custas iniciais, com base no valor atribuído à causa, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0012.1119-4**  
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO MESQUITA DA SILVA  
Advogado: . Marson Iury Mansini Precinotte Alves - OAB/TO 4635  
REQUERIDO: GOVERNO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Emende-se a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, adequando os pedidos formulados com pertinênciaa polaridade passiva da ação, e delimitando qual o período em que pretende a repetição do indébito. Determino ainda que o autor promova o recolhimento das custas iniciais, com base no valor atribuído à causa, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.3541-2**  
REQUERENTE: ROSIMEIRE APARECIDA VIEIRA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 27/30, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0006.9579-1**  
REQUERENTE: MARIA CLEUSA FERREIRA SILVA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 23/26, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.4925-1**  
REQUERENTE: EDMILSON SOARES DA SILVA COSTA  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 34/37, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 210.0011.9334-0**  
REQUERENTE: MARIA EUGENIA ROCHA GUIMARAES  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 25/27, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.5706-8**  
REQUERENTE: MARIA SILVERIA DINIZ DA SILVA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 25/28 pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.5702-5**  
REQUERENTE: EDILEUZA MARTINS SANTIAGO  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 19/22, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.7807-9**  
REQUERENTE: MARIA EDINIR DE LIMA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 23/26, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.4928-6**  
REQUERENTE: ANA JULIA DOURADO DE SOUSA LUZ  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 27/30, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.4922-7**  
REQUERENTE: PEDRO PAULO MONTEIRO DE ALMEIDA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 32/35, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0006.9583-0**  
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES MOURAO  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 26/29, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.4923-5**  
REQUERENTE: PAULO CESAR MEDEIROS MARANHAO  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 33/36, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias,

sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.5704-1**  
REQUERENTE: JACQUELINE ALVES DA SILVA COSTA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 20/23, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0006.9577-5**  
REQUERENTE: JUNIOR RODRIGUES LOPES  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 24/27, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0011.9332-3**  
REQUERENTE: RUTE MARIA FERREIRA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Mantenho a decisão hostilizada às fls. 27/29, pelos seus próprios fundamentos. Determino o recolhimento das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0012.1173-9**  
REQUERENTE: SANTINA DIAS DE OLIVEIRA  
Advogado: . Marson lury Mansini Precinotte Alves - OAB/TO 4632  
REQUERIDO: GOVERNO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Emende-se a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, adequando os pedidos formulados com pertinência a polaridade passiva da ação, e delimitando qual o período em que pretende a repetição do indébito. Determino ainda que o autor promova o recolhimento das custas iniciais, com base no valor atribuído à causa, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Araguaína-TO, 21 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0009.0669-5**  
REQUERENTE: DILMA MARIA GUIMARAES ROCHA  
Advogado: . André Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Vista à parte autora para se manifestar em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. em seguida, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 24 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0010.1514-0**  
REQUERENTE: MARIA INES PEREIRA MATOS  
Advogado: . Marcos Vinicius Scatena Costa - AOB/TO 4598  
REQUERIDO: PREFEITURA DE ARAGUAÍNA  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Vista à parte autora para se manifestar em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. em seguida, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 24 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: TRABALHISTA Nº 2010.0005.8017-0**  
REQUERENTE: MARIA MADALENA ARAUJO SARAIVA  
Advogado: . Thania Aparecida Borges Cardoso - OAB/TO 2891  
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA  
Advogado: . Procurador Geral do Município  
DESPACHO: "Vista à parte autora para se manifestar em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. em seguida, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 24 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: DECLARATORIA Nº 2010.0009.1868-5**  
REQUERENTE: LUSIA PERES FERREIRA  
Advogado: . Andre Francelino de Moura - OAB/TO 2621  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado  
DESPACHO: "Vista à parte autora para se manifestar em réplica, no prazo de 10 (dez) dias. em seguida, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 24 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: POSSESSORIA Nº 2009.0012.6443-0**  
REQUERENTE: CONSTRUTORA CUNHA LIMA LTDA  
Advogado: . Julio Aires Rodrigues - OAB/TO 361  
REQUERIDO: MUNICIPIO DE MURICILANDIA  
Advogado: . Marcia Regina Flores - OAB/TO 604  
DESPACHO: "Dê-se vistas dos autos às partes para se manifestarem sobre o laudo acostado às fls. 158/168, no prazo comum de 10 (dez) dias. Araguaína-TO, 19 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**AÇÃO: REVISIONARIA Nº 2007.0010.8396-0**  
REQUERENTE: VALDINA ALVES ROCHA  
Advogado: . Dalvalaides da Silva Leite - OAB/TO 1756  
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS  
Advogado: . Procurador Geral do Estado

DESPACHO: "Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificadamente, no przo de 5 (cinco) dias. Intimem-se. Araguaína-TO, 19 de janeiro de 2011. (ass) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto."

**Juizado Especial Criminal**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

FICAM as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais, abaixo relacionados:

**01- AUTOS Nº 17.147/09 – COMUNICADO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO**  
AUTOR: Lucimar da Silva Milhomem  
ADVOGADOS: Fabricio Fernandes de Oliveira OAB/TO 1976  
VITIMA: Justiça Pública.  
INTIMAÇÃO: fls. 42. Fica o advogado do autor do fato intimado da r. sentença do teor seguinte: “Vistos, etc.” Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de Lucimar da Silva Milhomem, determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4º, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Extinta a punibilidade em face do cumprimento da pena alternativa, não há que se falar em condenação. Portanto, o que se refere a destinação dos instrumentos e produtos de crime, não se pode tê-la como efeito da sentença. Assim, sendo o objeto apreendido produto do crime, devemos, por analogia, aplicar-lhes o disposto no art. 91, II, “b”, do Código Penal, ou seja, as mesmas serão perdidas em favor da União. Ante ao exposto, decreto o perdimento dos valores apreendidos e determino o depósito em favor da União. Após o Transito em Julgado e o depósito dos valores, archive-se com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Oficie-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 23 de novembro de 2010. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito”.

**Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

**AÇÃO: AÇÃO PENAL – AUTOS Nº 2009.0006.2677-0/0**  
Réu: VILMAR CARDOSO DE SOUSA  
Vitima: MARIA DAS DORES MORAES DOS SANTOS  
Advogado: Dr. José Pinto Quezado  
INTIMAÇÃO: “O Acusado foi citado e informou que possui advogado constituído, na pessoa do Dr. José Pinto Quezado. Assim, intime-se o procurador pelo DJ e para apresentar resposta escrita, em dez dias. Cumpra-se. Araguaína-TO, 23 de julho de 2010. (Ass.) José Roberto Ferreira Ribeiro, Juiz Substituto”.

**ARRAIAS**  
**Vara Cível**

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS**  
**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

O Dr. Jean Fernandes Barbosa de Castro, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Cível da Comarca de Arraias, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Vara Cível desta Comarca de Arraias, se processam os autos de Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos, Protocolo Jurídico 2010.0001.5196-1/0, tendo como requerentes E. C. da C. assistido por sua avó paterna, L. B. F., e requerida MARIA NEIDE CONCEIÇÃO DA COSTA, brasileira, estado civil e profissão ignorados, sendo o mesmo para CITAR a requerida supra qualificada, que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, por todos os termos da ação, o qual terá o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar contestação, estando desde já advertida que não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na peça vestibular, conforme dispõem os artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Tudo em conformidade com Decisão de fls. 13/15 preferida pelo MM. Juiz de Direito Substituto, nos autos acima especificados: “(...) Dessa forma, designo o dia 16 de fevereiro de 2011, às 15 horas, para comprovação dos requisitos essenciais à concessão da tutela provisória. Intime-se a requerente para que compareça na audiência juntamente com o adolescente. Diante das informações contidas na inicial, cite-se a requerida via edital, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-a que não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na peça vestibular, conforme dispõem os artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil.” (...) “Arraias, 28 de outubro, 2010. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto.” E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado uma (01) vez no Diário Oficial da Justiça e afixado no placar do Fórum local.

**ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)**

Ficam as Partes e Advogados abaixo identificados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:

Referência:  
Ação de Demarcação e Divisão do Imóvel Capim Puba ou Santa Iria  
**Autos nº 054/2000**  
Requerentes: Celino Francisco Franco e outros.  
Advogados: Wilson Roberto Theodoro – OAB/DF nº 10.644; Valdi Cardoso Fernandes – OAB/DF nº 4.874; José Luiz Ferreira Barbosa – OAB/DF nº 9.605; Florismária Ferreira Barbosa – OAB/GO nº 10979-A; Olegário de Moura Júnior – OAB/TO nº 2.743; Gesiel Januário de Almeida – OAB/GO nº 9.549  
Requeridos: Jacy Pinto de Almeida e outros.  
Advogado: Edi de Paula e Sousa – OAB/TO nº 311-A.  
Ato Ordinatório: “Deverão as partes, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem acerca da petição e mapa georreferenciado da propriedade com área de ocupação, de cada condomínio e também topologia da referida área, apresentados às fls. 358/359 dos autos. Arraias/TO, 27 de agosto de 2010. Márcio Luís Silva Costa. Escrivão Judicial.”  
  
Referência:  
Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos  
**Autos nº 020/2005**  
Requerente: E. F. G. repres. por Z. F. G.  
Requerido: D. O. da C.  
Advogado: Edivan Gomes Lima – OAB/TO nº 1497-A e OAB/GO nº 14.116.

Despacho: “Considerando certidão de fl. 56, defiro o pedido formulado pelo requerido. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para a data de 16 de fevereiro de 2011, às 13h30min. Intimem-se. Cumpra-se. AAX-TO, 10 de agosto de 2010. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto.”

Referência:  
**Ação de Investigação de Paternidade**  
Protocolo único nº 2007.0006.3622-1/0  
Requerente: Ministério Público do Estado do Tocantins como substituto processual de M. T. B.  
Requerido: Sandro Barreto Alves  
Advogados: Palmeron de Sena e Silva – OAB/TO nº 387-A  
Despacho: “Designo o dia 16 de fevereiro de 2011, às 15h30min, para a realização de audiência preliminar. Intimem-se as partes. Arraias-TO, 21 de setembro de 2010. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto.”

Referência:  
**Ação de Dissolução de Sociedade Conjugal de Fato**  
Protocolo único nº 2008.0002.7036-5/0  
Requerente: J. C. G. de M.  
Advogado: Defensoria Pública do Estado do Tocantins  
Requerida: V. S. B.  
Advogados: Palmeron de Sena e Silva – OAB/TO nº 387-A  
Despacho: “Designo o dia 23 de fevereiro de 2011, às 13h30min, para a realização de audiência preliminar. Intimem-se as partes. Arraias-TO, 10 de agosto de 2010. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto.”

Referência:  
Reconvenção  
**Protocolo único nº 2008.0004.3296-9**  
Requerente: V. S. B.  
Advogados: Palmeron de Sena e Silva – OAB/TO nº 387-A  
Requerida: J. C. G. de M.  
Advogado: Defensoria Pública do Estado do Tocantins  
Despacho: “Designo o dia 23 de fevereiro de 2011, às 13h30min, para a realização de audiência preliminar. Intimem-se as partes. Arraias-TO, 10 de agosto de 2010. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto.”

Referência:  
**Ação de Atentado**  
Protocolo único nº 2009.0006.4682-7/0  
Requerentes: Joviliana Pereira dos Santos; Maurícia Pereira dos Santos; Ana Pereira dos Santos; José Pereira dos Santos.  
Advogados: Fernando José Batista de Moraes – OAB/DF nº 11.255; Requeridos: José dos Santos Freire Júnior; Jacqueline Peres de Almeida Freire; Laudelino Dias Pinheiro; Maria Célia Gayer Dias Pinheiro.  
Advogado: Antônio Marcos Ferreira – OAB/TO nº 202-A.  
Despacho: “Intimem-se as partes, via Diário da Justiça, para no prazo de 03 (três) dias, se manifestarem sobre o laudo de fls. 137/139. Arraias, 27 de janeiro de 2011. Márcio Ricardo Ferreira Machado. Juiz de Direito em substituição automática.”

Referência:  
**Ação de Atentado**  
Protocolo único nº 2009.0006.4682-7/0  
Requerentes: Joviliana Pereira dos Santos; Maurícia Pereira dos Santos; Ana Pereira dos Santos; José Pereira dos Santos.  
Advogados: Fernando José Batista de Moraes – OAB/DF nº 11.255; Requeridos: José dos Santos Freire Júnior; Jacqueline Peres de Almeida Freire; Laudelino Dias Pinheiro; Maria Célia Gayer Dias Pinheiro.  
Advogado: Antônio Marcos Ferreira – OAB/TO nº 202-A.  
Despacho: “Intimem-se as partes, via Diário da Justiça, para no prazo de 03 (três) dias, se manifestarem sobre o laudo de fls. 137/139. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. Arraias, 27 de janeiro de 2011. Márcio Ricardo Ferreira Machado. Juiz de Direito em substituição automática.”

**COLINAS**  
**Diretoria do Foro**

**PORTARIA Nº 02/2011**

A Exma. Sra. Dra. **GRACE KELLY SAMPAIO**, Juíza de Direito Diretora do Foro em substituição automática desta Comarca de Colinas do Tocantins, no uso das atribuições legais e na forma da Lei, etc.,

**CONSIDERANDO** a resolução nº. 025/2010 publicada no Diário da Justiça DJ 2559 do dia 15/12/2010, que regulamenta o processo judicial eletrônico e-Proc no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins;

**CONSIDERANDO** a meta de 2011 desta Comarca de Colinas do Tocantins-TO de agilizar o andamento processual, prestar uma justiça célere, segura e eficaz, e propiciar o alcance do resultado útil processual e material as partes;

**CONSIDERANDO** que no dia 28/01/2011 a Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça deste Estado implantou o sistema e-Proc nesta Comarca;

**CONSIDERANDO** a necessidade de consolidar os procedimentos do processo eletrônico no âmbito estadual e a necessidade de trabalhar de forma integrada entre os dois graus de jurisdição;

**CONSIDERANDO** ainda a necessidade de otimizar a gestão documental, eliminando o arquivamento permanente de documentos em papel;

**RESOLVE:**

**DETERMINAR** que a partir do dia 01/02/2011 as petições iniciais deverão ser protocoladas digitalmente através do sistema e-Proc no âmbito desta Comarca de Colinas do Tocantins, devendo-se cumprir as regras previstas na Resolução 025/2010, publicada no Diário da Justiça DJ 2559 do dia 15/12/2010.

Publique-se. Registre-se.

Cumpra-se.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Colinas do Tocantins/TO, GABINETE DA JUIZA DE DIREITO DIRETORA DO FORO, aos 28 de janeiro de 2011.

**Grace Kelly Sampaio**  
**Juíza de Direito Diretora do Foro**  
**Em substituição automática**

**1ª Vara Cível**

**ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM DE N.º 53/ 2011 DTP**

**1. AUTOS Nº.: 2011.0000.2202-7/0**  
**AÇÃO: COBRANÇA**  
**REQUERENTE: OSVALDO LIBERATO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO: Dr. Martonio Ribeiro Silva – OAB/TO 4139 e Outros.**  
**REQUERIDO: PREFEITURA DE BERNARDO SAYÃO**  
**FINALIDADE:** Fica o Requerente, na pessoa de seu representante legal intimado, a cerca do DESPACHO de fls. 37 a seguir transcrito: “1. DEFIRO a gratuidade da justiça.  
2. Cuida-se de ação que deve observar o RITO SUMÁRIO, a teor do art. 275, I, CPC.  
3. DESIGNO, pois, Audiência de Conciliação (art. 277, CPC) para o dia 16/03/11, às 14:00 horas.  
4. CITE-SE a parte ré para os termos da presente ação e INTIMEM-NA para comparecer à audiência ora designada.  
5. Quando do cumprimento do mandado de citação, ADVIRTA-SE expressamente a parte ré de que: a) Se deixar injustificadamente de comparecer à audiência reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (art. 319, CPC), salvo se contrário resultar da prova dos autos, preferindo o juiz, desde logo, a sentença (art. 277, § 2º, CPC). b) Se frustrada a tentativa de conciliação, deverá, através de advogado, oferecer CONTESTAÇÃO na própria audiência, acompanhada de documentos e rol de testemunhas. c) A ausência de contestação importará em revelia e confissão, acarretando a presunção de que verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e aplicação dos efeitos da revelia (art. 285, segunda parte, e art. 319 do CPC). d) Se requerer perícia, deverá formular os quesitos, desde logo, podendo indicar assistente técnico (art. 278, caput, CPC).  
6. As partes poderão fazer-se representar na audiência por preposto com poderes para transigir (art. 277, § 3º, CPC).  
7. CÓPIA DESTE DESPACHO SUBSTITUI o MANDADO DE CITAÇÃO. Para tanto segue em anexo cópia da inicial.  
8. INTIMEM-SE. Colinas do Tocantins – TO, 14 de janeiro de 2011. GRACE KELLY SAMPAIO. Juíza de Direito.

**2ª Vara Cível**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 061/11**

Fica a parte autora por seu advogado, intimado dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).

**1. AUTOS nº 2007.0009.1693-3/0**  
**AÇÃO: RESCISÃO CONTRATUAL**  
**REQUERENTE: HABITAT – Associação Habitat para a Humanidade Brasil**  
**ADVOGADO: Dr. Fernando Carlos Fiel V. Figueiredo, OAB/TO 1.754**  
**REQUERIDO: SIMONE APARECIDA ROSENO DE MOURA INTIMAÇÃO/SENTENÇA:**  
Ante o exposto, por ter sido satisfeita a pretensão da autora, com a quitação integral do débito que deu origem a presente ação, JULGO EXTINTOS os presentes autos como resolução do mérito, nos termos do art. 269, II do Código de Processo Civil. Em consequência, determino o arquivamento do feito, independentemente do trânsito em julgado. Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais. Condeno-a, ainda, ao pagamento dos honorários advocatícios, estes fixados com esteio no §4º do art. 20 do Codex. É que, não se tratando de sentença condenatória, fica o julgador liberado da observância dos limites máximos e mínimos estabelecidos no artigo 20, §3º, do CPC, podendo-se valer de outros parâmetros para a fixação de honorários, desde que observados os critérios apontados pelo artigo 20, parágrafo quarto, do referido Diploma Processual Civil. Assim, levando em conta que o trabalho exercido pelo patrono da autora cingiu-se à inicial, não lhe exigindo a matéria estudo acirrado, tenho por justo o arbitramento dos honorários em R\$ 1.000,00 (um mil reais). No entanto, como se observa dos autos, a requerida é beneficiária do Programa de Moradia Habitat, o qual destina-se à construção de residências para famílias de baixa renda, o que por si só confirma o caráter de beneficiária da justiça gratuita da requerida. Em decorrência disso, a exigibilidade das verbas acima determinadas fica suspensa nos termos do parágrafo 2º do art. 11 e art. 12 da Lei 1.060/50. Após as baixas necessárias, arquivem-se os presentes autos. P. R. I. Colinas do Tocantins, 27 de outubro de 2010. (ass) Etelvina Maria Sampaio Felipe - Juíza de Direito 2ª Vara Cível.”

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 062/11**

Fica a parte autora por seu advogado, intimado dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).

**1. AUTOS nº 2007.00097.7416-0/0**  
**AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO**  
**REQUERENTE: Cia Itauleasing Arrendamento Mercantil**  
**ADVOGADO: Dr. Haika M. Amaral Brito, OAB/TO 3.785**  
**REQUERIDO: TAYNAN GOMES COSTA**  
**INTIMAÇÃO/DESPACHO:** Ante o exposto, DETERMINO que a parte requerente apresente informações corretas sobre a descrição do veículo objeto do contrato firmado pela requerida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito. Intime-se. Colinas do Tocantins, 21 de outubro de 2010. (ass) Etelvina Maria Sampaio Felipe - Juíza de Direito 2ª Vara Cível.”

**1. AUTOS nº 2007.0001.2256-2/0**  
**AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO**  
**REQUERENTE: GLEIDSON JERÔNIMO MENDONÇA**  
**ADVOGADO: Dr. Paulo César Monteiro Mendes Júnior, OAB/TO 1800**  
**REQUERIDO: ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA**  
**INTIMAÇÃO/SENTENÇA:** Ante o exposto, nos termos do art. 257 do CPC determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO dos presentes autos, ao tempo em que determino



o arquivamento do feito. P. R. I. Colinas do Tocantins, 18 de outubro de 2010. (ass)  
Etelvina Maria Sampaio Felipe - Juíza de Direito 2ª Vara Cível."

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)(S)

PROCESSO: C. Precatória – autos nº. 2011.0000.2173-0/0  
Ação Penal de origem – autos nº. 372.01.2006.005094-0/000000-000  
Acusado: ANDERSON ANASTÁCIO DE SOUSA  
ADVOGADA: EDNA APARECIDA SILVA – OAB 142.495  
Deprecante: Juízo de Direito da 1ª. Vara Judicial de Monte Mor-SP.  
Deprecado: Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Colinas do Tocantins  
OBJETO: INTIMAÇÃO DO(A)(S) CAUSÍDICO(A)(S) ACIMA NOMINADO(S) de que foi designado o dia 09/02/2011, às 09:00horas, para a audiência de inquirição das vítimas nos autos da deprecata em epígrafe, consoante r. despacho proferido à fl. 23 pelo(a) Dr(ª). Grace Kelly Sampaio – Juíza de Direito em substituição automática na Vara Criminal da Comarca de Colinas do Tocantins-TO.

PROCESSO: Ação Penal – autos nº. = 2010.0011.4839-5/0 = 2565/10  
NATUREZA: Ação Pública Incondicionada  
Acusado: Acusados: GIOVANA DE JESUS ARAÚJO e outro  
ADVOGADA: PAULO ROBERTO DA SILVA – OAB/TO 284-A  
OBJETO: INTIMAÇÃO DO(A)(S) CAUSÍDICO(A)(S) ACIMA NOMINADO(S) da r. decisão proferida às fls. 128/130, dos autos da ação penal em epígrafe, cuja parte dispositiva segue transcrita: “(...) Ante o exposto, INDEFIRO os pedidos formulados pela defesa e MANTENHO o recebimento da denúncia e DETERMINO o prosseguimento do feito, nos termos do novel art. 399 do CÓDIGO DE Processo Penal. Considerando que todas as testemunhas arroladas pelos sujeitos processuais residem em outras comarcas, deprequem-se suas oitivas, enviando-se cópias do necessário. ... Colinas do Tocantins, 27 de janeiro de 2011 (as) Grace Kelly Sampaio – Juíza de Direito em substituição automática.” 2)- INTIMAÇÃO de que, em 28/01/2011, foram expedidas cartas precatórias às Comarcas de Araguaína-TO., Presidente Prudente-SP, e Presidente Epitácio-SP, para fins de inquirição das testemunhas arroladas pelas partes nos autos da ação penal em epígrafe, nos termos do art. 222 do CPP.

Vara de Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 108/11 – E

AUTOS n. 2781/02  
Ação: Inv. Paternidade  
Requerente: W. C. S., rep. por DESI COSTA DA SILVA  
Advogado: DR. ADWARDS BARROS VINHAL – OAB/TO 2541  
Requerido: JEFERSON DIVINO PEREIRA  
Fica o procurador da autora acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 70, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Verifica-se nos autos que o autor hoje é maio de idade e conforme dispõe o art. 1614 o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento. Assim, intime-se pessoalmente o autor para, no prazo de quarenta e oito horas, informar se persiste o interesse na ação, bem como manifestar-se sobre a possibilidade de realização de exame de DNA na cidade de Goiânia, GO, conforme contestação de fls. 57/62. Colinas do Tocantins, 28 de janeiro de 2011, às 13:18:42 horas..”

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 108/11 – E

AUTOS n. 2781/02  
Ação: Inv. Paternidade  
Requerente: W. C. S., rep. por DESI COSTA DA SILVA  
Advogado: DR. ADWARDS BARROS VINHAL – OAB/TO 2541  
Requerido: JEFERSON DIVINO PEREIRA  
Fica o procurador da autora acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 70, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Verifica-se nos autos que o autor hoje é maio de idade e conforme dispõe o art. 1614 o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento. Assim, intime-se pessoalmente o autor para, no prazo de quarenta e oito horas, informar se persiste o interesse na ação, bem como manifestar-se sobre a possibilidade de realização de exame de DNA na cidade de Goiânia, GO, conforme contestação de fls. 57/62. Colinas do Tocantins, 28 de janeiro de 2011, às 13:18:42 horas..”

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 109/11 – Cjr

AUTOS n. 2010.0008.5764-3 (7561/10)  
Ação: Execução de Alimentos  
Exeqüente: A. R. S., rep/genitora Fabíola de Oliveira Lima  
Advogada: Dra. Francisca Chaves da Luz Souza  
Executado: Adriano Rabelo da Silva  
Fica a procuradora da autora acima identificada, cientificada do teor do despacho de fls. 15 - verso, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 002/11). DESPACHO: “Intime-se pessoalmente a autora, para promover o andamento do feito. Prazo: 48 horas. Pena: extinção. Int. Colinas, 21.01.11. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 110/11 – E

AUTOS n. 2010.0007.0270-4 (7476/10)  
Ação: Execução de Alimentos  
Requerente: L. E. L. S., rep. por HERMES LEMES DA CUNHA  
Advogado: DR. ADWARDS BARROS VINHAL – OAB/TO 2541  
Requerido: JOÃO LUIZ ALVES DE SOUZA  
Fica o procurador do autor acima identificado, intimado a manifestar-se nos autos em comento, conforme o teor do despacho de fls. 20v, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Manifestem-se a exequente e em seguida, o MP. Int. Colinas, 29.01.11.....”

AUTOS n. 2010.0007.0270-4 (7476/10)  
Ação: Execução de Alimentos  
Requerente: L. E. L. S., rep. por HERMES LEMES DA CUNHA  
Advogado: DR. ADWARDS BARROS VINHAL – OAB/TO 2541  
Requerido: JOÃO LUIZ ALVES DE SOUZA  
Fica o procurador do autor acima identificado, intimado a manifestar-se nos autos em comento, conforme o teor do despacho de fls. 20v, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Manifestem-se a exequente e em seguida, o MP. Int. Colinas, 29.01.11.....”

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 111/11 – E

AUTOS n. 2010.0007.0269-0 (7477/10)  
Ação: Execução Por Quantia Certa  
Requerente: L. E. L. S., rep. por HERMES LEMES DA CUNHA  
Advogado: DR. ADWARDS BARROS VINHAL – OAB/TO 2541  
Requerido: JOÃO LUIZ ALVES DE SOUZA  
Fica o procurador do autor acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 16v, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Cumpra-se o despacho de fls. 11, prosseguindo-se na execução. Int. Colinas, 29.01.11...”

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 112/11 – E

AUTOS n. 2009.0003.2285-1 (6749/09)  
Ação: Execução de Título Judicial  
Requerente: VALÉRIA DA SILVA OLIVEIRA DOUTOR  
Advogado: DR. PAULO CÉSAR MONTEIRO M. JUNIOR – OAB/TO 1800  
Requerido: CLAYTON TELES DOUTOR  
Fica o procurador do autor acima identificado, intimado a manifestar-se nos autos em comento, conforme o teor do despacho de fls. 31v, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Manifestem-se a exequente e em seguida, o MP. Int. Colinas, 29.01.11.....”

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 113/11 – E

AUTOS n. 2010.0009.3172-0 (7584/10)  
Ação: Execução de Alimentos  
Requerente: A. B. S. R., rep. por TALARISSA SOUSA SILVA  
Advogado: DR. PAULO CÉSAR MONTEIRO M. JUNIOR – OAB/TO 1800  
Requerido: EURIDES RODRIGUES JUNIOR  
Fica o procurador do autor acima identificado, intimado a manifestar-se nos autos em comento, conforme o teor do despacho de fls. 18v, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Manifestem-se a exequente e em seguida, o MP. Int. Colinas, 29.01.11.....”

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 114/11 – Cjr

AUTOS N. 2.737/02  
Ação: Execução de Alimentos  
Exeqüente: L. S. N. L. E OUTROS, rep/genitora Maria Deusimar Sales Nunes  
Advogada: Dr. Marcos Antonio de Sousa - OAB/TO n. 834  
Executado: Francildo Lacerda de Oliveira  
Fica a procuradora da autora acima identificada, cientificada do teor do despacho de fls. 76, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 002/11). DESPACHO: “Conforme se verifica da certidão de óbito juntada a folhas 63, o executado faleceu aos 26.04.2007, ou seja, decorridos mais de três anos e os exeqüentes ainda não promoveram a substituição processual, assim, INDEFIRO o requerimento de folhas 71/72 e concedo aos exeqüentes o prazo improrrogável de trinta dias para que promovam o andamento do feito. Observo que o mandado expedido a folhas não contém o endereço dos exeqüentes, assim, sem prejuízo da suspensão deferida acima, renove-se a diligência, fazendo constar o endereço dos exeqüentes. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 23 de janeiro de 2011. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 110/11 – Cjr

AUTOS n. 3.022/03  
Ação: Execução de Alimentos  
Exeqüente: R. A. R. O, rep/genitora Regilda Firmina Rosa de Oliveira  
Advogada: Dra. Isabel Candido da Silva Alves de Oliveira  
Executado: Alcyr Alcântara de Oliveira  
Fica a procuradora da autora acima identificada, cientificada do teor do despacho de fls. 45 - verso, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 002/11). DESPACHO: “Intime-se pessoalmente a autora, para promover o andamento do feito. Prazo: 48 horas. Pena: extinção. Int. Colinas, 23.01.11. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM EXPEDIENTE 105/11 – E

AUTOS n. 2010.0011.2239-6 (7682/10)  
Ação: Execução de Alimentos  
Requerente: L. R. A. J e P. R. S. L, rep. por VINIA COELHO SANTANA ROCHA  
Advogado: DR. ANDERSON FRANCO ALENCAR GOMES DO NASCIMENTO – OAB/TO 3.789  
Requerido: Levi Rocha Aguiar  
Fica o procurador da autor acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 23, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Processamento gratuito na forma da Lei 5.478/1968, artigo primeiro, parágrafo segundo. Folhas 19: acolho a emenda. Cite-se o executado, nos termos do artigo 733 do CPC, para em três dias, pagar os alimentos devidos, provar que já pagou, ou justificar a impossibilidade de pagar, sob pena de ser decretada sua prisão civil por até noventa dias. Autorizadas desde já, ao Sr. Oficial de Justiça, as prerrogativas do artigo 172 do CPC. Intime-se e ciência ao Ministério Público. Colinas do Tocantins, 24 de janeiro de 2011, às 15:10:16 horas. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 106/11 – E**

**AUTOS n. 1382**  
Ação: Execução de Alimentos  
Requerente: S. J. M. N. P., rep. por NILTA MARIA DE JESUS  
Advogado: DR. DARLAN GOMES DE AGUIAR – OAB/TO 1625  
Requerido: Gabriel Alves de Paula  
Fica o procurador da autora acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 173, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 002/11). DESPACHO: “Folhas 163: expeça-se precatória para intimação do executado, para que em três dias pague, prove que já pagou, ou justifique a impossibilidade de pagar o débito reclamado, sob pena de ser decretada a prisão, nos termos do artigo 733, do CPC. Autorizada a entrega da carta precatória para a exequente, a ser cumprida com as prerrogativas do artigo 172, do CPC. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 23 de janeiro de 2011, às 10:57:26 horas. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 107/11 – E**

**AUTOS n. 2010.0011.4845-0 (7687/10)**  
Ação: Execução de Alimentos  
Requerente: A. C. P. L., rep. por ELIANE PIRES DE ARAUJO  
Advogado: Dra. Francelurdes de Araujo Albuquerque – OAB/TO 1296-B  
Requerido: Rildo Albano Lopes  
Fica a advogada da parte autora, acima identificada, intimado acerca do teor do r. despacho de fls. 20v, a seguir transcrito. (Prov. 002/11) DESPACHO: “Manifestem-se a exequente e em seguida, o MP. Int. Colinas, 23.01.2011...”

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 102/11 – Cjr**

**AUTOS n. 2010.0008.5749-0 (7555/10)**  
Ação: Arrolamento  
Requerido: Espólio de Ana Eduarda de Oliveira e Outro  
Advogado: Dr. José Marcelino Sobrinho  
Fica o advogado acima identificado, intimado acerca do teor do r. despacho de fls. 35/36.

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 103/11 – E**

**AUTOS n. 2006.0003.9217-0 (4591/06)**  
Ação: Investigação de Paternidade  
Requerente: Ivamilton da Silva e Sousa  
Advogado: DR. LEANDRO FERNANDES CHAVES – OAB/TO 2569  
Requerido: José Ribamar Oliveira  
Fica o procurador do autor acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 45, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Diante da informação de fls. 43, cite-se o requerido no respectivo endereço. Colinas do Tocantins, 24 de janeiro de 2011, às 11:12:13 horas...”

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 104/11 – E**

**AUTOS n. 2010.0010.3928-6 (7635/10)**  
Ação: Execução de Alimentos  
Requerente: B. M. C., rep. por LUCIANE DE MELO BARBOSA  
Advogado: Benício Antonio Chaim – OAB/TO 3142  
Requerido: Edmilson Cardoso da Silva  
Fica o advogado da parte autora, acima identificado, intimado acerca do teor do r. despacho de fls. 18.

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 117/11 – Cjr**

**AUTOS n. 3.713/04**  
Ação: Execução de Alimentos  
Exequente: E. V. A. rep/genitora Cleidiana Vieira  
Advogado: Dr. Paulo César Monteiro Mendes Júnior – OAB/TO n. 1800  
Executado: Edilson Alves Azevedo  
Fica o procurador da autora acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 52 verso, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 002/11). DESPACHO: “Folhas 51: esclareça o peticionário, se o requerimento implica desistência da ação. Int. Colinas, 23.01.11. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 116/11 – E**

**AUTOS n. 2011.0000.9809-0 (7764/11)**  
Ação: Execução de Alimentos  
Requerente: J. V. C. S. A., rep. por LUCIANE DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS  
Advogado: DR. MARTONIO RIBEIRO SILVA – OAB/TO 4139  
Requerido: DELIVARG ALVES DA SILVA  
Fica o procurador dos autores acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 15, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Processamento gratuito na forma da lei 5.478/1968, artigo primeiro, parágrafo segundo. Cite-se o executado, nos termos do artigo 733 do CPC, para em três dias, pagar os alimentos devidos, provar que já pagou, ou justificar a impossibilidade pagar, sob pena de ser decretada sua prisão civil por até noventa dias. Autorizadas desde já, ao Sr. Oficial de Justiça, as prerrogativas do artigo 172 do CPC. Intime-se e ciência ao Ministério Público. Colinas do Tocantins, 27 de janeiro de 2011, às 17:42:44 horas. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 115/11 – Cjr**

**AUTOS n. 3.862/04**  
Ação: Execução de Alimentos  
Exequente: I. R. S. rep/genitora Antonia Pereira da Silva  
Advogado: Dr. Sérgio Menezes Dantas Medeiros - OAB/TO n. 1659  
Executado: Francildo Lacerda de Oliveira

Fica o procurador da autora acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 54 verso, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 002/11). DESPACHO: “Renove-se a Citação do executado no endereço fornecido a folhas 51/53. Int. Colinas, 23.01.11. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 115/11 – E**

**AUTOS n. 2011.0000.9782-5 (7763/11)**  
Ação: Execução de Alimentos  
Requerente: A. J. S. C., e C. S. C., rep. por MISLENE MARTINS DE S. S. COSTA  
Advogado: DR. MARTONIO RIBEIRO SILVA – OAB/TO 4139  
Requerido: CLEYTON DE SALES COSTA  
Fica o procurador dos autores acima identificado, cientificado do teor do despacho de fls. 16, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 009/08 e 036/02). DESPACHO: “Processamento gratuito na forma da Lei 5.478/1968, artigo primeiro, parágrafo segundo. Cite-se o executado, nos termos do artigo 733 do CPC, para em três dias, pagar os alimentos devidos, provar que já pagou, ou justificar a impossibilidade de pagar, sob pena de ser decretada sua prisão civil por até noventa dias. Autorizadas desde já, ao Sr. Oficial de Justiça, as prerrogativas do artigo 172 do CPC. Oficie-se a Prefeitura Municipal de Colinas para que realize o desconto em folha de pagamento da pensão alimentícia, conforme decisão juntada às fls. 14. Intime-se e ciência ao Ministério Público. Colinas do Tocantins, 27 de janeiro de 2011, às 18:00:51 horas. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM EXPEDIENTE 118/11 – Cjr**

**AUTOS n. 2010.0006.5733-4 (7462/10)**  
Ação: Execução de Alimentos  
Exequente: V. S. G. E OUTRO, rep/genitora Simone Gomes da Luz  
Advogada: Dra. Francelurdes de Araújo Albuquerque - OAB/TO n. 1296-B  
Executado: Genilson Rodrigues da Silva  
Fica a procuradora da autora acima identificada, cientificada do teor do despacho de fls. 27, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 002/11). DESPACHO: “Manifestem-se a exequente e em seguida o MP. Int. Colinas, 22.01.11. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.”

**EDITAL DE CITAÇÃO DE MARIA GORETH BATISTA DA SILVA - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.**

**AUTOS N. 2011.0000.9771-0 (7762/11) - E**  
O DOUTOR, JACOBINE LEONARDO, Juiz de Direito desta Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude desta Comarca de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins, através deste CITA MARIA GORETH BATISTA DA SILVA, brasileira, casada, do lar, natural de Filadélfia, nascida aos 20.09.1967, filha de João Pereira da Silva e Carmina Batista da Silva, a qual encontra-se residindo atualmente em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da presente ação, podendo contestar, se quiser, no prazo de 15 (quinze) dias, a AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO n. 2011.0000.9771-0 (7762/11), requerida por VALDECI FERREIRA DA SILVA, em seu desfavor, advertindo-a de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor, (artigos 285 e 319 do CPC). Colinas do Tocantins, aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze (31.01.2011). Eu, (Esly de Abreu Oliveira), Escrivã Judicial, que digitei e subscrevo. JACOBINE LEONARDO Juiz de Direito

**EDITAL DE CITAÇÃO DE MARIA DE FATIMA ARAUJO LIMA - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.**

**AUTOS N. 2011.0000.9776-0 (7761/11) - E**  
O DOUTOR, JACOBINE LEONARDO, Juiz de Direito desta Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude desta Comarca de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins, através deste CITA MARIA DE FÁTIMA ARAUJO LIMA, brasileira, casada, natural de Goianópolis, GO, nascida aos 16.06.1962, filha de José Rodrigues de Araujo e de Maxilene Afonso de Araujo, a qual encontra-se residindo atualmente em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da presente ação, podendo contestar, se quiser, no prazo de 15 (quinze) dias, a AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO n. 2011.0000.9776-0 (7761/11), requerida por ADALBERTO FERREIRA DE LIMA, em seu desfavor, advertindo-a de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor, (artigos 285 e 319 do CPC). Colinas do Tocantins, aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze (31.01.2011). Eu, (Esly de Abreu Oliveira), Escrivã Judicial, que digitei e subscrevo. JACOBINE LEONARDO Juiz de Direito

**Juizado Especial Cível e Criminal**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 018/11**

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.  
**Nº AÇÃO: 2008.0007.8107-6 – DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO, ANULAÇÃO DE TITULO E REPETIÇÃO DE INDEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**  
RECLAMANTE: RONALDO DE SOUSA ASSIS E OUTROS  
ADVOGADO: SERGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS – OAB/TO 1659  
RECLAMADO: PAULO ROBERIO AGUIAR DE ANDRADE  
ADVOGADO: BERNARDINO COSOBECK DA COSTA – OAB/TO 4138  
INTIMAÇÃO: “(...) Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO dos Reclamantes para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO e para ANULAR O TÍTULO LEVADO A PROTESTO, referente ao valor cobrado no documento de fl. 10, relativo ao contrato de compra e venda entabulado entre as partes. JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, por entender não comprovada a existência de ato ilícito no procedimento requerido, restando prejudicado o pleito indenizatório e a REPETIÇÃO DO INDÉBITO, bem como JULGO IMPROCEDENTE o pedido contraposto. Deixo de condenar as partes por litigância de má-fé por não ter ficado evidenciado nos autos nenhuma das hipóteses elencadas no art. 17, do Código de Processo Civil. Em consequência declaro extinta a cautelar em anexo, uma vez que ocorreu a perda do objeto. Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 31 agosto de 2010. Umbelina Lopes Pereira - Juiza de Direito

CRISTALÂNDIA  
Vara de Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:

1. AUTOS Nº 2010.0007.0337-9/0  
PEDIDO: EXECUÇÃO  
EXEQUENTE: JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA  
ADVOGADO : Dr. Wilson Moreira Neto – OAB/TO 757  
EXECUTADOS: TEREZINHA AGUIAR ALMEIDA E OUTRO.  
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte autora, acima mencionado da devolução do ofício de Citação da executada com informação dos Correios “mudou-se”.

2. AUTOS Nº 2010.0001.3053 -0/0  
PEDIDO: USUCAPÍÃO  
REQUERENTE: ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS NETO  
ADVOGADO: Dr. Dodanim Alves dos Reis – OAB/TO 796  
REQUERIDO: GARIBALDE DOMINGUES FREITAS  
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do requerente intimado para no prazo de 10(dez) dias manifestar sobre CONTESTAÇÃO apresentada às fls. 52/69.

3. AUTOS Nº 2010.0001.3054-9/0  
PEDIDO: CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO  
REQUERENTE: FRANCISCO BARROS DE COELHO  
ADVOGADO: Dr. Wilton Batista – OAB/TO 3809  
REQUERIDO: SERRA VERDE COMERCIAL DE MOTOS LTDA  
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do requerente intimado para no prazo de 10(dez) dias manifestar sobre CONTESTAÇÃO apresentada às fls. 24/31.

1. AUTOS Nº 2009.0006.8180-0/0  
PEDIDO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS  
REQUERENTE: JOÃO VICTOR MOREIRA SOARES  
ADVOGADO : Dr. Wilson Moreira Neto – OAB/TO 757  
REQUERIDO: ARIZIO PEDRO SOARES  
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte autora, acima mencionado do despacho exarado nos referidos autos a seguir transcrito: “Ante a sentença prolatada nos autos da ação de alimentos, oportunidade em que ficou determinado o desconto da prestação alimentícia em folha de pagamento do requerido (fls. 28/29), intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar se está recebendo regularmente a pensão alimentícia e, requerer o que de direito.

DIANÓPOLIS  
1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2010.10.6614-3 – Execução de Honorários  
Exeqüente: Louriberto Vieira Gonçalves  
Adv: Louriberto Vieira Gonçalves  
Executado: Guido Canísio Reis e outro  
Adv:  
DECISÃO.  
Por essas razões, ausente situação de pobreza, INDEFIRO o requerimento de assistência judiciária. Intime-se o requerente para proceder, no prazo de 30 (trinta) dias, ao requerimento das custas e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito. Intime-se. Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto.

AUTOS n: 4909/01-Execução  
Exeqüente: Norman Wolney Póvoa  
Adv: Luiza Helena Pontes Costa  
Executado: Espólio de Welinton Luiz Pereira Costa  
Adv:  
SENTENÇA: Diante dos fatos, decreto a extinção da presente Ação de Execução por Título Extrajudicial, nos termos do artigo 614, I, c/c art. 267, III, ambos do CPC. Condeno o exeqüente ao pagamento das custas remanescentes, se houver, e ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa. Caso haja requerimento, desentranhem-se os documentos que instruem a inicial, substituindo-se por xerocópia, e entregando-os à parte autora, mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Emanuela da Cunha Gomes, Juíza Subsilita.

FIGUEIRÓPOLIS  
Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(s) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais a seguir:

Autos: nº 2007.0003.6690-9  
Espécie: MONITÓRIA  
Requerente: SERGIO LUIZ ROCHA  
Advogado: Dr. JAIME SOARES DE OLIVEIRA OAB/TO 800  
Requerido: ANTONIO BERNARDES DA COSTA  
Intimado do r. DESPACHO: “Sobre a contestação, manifeste o requerente no prazo de 10 dias. Intime-se. Figueirópolis/TO, 27 de janeiro de 2011. FABIANO GONÇALVES MARQUES – JUIZ DE DIREITO”.

AUTOS: 2011.0000.5723-8  
Espécie: Ação de Busca e Apreensão  
Requerente: BANCO FIAT S/A  
Advogado: Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311  
Requerido: EUDETES BARBOSA RODRIGUES  
Advogado: Elton Tomaz de Magalhães OAB/DF 19.437

Fica o Requerente, por intermédio de seu Advogado, intimado do DESPACHO a seguir transcrito. DESPACHO: Sobre a contestação encartada às fls. 30/44, manifesta-se o requerente no prazo de 10 dias. Intime-se. Figueirópolis, 25 de janeiro de 2011. Fabiano Gonçalves Marques – Juiz de Direito.

AUTOS: 668/03  
Espécie: Ação monitoria  
Requerente: Nelcindo João Callai  
Advogado: Fernanda Roriz G. Wimmer OAB/TO 2765  
Requerido: Repladiz Distribuidora de Peças LTDA.  
Fica o Requerente, por intermédio de seu advogado, intimado do DESPACHO, a seguir transcrito. DESPACHO: Segue anexo, para juntada aos autos, “recibo de protocolamento de ordens judiciais de transferência, desbloqueio e/ou reiterações para bloqueio de valores”. Considerando que não foi penhorado qualquer valor nas contas bancários do executado, intime-se o exequente para dar prosseguimento ao feito, bem como para requerer o que de direito. Cumpra-se. Figueirópolis, 19 de janeiro de 2011. Fabiano Gonçalves Marques – juiz de Direito.

FILADÉLFIA  
1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Processo: 2010.0008.8312-1  
Ação: Revisão de Contrato de Financiamento de Veículo  
Requerente: Marilene Sousa Santos  
Advogado: Dr. Esaú Maranhão Sousa Bento – OAB –TO 4020  
Requerido: Aymoré Crédito Financiamento e Investimentos S/A  
INTIMAÇÃO DE DECISÃO: fica o advogado da requerente intimado da decisão do teor seguinte: “DECISÃO. Apense esta demanda aos autos 2010.006.7873-0. Indefiro o pedido de tutela antecipada, pois a existência da ação conexa deixa claro que a autora está inadimplente com suas obrigações, fato que levou o réu a ajuizar a ação de busca e apreensão do veículo. Ademais, não denoto a existência de prova inequívoca em favor da autora, pois sua pretensão somente foi deduzida em juízo após o ajuizamento da respectiva ação de busca e apreensão a indicar que a verossimilhança da alegação miilita em desfavor da demandante que almeja obter uma tutela jurisdicional para discutir cláusulas de adesão quando já inadimplente. Por sua vez não acuso a presença de fundado receio de dano irreparável ou de difícil, uma vez que a autora já era conhecedora previamente, que sua inadimplência poderia levá-la a ter o bem subtraído judicialmente desde a celebração do contrato de alienação fiduciária. Entendo, na verdade, em que pese louváveis decisões judiciais em sentido contrário, que o deferimento da outorga jurisdicional pretendida caracterizada um propósito protelatório da autora para postergar o adimplemento de sua obrigação. Ante o exposto, e com essas considerações, indefiro o pedido de tutela antecipada por não se fazerem presentes os requisitos legais nesta etapa processual, e determino a citação do réu, pelo Correio, com AR, para querendo, contestar o pedido, em quinze dias, com as advertências legais. Defiro a justiça gratuita. Cumpra-se. Filadélfia, 07 de outubro de 2010. As) Dr. Helder Carvalho Lisboa, Juiz Substituto.”

AUTOS: 2010.0002.8644-1  
Ação de Indenização por Danos Materiais  
Requerente: Wilhames de Jesus do Espírito Santo Ferreira  
Requerido: Caixa de PREVIDÊNCIA dos Funcionários do Banco do Brasil- PREVI  
Advogado: Dr. Esaú Maranhão Sousa Bento OAB/TO 4.020  
Dr. Eduardo Rodrigues Lopes OAB/DF 29.283  
Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro OAB/DF20.015  
INTIMAÇÃO DO DESPACHO: A fim de não prejudicar o devido processo legal, em especial o contraditório a ampla defesa, converto o julgamento em diligência e determino a intimação do requerido, via Diário da Justiça, através de seu advogado legalmente constituído nos autos, às fls. 24, para facultar-lhe apresentar defesa na forma de contestação, no prazo de quinze dias, ante o disposto no enunciado 10 do FONAJE, especialmente pelo fato de que há manifestação judicial às fls. 25 dando conta da desnecessidade de realização de audiência de instrução e julgamento. Após expirado o prazo acima consignado, conclusos. Cumpra-se. Filadélfia/TO, 03 de novembro de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa, Juiz de Direito Substituto.”

AÇÃO:Embargos a Execução Fiscal.  
Autos n.º 2010.0011.7090-0  
Embargante:Bringel e Cia LTDA  
Advogado:Dr.Fernando Henrique de Avelar Oliveira OAB/MA n.º 3.435  
Embargado:A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP  
INTIMAÇÃO:Fica a parte autora através de seu advogado intimado do despacho transcrito abaixo:  
DESPACHO:“ Apense estes autos à execução fiscal 2010.0006.7636-3, fazendo-me conclusos.Intime-se o executado a emendar a inicial, especialmente no tocante à correção do valor da causa, devendo recolher, na mesma oportunidade, as custas processuais e taxa judiciária ex vi artigos 19 c/c 257 do CPC.Fixo o prazo em dez dias.Filadélfia,13/12/2010.(as)Dr.Helder Carvalho Lisboa–Juiz Substituto.”

GUARAÍ  
2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica o advogado abaixo identificado, intimado dos atos processuais a seguir relacionados (conforme Provimento 009/08 e 036/02).

AUTOS Nº. 2009.0012.5600-3/0  
Requerente: G.E.S.  
Requerido: P. L. S. N.  
Advogado: Dr. ADÃO KLEPA – OAB/TO 917-B  
SENTENÇA: “(…) Ante o exposto, HOMOLOGO, o acordo pactuado em fls. 38/39, no que concerne à pensão alimentícia, a guarda e as visitas relativas à autora, para que produzam seus legais e jurídicos efeitos, na forma estabelecida no artigo 269, III, do CPC. As partes em face do acordo, deverão arcar com 1- ALIMENTOS as custas processuais à razão de 50% (cinquenta por cento) para cada uma, entretanto, em face desses serem beneficiários da justiça gratuita, fica suspenso o pagamento das custas, até eventual

mudança nas suas situações econômica; se dentro do prazo de cinco anos, a contar desta sentença, os assistidos não puderem satisfazer o aludido pagamento, a obrigação ficará prescrita (art. 12, da Lei 1.060/50). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após a devolução da Carta Precatória acostada às fls. 48, arquivem-se os autos, com as cautelas legais, providenciando as baixas necessárias. Guarai, 12 de novembro de 2010. (ass.) Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito.”  
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

**AUTOS Nº. 2006.0007.4076-4/0**  
Requerente: SINFRONIO AMORIM E MARIA HELENA C.S. AMORIM  
Advogado: Dr. HELISNATAN SOARES CRUZ OAB/TO 1.485  
SENTENÇA: “(...) Ante o exposto, com fulcro no que dispõe o art. 269, I, DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO INICIAL e amparada nos artigos. 3º, inciso II, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil novel, decreto a interdição de TEREZA FERREIRA DA COSTA, qualificada acima, com declaração de que, apesar de contar com 87 (oitenta e sete) anos de idade, é absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial, por ser portadora de doença mental, tudo conforme o laudo médico de fls. 31. Com fulcro no artigo 1.775, § 3º, do Código Civil, o qual menciona acerca da nomeação de um curador ao interditando, assim, NOMEIO curadora da interdita a sua sobrinha MARIA HELENA COELHO DA SILVA AMORIM, ora requerente, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes à interdita, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar da interdita. Lavre-se o termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos artigos 1.184 e 1.188 do Código de Processo Civil, publicando-se os editais. Intime-se a curadora para, no prazo de 05 dias, a prestar compromisso, em cujo termo deverão constar as restrições supra, todas referentes à proibição de alienações ou onerações de quaisquer bens da interdita, sem autorização judicial. Após, no prazo de 10 dias, proceda-se a curadora a especialização em hipoteca legal havendo bens da interditada para administrar, ou não havendo, manifeste-se neste sentido, anexando na ocasião certidão do CRI local. Inscreva-se a sentença no Registro Civil da interdita (art. 29, V, e 92, da Lei 6.015/73 e art. 9º do Código Civil), expedindo-se, para tanto, o mandado. Publique-se na Imprensa Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da interdita e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela, nos termos do artigo 1184, do CPC. Oficie-se o Cartório Eleitoral. Custas na forma da lei. Entretanto, em face dos autores serem beneficiários da justiça gratuita, fica suspenso o pagamento das custas, até eventual mudança nas suas situações econômica; se dentro do prazo de cinco anos, a contar desta sentença, os assistidos não puderem satisfazer o aludido pagamento, a obrigação ficará prescrita (art. 12, da Lei 1.060/50). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Guarai, 9 de dezembro de 2010. (ass.) Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito.”

**EDITAL DE CITAÇÃO nº 05.01 (Prazo de 20 dias)**  
**Justiça Gratuita**

A Doutora Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito em substituição automática da Vara de Família, Sucessões, Infância, Juventude e Cível da Comarca de Guarai, Estado do Tocantins, na forma da lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania de Família e Anexos processam os termos da Ação de DIVORCIO LITIGIOSO, registrado sob o n.º 5000003-42.2011.827.2721 o qual figuram como requerente M. C. G. DIAS e requerido FRANCISCO PEREIRA DIÁS, brasileiro, casado, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, e, que por meio deste fica CITADO o requerido, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de revelia. E para que ninguém alegue ignorância, mandou a MM. Juíza que fosse expedido o presente Edital que será devidamente publicado no Diário da Justiça e afixado no Placard do Fórum local, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Guarai, Estado do Tocantins, aos trinta e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze (31/01/2011). Eu, , (Lucélia Alves da Silva) Escrivã, digitei e subscrevi. Mirian Alves Dourado Juíza de Direito

**1ª Vara de Família e Sucessões**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO (POR 03 (TRÊS) VEZES CONSECUTIVAS COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS).**  
**Assistência Judiciária**

A Doutora Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito na Vara de Família, Sucessões, Infância, Juventude e 2º Cível da Comarca de Guarai, Estado do Tocantins, na forma da lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitaram por este Juízo e Escrivania competentes os termos da Ação de INTERDIÇÃO nº 2009.0010.3838-3, proposta por FELICIANA ALVES DE BRITO VILANOVA, em face de EVA ALVES VILANOVA, brasileira, solteira, C.I. Nº 816.559 – SSP/TO, natural de Itacajá-TO, nascida aos 28.12.1955, Cert. Nasc. nº 7711, Lv A-25, Fls. 10vº, Exp.18/02/1972, pelo cartório de Registro Civil de Itacajá – TO, filha de Canuto Alves Campos e Sebastiana Alves Vilanova, residente e domiciliada à Avenida JK, nº 935, Centro, nesta cidade, feito julgado procedente e decretada a interdição da requerida, portadora de deficiência mental, dependendo totalmente da família, sendo absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial, sendo lhe nomeado CURADORA sua prima a Sra. FELICIANA ALVES DE BRITO VILANOVA, legalmente compromissada perante este Juízo, nos termos da sentença de fls. 66/68, que, em resumo, tem o seguinte teor: “(...) Ante o exposto, amparada nos art. 3º, inciso II, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil novel, decreto a interdição de EVA ALVES VILANOVA, qualificada acima, com declaração de que, apesar de contar com 54 (cinquenta e quatro) anos de idade, é absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial, por ser portador de doença mental. Com fulcro no artigo 1.175, § 1º, do Código de Processo Civil, NOMEIO curadora da interdita a sua prima FELICIANA ALVES DE BRITO VILANOVA, ora requerente, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes à interdita, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem estar da interdita. Lavre-se o termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos artigos 1.184 e 1.188 do Código de Processo Civil, publicando-se os editais. Intime-se a curadora para, no prazo de 05 (cinco) dias, prestar compromisso, em cujo termo deverão constar as restrições supra, todas referentes à proibição de alienação ou onerações de quaisquer bens da interdita, sem autorização judicial. Após, no prazo de 10 dias, proceda-se a curadora a especialização em hipoteca legal havendo bens da interdita para administrar, ou não

havendo, manifeste-se neste sentido, anexando na ocasião certidão do CRI local. Inscreva-se a sentença no Registro Civil da interdita (art. 29, V, e 92, da Lei 6.015/73 e art. 9º do Código Civil), expedindo-se, para tanto, o mandado. Publique-se na imprensa oficial por 03(três) vezes, com intervalo de 10(dez) dias, constando do edital os nomes da interdita e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela, nos termos do artigo 1184, do CPC. Oficie-se o Cartório Eleitoral. Custas na forma da lei. Entretanto, em face da autora ser beneficiária da justiça gratuita, fica suspenso o pagamento das custas, até eventual mudança na sua situação econômica; se dentro do prazo de cinco anos, a contar desta sentença, o assistido não puder satisfazer o aludido pagamento, a obrigação ficará prescrita” (art. 12, da Lei 1.060/50). Dou a presente por publicada e os presentes por intimados. Registre-se. (ass.) Mirian Alves Dourado, Juíza de Direito”. Serão considerados nulos, e de nenhum efeito, todos os atos e avenças que se celebrarem sem a assistência do curador, limitando-se a curatela a todos os interesses da Curatelada, nos termos do art. 1.184 do C.P.C. Para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente Edital, o qual será publicado por três (03) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, no Diário da Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guarai, aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze (28/01/2011). Mirian Alves Dourado Juíza de Direito

**Juizado Especial Cível e Criminal**

**ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S) (6.4.a) DECISÃO Nº 10/01**

**Autos nº. 2011.0000.4264-8**  
Ação Declaratória c/c indenização com pedido de antecipação de tutela  
Requerente: JOELMA SILVA DOS SANTOS  
Defensor Público: Dr. Adir Pereira Sobrinho  
Requerido: BANCO DO BRASIL S.A.  
DECISÃO EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA  
Relatório dispensável nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.  
DECIDO.Trata-se de pedido de tutela antecipada parcial, ou seja, tão-somente, para determinar que a requerida proceda à exclusão do nome da requerente junto ao registro de inadimplência ou mora nos bancos de dados dos serviços de proteção ao crédito como SERASA, SPC e afins, tendo em vista a afirmação da requerente de que, ao realizar uma transação comercial nesta cidade, teve o negócio suspenso em virtude de uma inscrição no SPC e no SERASA (fls.15/16), efetuada pela requerida referente a um contrato em seu nome, cujo número é: 31736368, no valor de R\$547,34 (quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos); afirma que nunca solicitou e utilizou cartão de crédito algum do banco requerido. Assim, assevera que a inscrição de débito foi realizada de forma equivocada pela requerida, tendo este fato lhe causado, além de abalos emocionais, privações comerciais. A Lei nº 8.952, de 13 de setembro de 1994, deu nova redação ao artigo 273, do CPC, instituindo, no processo de conhecimento, a denominada antecipação de tutela, que consiste em medida legal da antecipação, total ou parcial, da prestação jurisdicional na mesma relação processual, ou seja, possibilita ao adiantamento dos efeitos da decisão final, a ser proferida em processo de conhecimento, com a finalidade de evitar dano ao direito subjetivo da parte, sendo assim, a tutela antecipada tem conteúdo idêntico ao da pretensão formulada como pedido principal.Sendo assim, “a tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito é providência que tem natureza jurídica mandamental, que se efetiva mediante execução lato sensu, com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos. É tutela satisfativa no juízo ou os seus efeitos. É tutela satisfativa no plano dos fatos, já que realiza o direito, dando ao requerente o bem da vida por ele pretendido com a ação de conhecimento” (Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Nery).Porém, para tanto, mister se faz o preenchimento de seus requisitos elencados no dispositivo legal supra-referido, a saber: prova inequívoca, verossimilhança e periculum in mora ou prova inequívoca de abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu – o que pressupõe, nesta segunda hipótese, a concessão da antecipada tutela, tão-somente, após apresentada a contestação. Além da inocorrência do pressuposto negativo da tutela antecipada - irreversibilidade dos efeitos do provimento antecipatório, que é fático, não jurídico, razão pela qual deve ser averiguado no caso concreto -, bem como o caso em apreço não se encaixar em uma das restrições à execução da tutela e a previsão de modificação e revogação da decisão interlocutória que antecipa os efeitos gerados pela sentença de procedência, sinalizam a possibilidade da concessão da antecipação da tutela inaudita altera pars.Destarte, passo a averiguação de tais pressupostos, mediante juízo de probabilidade, ou seja, bastará uma análise perfunctória, para o convencimento de que a situação retratada é de provável ocorrência e que acarretará prejuízos à autora, caso não seja deferida. In casu, a autora aduz que seu nome foi, indevidamente, inscrito no SPC/SERASA pela empresa requerida, pois não solicitou nenhum cartão de crédito do banco requerido.Dito isso, primeiramente, cumpre salientar que o presente caso não se confunde com as inúmeras demandas revisionais, nas quais os consumidores pedem a intervenção do Poder Judiciário na relação contratual. Ademais, ressalta-se que, considerando que casos idênticos ao em apreço – exclusão/suspensão/anulação de nome e CPF/CNPJ de órgãos de restrição ao crédito, devem ser interpretados à luz do Código de Defesa do Consumidor, ou seja, a inserção do nome e CPF/CNPJ do devedor nos cadastros restritivos de crédito devem respeitar os pressupostos de legitimidade dos arquivos de consumo nos moldes do artigo 43, do CDC, dentre eles: o substantivo, isto é, o inquestionamento do débito e a exatidão da informação apreendida, o que significa que o nome do devedor, tão-somente, poderá constar dos cadastros restritivos ao crédito quando a obrigação restar incontestada. Nesse sentido, a 11ª conclusão do Centro de Estudos Jurídicos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que assim consigna: “11ª – Não ofende direito do credor liminar obstativa da inscrição do nome do devedor em banco de dados de consumo, assim como impeditiva de que o credor comunique a terceiros registro de inadimplência que haja procedido em seu cadastro interno, durante a pendência de processos que tenham por objeto a definição da existência do débito ou seu montante. JUSTIFICATIVA:Os arquivos de consumo apresentam dupla modalidade. Ora se estabelecem como bancos de dados (v.g., SPC ou SERASA), ora como simples cadastros, elaborados, geralmente, à vista de informes do consumidor, acrescentando a empresa, por vezes, informes seus. Ambos, de qualquer sorte, são considerados como entidades de caráter público (§ 4º, art. 43, Lei nº 8.078/90). Se está em debate a existência do débito ou o seu montante, não se compreende seja o devedor tratado como inadimplente e, via inscrição em banco de dados ou pela divulgação do que constar no cadastro interno do credor, sofra restrição creditícia. Ademais, se o devedor tem direito à imediata retificação de dados inexatos, § 3º, art. 43, CDC, não se compreende que se possibilite lançamentos eventualmente equivocados, sem que possam ser de imediato retificados, vez que somente após a definição no processo é que a erronia restará definida.Com relação aos cadastros, o seu uso interno à empresa, não se pode tolher. A

divulgação a terceiros, esta sim, é que pode ser objeto de limitação."Aliás, adotam, também, essa linha de raciocínio o Regulamento Nacional dos Serviços de Proteção ao Crédito (publicado pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil) – o qual dispõe que "será suspensa a informação de registro, desde que comprovada a existência de litígio judicial" (art. 18) – e o Regimento Interno do Serviço Central de Proteção ao Crédito da Associação Comercial de São Paulo – que por sua vez estabelece que "será suspensa a informação de registro, desde que comprovada a existência de litígio sobre o débito registrado" (art. 21). Outrossim, indubitado que as inscrições nos cadastros de restrição ao crédito, quando em discussão judicial o débito, representam instrumento de cobrança, igualmente, vedado pelo artigo 42, do CDC, pois expõe o consumidor a constrangimento ridículo, como in casu, de cobrança, segundo a parte autora, indevida.Dessarte, a impossibilidade de registro do devedor junto aos serviços de restrição ao crédito enquanto perdurar o litígio é plenamente justificável, uma vez que a integridade patrimonial e a moral são bens juridicamente protegidos pala Constituição do Brasil, só podendo ser atingidos quando respaldado em ato jurídico não mais passível de questionamento judicial. Ademais, "é de se ter presente, que o processo civil está hoje, voltado para os conceitos de instrumentalidade e efetividade, não se constituindo um fim em si mesmo, ao contrário, erigindo-se em meio para a composição da lide" (REsp n. 435.134-SP).Logo, os juízes e Tribunais pátrios têm decidido pela sua concessão, desde que pendente decisão judicial acerca da dívida que ensejou a inclusão pela parte contrária do nome e CPF/CNPJ da parte autora no SPC. Neste sentido, vejamos:"Embora seja admitida a legitimidade da inscrição de devedores inadimplentes em órgãos como Serasa, SPC e afins, vez que legalmente previsto tal procedimento, conforme dito alhures, importa ressaltar que existe uma tendência moderna da jurisprudência, inclusive desta Câmara, no sentido de que havendo qualquer ação judicial impugnando a dívida, caberá medida cautelar ou tutela antecipada e sua respectiva liminar para impedir o registro naqueles órgãos de proteção", conforme foi julgado o Resp nº 400.379/RJ, da relatoria do eminente Ministro Aldir Passarinho Júnior. "AGRAVO DE INSTRUMENTO – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA DETERMINAR QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO PROMOVA A ANOTAÇÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES – DÉBITO EM DISCUSSÃO.Caracteriza-se constrangimento ilegal o encaminhamento do nome dos devedores aos serviços de proteção ao crédito, quando se encontra em discussão do valor do débito. Recurso desprovido. Unânime." (AGI 2002.00.2005519-4, 5ª Turma, TJDF, rel. Des. Romeu Gonzaga Neiva, DJ 20/11/02).\*EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA PRETENDIDA TUTELA – IMPEDIMENTO DE NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NO CURSO DA DEMANDA. O ajuizamento de ação em que se pleiteia indenização por danos devido à inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, como o Serasa e o SPC, obstaculariza a manutenção da referida inscrição indevida. Inteligência dos artigos 273 do Código de Processo Civil e 42 do Código de Defesa do Consumidor." (Agravos de Instrumento, Quarta Câmara Cível do TAMG, juiz Antônio Sérvulo, j. 10/09/2003).\*EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PRO DANOS MORAIS – TUTELA ANTECIPADA – EXCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR DOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – NEGATIVA DE EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA – POSSIBILIDADE DE FRAUDE – RECURSO PROVIDO. – A negativação do nome do devedor traz prejuízos incommensuráveis ao patrimônio jurídico dele, sobretudo quando se sabe que, na sociedade contemporânea, condicionam-se negócios jurídicos de diversas vertentes à existência de "nome limpo" do contratante, ou seja, à inexistência de qualquer restrição em desfavor do contratante nos vários serviços disponíveis relativos à proteção do crédito. Quando cogitada a possibilidade de fraude, considerando-se a impossibilidade de se exigir prova de fato negativo, de forma alguma se justifica a negativação do nome do suposto devedor." (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0024.08.228016-5/001. TJMG, 18ªCC, REL. Des. Elpidio Donizetti, j. 10/03/2009). Com efeito, in casu, a verossimilhança da alegação da autora está presente no fato de que é pacífico o entendimento no Colendo Superior Tribunal de Justiça de que se encontrando a dívida em discussão judicial, inadequada, em princípio, a inscrição do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. É mais, o periculum in mora, também, pois, a despeito de a negativação se afigurar como um simples registro de cadastro, exerce enorme influência na efetivação das relações comerciais das pessoas comuns, imprescindíveis à continuidade da vida financeira da autora, e ademais, ela interpôs ação declaratória de inexistência de negócio jurídico, cumulada com pedido de indenização por danos morais em desfavor do requerido, o que gera direito ao resguardo do seu crédito, enquanto não for dirimida a questão. Por outro lado, a suspensão provisória ou cancelamento da inscrição do nome e CPF da autora no SPC, até o julgamento final do processo, que tem por objeto a definição da legalidade de tal inclusão, em nada prejudicará o possível direito de crédito da requerida, sendo, ao contrário, medida judicial revestida de muita prudência segundo os princípios norteadores do Estado Democrático.Assim, no caso vertente, estão presentes os requisitos do artigo 273, do CPC, porque a requerente discute a existência ou não da dívida que embasou a inclusão de seu nome e CPF no SPC, em virtude de inadimplência contratual, para efeito de indenização por dano moral, tornando, incabível, a priori, a inclusão e a manutenção daqueles dados nos cadastros de consumidores inadimplentes; bem como no tocante ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é cediço que, no âmbito das relações de consumo, a inclusão indevida do nome do consumidor nesses órgãos, por si só, constitui ato capaz de abalar a reputação e o crédito da autora; sem contar que não há perigo de irreversibilidade dos efeitos do provimento antecipatório e que o caso em tela não configura uma das restrições à execução da tutela. Destarte, CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA para determinar que o requerido BANCO DO BRASIL S.A., localizado no endereço descrito na inicial, proceda à exclusão do nome e CPF da requerente JOELMA SILVA DOS SANTOS, perante ao SERASA, SPC e demais órgãos restritivos de créditos, no prazo de 03 (três) dias, no que diz respeito ao objeto da lide: contrato nº 31736368, no valor de R\$547,34 (quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos); sob pena de pagar multa diária cominatória por descumprimento de ordem judicial, a qual poderá ser executada independente do julgamento de mérito desta ação. O valor da multa será fixado se necessário a execução. Registre-se que a multa não tem caráter substitutivo da obrigação principal, possuindo apenas caráter coercitivo para cumprimento da decisão judicial ora exarada. Portanto, vale obtemperar que apesar de ter sido concedida a Tutela Antecipada, esta poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo em decisão fundamentada, nos termos do art. 273, § 4º, do CPC.DESIGNO A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 30.03.2011, às 14h, a realizar-se na sala de conciliação deste Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Guarai/TO. ADVERTÊNCIAS: I – As audiências neste JECC são unas, para conciliação, instrução e julgamento. II – A ausência do Autor importa em arquivamento do processo (art. 51, I L. 9.099/95) e cobrança das custas. II – A ausência do Requerido importa aceitar como verdadeiros os fatos narrados na inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, L. 9.099/95). Publique-se (SPROC/DJE). Cite-se e Intimem-se, servindo cópia desta

como carta.Intime-se pessoalmente o Defensor Público, servindo cópia desta como mandado.Guarai, 27 de janeiro de 2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi Juiza respondendo pelo Juizado Especial nos termos da Portaria nº 003/2011

(6.4.a) DECISÃO Nº 09/01  
**Autos nº. 2011.0000.4272-9**  
Ação Declaratória c/c indenização com pedido de antecipação de tutela  
Requerente: JOELMA SILVA DOS SANTOS  
Defensor Público: Dr. Adir Pereira Sobrinho  
Requerido: ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO (Credigy BZ Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios)  
DECISÃO EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA  
Relatório dispensável nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.  
DECIDO. Trata-se de pedido de tutela antecipada parcial, ou seja, tão-somente, para determinar que a requerida proceda à exclusão do nome da requerente junto ao registro de inadimplência ou mora nos bancos de dados dos serviços de proteção ao crédito como SERASA, SPC e afins, tendo em vista a afirmação da requerente de que, ao realizar uma transação comercial nesta cidade, teve o negócio suspenso em virtude de uma inscrição no SPC e no SERASA (fls.17/18), efetuada pela requerida referente a um contrato em seu nome, cujo número é: 11533799, no valor de R\$149,31 (cento e quarenta e nove reais e trinta e um centavos); afirma que nunca tinha ouvido falar no nome da empresa requerida, pois nunca celebrou qualquer negócio com a requerida e que não tem conhecimento de qualquer dívida pendente. Assim, assevera que não recebeu notificação prévia a respeito da inclusão ou qualquer outra informação sobre o suposto débito e que a inscrição de débito foi realizada de forma equivocada pela requerida, tendo este fato lhe causado, além de abalos emocionais, privações comerciais. A Lei nº 8.952, de 13 de setembro de 1994, deu nova redação ao artigo 273, do CPC, instituindo, no processo de conhecimento, a denominada antecipação de tutela, que consiste em medida legal da antecipação, total ou parcial, da prestação jurisdicional na mesma relação processual, ou seja, possibilita ao adiantamento dos efeitos da decisão final, a ser proferida em processo de conhecimento, com a finalidade de evitar dano ao direito subjetivo da parte, sendo assim, a tutela antecipada tem conteúdo idêntico ao da pretensão formulada como pedido principal. Sendo assim, "a tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito é providência que tem natureza jurídica mandamental, que se efetiva mediante execução lato sensu, com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos. É tutela satisfativa no juízo ou os seus efeitos. É tutela satisfativa no plano dos fatos, já que realiza o direito, dando ao requerente o bem da vida por ele pretendido com a ação de conhecimento" (Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Nery). Porém, para tanto, mister se faz o preenchimento de seus requisitos elencados no dispositivo legal supra-referido, a saber: prova inequívoca, verossimilhança e periculum in mora ou prova inequívoca de abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu – o que pressupõe, nesta segunda hipótese, a concessão da antecipada tutela, tão-somente, após apresentada a contestação. Além da inocorrência do pressuposto negativo da tutela antecipada - irreversibilidade dos efeitos do provimento antecipatório, que é fático, não jurídico, razão pela qual deve ser averiguado no caso concreto -, bem como o caso em apreço não se encaixar em uma das restrições à execução da tutela e a previsão de modificação e revogação da decisão interlocutória que antecipa os efeitos gerados pela sentença de procedência, sinalizam a possibilidade da concessão da antecipação da tutela inadulta altera pars. Destarte, passo a averiguação de tais pressupostos, mediante juízo de probabilidade, ou seja, bastará uma análise perfunctória, para o convencimento de que a situação retratada é de provável ocorrência e que acarretará prejuízos à autora, caso não seja deferida. In casu, a autora aduz que seu nome foi, indevidamente, inscrito no SPC/SERASA pela empresa requerida, pois não celebrou nenhum negócio com esta e não tem conhecimento de dívida pendente. Dito isso, primeiramente, cumpre salientar que o presente caso não se confunde com as inúmeras demandas revisionais, nas quais os consumidores pedem a intervenção do Poder Judiciário na relação contratual. Ademais, ressalta-se que, considerando que casos idênticos ao em apreço – exclusão/suspensão/anulação de nome e CPF/CNPJ de órgãos de restrição ao crédito, devem ser interpretados à luz do Código de Defesa do Consumidor, ou seja, a inserção do nome e CPF/CNPJ do devedor nos cadastros restritivos de crédito devem respeitar os pressupostos de legitimidade dos arquivos de consumo nos moldes do artigo 43, do CDC, dentre eles: o substantivo, isto é, o inquestionamento do débito e a exatidão da informação apreendida, o que significa que o nome do devedor, tão-somente, poderá constar dos cadastros restritivos ao crédito quando a obrigação restar incontestada. Nesse sentido, a 11ª conclusão do Centro de Estudos Jurídicos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que assim consigna: "11ª – Não ofende direito do credor liminar obstativa da inscrição do nome do devedor em banco de dados de consumo, assim como impeditiva de que o credor comunique a terceiros registro de inadimplência que haja procedido em seu cadastro interno, durante a pendência de processos que tenham por objeto a definição da existência do débito ou seu montante. JUSTIFICATIVA: Os arquivos de consumo apresentam dupla modalidade. Ora se estabelecem como bancos de dados (v.g., SPC ou SERASA), ora como simples cadastros, elaborados, geralmente, à vista de informes do consumidor, acrescentando a empresa, por vezes, informes seus. Ambos, de qualquer sorte, são considerados como entidades de caráter público (§ 4º, art. 43, Lei nº 8.078/90). Se está em debate a existência do débito ou o seu montante, não se compreende seja o devedor tratado como inadimplente e, via inscrição em banco de dados ou pela divulgação do que constar no cadstro interno do credor, sofra restrição creditícia.Ademais, se o devedor tem direito à imediata retificação de dados inexatos, § 3º, art. 43, CDC, não se compreende que se possibilite lançamentos eventualmente equivocados, sem que possam ser de imediato retificados, vez que somente após a definição no processo é que a erronia restará definida. Com relação aos cadastros, o seu uso interno à empresa, não se pode tolher. A divulgação a terceiros, esta sim, é que pode ser objeto de limitação."Aliás, adotam, também, essa linha de raciocínio o Regulamento Nacional dos Serviços de Proteção ao Crédito (publicado pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil) – o qual dispõe que "será suspensa a informação de registro, desde que comprovada a existência de litígio judicial" (art. 18) – e o Regimento Interno do Serviço Central de Proteção ao Crédito da Associação Comercial de São Paulo – que por sua vez estabelece que "será suspensa a informação de registro, desde que comprovada a existência de litígio sobre o débito registrado" (art. 21). Outrossim, indubitado que as inscrições nos cadastros de restrição ao crédito, quando em discussão judicial o débito, representam instrumento de cobrança, igualmente, vedado pelo artigo 42, do CDC, pois expõe o consumidor a constrangimento ridículo, como in casu, de cobrança, segundo a parte autora, indevida.Dessarte, a impossibilidade de registro do devedor junto aos serviços de restrição ao crédito enquanto perdurar o litígio é plenamente justificável, uma vez que a integridade patrimonial e a moral são bens juridicamente protegidos pala

Constituição do Brasil, só podendo ser atingidos quando respaldado em ato jurídico não mais passível de questionamento judicial. Ademais, “é de se ter presente, que o processo civil está hoje, voltado para os conceitos de instrumentalidade e efetividade, não se constituindo um fim em si mesmo, ao contrário, erigindo-se em meio para a composição da lide” (REsp n. 435.134-SP). Logo, os juizes e Tribunais pátrios têm decidido pela sua concessão, desde que pendente decisão judicial acerca da dívida que ensejou a inclusão pela parte contrária do nome e CPF/CNPJ da parte autora no SPC. Neste sentido, vejamos: “Embora seja admitida a legitimidade da inscrição de devedores inadimplentes em órgãos como Serasa, SPC e afins, vez que legalmente previsto tal procedimento, conforme dito alhures, importa ressaltar que existe uma tendência moderna da jurisprudência, inclusive desta Câmara, no sentido de que havendo qualquer ação judicial impugnando a dívida, caberá medida cautelar ou tutela antecipada e sua respectiva liminar para impedir o registro naqueles órgãos de proteção”, conforme foi julgado o Resp nº 400.379/RJ, da relatoria do eminente Ministro Aldir Passarinho Júnior. “AGRAVO DE INSTRUMENTO – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA DETERMINAR QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO PROMOVA A ANOTAÇÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES – DÉBITO EM DISCUSSÃO. Caracteriza-se constrangimento ilegal o encaminhamento do nome dos devedores aos serviços de proteção ao crédito, quando se encontra em discussão o valor do débito. Recurso desprovido. Unânime.” (AGI 2002.00.2005519-4, 5ª Turma, TJDF, rel. Des. Romeu Gonzaga Neiva, DJ 20/11/02). “EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA PRETENDIDA TUTELA – IMPEDIMENTO DE NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NO CURSO DA DEMANDA. O ajuizamento de ação em que se pleiteia indenização por danos devido à inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, como o Serasa e o SPC, obstaculariza a manutenção da referida inscrição indevida. Inteligência dos artigos 273 do Código de Processo Civil e 42 do Código de Defesa do Consumidor.” (Agravado de Instrumento, Quarta Câmara Cível do TAMG, juiz Antônio Sérvulo, j. 10/09/2003). “EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PRO DANOS MORAIS – TUTELA ANTECIPADA – EXCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR DOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – NEGATIVA DE EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA – POSSIBILIDADE DE FRAUDE – RECURSO PROVIDO. – A negativação do nome do devedor traz prejuízos incommensuráveis ao patrimônio jurídico dele, sobretudo quando se sabe que, na sociedade contemporânea, condicionam-se negócios jurídicos de diversas vertentes à existência de “nome limpo” do contratante, ou seja, à inexistência de qualquer restrição em desfavor do contratante nos vários serviços disponíveis relativos à proteção do crédito. Quando cogitada a possibilidade de fraude, considerando-se a impossibilidade de se exigir prova de fato negativo, de forma alguma se justifica a negativação do nome do suposto devedor.” (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0024.08.228016-5/001. TJMG, 18ªCC, REL. Des. Elpidio Donizetti, j. 10/03/2009). Com efeito, in casu, a verossimilhança da alegação da autora está presente no fato de que é pacífico o entendimento no Colendo Superior Tribunal de Justiça de que se encontrando a dívida em discussão judicial, inadequada, em princípio, a inscrição do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. E mais, o periculum in mora, também, pois, a despeito de a negativação se afigurar como um simples registro de cadastro, exerce enorme influência na efetivação das relações comerciais das pessoas comuns, imprescindíveis à continuidade da vida financeira da autora, e ademais, ela interpôs ação declaratória de inexistência de negócio jurídico, cumulada com pedido de indenização por danos morais em desfavor do requerido, o que gera direito ao resguardo do seu crédito, enquanto não for dirimida a questão. Por outro lado, a suspensão provisória ou cancelamento da inscrição do nome e CPF da autora no SPC, até o julgamento final do processo, que tem por objeto a definição da legalidade de tal inclusão, em nada prejudicará o possível direito de crédito da requerida, sendo, ao contrário, medida judicial revestida de muita prudência segundo os princípios norteadores do Estado Democrático. Assim, no caso vertente, estão presentes os requisitos do artigo 273, do CPC, porque a requerente discute a existência ou não da dívida que embasou a inclusão de seu nome e CPF no SPC, em virtude de inadimplência contratual, para efeito de indenização por dano moral, tornando, incabível, a priori, a inclusão e a manutenção daqueles dados nos cadastros de consumidores inadimplentes; bem como no tocante ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é cediço que, no âmbito das relações de consumo, a inclusão indevida do nome do consumidor nesses órgãos, por si só, constitui ato capaz de abalar a reputação e o crédito da autora; sem contar que não há perigo de irreversibilidade dos efeitos do provimento antecipatório e que o caso em tela não configura uma das restrições à execução da tutela. Destarte, CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA para determinar que a requerida ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO (Credigy BZ Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios), localizada no endereço descrito na inicial, proceda à exclusão do nome e CPF da requerente JOELMA SILVA DOS SANTOS, perante ao SERASA, SPC e demais órgãos restritivos de créditos, no prazo de 03 (três) dias, no que diz respeito ao objeto da lide: contrato nº 11533799, no valor de R\$149,31 (cento e quarenta e nove reais e trinta e um centavos); sob pena de pagar multa diária cominatória por descumprimento de ordem judicial, a qual poderá ser executada independente do julgamento de mérito desta ação. O valor da multa será fixado se necessário a execução. Registre-se que a multa não tem caráter substitutivo da obrigação principal, possuindo apenas caráter coercitivo para cumprimento da decisão judicial ora exarada. Portanto, vale obter perar que apesar de ter sido concedida a Tutela Antecipada, esta poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo em decisão fundamentada, nos termos do art. 273, § 4º, do CPC. DESIGNO A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 30.03.2011, às 14h30min, a realizar-se na sala de conciliação deste Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Guarai/TO. ADVERTÊNCIAS: I – As audiências neste JECC são unas, para conciliação, instrução e julgamento. II – A ausência do Autor importa em arquivamento do processo (art. 51, I L. 9.099/95) e cobrança das custas. II – A ausência do Requerido importa aceitar como verdadeiros os fatos narrados na inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz (art. 20, L. 9.099/95). Publique-se (SPROC/DJE). Cite-se e Intimem-se, servindo cópia desta como carta. Intime-se pessoalmente o Defensor Público, servindo cópia desta como mandado. Guarai, 27 de janeiro de 2011. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi Juíza respondendo pelo Juizado Especial nos termos da Portaria nº 003/2011

CERTIDÃO N. 151/01  
AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO INSTRUÇÃO E JULGAMENTO  
AUTOS: 2011.0001.0454-6  
AÇÃO: RESSARCIMENTO  
REQUERENTE: ABADIO MODESTO DE SOUZA  
ADVOGADO: DR JOSE FERREIRA TELES  
REQUERIDO: CARLOS ALISSON DE OLIVEIRA FURTADO

Eu, Eliezer Rodrigues de Andrade, Escrivão em substituição deste Juizado Especial Cível e Criminal na forma da lei... Certifico que a audiência de Conciliação foi incluída na pauta no dia 05.04.2011 às 13:30 horas. Ficando desde já o requerente por seu advogado Dr. Jose Ferreira Teles intimado pelo DJ. Intimar o requerido por via Mandado. O referido é verdade e dou fé. Guarai-TO, 28. 01.2011. Eliezer R. de Andrade Escrivão em substituição

GURUPI  
1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

**Autos n. 2011.0000.6693-8/0**  
Requerente(s): Dalton Elves Coffi Falcão  
Advogado(a): FLÁSIO VIEIRA ARAÚJO 3.813 OAB-TO  
DECISÃO: “Diante do exposto, não vejo, por ora, a necessidade da manutenção da prisão do requerente, razão pela qual defiro a liberdade provisória pleiteada na inicial, mediante compromisso de seu comparecimento a todos os atos do processo e não mudar de endereço sem prévio aviso do Juízo, sob pena de revogação. Expeça-se o competente alvará de Soltura, lavrando-se o Termo de Advertência. Intimem-se. Gurupi-TO, 25 de janeiro de 2011. Adriano Gomes de Melo Oliveira – Juiz de Direito.”

**1- AUTOS: 2010.0005.7617-2 – Ação Penal**  
Acusado: Valdaire Pereira de Oliveira  
Advogado: Ibanor de Oliveira OAB-TO 128-B  
Vitima: Justiça Pública  
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do acusado, Dr. Ibanor de Oliveira OAB-TO 128-B, intimado da SENTENÇA de fls. 208/212, cujo dispositivo segue transcrito: “(...) Do exposto, com base nos argumentos acima, julgo procedente o pedido contido na inicial e CONDENO o acusado Valdaire Pereira de Oliveira nas penas do art. 304 do Código Penal Brasileiro. (...) Diante do exposto entendo justa e suficiente a pena-base de 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão e multa, fixada acima do mínimo legal em atenção à análise acima. Concorrem neste caso a atenuante da confissão, prevista no art. 65, inciso III, letra “d”, e a agravante da reincidência, estampada no artigo 61, inciso I, ambos do CP. Entendo que ambas se equivalem e se anulam mutuamente. Inexistindo outras circunstâncias, especiais ou genéricas, de aumento ou diminuição da pena acima, torno-a definitiva em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão. Deverá iniciar o cumprimento da pena em regime semi-aberto, em razão da reincidência e das péssimas condições do condenado, prova disso foi a prática desta infração enquanto estava em liberdade condicional pelo cometimento de outros delitos. Inviável a aplicação da substituição da pena privativa de liberdade ou suspensão condicional da pena porque o réu não preenche os requisitos objetivos dos artigos 44 e 77 do Código Penal. Condeno-lhe, ainda, ao pagamento de trinta dias-multa, considerando unitariamente em um trigésimo do salário mínimo vigente na data do fato, devidamente corrigido por ocasião de seu recolhimento. Fica obrigado ao recolhimento das custas processuais em virtude da sucumbência. Mantenho a prisão do acusado, pois não faz jus ao benefício da liberdade provisória, confirmando-se a necessidade de sua segregação com esta sentença, estando ainda reconhecida a conduta perigosa do réu que cometeu outros delitos graves, caracterizando a necessidade de se garantir a ordem pública. Expeça-se guia de execução provisória. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, lance-lhe o nome do rol dos culpados, expeça-se guia definitiva e arquivem-se os autos, com as baixas de praxe. Gurupi-TO, 21 de janeiro de 2011. Gisele Pereira de Assunção Veronezi, Juíza Substituta”.

Vara de Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

**AUTOS N.º 2009.0006.7011-6/0**  
AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS  
Exequente: N. L. G.  
Advogado (a): Dra. JAQUELINE DE KÁSSIA RIBEIRO DE PAIVA - OAB/TO n.º 1.775  
Executado (a): J. L. B. G.  
Advogado (a): NÃO CONSTITUÍDO  
Objeto: Intimação da advogada da parte exequente para manifestar nos autos em epígrafe quanto à certidão juntada às fls. 34.

**AUTOS N.º 2009.0012.1455-6/0**  
AÇÃO: GUARDA COM PEDIDO DE LIMINAR DE GUARDA PROVISÓRIA  
Requerente: R. DA S. D. C. N.  
Advogado (a): Dra. CEISSA PINHEIRO REIS BERNARDES - OAB/TO n.º 4.421  
Requerido (a): N. M. DA C.  
Advogado (a): NÃO CONSTITUÍDO  
Objeto: Intimação da advogada da parte requerente para manifestar nos autos em epígrafe quanto à certidão juntada às fls. 41.

**AUTOS N.º 2010.0011.7717-4/0**  
AÇÃO: DIVÓRCIO CONSENSUAL  
Requerentes: L. DE S. B. e R. A. DA C. B.  
Advogado (a): Dra. MARLEY CÂNDIDA ROELA - OAB/TO n.º 1.372  
Objeto: Intimação da advogada da parte requerente do despacho proferido às fls. 20. DESPACHO: “Intime-se o Requerente L. de S. B. para no prazo de 05 (cinco) dias assinar o acordo ora pleiteado, sob pena de indeferimento. Gurupi, 27 de janeiro de 2011. (o) Nassib Cleto Mamud - Juiz de Direito em Substituição”.

**AUTOS N.º 2011.0000.2520-4/0**  
AÇÃO: ABERTURA E PROCESSAMENTO DO INVENTÁRIO/ARROLAMENTO DOS BENS  
Requerente: LUIZ RODRIGUES MORAIS  
Advogado (a): Dr. PEDRO CARNEIRO - OAB/TO n.º 499  
Requerido (a): ESPÓLIO DE JOSÉ RODRIGUES DE ABREU  
Advogado (a): NÃO CONSTITUÍDO  
Objeto: Intimação do advogado da parte autora do despacho proferido às fls. 14. DESPACHO: “Nomeio o requerente inventariante o Sr. Luiz Rodrigues Moraes, devendo este prestar compromisso em cinco dias e primeiras declarações nos vinte dias



subsequentes. Intime-se. Gurupi, 26 de janeiro de 2011. (o) Nassib Cleto Mamud - Juiz de Direito em Substituição”.

**AUTOS N.º 2010.0011.7649-6/0**  
**AÇÃO:** ABERTURA DE INVENTÁRIO  
Requerente: MARIA DEUSA DANTAS GONÇALVES  
Advogado (a): Dr. RAIMUNDO ROSAL FILHO - OAB/TO n.º 03-A  
Requerido (a): ESPÓLIO DE OTÁVIO GONÇALVES DE ASSIS  
Advogado (a): NÃO CONSTITUÍDO  
Objeto: Intimação do advogado da parte autora do despacho proferido às fls. 23.  
DESPACHO: “Nomeio a requerente inventariante, devendo a mesma prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias e as primeiras declarações nos 20 (vinte) dias subsequentes. Intimem-se. Gurupi, 26 de janeiro de 2011. (o) Nassib Cleto Mamud - Juiz de Direito em Substituição”.

**AUTOS N.º 2009.0005.4487-0/0**  
**AÇÃO:** ALIMENTOS COM REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA E VISITAS  
Requerente: V. L. DA C.  
Advogado (a): Dr. SYLMAR RIBEIRO BRITO - OAB/TO n.º 2.601  
Requerido (a): V. S. L.  
Advogado (a): Dr. CIRAN FAGUNDES BARBOSA - OAB/TO n.º 919  
Objeto: Intimação do advogado da parte requerida para manifestar nos autos em epígrafe quanto ao ofício juntado às fls. 52 a 55.

**Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

**AUTOS: 2010.0008.9620-7 – AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO COM PEDIDO LIMINAR**  
Requerente: RAIMUNDA CARNEIRO SANTOS  
Advogado: DR. JOSE TITO DE SOUSA – OAB/TO 489 e DRª. ARLENE SILVA BAYMA – OAB/TO 494  
Requerido: CARTORIO DE PROTESTO, REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS, TITULOS E DOCUMENTOS DE GURUPI  
INTIMAÇÃO: Intimo o advogado da parte requerente para, querendo, oferecer Impugnação à Contestação nos autos supra referidos, no prazo legal.

**AUTOS: 2010.0004.4079-3 – AÇÃO DECLARATORIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C**  
**COBRANÇA DE FGTS E ENCARGOS**  
Requerente: FERNANDO ADÃO MACHADO  
Advogado: DR. JAQUELINE DE KÁSSIA RIBEIRO DE PAIVA -OAB/TO 1775  
Requerido: PREFEITURA MUNCIIPAL DE GURUPI  
INTIMAÇÃO: Intimo o advogado da parte requerente para, querendo, oferecer Impugnação à Contestação nos autos supra referidos, no prazo legal.

**AUTOS: 2010.0001.6210-6 – CAUTELAR INOMINADA C/C PEDIDO LIMINAR**  
Requerente: ANDRE CARVALHO DE ALMEIDA  
Advogado: DR. LUIZ CARLOS DE HOLLEBEN LEITE MUNIZ – OAB/TO 4.417  
Requerido: CENTRO UNIVERSITARIO UNIRG  
INTIMAÇÃO: Intimo o advogado da parte requerente para, querendo, oferecer Impugnação à Contestação nos autos supra referidos, no prazo legal.

**AUTOS: 2010.0008.0301-2 – AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**  
Requerente: HAFFILA AIRES DE ALMEIDA  
Advogado: DR. JERÔNIMO RIBEIRO NETO – OAB/TO 462  
Requerido: FUNDAÇÃO UNIRG  
INTIMAÇÃO: Intimo o advogado da parte requerente para, querendo, oferecer Impugnação à Contestação nos autos supra referidos, no prazo legal.

**AUTOS: 2010.0007.1100-2 – MEDIDA CAUTELAR**  
Requerente: MARCIO CARNEIRO COSTA OLIVEIRA  
Advogado: DR. JAVIER ALVES JAPIASSU – OAB/TO 905  
Requerido: FUNDAÇÃO UNIRG  
INTIMAÇÃO: Intimo o advogado da parte requerente para, querendo, oferecer Impugnação à Contestação nos autos supra referidos, no prazo legal.

**Vara de Execuções Penais e Tribunal do Juri**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

**PROCESSO: 225/2001**  
**Ação Penal PÚBLICA INCONDICIONADA**  
Réu: ELOÉ JOSÉ RODRIGUES  
Vítima: FRANCISCO ALVES DE SOUSA FILHO  
DISPOSITIVO PENAL: 121, CAPUT do CP  
ADVOGADO: VIVIANE APARECIDA FERREIRA OAB-SP 185.402  
JAIRO FACO DA CRUZ  
Despacho:Remarco a audiência de instrução para o dia 23 de fevereiro de 2011 às 14hs 00 para audiência de instrução. Intime as partes . Cumpra-se. Gurupi, 19 de novembro de 2010. Gisele Pereira de Assunção Veronezi. Juíza de Direito da Vara de Execuções Criminais e Tribunal do Júri.

**PROCESSO: 2010.0002.7620.9**  
**Ação Penal PÚBLICA INCONDICIONADA**  
Réu: HUMBERTO PÉRGOLA FILHO  
Vítima: RUTILEIA R. DE SOUSA  
DISPOSITIVO PENAL: 121, CAPUT do C/C ARTIGO 13, § 2º “A” do CP  
ADVOGADO: JORGE BARROS OAB-TO 1490  
Despacho:Designo o dia 22 de fevereiro de 2011 às 14hs 00min para audiência de instrução. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi, 12 de janeiro de 2010. Gisele Pereira de Assunção Veronezi. Juíza de Direito da Vara de Execuções Criminais e Tribunal do Júri

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO COM PRAZO DE 15 (DEZ) DIAS**

A Doutora Gisele Pereira de Assunção Veronezi, Juíza de Direito em substituição na Vara de Execuções Penais e Tribunal do Júri, desta Comarca, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc..... FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, e, em especial o réu, que por este Juízo e Escriwania da Vara de Execuções Criminais tramitam os autos de Ação Penal 2010.0007.1018.9 que a Justiça Pública como autora move em desfavor de CLEOMAR GUEDES LIMA, atualmente em lugar incerto e não sabido, demais qualificações ignoradas, tendo sido designada audiência de instrução para o dia 17/02/2011, às 15 horas, na sala de Audiências do Tribunal do Júri, localizado no Fórum, por sua vez situado na Av. Rio Grande do Norte, entre ruas 03 e 04, Centro, Gurupi/TO, devendo o acusado comparecer sob as penas da Lei, se faltar. E para que chegue ao conhecimento do acusado, expediu-se o presente Edital que será afixado no placar do Foro local e publicado no Diário da Justiça, ficando, assim, o acusado intimado da data da sessão de seu julgamento. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos 31 de janeiro de 2011. Eu, Escrevente Judicial, lavrei o presente.Gisele Pereira de Assunção Veronezi.Juíza de Direito em substituição Vara de Execuções Criminais e Tribunal do Júri

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Doutora Gisele Pereira de Assunção Veronezi, Juíza de Direito em substituição na Vara de Execuções Penais e Tribunal do Júri, desta Comarca, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc.... FAZ SABER a todos os que o presente Edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites legais a Ação Penal n.º 2010.0004.7546-5, que a Justiça Pública desta Comarca, como autora, move contra o(a) acusado(a) MARIA MÁRCIA DE JESUS, conhecida pela acunhada MM, brasileira, amasiada, natural de Juazeiro do Norte, CE, nascida aos 25.04.1986, filha de Maria de Lurdes de Jesus e Francisco Manoel de Jesus, como incursos nas sanções do artigo 121,§ 2º, inciso IV do Código Penal, devendo apresentar defesa por escrito, no prazo de 10 (dez), podendo arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 8 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2a via fica afixada no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos 31 de janeiro de 2011. Eu, Seli Alves Correia Schwab, escritvã Judicial, lavrei o presente. Gisele Pereira de Assunção Veronezi Juíza de Direito em substituição Vara de Execuções Criminais e Tribunal do Júri

**ITACAJÁ**  
**Vara de Família e Sucessões**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO n. 2011.0000.8096-5**  
Requerente: Sebastiana Noleto de Sousa Silva  
Advogados:Carneiro Correia, OABTO 1841A Alessandra Costa Carneiro Correia, OABGO 25.898 e Leoarndo Soares Correia Neto, OABTO 21.552E  
Requerido: Tocantins Transporte de Turismo LTDA  
Despacho:Designo audiencia de Conciliação para o dia 15.2.2011 às 9h00. Intime-se e intime-se o réu. Intime-se o autor. Ariostenis Guimarães Vieria, Juiz de Direito.

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE n. 2011.0001.0296-9**  
Requerene: Espolio de Marcio Ricardo Horta rep por Andrea Carla Skraba Horta  
Adovogados:Edson Mitsuo Tiujo OABPR 35.933 e Jose Sebastião de Oliveira, OABPR 5.869  
Requerido: Jose Airton Araujo  
Advogado: não constituído ainda  
Decisão: Trata-se de medida liminar em ação de de reintegração de posse proposta pelo ESPÓLIO DE MARCIO RICARDO HORTA, ao argumento de que JOSÉ AIRTON ARAÚJO praticou esbulho em parte de sua propriedade. É o relatório. DECIDO. Apesar da irregularidade na representação processual do autor, a urgência da medida pleiteada, exige sua análise neste momento. Consoante dispõe o artigo 926 do CPC, o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbacão e reintegrado no de esbulho. No caso em tela, a propriedade imobiliária está comprovada pelos documentos de fls. 26/32 e a posse de fato está sendo exercida pelos sucessores de MÁRCIO RICARDO HORTA. As fotografias de fls. 42/44, bem como a certidão imobiliária de fl. 34, numa análise preliminar, conferem verossimilhança à alegação de que os sucessivos desmembramentos no imóvel denominado Fazenda Ventura está gerando a situação de esbulho possessório por parte do último adquirente, ora réu. Assim, no exercício do Poder Geral de Cautela e, convencido da necessidade de se demarcar e identificar as linhas divisórias das propriedades - inclusive a da parte autora - determino a ambos que suspendam qualquer atividade demarcatória, sob pena de multa diária no valor de R\$1.000,00 (um mil reais). Cite-se e intime-se o réu. Intime-se o autor inclusive para, em 5(cinco) dias, apresentar prova acerca da existência do espólio e da pessoa do inventariante, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Itacajá, 28 de janeiro de 2011. Arióstenis Guimarães Vieira Juiz de Direito

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE n. 2011.0001.0297-7**  
Requerente: Espolio de Marcio Ricardo Horta Rep por Andrea Carla Skraba Horta  
Advogado: Edson Mitsuo Tiujo, OABPR 35.933 e Jose Sebastião de Oliveira, OABPR n. 5.869  
Requerido: Raimundo Barbosa dos Reis  
Advogado: Não constituído ainda  
Decisão:Trata-se de medida liminar em ação de de reintegração de posse proposta pelo ESPÓLIO DE MARCIO RICARDO HORTA, ao argumento de que RAIMUNDO BARBOSA DOS REIS praticou esbulho em parte de sua propriedade. É o relatório. DECIDO. Apesar da irregularidade na representação processual do autor, a urgência da medida pleiteada, exige sua análise neste momento. Consoante dispõe o artigo 926 do CPC, o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbacão e reintegrado no de esbulho. No caso em tela, a propriedade imobiliária de ambos – autor e réu - está comprovada pelos documentos de fls. 18/23 e a posse de fato está sendo exercida pelos sucessores de MÁRCIO RICARDO HORTA. Em face das diversas ações judiciais envolvendo os imóveis desmembrados da

denominada Fazenda Ventura, evidenciando conflitos demarcatórios, no exercício do Poder Geral de Cautela e, convencido da necessidade de se demarcar e identificar as linhas divisórias das propriedades - inclusive a da parte autora - determino a ambos que suspendam qualquer atividade demarcatória, sob pena de multa diária no valor de R\$1.000,00 (um mil reais). Cite-se e intime-se o réu. Intime-se o autor inclusive para, em 5(cinco) dias, apresentar prova acerca da existência do espólio e da pessoa do inventariante, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Itacajá, 28 de janeiro de 2011. Arióstenis Guimarães Vieira Juiz de Direito

**AÇÃO TERMO CIRCUNSTANCIADO n. 2007.0010.3456-0**  
Requerelante: Walter Sobreira Cassiolato  
Advogado: Carlos Vieczorek, OABTO 567-A  
Querelado: Mario Back  
Advogado: Carlos Alberto Dias Noleto, OABTO 906 e Marcela Aguiar Barros Kisen  
Despacho:Com fundamento no artigo 81 da lei n. 9.099/95, designo audiência em continuação para o dia 15/2/2011, às 15h30min, ocasião em que será realizado o interrogatório do acusado e oportunizada as partes as alegações finais orais. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER n. 2011.0000.8095-7**  
Requerente: Jose Alves de Souza  
Advogado:Antonio Carneiro Correia, OABTO 1841A Alessandra Costa Carneiro Correia, OABGO 25.898 e Leoarndo Soares Correia Neto, OABTO 21.552E  
Requerido:Eletromoveis Brasileiro,CNPJ n. 08.667.600/0001-10  
Advogado: Não Constituído ainda  
Despacho:Designo audiência de conciliação paa o dia 15.2.11,às 8h30min. Cite - se e intime-se o reu. intime-se o autor. Ariostenis Guimarães Vieria, Juiz de Direito.

**AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO n. 2011.0000.8100-7**  
Requerente:Maria Jose de ouza Costa Wanderley  
Advogados: Carneiro Correia, OABTO 1841A Alessandra Costa Carneiro Correia, OABGO 25.898 e Leoarndo Soares Correia Neto, OABTO 21.552E  
Requerido:Banco Brsileiro de Descontos S/A  
Advogado: Não constituído ainda  
Despacho:Designo audiência de conciliação para o dia 15.2.2011, às 9h30min. Cite-se e intime-se o réu. Intime-se o autor. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

## ITAGUATINS

### 1ª Vara Cível

#### INTIMAÇÃO ÀS PARTES

Ficam as Partes Ilze Lucy de Oliveira e Junho Alves da Silva e a advogada da parte Autora, intimadas da sentença proferida em 23/08/2010 que extinguiu os autos relacionado abaixo e despacho:  
**PROCESSO: Nº 2009.0002.8861-0/0**  
Natureza: Alimentos  
Requerentes: F.M.O.A./Ilze Lucy de Oliveira.  
Advogado: Dra. Maria Sônia Barbosa da Silva-(Def. Pública) Mat. Nº 881025-7  
Requerido: Junho Alves da Silva  
Advogado: Não Consta  
SENTENÇA: “A parte abandonou o processo, porque não cumpriu diligência que lhe competia, indispensável ao andamento do processo, apesar de intimada para tanto. Esta situação caracteriza a hipótese do artigo 267, III do Código de Processo Civil. Posto isso, com fundamento no artigo 267, III do Código de Processo civil, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas. P.R.I. Itaguatins, 23 de agosto de 2010. Océlio No

#### Vara de Família e Sucessões

#### INTIMAÇÃO ÀS PARTES

Fica a Parte Requerida Aldenir Gomes Trindade, intimada da sentença proferida em 09/11/2010 que extinguiu os autos relacionado abaixo e despacho:  
**PROCESSO: Nº 2006.0003.6259-0/0**  
Natureza: Revisão de Alimentos  
Requerentes: Tauanne de Sousa e Antonia Íris de Sousa  
Advogado: MP/ Dr. Octahydes Ballan Junior  
Requerido: Aldenir Gomes Trindade  
Advogado: Não Consta  
SENTENÇA: “...POSTO ISSO, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, III do CPC. Sem custas. Itaguatins, 09 de novembro de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito”

#### EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

**AUTOS: 2009.0011.7825-8/0**  
Ação: Adoção C/C Pedido de Guarda  
Requerente: Maria Margarida Santos Silva e Outro  
Requerido: Hamilene Bento dos Santos  
O Doutor OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito Em Substituição Automática na Comarca de Itaguatins-TO, na forma da lei, etc. FAZ SABER – a todo quanto o presente edital virem ou dele tiverem que, por este juízo e escrivania se processam os autos epigrafados é o presente para CITAR – HAMILENE BENTOS DOS SANTOS, brasileira, solteira, desempregada, residente em lugar incerto e não sabido, para, querendo, contestar o pedido em 15 dias sob pena de revelia e confissão, tudo de conformidade com os termos do despacho a seguir transcrito: “Defiro a guarda provisória à parte requerente, porque a situação retratada nos autos revela reais vantagens para a criança. Cite-se a parte requerida para contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias. Lavre-se o Termo. Cumpra-se. Itaguatins, 23 de agosto de 2010. - (Ass. Océlio Nobre da Silva, Juiz de Direito)”. CUMPRASE. COMARCA DE ITAGUATINS, ESTADO DO TOCANTINS, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze. (01/02/2011). Eu, ,Escrevente Judicial que digitei, conferi e subscrevo. OCÉLIO NOBRE DA SILVA Juiz de Direito Em Substituição

## MIRACEMA

### Juizado Especial Cível e Criminal

#### ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:  
**01 - AÇÃO DE RECLAMAÇÃO – AUTOS Nº 4453/2010 - PROTOCOLO (2010.0011.4549-3/0)**  
Requerente: PATRICIA FERNANDES CORREA  
Advogado: não constituído  
Requerido: NATURA COSMÉTICOS S/A  
Advogado: Dr. Eduardo Luiz Brock  
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Devidamente intimada, a parte devedora efetuou o depósito, razão pela qual autorizo o levantamento/transferência da(s) quantias (fl(s). 24), acrescida(s) dos rendimentos apurados desde a(s) data(s) do(s) bloqueio(s) até a efetiva transferência. Após a efetivação do ora determinado, manifeste-se a parte exequente, no prazo de cinco dias, se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, pena de extinção. Expeça-se os competente(s) alvará(s). Intimem-se. Miracema do Tocantins, 27 de janeiro de 2011. Marco Antônio Silva Castro – Juiz de Direito”.

## NATIVIDADE

### 1ª Vara Cível

#### INTIMAÇÃO AS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

**AUTOS: 2007.0005.6745-9 AÇÃO:PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**  
REQUERENTE: VALDEZ CARVALHO  
ADVOGADO:HERALDO RODRIGUES DE CERQUEIRA OAB/TO nº259  
REQUERIDO:JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NATIVIDADE  
SENTENÇA: “Ante o exposto, declaro sem objeto a presente ação e, por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil. Sem custas, sem honorários.Com o trânsito em julgado arquivem-se, com as anotações e baixas necessárias.P.R.I.C.Natividade, 10 de janeiro de 2011.(ass) MARCELO LAURITO PARO.Juiz Substituto.

**AUTOS: 2007.0004.1432-6 AÇÃO:REINTEGRAÇÃO DE POSSE**  
REQUERENTE: ANTONIO SOUZA DE ALENCAR  
REQUERIDO:VALDEZ CARVALHO  
ADVOGADO:HERALDO RODRIGUES DE CERQUEIRA OAB/TO nº259  
REQUERIDO:JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NATIVIDADE  
SENTENÇA: “...Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o acordo realizado entre as partes, nos termos consignados às fls.70, para que surta ser efeitos legais.Como consequência, declaro extinto o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil.Cada parte arcará com sua custas.P.R.I.C.Após o trânsito em julgado, arquite-se com as cautelas de praxe.Natividade, 10 de janeiro de 2011.(ass) MARCELO LAURITO PARO.Juiz Substituto.”

**AUTOS: 2009.0008.9728-5 AÇÃO:ANULATÓRIA**  
REQUERENTE: JOÃO MARINHO COSTA  
REQUERENTE: MARIA JOSÉ PEREIRA COSTA  
ADVOGADO:JOAQUIM URCINO FERRERIA OAB/GO nº29157  
REQUERIDO:NILZO RODRIGUES DA CRUZ  
ADVOGADO:SARANDI FAGUNDES DORNELLES OAB/TO nº432  
DESPACHO: “Intimem-se as partes para especificar, em 10(dez) dias, as provas que desejam produzir, justificando a utilidade de cada uma delas.Em caso de arrolamento de testemunhas, advirto que os interessados deverão trazer-las para o ato, salvo impossibilidade de faze-lo o que deve ser comunicado ao juízo até 10(dez) dias antes da audiência, seguida de prova do depósito para a diligência.Se houver desdobramento da instrução, já designo audiência de tentativa de conciliação e/ou instrução processual para o dia 15/03/2011,às 13h30, ocasião em que, não sendo possível a conciliação, serão analisadas as preliminares, se houver, deferidas as provas requeridas e fixados os pontos controversos da demanda.As partes devem estar preparadas para os debates orais, porque a sentença poderá ser exarada em audiência.Intime-se.Natividade, 15 de outubro de 2010.(ass)MARCELO LAURITO PARO.Juiz Substituto.”

**AUTOS: 2009.0000.6031-8/0 – AÇÃO: INVENTÁRIO**  
Requerente: NEUSA GONZAGA PINTO  
Advogado: DR. ITAMAR BARBOSA BORGES – OAB/TO 946-B  
Requerido: ESPÓLIO DE ISAÍAS PEREIRA PINTO  
SENTENÇA: “(...) Diante do exposto, e na forma do art. 1.026 do CPC, julgo procedente a partilha sugerida às fls. 108/115. Custas processuais remanescentes pela inventariante, se houver. Intime-se a Requerente, na pessoa de seu patrono pelo Diário da Justiça, bem como se dê ciência pessoal ao Ministério Público. Transitada em julgado, expeça-se formais de partilha para cada herdeiro e cônjuge supérsite com a menção dos bens que lhes tocaram, devendo a partilha de fls. 108/115 ser atualizada, contendo cópias das seguintes peças de todo este processo, na forma do art. 1.027 do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade/TO, 11 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 673/99 – AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL**  
Requerente: GENETÉ COSTA CARNEIRO DE SOUZA  
Advogado: DR. HERALDO RODRIGUES DE CERQUEIRA – OAB/TO 259-A  
Requerido: ENEAS RIBEIRO DE SOUZA  
SENTENÇA: “(...) Isto posto e o mais que dos autos consta, HOMOLOGO o pedido de desistência formulado pelo autor e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VIII do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e nem honorários advocatícios ante a gratuidade processual que se defere, art. 4º da Lei n. 1.060/1950. Transitado em julgado e certificado, arquivem-se os autos com baixas nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Natividade/TO, 10 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 673/99 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: BANCO DIBENS S/A  
Advogado: DRA. NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA – OAB/TO 4.311  
Requerido: JOSE CRISTINO AMORIM  
SENTENÇA: “(...) Diante do exposto, com fundamento no artigo 3º, parágrafo 1º, do DECRETO-LEI nº 911, de 1º de outubro de 1969 e artigo 319 do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, julgo PROCEDENTE o pedido, declaro rescindido o contrato e consolido nas mãos do banco autor o domínio e a posse de plenos e exclusivos do bem. Oficie-se o CIRETRAN deste Município, comunicando-lhe estar a parte autora autorizada proceder a transferência, inclusive para terceiro por ela indicados. Condene o requerido ao pagamento das custas e taxas judiciária, mormente os honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme artigo 20 do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade/TO, 10 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2008.0007.8276-5/0 – AÇÃO: EXECUÇÃO**

Requerente: MULTIGRAIN S/A  
Advogado: DR. RICARDO GIOVANNI CARLIN – OAB/TO 2.407  
Requerido: ZELIR PICCININI GIONGO E OUTROS  
SENTENÇA: “(...) Ante o exposto, EXTINGO A EXECUÇÃO com fulcro no artigo 794, inciso II do Código de Processo Civil, tendo em vista a satisfação da obrigação pelo executado. Custos e honorário ‘pro rata’. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, arquiva-se com as cautelas de praxe. Natividade, 09 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2005.0003.0370-6/0 – AÇÃO POPULAR**

Requerente: ALDO FERREIRA E OUTRO  
Advogado: DR. RÔMOLO UBIRAJARA SANTANA – OAB/TO 1710  
Requerido: MUNICÍPIO DE NATIVIDADE E OUTRO  
Advogado: DRA. MÁRCIA REGINA PAREJA COUTINHO – OAB/TO 614  
SENTENÇA: “(...) ISTO POSTO, na forma do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, extingo o processo sem julgamento do mérito, determinando seu arquivamento. Intime-se o Ministério Público Estadual acerca da presente decisão, para que, se manifeste caso tenha algum interesse. Sem condenação em pagamento de custas e despesas. Intimem-se a todos, inclusive ao atual Prefeito do Município, pessoalmente. Transitado em julgado e certificado, arquivem-se os autos com baixas nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Natividade/TO, 08 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0009.7235-0/0 – AÇÃO: GUARDA CUMULADA COM ALIMENTOS**

Requerente: R. R. P.  
Advogado: DRA. IARA BEZERRA VIDAL – OAB/TO 978  
Requerido: Z. B. R.  
SENTENÇA: “(...) Diante do exposto, e na forma do inciso III do art. 267 do CPC, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Sem custas processuais e nem honorários advocatícios ante a gratuidade processual que se defere, art. 4º da Lei n. 1.060/1950. Transitado em julgado e certificado, arquivem-se os autos com baixas nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Natividade/TO, 10 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0004.4663-1/0 – AÇÃO MONITÓRIA**

Requerente: SUPER GONÇALVES SUPERMERCADOS LTDA  
Advogado: DR. MARCONY NONATO NUNES – OAB/TO 1.980  
Requerido: ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE E ESTADO DO TOCANTINS  
SENTENÇA: “(...) Ante o exposto, julgo procedente o pedido do autor, reconhecendo-o como credor do réu da importância de R\$ 30.080,30 (trinta mil oitenta reais e trinta centavos) até novembro de 2004, razão pela qual converto o mandado inicial em mando executivo, com fulcro no art. 1.102c e §§, do CPC. Julgo a ação em relação ao Estado do Tocantins (segundo requerido) sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, tendo em vista sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo. Sobre o valor acima mencionado deverá incidir correção monetária pelo INPC, a contar dos vencimentos respectivos, além dos juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Condene a parte ré ao pagamento das custas processuais finais, inclusive as adiantadas, e honorários advocatícios, fixando estes em 15% (quinze por cento) do valor da dívida, com fundamento no art. 20, §3º, do Código de Processo Civil, quantia a ser atualizada pelo INPC e somar juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar desta sentença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, tendo em vista que a apuração do valor da condenação depende apenas de cálculos aritmético, intime-se a credora para requerer o cumprimento da sentença, nos termos dos arts. 475-B e 475-J (incluído pela Lei nº 11.232/05) c/c art. 614, II, do CPC, juntando memória discriminada e atualizada de seu crédito. Natividade/TO, 11 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2006.0006.9206-9/0 – AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE**

Requerente: J. C. S.  
Advogado: DR. DOMÍCIO CAMELO SILVA – OAB/GO 9.068  
Requerido: M. A. R.  
Advogado: ANA MAZILES DE SOUZA GAMA – OAB/PA 8407  
SENTENÇA: “(...) Diante do exposto, e na forma do inciso III do art. 269 do CPC, extingo o feito com resolução de mérito, tendo em vista a homologação e transação havida às fls. 54/55. Sem custas e honorários advocatícios. Certifique-se o trânsito e arquivem-se os presentes, com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade/TO, 11 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0004.4575-9/0 – AÇÃO: INDENIZAÇÃO**

Requerente: DURVALINO ANTONIO GONÇALVES  
Advogado: DR. JOÃO GILVAN GOMES DE ARAÚJO – OAB/TO 108-B  
Requerido: YURE GAGARIN SOARES DE MELO  
Advogado: DR. YURE GAGARIN SOARES DE MELO – OAB/DF 11.172  
SENTENÇA: “(...) Ante o exposto, e pelo livre convencimento motivado que formo, julgo improcedente o pedido formulado pelo autor, extinguindo o feito com fundamento no art. 269, I, do CPC. Por conseguinte, condene o autor ao pagamento das custas processuais finais, bem com dos honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 800,00 (oitocentos reais), com fulcro no art. 20, §4º, do CPC, cujos pagamentos ficam suspensos, nos termos

do art. 12 da Lei nº 1.060/50, em razão de o autor ser beneficiário da gratuidade judiciária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Natividade/TO, 09 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2006.0000.0550-9/0 – AÇÃO: PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Requerente: MUNICÍPIO DE NATIVIDADE  
Advogado: DR. FLÁVIO DE FARIA LEÃO – OAB/SC 19.202  
Requerido: FRANCISCO RODRIGUES NETO  
Advogado: DR. EPITÁCIO BRANDÃO LOPES – OAB/TO 315-A  
SENTENÇA: “(...) Ante o exposto, extingo o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI do CPC, determinando o arquivamento destes autos, após o trânsito em julgado. Condene, o autor ao pagamento das custas e taxa judiciária, bem como honorários advocatícios da parte ex adverso, os quais arbitro em R\$ 800,00 (oitocentos reais), nos termos do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil. Extraia-se cópia integral destes autos, remetendo-se-a ao Ministério Público local e colhendo-se seu recibo/ciente, nos autos certificando-se. Transitado em julgado, ao arquivo, com baixas nos registros. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Natividade/TO, 11 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0004.4582-1/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA**

Requerente: ALBANY NUNES CERQUEIRA  
Advogado: DR. DOMÍCIO CAMELO SILVA – OAB/GO 9.068  
Requerido: BANCO DA AMAZÔNIA S/A  
Advogado: DRA. KEYLA MÁRCIA GOMES ROSAL – OAB/TO 2412  
SENTENÇA: “(...) Ex positis, pelo livre convencimento que formo à luz do artigo 269, inciso I, do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, julgo PROCEDENTE o pedido constante na inicial, torno definitiva a Decisão de fls. 23/25. Por conseguinte, condene o réu ao pagamento das custas e taxa judiciária, bem como em honorários advocatícios da parte ex adversa, arbitrando estes em R\$ 1.000,00 (Mil reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, corrigidos monetariamente e somados juros legais de 1% ao mês, a partir desta sentença. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os atos com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Natividade/TO, 10 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0004.4498-1/0 – AÇÃO: PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Requerente: MUNICÍPIO DE NATIVIDADE  
Advogado: DR. FLÁVIO DE FARIA LEÃO – OAB/SC 19.202  
Requerido: FRANCISCO RODRIGUES NETO  
Advogado: DRA. LILIAN ABI-JAUDI BRANDÃO LANG – OAB/TO 1.824  
SENTENÇA: “(...) Ante o exposto, extingo o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI, do CPC, determinando o arquivamento destes autos, após o trânsito em julgado. Condene, o autor ao pagamento das custas e taxa judiciária, bem como honorários advocatícios da parte ex adverso, os quais arbitro em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil. Extraia-se cópia integral destes autos, remetendo-se-a ao Ministério Público local e colhendo-se seu recibo/ciente, nos autos, certificando-se. Transitado em julgado, ao arquivo, com baixas nos registros. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Natividade/TO, 08 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2006.0000.0587-8/0 – AÇÃO: INTERDIÇÃO**

Requerente: JULIO DIAS ROCHA  
Advogado: DRA. GABRIELA DA SILVA SUARTE – OAB/TO 537  
Requerido: DOMICIANO FERREIRA DE JESUS  
SENTENÇA: “(...) Ante o expendido, DECRETO A INTERDIÇÃO de DOMICIANO FERREIRA DE JESUS, já qualificado nos autos, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nos termos do artigo 3º, II, do Código Civil, nomeio-lhe curador o seu primo JULIO DIAS ROCHA, também identificado. Em atenção ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente sentença no registro civil das pessoas naturais e publique-se editais, por 03 (três) vezes, na imprensa local e no órgão Oficial, com intervalos de 10 (dez) dias, e afixe-se edital no átrio deste Fórum, certificando devidamente nos autos. P.R.I. Cumpra-se. Sem custas. Natividade/TO, 18 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0000.6113-6/0 – AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE**

Requerente: EVA NUNES GRANJA  
Advogado: DR. HERALDO RODRIGUES CERQUEIRA – OAB/TO 259-A  
Requerido: BALBINO ALVES DA SILVA E OUTROS  
Advogado: DRA.MARIA TRINDADE GOMES FERREIRA – OAB/TO 1.044  
DESPACHO: “Objetivando o cumprimento do acórdão de folhas 193/194, na qual a 3ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins conheceu do recurso de apelação Cível nº. 9560/09 para negar-lhe provimento mantendo intocada a sentença de primeiro grau, determino seja observado de forma integral a sentença de fls. 140/144, com a conseguinte expedição do mandado de reintegração de posse. Cumpra-se. Natividade, 13 de janeiro de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2006.0003.6401-0/0 – AÇÃO: EXECUÇÃO**

Requerente: BANCO DA AMAZÔNIA S/A  
Advogado: DRA. FERNANDA RAMOS RUIZ – OAB/TO 1.965  
Requerido: JOSÉ DA COSTA GUEDES  
Advogado: DR. ADALCINDO ELIAS DE OLIVEIRA – OAB/TO 265-A  
DESPACHO: “Compulsando os autos, verifica-se que as parte se compuseram amigavelmente, sendo que eventuais custas futuras serão arcadas pelo executado. (fls. 105). Desta forma, intime-se a parte executada para que efetue o pagamento da taxa judiciária conforme certidão de fls. 130, no prazo de 10 dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa. Decorrido o prazo sem manifestação, comunique-se a Fazenda Pública Estadual acerca do débito. Int. Cumpra-se. Natividade, 10 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0004.4559-7/0 – AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Requerente: BUNGE FERTILIZANTES S/A  
Advogado: DR. IRAZON CARLOS AIRES JUNIOR – OAB/TO 2.426  
Requerido: ALMIRO DE FREYN  
Advogado: DR. EDEN KAIZER TONETO – OAB/TO 2.513-A

DESPACHO: “Compulsando os autos, verifica-se o descumprimento contratual por parte do executado. Desta forma, intime-se o (a) exequente para, no prazo de cinco (05) dias, requere o que de direito para o regular prosseguimento do feito. No silêncio, voltem-me os autos conclusos. Int. Natividade, 04 de novembro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2007.0005.6742-4/0 – AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE**

Requerente: OTACÍLIO TEODORO BELÉM E OUTRO  
Advogado: DR. NATAL AUGUSTO LEAL DA CUNHA – OAB/GO 3.095  
Requerido: VALDO PEREIRA FERNANDES  
Advogado: DR. WYLYKSON GOMES DE SOUSA – OAB/TO 2.838  
SENTENÇA: “(...) Isto posto e o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 158, parágrafo único do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o pedido de desistência formulado pelo autor e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VIII do Código de Processo Civil. Certifique-se a contadoria judicial acerca das custas processuais que serão suportadas pelo requerente. Os honorários advocatícios serão suportados por cada parte em favor de seu advogado. Após, archive-se com as formalidades de praxe. P.R.I.C. Natividade, 18 de janeiro de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0008.9649-1/0 – AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO**

Requerente: ADERCIDES DA CUNHA VASCONCELOS E OUTRO  
Advogado: DR. EDMAR TEIXEIRA DE PAULA JUNIOR – OAB/TO 2.043-A  
Requerido: BASA – BANCO DA AMAZÔNIA S/A  
Advogado: DR. MARCO AURÉLIO PAIVA OLIVEIRA – OAB/TO 638-A  
DEPACHO: “Nomeio como perito contábil o Sr. ANTONIEL PEREIRA PINTO, inscrito no CRC-13440/8. Intimem-se as partes para apresentar questionários e indicar assistentes técnicos, se ainda não o fizeram, e se assim preferirem. Após, intime o perito para a proposta de honorários. Dele ouça a parte que a requereu. Se acorde, ao depósito. Faculto o levantamento de 50% antes da confecção do laudo e a outra parte após a entrega, que não deve ser em prazo superior a 30 dias, contados da carga dos autos. A diligência será em data marcada pelo perito, cuja comunicação aos assistentes técnicos é de sua responsabilidade e comprovação nos autos. Defiro ainda, de plano, as diligências legais e pertinentes ao presente caso em que o perito entender necessárias, bastando a simples comunicação dele diretamente à fonte onde se encontrar o objeto do seu interesse. Encerrados os trabalhos periciais, conclusos. Palmas-TO, 22 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0000.6054-7/0 – AÇÃO ANULATÓRIA**

Requerente: ADEMIR LUIZ GUERRA E AZOR LUIZ GUERRA  
Advogados: DR. ADEMAR DE FIGUEIREDO – OAB/TO 65 E DRA. ANDREA ANDRADE VOGT – OAB/TO 1.544  
Requerido: ANTONIO CARLOS BAPTISTA E OUTROS  
Advogado: DR. ALESSANDRO DE PAULA CANEDO – OAB/TO 1.334-A  
DECISÃO: “Compulsando os presentes autos, verifica-se que nem todos os requeridos foram citados até a presente data, não formalizando a regularização processual por completo. Assim, certifique a Escrivania quais dos requeridos foram devidamente citados, bem como intimem-se os autores para que, no prazo de 48h providenciem o recolhimento das custas para expedições das cartas precatórias ora devolvidas sem o devido cumprimento, e demais atos para prosseguimento das diligências em epigrafe, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Em razão da relação processual não ter sido formalizada por completo, postergo a análise do pedido de fls. 324, para após a resposta de todos os requeridos. Apensem-se o presente feito aos autos de nº. 1460/04, nº. 1358/03, nº. 1152/03 e nº. 1037/03. Int. Cumpra-se. Natividade, 20 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0009.7245-7/0 – AÇÃO ANULATÓRIA**

Requerente: M. A. CAMELO E CIA LTDA  
Advogado: DR. IBANOR OLIVEIRA – OAB/TO 128-B  
Requerido: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
Procurador: DR. MARCELO MOTTA E SILVA CUNHA  
DEPACHO: “Nomeio como perito contábil o Sr. ANTONIEL PEREIRA PINTO, inscrito no CRC-13440/8. Intimem-se as partes para apresentar questionários e indicar assistentes técnicos, se ainda não o fizeram, e se assim preferirem. Após, intime o perito para a proposta de honorários. Dele ouça a parte que a requereu. Se acorde, ao depósito. Faculto o levantamento de 50% antes da confecção do laudo e a outra parte após a entrega, que não deve ser em prazo superior a 30 dias, contados da carga dos autos. A diligência será em data marcada pelo perito, cuja comunicação aos assistentes técnicos é de sua responsabilidade e comprovação nos autos. Defiro ainda, de plano, as diligências legais e pertinentes ao presente caso em que o perito entender necessárias, bastando a simples comunicação dele diretamente à fonte onde se encontrar o objeto do seu interesse. Encerrados os trabalhos periciais, conclusos. Palmas-TO, 22 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0009.7246-5 – AÇÃO ANULATÓRIA**

Requerente: M. A. CAMELO E CIA LTDA  
Advogado: DR. IBANOR OLIVEIRA – OAB/TO 128-B  
Requerido: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
Procurador: DR. MARCELO MOTTA E SILVA CUNHA  
DEPACHO: “Nomeio como perito contábil o Sr. ANTONIEL PEREIRA PINTO, inscrito no CRC-13440/8. Intimem-se as partes para apresentar questionários e indicar assistentes técnicos, se ainda não o fizeram, e se assim preferirem. Após, intime o perito para a proposta de honorários. Dele ouça a parte que a requereu. Se acorde, ao depósito. Faculto o levantamento de 50% antes da confecção do laudo e a outra parte após a entrega, que não deve ser em prazo superior a 30 dias, contados da carga dos autos. A diligência será em data marcada pelo perito, cuja comunicação aos assistentes técnicos é de sua responsabilidade e comprovação nos autos. Defiro ainda, de plano, as diligências legais e pertinentes ao presente caso em que o perito entender necessárias, bastando a simples comunicação dele diretamente à fonte onde se encontrar o objeto do seu interesse. Encerrados os trabalhos periciais, conclusos. Palmas-TO, 22 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0009.7244-9/0 – AÇÃO ANULATÓRIA**

Requerente: M. A. CAMELO E CIA LTDA  
Advogado: DR. IBANOR OLIVEIRA – OAB/TO 128-B  
Requerido: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
Procurador: DR. MARCELO MOTTA E SILVA CUNHA  
DEPACHO: “Nomeio como perito contábil o Sr. ANTONIEL PEREIRA PINTO, inscrito no CRC-13440/8. Intimem-se as partes para apresentar questionários e indicar assistentes técnicos, se ainda não o fizeram, e se assim preferirem. Após, intime o perito para a proposta de honorários. Dele ouça a parte que a requereu. Se acorde, ao depósito. Faculto o levantamento de 50% antes da confecção do laudo e a outra parte após a entrega, que não deve ser em prazo superior a 30 dias, contados da carga dos autos. A diligência será em data marcada pelo perito, cuja comunicação aos assistentes técnicos é de sua responsabilidade e comprovação nos autos. Defiro ainda, de plano, as diligências legais e pertinentes ao presente caso em que o perito entender necessárias, bastando a simples comunicação dele diretamente à fonte onde se encontrar o objeto do seu interesse. Encerrados os trabalhos periciais, conclusos. Palmas-TO, 22 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0009.7240-6/0 – AÇÃO ANULATÓRIA**

Requerente: M. A. CAMELO E CIA LTDA  
Advogado: DR. IBANOR OLIVEIRA – OAB/TO 128-B  
Requerido: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
Procurador: DR. MARCELO MOTTA E SILVA CUNHA  
DEPACHO: “Nomeio como perito contábil o Sr. ANTONIEL PEREIRA PINTO, inscrito no CRC-13440/8. Intimem-se as partes para apresentar questionários e indicar assistentes técnicos, se ainda não o fizeram, e se assim preferirem. Após, intime o perito para a proposta de honorários. Dele ouça a parte que a requereu. Se acorde, ao depósito. Faculto o levantamento de 50% antes da confecção do laudo e a outra parte após a entrega, que não deve ser em prazo superior a 30 dias, contados da carga dos autos. A diligência será em data marcada pelo perito, cuja comunicação aos assistentes técnicos é de sua responsabilidade e comprovação nos autos. Defiro ainda, de plano, as diligências legais e pertinentes ao presente caso em que o perito entender necessárias, bastando a simples comunicação dele diretamente à fonte onde se encontrar o objeto do seu interesse. Encerrados os trabalhos periciais, conclusos. Palmas-TO, 22 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0009.7242-2/0 – AÇÃO ANULATÓRIA**

Requerente: M. A. CAMELO E CIA LTDA  
Advogado: DR. IBANOR OLIVEIRA – OAB/TO 128-B  
Requerido: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
Procurador: DR. MARCELO MOTTA E SILVA CUNHA  
DEPACHO: “Nomeio como perito contábil o Sr. ANTONIEL PEREIRA PINTO, inscrito no CRC-13440/8. Intimem-se as partes para apresentar questionários e indicar assistentes técnicos, se ainda não o fizeram, e se assim preferirem. Após, intime o perito para a proposta de honorários. Dele ouça a parte que a requereu. Se acorde, ao depósito. Faculto o levantamento de 50% antes da confecção do laudo e a outra parte após a entrega, que não deve ser em prazo superior a 30 dias, contados da carga dos autos. A diligência será em data marcada pelo perito, cuja comunicação aos assistentes técnicos é de sua responsabilidade e comprovação nos autos. Defiro ainda, de plano, as diligências legais e pertinentes ao presente caso em que o perito entender necessárias, bastando a simples comunicação dele diretamente à fonte onde se encontrar o objeto do seu interesse. Encerrados os trabalhos periciais, conclusos. Palmas-TO, 22 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0009.7243-0/0 – AÇÃO ANULATÓRIA**

Requerente: M. A. CAMELO E CIA LTDA  
Advogado: DR. IBANOR OLIVEIRA – OAB/TO 128-B  
Requerido: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
Procurador: DR. MARCELO MOTTA E SILVA CUNHA  
DEPACHO: “Nomeio como perito contábil o Sr. ANTONIEL PEREIRA PINTO, inscrito no CRC-13440/8. Intimem-se as partes para apresentar questionários e indicar assistentes técnicos, se ainda não o fizeram, e se assim preferirem. Após, intime o perito para a proposta de honorários. Dele ouça a parte que a requereu. Se acorde, ao depósito. Faculto o levantamento de 50% antes da confecção do laudo e a outra parte após a entrega, que não deve ser em prazo superior a 30 dias, contados da carga dos autos. A diligência será em data marcada pelo perito, cuja comunicação aos assistentes técnicos é de sua responsabilidade e comprovação nos autos. Defiro ainda, de plano, as diligências legais e pertinentes ao presente caso em que o perito entender necessárias, bastando a simples comunicação dele diretamente à fonte onde se encontrar o objeto do seu interesse. Encerrados os trabalhos periciais, conclusos. Palmas-TO, 22 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0009.7241-4/0 – AÇÃO ANULATÓRIA**

Requerente: M. A. CAMELO E CIA LTDA  
Advogado: DR. IBANOR OLIVEIRA – OAB/TO 128-B  
Requerido: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
Procurador: DR. MARCELO MOTTA E SILVA CUNHA  
DEPACHO: “Nomeio como perito contábil o Sr. ANTONIEL PEREIRA PINTO, inscrito no CRC-13440/8. Intimem-se as partes para apresentar questionários e indicar assistentes técnicos, se ainda não o fizeram, e se assim preferirem. Após, intime o perito para a proposta de honorários. Dele ouça a parte que a requereu. Se acorde, ao depósito. Faculto o levantamento de 50% antes da confecção do laudo e a outra parte após a entrega, que não deve ser em prazo superior a 30 dias, contados da carga dos autos. A diligência será em data marcada pelo perito, cuja comunicação aos assistentes técnicos é de sua responsabilidade e comprovação nos autos. Defiro ainda, de plano, as diligências legais e pertinentes ao presente caso em que o perito entender necessárias, bastando a simples comunicação dele diretamente à fonte onde se encontrar o objeto do seu interesse. Encerrados os trabalhos periciais, conclusos. Palmas-TO, 22 de outubro de 2010. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto”.

**AUTOS: 2009.0000.6052-0/0 – AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**  
Requerente: CARLOS NUNES DA SILVA  
Advogado: DR. JAIR DE ALCÂNTARA PANIAGO – OAB/TO 102  
Requerido: CLAUDINEY HENRIQUE LEAL DA CUNHA E OUTRO  
Advogado: DR. NATAL AUGUSTO LEAL DA CUNHA – OAB/GO 3.095  
DESPACHO: “Intimem-se os autores por seu procurador, para, no prazo de 10 dias recolher os honorários de perito sob pena de não produção da prova e julgamento do processo no estado em que se encontra. Havendo atendimento, intime-se o perito para cumprimento de seu mister, considerando os termos da petição de folha 273. Defiro o levantamento de 50% dos honorários. O restante será entregue quando da apresentação do laudo o que deverá se dar no prazo de 45 dias. O perito deverá informar o Juízo com ao menos vinte dias de antecedência a data do início dos trabalhos a fim de que as partes sejam intimadas, por seus advogados, para acompanhamento, caso queiram. Após apresentado o laudo, intimem-se as partes para, querendo e no prazo legal, manifestarem. Defiro o pedido de fls. 279. Oficie-se, conferindo o prazo de cumprimento em 15 dias. De Palmas (TO) para Natividade (TO), em 24 de novembro de 2010. (ass.) Esmar Custódio Vêncio Filho. Juiz de Direito”.

**NOVO ACORDO**  
**Vara Cível**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 012/2011.**

01. REFERÊNCIA:  
**AUTOS Nº 2009.0012.9376-6**  
NATUREZA DA AÇÃO: Concessão de Auxílio  
REQUERENTE: ACLEZIA PEREIRA SILVA  
ADVOGADO(A): Dra. Annette Diane Riveros Lima – OAB/TO 3066  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS  
INTIMAÇÃO: Venho por meio do presente INTIMAR as partes do seguinte Despacho Judicial exarado à fl. 30 dos autos: “Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de março de 2011, às 10:30 horas. Intime-se: a autora (via Oficial de Justiça), o advogado da autora (via Diário da Justiça), e o requerido (via Oficial de Justiça). Novo Acordo, 10 de janeiro de 2011. José Ribamar Mendes Júnior – Juiz de Direito em substituição automática.”.

02. REFERÊNCIA:  
**AUTOS Nº 2009.0010.9396-1**  
NATUREZA DA AÇÃO: Concessão de Auxílio  
REQUERENTE: ISABEL JAKELINE MENDES DA SILVA  
ADVOGADO(A): Dr. Marcio Augusto Malagoli – OAB/TO 3685-B  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS  
INTIMAÇÃO: Venho por meio do presente INTIMAR as partes do seguinte Despacho Judicial exarado à fl. 29 dos autos: “Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de março de 2011, às 14:30 horas. Intime-se: a autora (via Oficial de Justiça), o advogado da autora (via Diário da Justiça), e o requerido (via Oficial de Justiça). Novo Acordo, 10 de janeiro de 2011. José Ribamar Mendes Júnior – Juiz de Direito em substituição automática.”.

03. REFERÊNCIA:  
**AUTOS Nº 2009.0010.9397-0**  
NATUREZA DA AÇÃO: Pensão por Morte  
REQUERENTE: DEOCLIDES PEREIRA PINTO  
ADVOGADO(A): Dr. Marcio Augusto Malagoli – OAB/TO 3685-B  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS  
INTIMAÇÃO: Venho por meio do presente INTIMAR as partes do seguinte Despacho Judicial exarado à fl. 43 dos autos: “Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de março de 2011, às 09:00 horas. Intime-se: a autora (via Oficial de Justiça), o advogado da autora (via Diário da Justiça), e o requerido (via Oficial de Justiça). Novo Acordo, 10 de janeiro de 2011. José Ribamar Mendes Júnior – Juiz de Direito em substituição automática.”.

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**  
**BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 011/2011.**

01. REFERÊNCIA:  
**AUTOS Nº 2009.0010.5770-1**  
NATUREZA DA AÇÃO: Concessão de Auxílio  
REQUERENTE: ADÉLIA PEREIRA DE SOUZA  
ADVOGADO(A): Dr. Pedro Lustosa do Amaral Hidasi – OAB/GO 29479  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS  
INTIMAÇÃO: Venho por meio do presente INTIMAR as partes do seguinte Despacho Judicial exarado à fl. 28 dos autos: “Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de março de 2011, às 09:30 horas. Intime-se: a autora (via Oficial de Justiça), o advogado da autora (via Diário da Justiça), e o requerido (via Oficial de Justiça). Novo Acordo, 10 de janeiro de 2011. José Ribamar Mendes Júnior – Juiz de Direito em substituição automática.”.

02. REFERÊNCIA:  
**AUTOS Nº 2009.0010.5150-9**  
NATUREZA DA AÇÃO: Concessão de Auxílio  
REQUERENTE: LUCIVÂNIA LOPES DA CRUZ  
ADVOGADO(A): Dr. Pedro Lustosa do Amaral Hidasi – OAB/GO 29479  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS  
INTIMAÇÃO: Venho por meio do presente INTIMAR as partes do seguinte Despacho Judicial exarado à fl. 25 dos autos: “Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de março de 2011, às 10:00 horas. Intime-se: a autora (via Oficial de Justiça), o advogado da autora (via Diário da Justiça), e o requerido (via Oficial de Justiça). Novo Acordo, 10 de janeiro de 2011. José Ribamar Mendes Júnior – Juiz de Direito em substituição automática.”.

03. REFERÊNCIA:  
**AUTOS Nº 2009.0010.5771-0**  
NATUREZA DA AÇÃO: Concessão de Auxílio  
REQUERENTE: ELVANICE MENDES DA SILVA

ADVOGADO(A): Dr. Pedro Lustosa do Amaral Hidasi – OAB/GO 29479  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS  
INTIMAÇÃO: Venho por meio do presente INTIMAR as partes do seguinte Despacho Judicial exarado à fl. 37 dos autos: “Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de março de 2011, às 10:30 horas. Intime-se: a autora (via Oficial de Justiça), o advogado da autora (via Diário da Justiça), e o requerido (via Oficial de Justiça). Novo Acordo, 10 de janeiro de 2011. José Ribamar Mendes Júnior – Juiz de Direito em substituição automática.”.

04. REFERÊNCIA:  
**AUTOS Nº 2009.0010.5148-7**  
NATUREZA DA AÇÃO: Concessão de Auxílio  
REQUERENTE: ADRIANA PACHECO LOPES  
ADVOGADO(A): Dr. Pedro Lustosa do Amaral Hidasi – OAB/GO 29479  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS  
INTIMAÇÃO: Venho por meio do presente INTIMAR as partes do seguinte Despacho Judicial exarado à fl. 24 dos autos: “Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de março de 2011, às 14:00 horas. Intime-se: a autora (via Oficial de Justiça), o advogado da autora (via Diário da Justiça), e o requerido (via Oficial de Justiça). Novo Acordo, 10 de janeiro de 2011. José Ribamar Mendes Júnior – Juiz de Direito em substituição automática.”.

**PALMAS**  
**3ª Vara Cível**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

FICAM AS PARTES, ABAIXO IDENTIFICADAS, INTIMADAS PARA O QUE ADIANTE SE VÊ, TUDO NOS TERMOS DO ARTIGO 236 DO CPC:

**01. AUTOS: 3172/2003 – ANULAÇÃO DE CONTRATO**  
Requerente: Clavel Comercio de Veículos Ltda.  
Advogado(a): Dr. Glauton Almeida Rolim OAB/TO 3275 e Dr. Ataul Correa Guimarães OAB/TO 1235  
Requerido: João José de Sousa Filho  
Advogado(a): Dr. Vicente Anísio de Souza Maia Gonçalves OAB/RO 943  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**02. AUTOS: 2010.0009.0176-6 – DECLARATÓRIA**  
Requerente: Jucilene Ribeiro Ferreira  
Advogado(a): Dr. Marcelo Soares Oliveira OAB/TO 1694  
Requerido: BV Financeira S/A  
Advogado(a): Dr. Marcos André Cordeiro dos Santos OAB/TO 3627  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**03. AUTOS: 2010.0002.0257-4 – INDENIZAÇÃO**  
Requerente: Ivon Ferreira de Almeida  
Advogado(a): Dr. Jocélio Nobre da Silva OAB/TO 3766  
Requerido: Wanderlei Matias Moura e outros  
Advogado(a): não constituído  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, comparecer em audiência de Conciliação no dia 09 de fevereiro de 2011 às 14 horas e manifestar sobre a certidão do oficial de justiça de fls. 97.

**04. AUTOS: 2011.0000.0620-0 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**  
Requerente: Petrobrás Distribuidora S/A  
Advogado(a): Dr. André Ricardo Tanganelli  
Requerido: Petromax Comércio de Petróleo Ltda. e outros  
Advogado(a): não constituído  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça para cumprimento do mandado.

**05. AUTOS: 2010.0010.1086-5 – DECLARATÓRIA**  
Requerente: Vildon Alves dos Reis  
Advogado(a): Dr. Samuel Lima Lins OAB/DF 19589 e Dr. Elton Tomaz de Magalhães OAB/TO 4405  
Requerido: Serasa – Centralização de Serviços Bancários S/A  
Advogado(a): Dra. Miriam Perón Pereira Curiati OAB/SP 104.430  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**06. AUTOS: 2010.0008.1300-0 – DECLARATÓRIA**  
Requerente: Francisco Edmar Matias Castro  
Advogado(a): Dr. Samuel Lima Lins OAB/DF 19589 e Dr. Elton Tomaz de Magalhães OAB/TO 4405  
Requerido: Serasa – Centralização de Serviços Bancários S/A  
Advogado(a): Dra. Miriam Perón Pereira Curiati OAB/SP 104.430  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**07. AUTOS: 2010.0010.1986-2 – CAUTELAR**  
Requerente: Jorge Moraes Camargo  
Advogado(a): Dr. Carlos Antônio do Nascimento OAB/TO 1555  
Requerido: Araguaia Administradora de Consórcio Ltda.  
Advogado(a): Dra. Karlla Pinto Rodrigues dos Santos OAB/TO 2981  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**08. AUTOS: 2010.0006.2263-8 – REVISÃO**  
Requerente: Evanuel Silva Andrade  
Advogado(a): Dr. Fábio Barbosa Chaves OAB/TO 1987 e Dr. Leandro Wanderley Coelho OAB/TO 4276  
Requerido: Banco BMG S/A  
Advogado(a): Dr. Fábio de Castro Souza OAB/TO 2868  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre as contestações apresentadas e documentos.

**09. AUTOS: 2010.0009.2339-5 – DECLARATÓRIA**  
Requerente: Antônio José de Novaes  
Advogado(a): Dr. Samuel Lima Lins OAB/DF 19589 e Dr. Elton Tomaz de Magalhães OAB/TO 4405  
Requerido: Serasa – Centralização de Serviços Bancários S/A  
Advogado(a): Dra. Miriam Perón Pereira Curiati OAB/SP 104.430  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**10. AUTOS: 2010.0003.2381-9 – CAUTELAR**  
Requerente: Diocese Anglicana de Brasília  
Advogado(a): Dr. Alonso de Souza Pinheiro OAB/TO 80  
Requerido: Sebastião Alves da Silva  
Advogado(a): Dra. Almerinda Maria Skeff OAB/TO 3578  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**11. AUTOS: 2010.0006.2545-9 – CAUTELAR**  
Requerente: Sousa e Moreira Ltda.  
Advogado(a): Dr. Rogério Beirigo de Souza OAB/TO 1545  
Requerido: Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A  
Advogado(a): Dr. Anderson de Souza Bezerra OAB/TO 1985  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**12. AUTOS: 2010.0011.3033-0 – DECLARATÓRIA**  
Requerente: Raimundo Augusto Delgado Júnior  
Advogado(a): Dra. Camila Moreira Portilho OAB/TO 4254  
Requerido: Brasil Telecom Celular S/A  
Advogado(a): Dr. Josué Pereira de Amorim OAB/TO 790  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**13. AUTOS: 2010.0010.3273-7 – RESCISÃO CONTRATUAL**  
Requerente: Bernadete Teresinha Segala  
Advogado(a): Dr. Francisco José Sousa Borges OAB/TO 413  
Requerido: Ângelo da Silva Guimarães  
Advogado(a): Defensor Público  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**14. AUTOS: 2006.0003.3473-1 – IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA**  
Requerente: Tocantins Auto Ltda.  
Advogado(a): Dr. Paulo Roberto Freitas de Oliveira OAB/PA 3772  
Requerido: Manoel Pereira da Silva  
Advogado(a): Dr. Francisco José Sousa Borges OAB/TO 413  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**15. AUTOS: 2008.0010.3575-0 – INDENIZAÇÃO**  
Requerente: Adilson José da Silveira  
Advogado(a): Dr. Gustavo Ignácio Freire Siqueira OAB/TO 3090  
Requerido: Semp Toshiba Informática Ltda. e Multibrás S/A  
Advogado(a): Dr. Jésus Fernandes da Fonseca OAB/TO 2112-B  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**16. AUTOS: 2007.0004.4014-9 – CAUTELAR**  
Requerente: Heliney Nunes Resende  
Advogado(a): Dr. Renan de Arimatéia Pereira OAB/GO 2840  
Requerido: Banco do Bradesco S/A  
Advogado(a): Dr. Francisco O. Thompson Flores OAB/DF 17.122  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**17. AUTOS: 2010.0009.4573-9 – INDENIZAÇÃO**  
Requerente: Tocantins Transporte e Turismo Ltda.  
Advogado(a): Dr. Silson Pereira Amorim OAB/TO 635 e Dr. Christian Zini Amorim OAB/TO 2404  
Requerido: Brasil Telecom S/A  
Advogado(a): Dr. Josué Pereira de Amorim OAB/TO 790  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**18. AUTOS: 2010.0001.4595-3 – INDENIZAÇÃO**  
Requerente: Gildene Soares Carvalho  
Advogado(a): Dr. Francisco José Sousa Borges OAB/TO 413  
Requerido: Carlos Filho Lima de Andrade e outro  
Advogado(a): Dr. Humberto Soares de Paula OAB/TO 2755  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**19. AUTOS: 2010.0008.4603-0 – DESPEJO**  
Requerente: Maria de Fátima Vieira Reis  
Advogado(a): Dr. Willians Alencar Coelho OAB/TO 2359  
Requerido: Requite Comércio de Móveis Planejados Ltda.  
Advogado(a): Dr. Marcelo Cláudio Gomes OAB/TO 955  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**20. AUTOS: 2009.0011.7406-6 – BUSCA E APREENSÃO**  
Requerente: BV Financeira S/A  
Advogado(a): Dr. Paulo Henrique Ferreira OAB/TO 4626-A  
Requerido: Ivan Gonçalves de Moraes  
Advogado(a): Defensor Público  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**21. AUTOS: 2010.0006.8689-0- OBRIGAÇÃO DE FAZER**  
Requerente: José Emílio Tomain  
Advogado(a): Dr. Virgílio Ricardo Coelho Meirelles OAB/TO 4017-A  
Requerido: Banco Itaú S/A  
Advogado(a): Dra. Simony Vieira de Oliveira OAB/TO 4093 e Dra. Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**22. AUTOS: 2010.0001.8693-5 – INDENIZAÇÃO**  
Requerente: Jane Pereira Barreira  
Advogado(a): Dr. Arthur Teruo Arakaki OAB/TO 3054  
Requerido: CDL – Palmas  
Advogado(a): Dra. Camila Moreira Portilho OAB/TO 4254-B  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**23. AUTOS: 2010.0006.8759-4 – OBRIGAÇÃO DE FAZER**  
Requerente: Jennyfer de Cássia Lima Figueiredo  
Advogado(a): Dra. Mônica Torres Coelho OAB/TO 4384  
Requerido: Unimed Federação do Centro-Oeste e Tocantins  
Advogado(a): Dra. Isabela Silveira da Costa OAB/RJ 29.185  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**24. AUTOS: 2010.0005.8823-5 - INDENIZAÇÃO**  
Requerente: Fernando Bendito Bezerra Fernandes e outro  
Advogado(a): Dr. Leandro Jéferson Cabral de Mello OAB/TO 3683  
Requerido: Expresso Miracema Ltda.  
Advogado(a): Dr. Jonas Salviano da Costa Júnior OAB/TO 4300  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**25. AUTOS: 2010.0006.8900-7 – COMINATÓRIA**  
Requerente: Tiago Arruda Ferreira  
Advogado(a): Dra. Pâmela da Rocha Pires OAB/TO 3941  
Requerido: Egly Lucena Santos  
Advogado(a): Dr. Alessandro Roges Pereira OAB/TO 2326  
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar sobre a contestação apresentada e documentos.

**26. AUTOS: 2322/2001 – DECLARATÓRIA**  
Requerente: Joaquim César Schaidt Knewitz  
Advogado(a): Dr. Júlio Solimar Rosa Cavalcanti OAB/TO 209 e Dr. Fábio Wazilewski OAB/TO 2000  
Requerido: Banco do Brasil S/A  
Advogado(a): Dr. Hélio Brasileiro Filho OAB/TO 1283 e Dr. Ciro Estrela Neto OAB/TO 1086  
INTIMAÇÃO: DECISÃO: (...) Ora, não há qualquer omissão no que diz respeito ao valor cobrado indevidamente ao autor. O laudo pericial apresentado nos Autos foi claro quanto ao valor pago a maior pelo autor, qual seja R\$2.208,11 (dois mil duzentos e oito reais e onze centavos. (fl. 326 dos Autos). Concluiu a perícia que o valor acima mencionado, cobrado a mais ao requerente, devidamente atualizado e corrigido importa na quantia de R\$5.598,24 (cinco mil quinhentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) (fl. 331 dos Autos). Assim, o dobro da quantia paga indevidamente pelo autor, atualizada e corrigida, ou seja, o dobro do valor de R\$5.598,24 (cinco mil quinhentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) perfaz a importância de R\$11.196,48 (onze mil cento e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), o qual foi exatamente o valor da condenação atribuído na sentença prolatada. (...) Nesse contexto, para aplicação da repetição da quantia em dobro em favor do consumidor é essencial que tal valor indevidamente cobrado também tenha sido pago de maneira indevida. A esse respeito, Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin destaca que, no CDC, "usa-se aqui o verbo cobrar, enquanto o CC refere-se a demandar. Por conseguinte, a sanção, no caso da lei especial, aplica-se sempre que o fornecedor (direta ou indiretamente) cobrar e receber, extrajudicialmente, quantia indevida". Pelo exposto, conheço dos embargos para negar-lhes provimento, mantendo incólume a sentença exarada às fls. 349/362 dos Autos. P.R.I. Palmas, 26 de janeiro de 2011. Pedro Nelson de Miranda Coutinho - Juiz de Direito.

**27. AUTOS: 2009.0009.0154-1 – REVISIONAL**  
Requerente: Requite Comércio de Móveis Planejados Ltda.  
Advogado(a): Dr. Francisco Antônio de Lima OAB/TO 4182-B  
Requerido: Maria de Fátima Vieira Reis  
Advogado(a): Dr. Willians Alencar Coelho OAB/TO 2359  
INTIMAÇÃO: DESPACHO: (...) intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao pagamento da complementação das custas, conforme definido pela Contadoria Judicial. (...)

**28. AUTOS: 2010.0002.0253-1 – OBRIGAÇÃO DE FAZER**  
Requerente: Givaldo Gomes de Lima - ME  
Advogado(a): Dr. Roberto Lacerda Correia OAB/TO 2291  
Requerido: Iveco Capita – Banco Fidis S/A  
Advogado(a): Dr. Hamilton de Paula Bernardo OAB/TO 94.994  
INTIMAÇÃO: DECISÃO: (...) Assim, com fundamento no artigo 273 do Código de Processo Civil, concedo antecipação dos efeitos da tutela para determinar à requerida que proceda, no prazo de 05 (cinco) dias, a retirada do nome da autora do cadastro de proteção ao crédito mantido pela SERASA ou qualquer outro ou, caso não tenha efetivado o lançamento, que se abstenha de fazê-lo, tudo sob pena de pagamento de multa diária no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de descumprimento da presente decisão, por dia de descumprimento da presente decisão, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que serão executáveis, uma vez descumprida a liminar, após o julgamento definitivo da presente ação e desde que a mesma seja julgada procedente. Intime-se a autora para, no prazo de 10 (dez) dias, impugnar a contestação e manifestar acerca dos documentos juntados aos autos. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 21 de janeiro de 2011. Pedro Nelson de Miranda Coutinho - Juiz de Direito.



29. AUTOS: 2008.0011.0742-5 – CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Requerente: Eliane Severo Pereira  
Advogado(a): Defensor Público  
Requerido: Banco Pine S/A  
Advogado(a): Dr. Marcos de Rezende Andrade Júnior OAB/SP 188.846 e Dr. Mauro José Ribas OAB/TO 753-B  
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Defiro o pedido de fl. 137. Intime-se o demandado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, restitua à demandante os valores que foram descontados em folha de pagamento após o depósito judicial, sob pena de pagamento de multa diária no importe de R\$500,00 (quinhentos reais), que serão executáveis, uma vez descumprida a presente determinação, após o julgamento definitivo desta ação de conhecimento. (...)

30. AUTOS: 2008.0004.3685-9 - INDENIZAÇÃO

Requerente: José Liberato Costa Póvoa  
Advogado(a): Dr. José Átila de Sousa Póvoa OAB/TO 1590  
Requerido: Clênio da Rocha Brito e outros  
Advogado(a): Dr. Raimundo Fidelis Oliveira Barros OAB/TO 2274  
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência com os fatos a serem demonstrados. (...)Palmas, 25 de janeiro de 2011. Pedro Nelson de Miranda Coutinho - Juiz de Direito.

31. AUTOS: 2010.0007.3793-1 – DECLARATÓRIA

Requerente: Autelina Ferreira de Souza  
Advogado(a): Dr. Edson Feliciano da Silva OAB/TO 633  
Requerido: João Ferreira de Santana  
Advogado(a): Defensor Público  
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Concedo os benefícios da assistência judiciária, salvo impugnação procedente. Recebo a reconvenção. Proceda-se às anotações de estilo, especialmente na capa dos autos. Cite-se a autora/reconvinda, na pessoa de procurador (CPC, art. 316), para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contestação, sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo reconvinte/réu. Cumpra-se. Palmas, 18 de janeiro de 2011. Pedro Nelson de Miranda Coutinho - Juiz de Direito.

32. AUTOS: 2009.0009.7839-0 – BUSCA E APREENSÃO

Requerente: Banco Itaú S/A  
Advogado(a): Dra. Simony Vieira de Oliveira OAB/TO 4093 e Dra. Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4311  
Requerido: José Emílio Tomain  
Advogado(a): Dr. Virgílio Ricardo Coelho Meirelles OAB/TO 4017-A  
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante o exposto, homologo o acordo acima mencionado, com força de sentença, para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos. De consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 269, III, CPC. Custas pelo demandado. Honorários pelas partes. Junte-se cópia do presente acordo aos autos de n.º 2010.0006.8689-0 e, após, façam-me conclusos para sentença. Expeça-se ofício ao DETRAN/TO, visando a imediata baixa da restrição judicial constante sobre o veículo objeto da lide. P.R.I. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se com anotações de praxe. Defiro o desentranhamento de documentos que forem requeridos mediante substituição por cópia e recibo nos autos. Palmas, 29 de setembro de 2010. Pedro Nelson de Miranda Coutinho – Juiz de Direito.

33. AUTOS: 2009.0010.8820-8 – IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

Requerente: Maria de Fátima Vieira Reis  
Advogado(a): Dr. Willians Alencar Coelho OAB/TO 2359  
Requerido: Requite Comércio de Móveis Planejados Ltda.  
Advogado(a): Dr. Francisco Antônio de Lima OAB/TO 4182-B  
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante o exposto, julgo procedente a impugnação para decretar a correção do valor da causa para R\$29.089,92 (vinte e nove mil e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos), devendo se proceder a remessa dos autos à contadoria para o cálculo das custas de acordo com o valor da causa acima mencionado. Condono o impugnado ao pagamento das custas (CPC, art. 20, § 1º). Honorários indevidos (RSTJ 26/425, RT 478/196). Intime-se a empresa impugnada a proceder ao pagamento da complementação das custas dos autos em apenso, conforme definido pela contadoria judicial. P. R. I. Palmas, 24 de agosto de 2010. Pedro Nelson de Miranda Coutinho - Juiz de Direito.

2ª Vara Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS (JUSTIÇA GRATUITA)

O Senhor Francisco de Assis Gomes Coelho, Meritíssimo Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, na forma da lei. Determina a intimação dos sentenciados: OSEAIS SANTOS CARDOSO, brasileiro, casado, pintor, nascido aos 14.08.1970, natural de Arixá/TO, filho de Félix Cardoso da Silva e de Osmarina Santos Cardoso; WELISSON RODRIGUES NOGUEIRA, brasileiro, solteiro, ajudante, nascido aos 03.05.1987, natural de Colinas/TO, filho de Rosilda Rodrigues, a fim de tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida nos autos nº 2006.0006.0522-0, em curso na 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas, cujo resumo segue adiante: (...) "Ante o exposto julgo procedente - em parte - o pedido contido na denúncia de fls. 02/03 e, por conseguinte, condeno WELISSON RODRIGUES NOGUEIRA nas sanções do artigo 155, § 4º, inciso I e IV do Código Penal, e absolvo OSEÍAS SANTOS CARDOSO da pretensão punitiva estatal especificada na denúncia de fls. 02/03. Outrossim, por força do veredito condenatório imposto a WELISSON RODRIGUES NOGUEIRA, e valendo-me dos mandamentos insculpidos no artigo 59, do Código Penal Brasileiro, passo a dosar as reprimendas da seguinte forma: (...)Cujas sanções ora dosadas, por não existir qualquer outra causa de aumento ou de redução de pena, tornam-se definitivamente estabelecidas (neste primeiro grau de jurisdição) em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, e 30 (trinta) dias-multa, por achá-las necessárias e suficientes à reprovação e prevenção do injusto. O valor do dia-multa, face à fragilidade financeira agregada ao obrigado, fica arbitrado no limite mínimo preceituado pelo artigo 49, § 1º, do C.P.B., mas com a incidência da imperativa atualização monetária, em respeito aos ditames insertos no § 2º, de igual dispositivo. Para o cumprimento da pena privativa de liberdade estabeleço o regime semi-aberto. Assim procedo com base nos preceitos do artigo 33, § 2º, letra "b", do Código Penal, por ser o sentenciado reincidente no mesmo crime (fl.55), cujo cumprimento dar-se-á em local a ser definido pelo juízo da execução penal. Deixo de substituir a pena

privativa de liberdade por pena restritiva de direito, por não se apresentarem satisfeitas as exigências do artigo 44, do CPB, e especialmente por subsistir a reincidência específica prevista no parágrafo 3º (segunda parte), desse artigo. Igualmente, tendo-se em vista a quantidade da pena aplicada e o regime fixado para o inicial cumprimento, concedo ao sentenciado o direito de apelar em liberdade. Pertinente aos direitos políticos do sentenciado, os mesmos - após o trânsito em julgado desta sentença - ficarão suspensos durante o tempo de cumprimento da reprimenda privativa de liberdade imposta-lhe, nos termos do artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. Sem custas, haja vista que a representação judicial do sentenciado deu-se por intermédio de Defensora Pública. Após o trânsito em julgado, ouça-se o Ministério Público acerca da ocorrência ou não da prescrição da pretensão executória, haja vista o disposto nos artigos 110, § 1º, e 115, ambos do Código Penal. Publique-se, registre e intimem-se. Palmas - TO, 26 de novembro de 2010. Francisco de Assis Gomes Coelho juiz de direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS (JUSTIÇA GRATUITA)

O Senhor Francisco de Assis Gomes Coelho, Meritíssimo Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, na forma da lei. Determina a intimação do Senhor: ZAQUEU ABREU CALDEIRA, brasileiro, casado, nascido aos 18.02.1970, natural de Tocantinia/TO, filho de Eduardo Caldeira de Sales e de Julia Abreu Caldeira, a fim de que tome conhecimento da SENTENÇA proferida nos autos nº 2006.0009.0778-2, em curso na 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas, cujo resumo segue adiante: (...) "Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido deduzido na denúncia, para condenar ZAQUEU ABREU CALDEIRA como incurso nas tenazes do art. 50, I c/c parágrafo único, I e II da Lei nº. 6.766/1979, absolvendo-o, contudo da imputação de estelionato (CP, art. 171) e declarando extinta a punibilidade com relação à conduta delituitosa prevista no art. 60 da Lei nº. 9.605/1998. (...) PENA DEFINITIVA: fica, assim, estabelecida a pena definitiva em 2 (dois) anos e três meses de reclusão e 110 (cento e dez) dias-multa, cada dia-multa equivalente ao valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto no art. 60 do Código Penal, e calculada a quantidade de dias-multa proporcionalmente à da pena privativa de liberdade aplicada. REGIME INICIAL E LOCAL DE CUMPRIMENTO DA PENA: considerando a quantidade de pena privativa de liberdade aplicada, na modalidade reclusão, determino que a sanção seja cumprida inicialmente em regime aberto, no local a ser definido pelo juízo da execução. SUBSTITUIÇÃO DA PENA: substituto a pena privativa de liberdade aplicada por uma restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, a ser estabelecida pelo juízo das execuções penais (CP, arts. 44 e 46). RECURSO: na medida em que fixado o regime prisional aberto, tendo, ainda, ficado solto durante toda a instrução processual, deverá o acusado aguardar o resultado de eventual recurso em liberdade, sendo que, após o trânsito em julgado para a acusação, deverá ser expedida guia de execução provisória. DIREITOS POLÍTICOS: os direitos políticos do acusado ficarão suspensos, enquanto durarem os efeitos da condenação (Constituição Federal, art. 15, inciso III). CUSTAS PROCESSUAIS: condono o réu ao pagamento das custas processuais. Eventual isenção será decidida na fase da execução (...). DISPOSIÇÕES FINAIS: após o trânsito em julgado desta sentença (respeitadas as alterações decorrentes de eventual recurso): lance-se o nome do acusado no rol dos culpados; extraiam-se as guias de execução penal e de recolhimento das custas, a serem encaminhadas à 4ª Vara Criminal desta comarca; encaminhem-se os autos à Contadoria, para cálculo da multa, intimando-se em seguida o acusado para recolher o valor respectivo; comunique-se à Justiça Eleitoral; procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento n.º 036/02-CGJUS e no art. 3º, da Lei nº 11.971/09. Se o acusado não recolher a multa, após intimado para tanto, cumpra-se o que prevê o item 2.2.7 do Manual Prático de Rotinas das Varas Criminais e de Execução Penal, do Conselho Nacional de Justiça. Registre-se. Intimem-se. Palmas, 29 de novembro de 2010. JOÃO ALBERTO MENDES BEZERRA JÚNIOR Juiz substituto

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS (JUSTIÇA GRATUITA)

O Senhor Francisco de Assis Gomes Coelho, Meritíssimo Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, na forma da lei. Determina a intimação do Senhor: VALDETE FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido aos 10.09.1987, natural de Porto Nacional/TO, filho de Darci Ferreira dos Santos, a fim de que tome conhecimento da SENTENÇA proferida nos autos nº 2006.0002.3863-5, em curso na 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas, cujo resumo segue adiante: (...) "Por último, face à inexistência de qualquer outra causa de aumento ou de redução de pena, as sanções impingidas ao sentenciado ficam dosadas - em definitivo (neste primeiro grau de jurisdição), em 02 (dois) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, por achá-las necessárias e suficientes à reprovação e prevenção do injusto. O valor do dia-multa, face à fragilidade financeira agregada ao obrigado, fica arbitrado no limite mínimo preceituado pelo artigo 49, § 1º, do C.P.B., mas com a incidência da imperativa atualização monetária, em respeito aos ditames insertos no § 2º, de igual dispositivo. Para o cumprimento da pena privativa de liberdade estabeleço o regime aberto; assim procedo com base nos preceitos do artigo 33, § 2º, letra "c", do Código Penal, e por não ser o sentenciado reincidente; cujo cumprimento dar-se-á em local a ser definido pelo juízo da execução penal. De outra banda, por entender presentes os requisitos do artigo 44 - e incisos - do Código Criminal, substituo, com base no parágrafo segundo - parte final - desse dispositivo, a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos, as quais, consoante previsão dos art. 46 e 48 e §§ insculpidos no Código Penal, são: prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana, com duração à da pena substituída, consoante artigo 55 do Diploma Criminal, ressalvando ao condenado a faculdade disposta no § 4º, do artigo 46, desse Estatuto. Igualmente, tendo-se em vista a quantidade da pena aplicada, o regime fixado para inicial cumprimento e, especialmente, a substituição da pena privativa de liberdade, concedo ao sentenciado o direito de apelar em liberdade. Pertinente aos seus direitos políticos, os mesmos ficarão suspensos durante o tempo de cumprimento da reprimenda imposta-lhe, nos termos do artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. Após a transformação desta sentença em coisa julgada material, lance o nome do condenado no rol dos culpados. Sem custas, haja vista que a representação judicial do sentenciado deu-se por intermédio de Defensor Público. Após o trânsito em julgado, ouça-se o Ministério Público acerca da ocorrência ou não da prescrição da pretensão executória, haja vista o disposto nos artigos 110, § 1º, e 115, ambos do Código Penal. Publique-se, registre e intimem-se. Palmas - TO, 12.11.2010. Francisco de Assis Gomes Coelho juiz de direito". Para o conhecimento de todos é passado o presente edital que será publicado no Diário da Justiça e cuja 2ª via ficará afixada no placar do Fórum de Palmas, localizado na Av. Teotônio Segurado – Paço Municipal. Palmas/TO, 31 de janeiro de 2011. Eu \_\_\_\_ Maria das Dores, Escrivã Judicial da 2ª Vara Criminal, subscrevo o presente

**EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS (JUSTIÇA GRATUITA)**

O Senhor Francisco de Assis Gomes Coelho, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, na forma da lei. Determina a inti-mação da sentenciada RÚBIA MARIA RABELO, brasileira, solteira, nascida aos 19.05.1987, natural de São Luis/MA, filho de Marlene Firmina Rabelo, a fim de que tome conhecimento da SENTENÇA proferida nos autos nº 2007.0004.4153-6, em curso na 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas, cujo resumo segue adiante (...)Diante do exposto, e em consonância com a manifestação do Ministério Público, declaro extinto o processo sem resolução de mérito, à falta de interesse-utilidade, o que faço com esteio no art. 267, VI do Código de Processo Civil, admitida a sua aplicação à vertente hipóte-se, por força do disposto no art. 3º do Código de Processo Penal. Registre-se. Intimem-se. Transitada esta sentença em julgado sem qualquer modifi-cação, procedam-se às comunicações previstas no item 7.16.1 do Provimento nº 036/2002-CGJUS e no art. 3º da Lei nº 11.971/2009 e, em seguida, arquivem-se os autos. Palmas, 16 de novembro de 2010. JOÃO ALBERTO MENDES BEZERRA JÚNIOR Juiz substituto.

**3ª Vara Criminal**

**BOLETIM DE INTIMAÇÃO ÀS PARTES N.º 11/2010**

Ficam as partes abaixo identificadas, através de seus procuradores, intimadas dos atos que seguem.  
**1. Autos n.º : Ação Penal n.º 2009.0000.1087-6/0**  
Acusado : Pedro Costa Rodrigues e Gilberto Costa Alves  
Tipificação : Art. 250, caput, do CP  
Advogado : Dr. Ruberval Soares Costa, OAB-TO 931  
Intimação: Para, no prazo legal, manifestar sobre a não localização da testemunha Conceição de Souza Oliveira.

**4ª Vara Criminal**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

**Autos: 2011.0000.1322-2**  
**LIBERDADE PROVISORIA**  
Requerente: I.P.R.  
Advogado (Requerente): Mauricio Kraemer Ughini, inscrito na OAB/TO n.º 3956-B.  
INTIMAÇÃO/ADVOGADO: “(...) Posto isto, e o mais que deste feito consta, face as considerações suso expendidas, acolhendo o r. parecer ministerial retro, hei por bem em deferir a liberdade provisória do acusado IRANILDO PEREIRA RODRIGUES, que outrora também se fez passar por ANTÔNIO NETO RODRIGUES DA SILVA, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, devendo para tanto, manter o seu endereço sempre atualizado, não mudar de residência, nem se ausentar desta cidade por mais de 08 (oito) dias sem prévia comunicação a este Juízo (CPP, art. 328), e bem assim não descumprir as MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIAS decretadas em seu desfavor (apud, decisão de fls. 21 a 24 dos autos incidentais n.º 2011.0000.1280-3/0, cuja cópia segue a esta anexada) sob pena de revogação da medida, o que o faço com supedâneo no art. 310 e seu parágrafo único do Código de Ritos Penais. De consequência, ordeno a expedição do competente ALVARÁ DE SOLTURA, a fim de que seja o mesmo colocado, incontinenti, em liberdade se por al não estiver sendo preso. Sem custas. Intimem-se e cumpra-se. Notifique-se a vítima desta decisão, nos termos do artigo 21 da Lei n.º 11.340/2006 e intime-se-lhe da data da audiência supracitada.” Palmas-TO, 28 de janeiro de 2011. Eurípedes do Carmo Lamounier. Juiz de Direito.

**2ª Vara de Família e Sucessões**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:  
**2006.0003.5854-1/0**  
Ação: REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA  
Requerente(s): C. M. e S.  
Advogado(a)(s): Dra. SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA – OAB-TO 619 - SAJULP  
Requerido(s): E. R. M.  
SENTENÇA: (...)DESTA FORMA, ante a inércia da autora em atualizar seu endereço junto a este Juízo, bem como em promover os atos e diligências que lhe competia, revogo a medida liminar de guarda provisória concedida às fls. 18/20 e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, II, III e § 1º, c/c o art. 238, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Custas sobrestadas na forma do art. 12 da Lei nº 1.060/50. Sem honorários, pois não triangularizada a relação processual. P.R.I. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Palmas, 17 de dezembro de 2010. Ass) NELSON COELHO FILHO - Juiz de Direito.

**2008.0007.3722-0/0**  
Ação: CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO PARA DIVÓRCIO  
Requerente(s): N. O. B.  
Advogado(a)(s): Dr. VINÍCIUS COELHO CRUZ – OAB-TO 1654  
Requerido(s): L. J. O. S. B.  
Advogado(a)(s): Dr. HAMILTON DE PADUA BERNARDO – OAB-TO 2622-A  
SENTENÇA: (...)EX POSITIS, atendido os requisitos da Constituição Federal, julgo procedente o pedido decretando a Conversão em Divórcio da Separação Judicial do casal NUBIA OLIVEIRA BRITO e LUTZ JUNIO OLIVEIRA SANTOS BRITO. Julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no art. 269, I, do CPC. Deixo de condenar o requerido nos ônus da sucumbência, pois não resistiu ao pedido. P.R.I. Transitada em julgado, expeçam-se ofícios e mandados necessários. Após arquivem-se. PALMAS, 22 de novembro de 2010. Ass) EMANUELA DA CUNHA GOMES - Juíza de Direito Substituta.

**2009.0012.1069-0/0**  
Ação: ALIMENTOS  
Requerente(s): T. A. de A. e outro  
Advogado(a)(s): Dr. VINICIUS PINHEIRO MARQUES – OAB-TO 4140 - UFT  
Requerido(s): J. A. de A.  
SENTENÇA: (...) Assim, homologo, por sentença, o acordo firmado à fl. 25, convertendo-se o valor convencionado para 69% (sessenta e nove por cento) do salário mínimo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e julgo extinto o processo nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas sobrestadas na forma do art. 12 da Lei nº 1.060/50. Sem honorários. P.R.I. Transitada em julgado, expeçam-se ofícios e mandados, se necessários,

arquivando-se os autos em seguida. Palmas, 17 de dezembro de 2010. Ass) NELSON COELHO FILHO - Juiz de Direito.

**2006.0004.7035-0/0**  
Ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS  
Requerente(s): W. N. L. e outro  
Advogado(a)(s): Dra. PRISCILA MADRUGA RIBEIRO GONÇALVES – OAB-TO 3229 - SAJULP  
Requerido(s): J. L. P.  
SENTENÇA: (...)DESTA FORMA, ante a inércia dos exequentes, julgo extinto o processo, com fulcro no art. 267, II, III e § 1º, do Código de Processo Civil. Custas sobrestadas na forma do art. 12 da Lei nº 1.060/50. Sem honorários. P.R.I. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Palmas, 30 de novembro de 2010. Ass) FREDERICO PAIVA BANDEIRA DE SOUZA - Juiz de Direito Substituto.

**2008.0003.8781-5/0**  
Ação: ALVARÁ JUDICIAL  
Requerente(s): A. B. de S.  
Advogado(a)(s): Dra. GRAZIELE LOPES RIBEIRO – OAB-TO 4426-B - SAJULP  
Requerido(s): Esp. de P. S. B.  
SENTENÇA: (...)Tendo em vista a informação dada pelo interessado de que não mais possui interesse no prosseguimento dos autos, homologo o pedido de desistência e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Custas sobrestados na forma do art. 12 da Lei nº 1.060/50. Sem honorários. P.R.I. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Palmas, 14 de dezembro de 2010. Ass) NELSON COELHO FILHO - Juiz de Direito.

**Processo 2010.0008.7703-2/0**  
Autos GUARDA  
Requerente M. F. F.  
ADVOGADO: Dra. ANNETTE DIANE RIVEROS LIMA – OAB-TO 3066  
Dr. HILTON PEIXOTO TEIXEIRA FILHO – OAB-TO 4568  
Requerido: C. C. B.  
DECISÃO: “(...) Desde já, determino a realização de audiência de conciliação prévia para o dia 10 de maio de 2011, às 09h30min, a ser realizada pela Central de Conciliações – CECON. (...). Palmas, 17 de dezembro de 2010. Ass) Nelson Coelho Filho – Juiz de Direito”.

**2008.0002.0115-0/0**  
Ação: SEPARAÇÃO  
Requerente(s): V. C. T.  
Advogado(a)(s): Dr. MAURÍCIO HAEFFNER – OAB-TO 3245  
Requerido(s): N. da C. O.  
DESPACHO: “1. Tendo em vista a nova redação do art. 226, § 6º, da CF/88 , dada através da EC nº 66, a qual acabou por extinguir implicitamente o instituto da separação judicial, intime-se a autora, através de seu patrono nos autos, para, caso queira, transformar o pedido de separação em divórcio, nos precisos termos da legislação em vigor. 2. Desde já, para o caso de manifestação positiva da autora, redesigno audiência para tentativa de reconciliação do casal ou conversão do pedido em consensual para o dia 10 de maio de 2011, às 09:50 horas, a ser realizada junto à Central de Conciliações – CECON. (...). Palmas, 17 de dezembro de 2010. Ass) NELSON COELHO FILHO - Juiz de Direito.

**Processo nº 2009.0012.1033-0/0**  
Ação DIVÓRCIO JUDICIAL LITIGIOSO  
Requerente L. S. M.  
Advogado Dra. MÁRCIA AYRES DA SILVA – OAB – TO 1724  
Requerido A. S. L.  
DESPACHO: “(...) Desde já, para o caso de manifestação positiva da autora, redesigno audiência para tentativa de reconciliação do casal ou conversão do pedido em consensual para o dia 10 de maio de 2011, às 09:40 horas, a ser realizada junto à Central de Conciliações – CECON. (...). Palmas, 22 de novembro de 2010. Ass) EMANUELA DA CUNHA GOMES - Juíza de Direito Substituta”.

**Processo 2010.0012.0744-8/0**  
Autos ALIMENTOS  
Requerente A. P. das G. R.  
ADVOGADO: Dr. GERALDO DIVINO CABRAL – OAB – TO 469 – SAJULP  
Requerido: P. S. da R.  
DECISÃO: “(...) Determino a realização de audiência de conciliação prévia em data a ser agendada pelos conciliadores credenciados para atuarem junto à Central de Conciliações da Comarca de Palmas. (...) Palmas, 16 de dezembro de 2010. Ass) Nelson Coelho Filho – Juiz de Direito”. CERTIDÃO: (...) designo audiência de conciliação para o dia 10 de maio de 2011, às 08h50min(...). Palmas, 27 de janeiro de 2011. Ass) Paulo Beli Moura Stakoviak Júnior – Conciliador.

**Processo 2010.0008.3909-2/0**  
Autos ALIMENTOS  
Requerente E. A. B. P.  
ADVOGADO: Dr. RENATO DUARTE BEZERRA – OAB-TO 4296  
Requerido: E. R. P.  
DECISÃO: “(...) Determino a realização de audiência de conciliação prévia para o dia 22 de março de 2011, às 14h00min, a ser realizada pela Central de Conciliações – CECON. (...). Palmas, 02 de dezembro de 2010. Ass) Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto”.

**3ª Vara de Família e Sucessões**

**EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - Prazo de 20 (vinte) dias (JUSTIÇA GRATUITA)**  
A Dra.EMANUELA DA CUNHA GOMES, MM. Juíza de Direito Substituta da terceira Vara de Família e Sucessões desta Comarca de Palmas-TO, no uso de suas atribuições legais, etc. F A Z S A B E R a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania da Terceira Vara de Família e Sucessões tramita a ação de DIVÓRCIO JUDICIAL LITIGIOSO, registrada sob o nº. 5000126-16.2011.827.2729, na qual figura como autor ANTÔNIO FERREIRA DE BRITO, brasileiro, casado, porteiro, inscrito no RG nº. 758535 SSP/TO, residente e domiciliado(a) nesta cidade de Palmas, Estado do Tocantins, beneficiado(a) pela Assistência Judiciária Gratuita, e requerido(a) AILZA MARIA DE LIMA BRITO, brasileira, casada, do lar, em lugar incerto e não sabido, conforme informações do(a) autor(a) à fl. 02. E é o presente para CITAR a(a) requerida AILZA MARIA DE LIMA BRITO de todos os termos da presente ação de DIVÓRCIO JUDICIAL LITIGIOSO, para, querendo,

apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) na inicial, nos termos dos art. 285 e 319 do CPC e ainda para INTIMA-LA a comparecer à audiência conciliatória e de instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 09h, quando ocorrerá a tentativa de reconciliação do casal ou de conversão em consensual do pedido. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mando expedir o presente Edital que será publicado na forma da Lei e afixado no Placar do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Palmas-TO, aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e onze (31/01/11). Raimunda Pinto de Sousa, Escrevente Judicial.

PALMEIRÓPOLIS  
Vara Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Manuel de Faria Reis Neto – Juiz substituto desta Comarca de Palmeirópolis-To, no uso de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO vir, ou dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo, no Cartório Cível, Ação de Execução de Título Extrajudicial- Autos nº 399/2005, tendo como Exequente Banco Bradesco S/A, Adv. Dr. Osmarino José de Melo OAB/TO-779-B e Executado Auto Posto Mineirão Ltda e outros, pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 3.601.855/0001-020, na pessoa de seu representante legal Sebastião D. Moreira (CPF/MF nº 107.876.406/0001-97, e Geralda Maria de Melo Moreira, brasileira, casada, comerciante, CPF/MF nº 757.955.076-87, todos com endereço incerto e não sabido, na pessoa de seu representante legal, para tomarem conhecimento do pedido de penhora on-line e querendo impugnar o pedido, no prazo de Lei. Este Edital deverá ser publicado no Diário da Justiça e afixado uma cópia no placar do Fórum local. Palmeirópolis-To, 31 de janeiro de 2011, no Cartório Cível. Amarildo Nunes - Escrevente Judicial, o digitei. EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15 (quinze) dias O Doutor Manuel de Faria Reis Neto – Juiz substituto desta Comarca de Palmeirópolis-To, no uso de suas atribuições legais, etc...FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo, no Cartório Cível, Ação Cautelar de Arresto - Autos nº 2008.0003.4885-2, tendo como requerente Crescência Ferreira Lopo, em desfavor de Carlos Roberto Barbosa. MANDOU INTIMAR: Carlos Roberto Barbosa, brasileiro, qualificação ignorada, residente em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da respeitável sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito Desta Comarca Dr. Manuel de Faria Reis Neto, nos autos acima citado: Parte final da Sentença: Posto isto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo extinto a ação cautelar, com fulcro no artigo 808, inciso II, do Código de Processo Civil. Declaro, portanto, ineficaz a medida cautelar concedida, determinando o levantamento da constrição realizada, com a devolução dos bens aos proprietários. Eventuais custas remanescentes, por conta da requerente. P.R.I. Palmeirópolis, 31 dias do mês de agosto de 2009. Eu, Amarildo Nunes - Escrevente Judicial, o digitei.

INTIMAÇÃO AS PARTES E ADVOGADOS.

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.

01. Autos nº. 2009.0002.5587-9/0

Ação : Cobrança  
Requerente: Maria Domingas de Moura  
Requerente: Kauã Teles de Moura Rep.. por Claudilina Martins Teles  
Advogado: Dr. Francieliton R. dos Santos de Albernaz OAB/TO-2607.  
Requerido: Java Nordeste Seguros  
Advogado: Dr. Edyen Valente Calepis OAB/MS-8767.  
SENTENÇA: Nestes termos HOMOLOGO, por sentença, o presente acordo entabulado entre as partes para produzam seus efeitos legais. Condeno os requerentes ao pagamento das custas e despesas processuais. Como houve alteração do patrimônio dos requerentes, não mais fazem jus ao benefício da justiça gratuita, devendo paga-las no prazo de 10 dias após, intimados do cálculo. Ao Contador para elaborar o cálculo das custas finais, intimando em seguida os autores. P.R.I. Palmeirópolis- 05 de novembro 2010- Manuel de Faria Reis Neto – Juiz Substituto

02. Autos nº. 2007.0010.6904-5/0

Ação : Restituição de valores  
Requerente: Luiz Souza Ferreira  
Advogado: Dra. Lidiane Teodoro de Moraes OAB/GO-3493.  
Requerido: Embravel Empresa Brasileira de Veículos Ltda  
Advogado: Dr. Magno Rocha de Vasconcelos OAB/GO 12163  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes, através de seus advogados para que paguem as custas processuais finais, conforme acordo firmado em audiência, no valor de R\$540,20 (quinhentos e quarenta reais e vinte centavos), sendo 50% para cada parte. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

03. Autos nº. 2009.0002.5565-8/0

Ação : Cobrança  
Requerente: Odilon Ferreira de Souza, rep. Por sua procuradora Analva R. Macedo  
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO-3811.  
Requerido: Consorcio Nacional Confiança  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos a parte autora, através de seu advogado para que informe a este juízo o CNPJ da executada, no prazo de 10 dias. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

04. Autos nº. 2011.0000.1479-2/0

Ação : Previdenciária  
Requerente: Alexandrina Gertrudes Tochio  
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO-3811  
Requerido: INSS  
DESPACHO : “Intime-se a requerente para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, tendo em vista a incorreção do valor dado à causa, sob pena de indeferimento, indicando e especificando a causa de pedir remota, uma vez que não há na peça a menção de onde e quando o casal trabalhou. Ressalte-se que tal omissão, além de não ser a técnica exigida pelo direito processual, impossibilita a autarquia requerida de exercer seu direito de contraditório. A inicial também deve ser emendada quanto ao valor dado à causa, no mesmo prazo do parágrafo supra. Palmeirópolis- 20 de janeiro 2011- Manuel de Faria Reis Neto – Juiz Substituto

05. Autos nº. 2011.0000.1480-6/0

Ação : Previdenciária  
Requerente: Vilma Alves Peixoto  
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO-3811  
Requerido: INSS  
DESPACHO : “Intime-se a requerente para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, tendo em vista a incorreção do valor dado à causa, sob pena de não recebimento. Palmeirópolis- 05 de novembro 2010- Manuel de Faria Reis Neto – Juiz Substituto

06. Autos nº. 2009.0011.6654-3/0

Ação : Previdenciária  
Requerente: Gumericino Bento do Nascimento  
Advogado: Dr. Francieliton R. dos Santos de Albernaz OAB/TO-2607.  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos a parte autora, através de seu advogado para se manifestar sobre a implantação do benefício sob o nº 1523810677. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

07. Autos nº. 493/2005

Ação : Cumprimento de Sentença  
Requerente: Wilton Gomes e outros  
Advogado: Dr. Adalcindo Elias de Oliveira OAB/TO-265  
Requerido: Banco Bradesco S/A  
Advogado: Dr. Osmarino José de Melo OAB/TO 779-B  
DESPACHO : “Intime o executado sobre o pedido de penhora on-line, no prazo de 10 dias. Palmeirópolis- 14 de janeiro 2010- Manuel de Faria Reis Neto – Juiz Substituto

08. Autos nº. 2007.0002.6253-4/0

Ação : Aposentadoria  
Requerente: Dionísio Gomes de Amorim  
Advogado: Dr. Carlos Aparecido Araújo OAB/GO-22.683.  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos a parte e seu advogado para se manifestar sobre a contestação apresentada pelo requerido. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

09. Autos nº. 2008.0007.4416-2/0

Ação : Pensão por Morte  
Requerente: F.S. dos S. Rep. Por Maria dos Reis dos Santos  
Advogado: Dra. Adriana Silva OAB/TO 1770 e Dr. Francieliton R. dos Santos de Albernaz OAB/TO-2607.  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos a parte autora, através de seu advogado para se manifestar sobre a implantação do benefício sob o nº 1518916624. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

10. Autos nº. 2007.0002.6227-5/0

Ação : Aposentadoria  
Requerente: João Martins Ramos  
Advogado: Dr. Carlos Aparecido Araújo OAB/GO-22.683.  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos a parte autora, através de seu advogado para se manifestar sobre a implantação do benefício sob o nº 1509456080. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

11. Autos nº. 2007.0001.8671-4/0

Ação : Indenização  
Requerente: Odiná Pereira de Souza  
Advogado: Dr. Lourival V. de Moraes OAB-171 e Lidiane T. Moraes OAB/GO-3493.  
Requerido: Enerpeixe S/A  
Advogado: Dr. Willian de Borba OAB/TO 2604  
DECISÃO : “Em Partes.....Ademais, não há pedido no sentido de ressarcimento, mas tão somente a alegação de não propriedade e de que o proprietário foi indenizado, o que foi devidamente atacado na sentença, até mesmo porque, se pedido houvesse, não seria o embargado legitimado para ter contra ele essa pretensa “reconvenção”. NESTES TERMOS, rejeito os embargos de declaração interpostos. Intimem-se. Cumpra-se. Palmeirópolis- 21 de janeiro 2011- Manuel de Faria Reis Neto – Juiz Substituto.

12. Autos nº. 2009.0001.9031-9/0

Ação : Indenização  
Requerente: Valdivino Alves Garcia  
Advogado: Dra. Daiane Marcela Romão OAB/TO 3733.  
Requerido: CESS – Companhia Energética São Salvador  
Advogado: Dr. Alexandre dos SantosP. Vechio OAB – SC 12049  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes e seus advogados para comparecerem perante este juízo para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designada para o dia 19 de Abril de 2011, às 13:30 horas. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

13. Autos nº. 2009.0000.3944-0/0

Ação : Cobrança  
Requerente: Queila de Oliveira Gonçalves e outros  
Advogado: Dr. Francieliton R. dos Santos de Albernaz OAB/TO-2607.  
Requerido: Município de Palmeirópolis  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes e seus advogados para comparecerem perante este juízo para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, designada para o dia 19 de Abril de 2011, às 14:00 horas. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

14. Autos nº. 2009.0010.6842-8/0

Ação : Aposentadoria  
Requerente: Aurelina Freire da Conceição Santana

Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO 3811  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes e seus advogados para comparecerem perante este juízo para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designada para o dia 14 de Abril de 2011, às 13:30 horas. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

**15. Autos nº. 2009.0010.6825-8/0**  
Ação : Previdenciária  
Requerente: Manoel Alves dos Santos  
Advogado: Dra. Maria Páscoa Ramos Lopes  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes e seus advogados para comparecerem perante este juízo para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designada para o dia 14 de Abril de 2011, às 13:00 horas. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

**16. Autos nº. 2009.0010.0246-0/0**  
Ação : Cobrança  
Requerente: Manoel Nunes de Oliveira  
Advogado: Dr. Francieliton R. dos Santos de Albernaz OAB/TO-2607.  
Requerido: Generali Brasil Seguros S/A  
Advogado: Dr. Jacó Carlos Silva Coelho OAB/TO 3678-A  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes e seus advogados para comparecerem perante este juízo para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designada para o dia 14 de Abril de 2011, às 09:00 horas. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

**17. Autos nº. 2010.0005.6982-6/0**  
Ação : Previdenciária  
Requerente: Rufina Jorge da Silva  
Advogado: Dr. Francieliton R. dos Santos de Albernaz OAB/TO-2607.  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes e seus advogados para comparecerem perante este juízo para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designada para o dia 14 de Abril de 2011, às 14:00 horas. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

**18. Autos nº. 2009.0012.5721-2/0**  
Ação : Aposentadoria  
Requerente: Paula Aparecida dos Reis  
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO 3811  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes e seus advogados para comparecerem perante este juízo para audiência de Conciliação, Instrução e julgamento designada para o dia 14 de Abril de 2011, às 15:00 horas. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

**19. Autos nº. 2009.0010.0234-6/0**  
Ação : Previdenciária  
Requerente: Jaconias Alves Noronha  
Advogado: Dr. Francieliton R. dos Santos de Albernaz OAB/TO-2607.  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes e seus advogados para comparecerem perante este juízo para audiência de Conciliação, Instrução e julgamento designada para o dia 14 de Abril de 2011, às 14:30 horas. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

**20. Autos nº. 2008.0008.3681-4/0**  
Ação : Previdenciária  
Requerente: Divina Modesto Barbosa  
Advogado: Dr. Francieliton R. dos Santos de Albernaz OAB/TO-2607.  
Requerido: INSS  
ATO ORDINÁRIO : “Em Cumprimento ao Provimento nº 036/2002, da CGJ/TJTO, capítulo 2, seção 3, 2.3.23, encaminho os autos às partes e seus advogados para comparecerem perante este juízo para audiência de Conciliação, Instrução e julgamento designada para o dia 14 de Abril de 2011, às 15:30 horas. Palmeirópolis- 28 de janeiro 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial

## PARAÍSO

### 1ª Vara Cível

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus procuradores, intimados dos seguintes atos processuais :

**AUTOS nº 2010.0002.8208-0/0 .**  
Ação de Execução de Título Extrajudicial .  
Exeqüente : Ademair Vieira de Faria .  
Adv. Exeqüente: Dr. Cristiano Silveira Damasceno – OAB/GO nº 29.277 .  
Executado : Celmo Vieira Borges .  
Adv. Executado.: Dr. Jacy Brito Faria - OAB/TO nº 4.279 .  
INTIMAÇÃO: Intimar os Advogados das partes (EXEQUENTE e EXECUTADO), do inteiro teor do DESPACHO de fls. 54 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: 1. Suspendo as praças designadas às f. 46 dos autos, tendo em vista os embargos de terceiro opostos pela esposa do executado devedor (Processo nº: 2011.0000.7914-2/0), até decisão final dos embargos; 2. – Intime(m)-se e cumpra-se; Paraíso do Tocantins – TO, aos 25 de janeiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**Autos: 2011.0000.3102-6– AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO LIMINAR**  
Requerente ..... : FERNANDA ALVES R. MENTA BERNARDES

Advogado(a);.....: Andrey de Souza Pereira – OAB-DF 4275  
Requerido(a);.....: B2W-COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO (AMERICANS.COM)  
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Posto isto, indefiro a antecipação parcial dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial. Intime-se. Cite-se. À conciliadora. Paraíso do Tocantins-TO, 26 de janeiro de 2011. WILLIAM TRIGILIO DA SILVA- Juiz de Direito em substituição".

## PARANÁ

### Vara de Família e Sucessões

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

**AUTOS N. 2010.0011.2649-9**  
AÇÃO DE COBRANÇA  
REQUERENTE: ALTINA NUNES BARBOSA FILHA ALVES E OUTROS  
ADVOGADO: DR. ADALCINDO ELIAS DE OLIVEIRA  
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PARANÁ - TO  
DR. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES E DR. ROGÉRIO BEZERRA LOPES  
DESPACHO: designo o dia 10 de fevereiro de 2011, às 13:00 horas, para a audiência de conciliação (CPC 125, IV), conforme entendimento verbal e informal mantido com o Dr. Rogério, Procurador do Município. Intimem-se. Cumpra-se. Paranã - TO, 19 de novembro de 2.010. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz substituto.

## PEDRO AFONSO

### Vara de Família e Sucessões

**ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)**

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

**AUTOS Nº 2010.0008.3373-6 - CARTA PRECATÓRIA extraída dos Autos nº 199/2004 - ORDINÁRIA PREVIDENCIÁRIA - AUXÍLIO DOENÇA**  
Requerente: JOSÉ ANTONIO PEDROSO  
Advogado: JOSÉ HUMBERTO PINHEIRO - OAB/PR 12.110  
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Procurador: Alberto Rodrigo Patino Vargas  
AUDIÊNCIA: INTIMAÇÃO – “Para cumprimento da diligência deprecada, redesigno audiência para a data de 03/02/2011, às 14:00 horas...Pedro Afonso, 15 de dezembro de 2010. Ass) Milton Lamenha de Siqueira – Juiz de Direito”.

**AUTOS Nº 2010.0011.8223-2 - CARTA PRECATÓRIA extraída dos Autos nº 583.00.1999.889616-2/000000-000 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**  
Exequente: EXIMCOOP S/AEXPORTADORA E IMPORTADORA DE COOPERATIVAS BRASILEIRAS S/A  
Advogado: MANUEL ANTONIO ANGULO LOPEZ - OAB-SP  
Requerido: JOSÉ FRANCISCO AMARAL  
DESPACHO: INTIMAÇÃO – “Em cumprimento da diligência deprecada, designo a data de 15/03/2011, às 14:30 hs, para o 1º leilão do bem penhorado, e, se necessário, a data de 05/04/2011, às 14:00 hs, para o 2º leilão, a serem realizados no átrio deste Fórum...Pedro Afonso, 17 de dezembro de 2010. Ass) Milton Lamenha de Siqueira – Juiz de Direito”.

**AUTOS Nº 2010.0010.2175-1/0 - CARTA PRECATÓRIA extraída dos Autos nº 2009.43.00.005841-3 - REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR**  
Requerente: ALILA SILVA NOGUEIRA BIZÃO  
Advogados: CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO - OAB/TO 906  
MARCELIA AGUIAR BARROS KISEN - OAB/TO 4039  
Requerido: INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
Procuradora: Thirzzia Guimarães de Carvalho  
AUDIÊNCIA: INTIMAÇÃO – “Para cumprimento da diligência deprecada, redesigno audiência para a data de 03/02/2011, às 15:00 horas...Pedro Afonso, 17 de dezembro de 2010. Ass) Milton Lamenha de Siqueira – Juiz de Direito”.

**AUTOS Nº 2010.0004.9013-8 - CARTA PRECATÓRIA extraída dos Autos nº 2008.01.1.073508-4 - COBRANÇA**  
Requerente: EDER MENDONÇA DE ABREU  
Advogado: PUBLIO BORGES ALVES – OAB/TO 2365  
Requerido: PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI  
Advogados: RAFAEL KLIER BDA SILVA OLIVEIRA – OAB/DF 25172  
THIAGO P. FIGUEIREDO – OAB/DF 18.320  
MARIA NERES NOGUEIRA BARBOSA – OAB/TO 576  
AUDIÊNCIA: INTIMAÇÃO – “Para cumprimento da diligência deprecada, redesigno audiência para a data de 03/02/2011, às 14:30horas...Pedro Afonso, 15 de dezembro de 2010. Ass) Milton Lamenha de Siqueira – Juiz de Direito”.

**AUTOS Nº 2010.0004.9013-8 - CARTA PRECATÓRIA extraída dos Autos nº 2008.01.1.073508-4 - COBRANÇA**  
Requerente: EDER MENDONÇA DE ABREU  
Advogado: PUBLIO BORGES ALVES – OAB/TO 2365  
Requerido: PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI  
Advogados: RAFAEL KLIER DA SILVA OLIVEIRA – OAB/DF 25172  
THIAGO P. FIGUEIREDO – OAB/DF 18.320  
MARIA NERES NOGUEIRA BARBOSA – OAB/TO 576  
AUDIÊNCIA: INTIMAÇÃO – “Para cumprimento da diligência deprecada, redesigno audiência para a data de 03/02/2011, às 14:30horas...Pedro Afonso, 15 de dezembro de 2010. Ass) Milton Lamenha de Siqueira – Juiz de Direito”.

## PONTE ALTA

### Vara Criminal

**BOLETIM DE PUBLICAÇÃO**

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados. (Intimação nos termos do Art. 234 c/c 237 do CPC, e Resolução 009/2008 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, publicado no DJ 2001) e Decreto Judiciário nº 275/2008.

**PROTOCOLO ÚNICO Nº 2010.0007.9277-0/0**  
Autos de Ação Penal - Capitulação: Artigo 217-A do Código Penal  
Acusado: Clebiano Pereira Vieira  
Advogado do réu: Dr. Marcony Nonato Nunes, OAB/TO n.º 1.980

INTIMAÇÃO :Intimar o advogado do réu, Dr. Marcony Nonato Nunes, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/TO sob n.º 1980, estabelecido profissionalmente na Rua “G”, n.º 281, Setor Ginásial, na cidade de Natividade-TO, para audiência de Instrução e Julgamento, nos termos do artigo 399, com nova redação dada pela Lei 11.719/08, designada para o dia 17 de Março de 2011, às 16h30min. Referente ao processo epígrafe.

PORTO NACIONAL  
Diretoria do Foro

PORTARIA Nº 059/2010 – DF

O Juiz Substituto e Diretor do Fórum da Comarca de Porto Nacional do Estado do Tocantins – em substituição automática -, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no art. 80, inciso III, da Lei Complementar nº 10, de 11 de janeiro de 1996,

CONSIDERANDO que a servidora MARIA DE LOURDES ROCHA, PORTEIRO DOS AUDITÓRIOS / DEPOSITÁRIO, desta Comarca, encontra-se em gozo de férias;

CONSIDERANDO a necessidade de substituir à servidora supra mencionada nos dias abaixo identificados;

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor NIELY TALLES TAVARES DE SÁ, Contador / Distribuidor, lotado na Contadoria / Distribuição, para responder em substituição a servidora nos dias 1º e 15/dez/2010;

Afixe-se. Publique-se. Cumpra-se.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, GABINETE DO JUIZ DIRETOR DO FORO, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12), do ano de dois mil e dez (2010).

Gerson Fernandes Azevedo  
Juiz Substituto e Diretor do Fórum  
- Em substituição automática -

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)  
BOLETIM DE Nº. 010/2011

Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados:

01. AUTOS: 8.025/05

AÇÃO: Execução de título Extrajudicial  
EXEQUENTE: PORTO MOTOS COMÉRCIO DE MOTOS LTDA  
ADVOGADO: Dr. Sérgio Augusto Pereira Lorentino – OAB/TO: 2418  
EXECUTADO: FAGNER GUIMARÃES DE CASTRO  
ADVOGADO:  
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA SENTENÇA: ... DISPOSITIVO: ... Por isso, DECLARO EXTINTO o processo por ausência de pressuposto processual, sem resolução do mérito (CPC, arts. 267, inciso III, 598 e 795). Sem custas e honorários. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos. P.R.I. Porto Nacional/TO, 24 de janeiro de 2011.

02. AUTOS: 2009.9.3026-6

AÇÃO: Execução por quantia certa contra devedor solvente  
EXEQUENTE: COLEGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS  
ADVOGADA: Dra. Alessandra Dantas Sampaio – OAB/TO: 1821  
EXECUTADA: DAUZENILDE MARIA AIRES DE FRANÇA  
ADVOGADO:  
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA SENTENÇA: ... DISPOSITIVO: ... Em face da autocomposição da lide, homologo o acordo e DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito (CPC, arts. 269, III). A executada efetuará o pagamento no escritório de advocacia do credor, nos termos do acordo. Cada parte arcará com os honorários de seu patrono. Sem custas em virtude da Assistência Judiciária concedida à parte autora. Defiro o desentranhamento de eventuais documentos retidos nos autos mediante recibo. Após o transito em julgado, archive-se com as cautelas legais. P.R.I. Porto Nacional/TO, 28 de janeiro de 2011.

03. AUTOS: 5.391/98

AÇÃO: Execução Fiscal  
EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)  
ADVOGADO: Dr. Ailton L. Vilella – Procurador Federal  
EXECUTADO: SUPERMERCADO SUPULVIDA MARTINAZZO  
ADVOGADO:  
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA SENTENÇA: ... DISPOSITIVO: ... Por isso, DECLARO EXTINTO o processo em face do pagamento do débito (CPC, art. 794, I, c/c 795). Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Porto Nacional/TO, 27 de janeiro de 2011.

04. AUTOS: 2010.0010.7078-7

AÇÃO: Impugnação à assistência Judiciária  
IMPUGNANTE: WILSON CESAR DA SILVA  
ADVOGADO: Dr. Airlton A. Schutz – OAB/TO: 1348  
IMPUGNADO: ADRIANO AUGUSTO DE CAMPOS  
ADVOGADO: Dra. Alessandra Dantas Sampaio – OAB/TO 1821  
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DO IMPUGNADO: Manifeste-se a impugnada acerca da impugnação ofertada no prazo legal.

05. AUTOS: 2009.0011.7993-9/0

AÇÃO: Rescisão contratual  
REQUERENTE: PORTO MOTOS COMÉRCIO DE MOTOS LTDA  
ADVOGADO: Dr. Sérgio Augusto Pereira Lorentino – OAB/TO: 2418  
REQUERIDA: CRISTIANA HEINRICH  
ADVOGADO:  
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA SENTENÇA: ... DISPOSITIVO: ... Isso porto, HOMOLOGO a transação efetuada entre as partes, nos termos da petição juntada nos autos do processo: em consequência, declaro EXTINTO O PROCESSO com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil. Custas pela requerida nos termos do acordo. Proceda-se com a liberação do eventual bem constritado e desentranhamento, se

o caso. Após o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas legais. R.I. Porto Nacional/TO, 17 de maio de 2010.

TOCANTÍNIA  
Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S):

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

Autos n. 2010.0005.9537-1 (946/05)

Natureza: Reconvenção  
Requerente: Cleuber Delfino Borges  
Advogado: Dr. Marcos Garcia de Oliveira – OAB/TO 1810  
Requerido: Agnaldo Bauermann Schunck  
Advogado: Dr. Jair de Alcântara Paniago – OAB/TO 102  
OBJETO: INTIMAR o requerente para providenciar o preparo da Carta Precatória de Citação do requerido junto a Vara Distrital de Embu Guaçu/SP, Fone: 11-4661-1949.

AUTOS: 2010.0012.1488-6 (3272/10)

Natureza: Ação Cautelar de Busca e Apreensão de Menor c/ Pedido de Liminar – Guarda Definitiva  
Requerente: R.S.X.  
Advogado(a): DR. ADÃO KLEPA – OAB/TO N. 917-B  
Requerido(a): R.S.D.M.B.X.  
Advogado(a): NÃO CONSTA  
OBJETO: INTIMAR o(a) requerente para manifestar sobre a petição às fls. 25/28.

TOCANTINÓPOLIS  
Vara de Família e Sucessões

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

Autos n.º 2006.0005.9951-4 OU 421/2006

Ação – SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA  
Requerente – ANTÔNIO INÁCIO DA COSTA e LUZIENE DE SOUSA DA COSTA  
Requerido – VALCILENE DE SOUSA DA COSTA  
FINALIDADE – LEVAR ao conhecimento de todos que o presente virem o dele tiverem conhecimento que foi decretada por sentença a INTERDIÇÃO de VALDILENE DE SOUSA DA COSTA, brasileira, Filha de Antônio Inácio da Costa e Luzia de Sousa da Costa, residente e domiciliada na Rua Goiás, nº 493, Tocantinópolis/TO, declarando-a absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial, por ser pessoa portador de deficiência mental e nomeando a requerente LUZIENE DE SOUSA DA COSTA , brasileira, solteira, conselheira tutelar, portadora da RG. nº 294.753 – SSP/TO e CPF 858.273.471-91, sua curadora. Tudo conforme a sentença cuja parte final segue transcrita: " .... : Trata-se de pedido de substituição de Curatela na qual há a concordância expressa das partes, sendo que o representante do Ministério Público exarou parecer no sentido da procedência do pedido. No caso em tela, denota-se a legitimidade da requerente para promover a presente, tendo em vista que a irmã da curatelada (art. 1768, do Código Civil). Ante o exposto, e de acordo com o parecer ministerial, julgo procedente o pedido formulado na inicial pela requerente no sentido da substituição da curatela, nomeando curadora da interditada a sua irmã de nome LUZIENE DE SOUSA DA COSTA. Dispens o prestação de contas pela curadora, uma vez que a interditada não possui nenhum bem que justifique. Sem condenação em custas, por estarem as partes sob o pálio da assistência judiciária nos termos. Expeçam-se os ofícios competentes. Depois de registrada a sentença, a curadora assinará o respectivo termo de compromisso (lei 6015/73, art. 93, § único), que será lavrado com as advertências legais. Oficie-se à Justiça Eleitoral, para os fins do art. 15, II, da Constituição da Replica. Oficie-se à Justiça Eleitoral, para os fins do artigo 15, inciso II, da Constituição da República vigente. Em seguida, arquivem-se estes autos, com as cautelas de praxe. (ass) José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito em Substituição automática".

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

Autos n.º 2010.0010.4429-8/0 ou 731/10

Ação: Divórcio Direto  
Requerente – R.B.C.  
Requerido – L.V.C.  
FINALIDADE – CITAR o requerido L.V.C., brasileiro, casado, motorista, residente em lugar incerto e não sabido, da ação proposta contra sua pessoa, para querendo contestar a ação no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados pelo autor na exordial (art. 319 e 285 do CPC). Ficando, portanto ciente da ação de DIVÓRCIO, acima epígrafa.  
SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA AUTORA- "A requerente contraiu núpcias com o requerido em 11/06/73; sob o regime de comunhão de bens; ... Porém o casamento foi tão ineficiente que os dois nem mesmo chegaram a conviver sob o mesmo teto: ...O requerido, na época motorista, foi embora no mês de julho de 1973 e nunca mais retornou".

AUTOS: 66/2002

AÇÃO: ABERTURA DE INVENTÁRIO  
REQUERENTE: IRENE RODRIGUES CARVALHO MORAES  
ADVOGADO: DR. SEBASTIÃO ALVES MENDONÇA FILHO – OAB/TO409-A  
REQUERIDO: FELIX DE ASSIS AIRES MORAES  
DESPACHO: Não há como acolher, no presente momento, a extinção do feito, pois, conquanto os bens tenham sido alienados, há o dever dos herdeiros em recolher o imposto de transmissão causa mortes – ITCD. Assim, intime-se a (o) inventariante para recolher o debito acima descrito, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena dos valores depositados na(s) instituição financeiras ser bloqueados. (ass) Herisberto e Silva Furtado Caldas. Tocantinópolis, 12/11/2010.

AUTOS: 2009.0006.8551-1 (68/2000)

AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS  
RÉQUERENTE: FRANKLIN COSTA SILVA  
ADVOGADO: DRA MARIA DE FÁTIMA FERNANDES CORRÊA – OAB/TO 1673 E OUTRO  
REQUERIDO: SÃO CRISTOVÃO CONSTRUTORA  
ADVOGADO: DR. GIOVANI MOURA RODRIGUES – OAB/TO 732  
REQUERIDO: O ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO: "(...). Intime-se a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), informar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. (ass) José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito Substituto- Respondendo.

**Juizado Especial Cível e Criminal**

**ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)**

**Processo nº 2009.03.9914-5/0**  
Ação: RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS E DANOS MORAIS  
Requerente: VALDEMAR PEREIRA DE SÁ  
Advogado: Samuel Ferreira Baldo – OAB/TO 1689  
Requerido: BANCO BMC S/A  
Advogado: Luciana Soares Santana - OAB/DF 29.532  
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: “Expeça-se alvará judicial conforme requerido. – Após, intime-se a parte autora pessoalmente. – Empós, conclusos. – Toc., 31/01/11. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito.”

**Processo nº 2009.03.9914-5/0**  
Ação: RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS E DANOS MORAIS  
Requerente: VALDEMAR PEREIRA DE SÁ  
Advogado: Samuel Ferreira Baldo – OAB/TO 1689  
Requerido: BANCO BMC S/A  
Advogado: Luciana Soares Santana - OAB/DF 29.532  
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: “Expeça-se alvará judicial conforme requerido. – Após, intime-se a parte autora pessoalmente. – Empós, conclusos. – Toc., 31/01/11. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito.”

**Processo nº 2009.08.6011-0/0**  
Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E OU MATERIAIS  
Requerente: MAIKON RIBEIRO DOS SANTOS  
Advogado: Isakiana Ribeiro de Brito – Defensor Público  
Requerido: LOJAS ELETROSILVA  
Advogado: Angelly Bernardo de Sousa - OAB/TO 2508  
INTIMAÇÃO da parte requerida e advogado do despacho a seguir: “Intime-se novamente a executada para efetuar pagamento do débito no prazo de 10 (dez) dias sob pena de multa de 10% (art. 475-J do CPC). – Toc., 31/01/11. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito.”

**Processo nº 2010.07.2935-1/0**  
Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E OU MATERIAIS E OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA  
Requerente: MARINALVA DE SOUZA VIEIRA  
Advogado: Giovani Moura Rodrigues - OAB/TO 732  
Requerido: CONSÓRCIO NACIONAL HONDA  
Advogado: Adalgiza Maria Queiroz Santos OAB/TO 3316  
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: “Expeça-se o alvará Judicial conforme requerido. – Toc., 28/01/11. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito.”

**XAMBIOÁ**  
**Vara Criminal**

**INTIMAÇÃO ÀS PARTES**

Fica o autor do fato, intimado dos atos processuais abaixo relacionados:  
**AUTOS Nº 2006.0006.4319-0/0**  
TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA  
ADVOGADA: Dra. Karlane Pereira Rodrigues  
autor do fato: RICHARD SANTIAGO PEREIRA  
INTIMAÇÃO - DECISÃO: "Verifica-se que a prescrição do crime em tela é de dois anos, artigo 109, VI do Código Penal, cuja pena máxima é de seis meses, apesar da mudança da lei em relação a prescrição antes do recebimento da denúncia, eta norma não retroage para prejudicar o réu. Ante o exposto, nos termos do artigo 109, VI do Código Penal declaro extinta a punibilidade do réu pela prescrição. Xambioá, 14.09.2010 (a) juiz de Direito Respondendo - DR. BALDUR ROCHA GIOVANNINI."

**AUTOS: AÇÃO PENAL Nº 2010.0010.2865-9/0**  
Réu: SERGIO MENDES DA SILVA E OUTROS  
Vítima: I.B.P  
Advogado: MIGUEL VINÍCIUS SANTOS  
DESPACHO: Tendo em vista o início da fase de instrução e julgamento e o direito do réu, previsto em Lei, de ficar o mais próximo possível de seus parentes, expeça-se Carta Precatória de recambiamento do preso SERGIO MENDES DA SILVA, para a Cadeia Pública de Xambioá-TO, e oficie-se a 4ª Vara Criminal da Comarca de Palmas-TO, para que seja desfeita a permuta com o reeducando MARCO ANTONIO DIAS LIMA, devendo este retornar a Casa de Prisão Provisória de Palmas-TO. Oficie-se também a Secretária de Segurança Pública do Estado do Tocantins para que proceda o referido recambiamento. Xambioá-TO, 12 de janeiro de 2011. a.) Baldur Rocha Giovannini.

**LIBERDADE PROVISÓRIA Nº 2010.0011.3413-0/0**  
Requerentes: ANTONIO BATISTA DA SILVA FILHO  
SERGIO MENDES DA SILVA  
RONISLEY MENDES DA SILVA  
WAGNER MENDES DA SILVA  
ADVOGADO: MIGUEL VINICIUS SANTOS  
Por odem do Excelentíssimo Senhor Dr. HERISBERTO E SILVA FURTADO CALDAS, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epígrafados, do despacho a seguir transcrito: Dê-se vistas aos réus, a fim de contrarrazoar o R.S.E. Prazo: 2 (dois) dias - Art. 588 CPP). Xambioá-TO, 28/01/2011. a.) Herisberto e Silva Furtado Caldas  
**AUTOS: Habeas Corpus nº 2010.0012.6014-4/0**  
Paciente: Ronaldo Espindola Silva  
Advogado: Dr. Renato Alves Soares - OAB - 4319  
FINALIDADE: " Por ordem do MM. Juiz Substituto - DR. HERISBERTO E SILVA FURTADO CALDAS - Intimo Vossa Senhoria do seguinte teor: Diante do exposto, reconheço a incompetência absoluta deste magistrado para apreciar o mandamun, ao tempo em que determino a remessa do presente writ para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Xambioá, 25/01/2011.(a) Juiz Substituto."

**LIBERDADE PROVISÓRIA Nº 2010.0011.341-0/0**  
REQUERENTES: ANTONIO BATISTA DA SILVA FILHO  
SERGIO MENDES DA SILVA  
RONISLEY MENDES DA SILVA  
WAGNER MENDES DA SILVA  
ADVOGADO: MIGUEL VINICIUS SANTOS

Por ordem do Dr.Baldur Rocha, Juiz Substituto da Comarca de Xambioá-TO, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epígrafados, da decisão a seguir trasncrita: ...ANTE O EXPOSTO, nos termos da fundamentação, INDEFIRO a Liberdade Provisória para os rés WAGNER MENDES DA SILVA e SERGIO MENDES DA SILVA. Por outro lado, CONCEDO A LIBERDADE PROVISÓRIA aos acusados ANTONIO BATISTA DA SILVA FILHO e RONISLEY MENDES DA SILVA para que possa reponder em liberdade aos fatos imputados, mediante obediências as seguintes condições: a) não se ausentar da Comarca sem autorização deste juízo; b) não mudar de endereço sem comunicação prévia a este juízo; c) comparecer a todos os atos do processo; d) não ingerir bebidas alcoólicas e não frequentar bares. Lavre-se TERMO DE COMPROMISSO, com a advertência de que a desobediência a qualquer das condições acima poderá dar ensejo à revogação do benefício ora concedido, com a consequente expedição e mandado de prisão a sua pessoa, bem como tragam o preso para oitiva perante este Juiz das condições impostas. Após, expeça-se Alvará de Soltura, se por outro motivo o réu não estiver preso, obedecidas as demais formalidades legais atinentes à matéria. INTIME-SE. CUMPRA-SE... Xambioá-TO, 17 dezembro de 2010. a.) Baldur Rocha Giovannini.

**WANDERLÂNDIA**  
**Vara Cível**

**INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)**

**AUTOS Nº 2007.0002.0732-0/0**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
REQUERENTE: MARIA HELENA FERNANDES DE ARAUJO.  
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.  
INTIMAÇÃO/DESPACHO: “Mantenho o DESPACHO agravado, sobretudo por não vislumbrar qualquer cunho decisório, tratando-se apenas de despacho, do qual não cabe recurso, nos termos do art. 504, do Código de Processo Civil. SENTENÇA: “...ANTE O EXPOSTO, e o mais que dos autos consta, INDEFIRO a inicial, nos termos do art. 295, inciso III do CPC, ante a manifesta ausência de INTERESSE DE AGIR, e consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, VI, DO CPC, determinando o arquivamento dos autos, após as cautelas de praxe. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária a parte requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se.”

**AUTOS Nº 2008.0006.3594-0/0**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DE SOUSA.  
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.  
INTIMAÇÃO/SENTENÇA: “...ANTE O EXPOSTO, e o mais que dos autos consta, INDEFIRO a inicial, nos termos do art. 295, inciso III do CPC, ante a manifesta ausência de INTERESSE DE AGIR, e consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, VI, DO CPC, determinando o arquivamento dos autos, após as cautelas de praxe. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária a parte requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se.”

**AUTOS Nº 2008.0006.3602-5/0**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA  
REQUERENTE: MARIA DA CRUZ DA CONCEIÇÃO.  
ADVOGADOS: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.  
INTIMAÇÃO/DESPACHO: “Intime (m)-se o(s) autor(es) para, no prazo legal, manifestar(em) sobre a contestação e documentos.”

**AUTOS Nº 2007.0003.2801-2/0**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DOS SANTOS.  
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.  
INTIMAÇÃO/ DESPACHO: “Considerando que não consta nos autos a indicação da existência de processo administrativo, intime-se a parte autora para juntar cópia ou informar o número do requerimento, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.”

**AUTOS Nº 2007.0002.0734-7/0**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
REQUERENTE: MARIA GORETH DE SOUSA AGUIAR.  
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.  
INTIMAÇÃO/SENTENÇA: “...ANTE O EXPOSTO, e o mais que dos autos consta, INDEFIRO a inicial, nos termos do art. 295, inciso III do CPC, ante a manifesta ausência de INTERESSE DE AGIR, e consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, VI, DO CPC, determinando o arquivamento dos autos, após as cautelas de praxe. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária a parte requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se.”

**Processo nº 2007.0001.89756**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
REQUERENTE: ODETE COELHO SILVA MARTINS.  
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.  
INTIMAÇÃO/DESPACHO: “Mantenho o DESPACHO agravado, sobretudo por não vislumbrar qualquer cunho decisório, tratando-se apenas de despacho, do qual não cabe recurso, nos termos do art. 504, do Código de Processo Civil. SENTENÇA: “...ANTE O EXPOSTO, e o mais que dos autos consta, INDEFIRO a inicial, nos termos do art. 295, inciso III do CPC, ante a manifesta ausência de INTERESSE DE AGIR, e consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, VI, DO CPC, determinando o arquivamento dos autos, após as cautelas de praxe. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária à parte requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se.”



**AUTOS Nº 2008.0010.8212-0/0**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
REQUERENTE: NATALINA DE SOUSA FERREIRA DA SILVA.  
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.  
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Mantenho o DESPACHO agravado, sobretudo por não vislumbrar qualquer cunho decisório, tratando-se apenas de despacho, do qual não cabe recurso, nos termos do art. 504, do Código de Processo Civil. SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, e o mais que dos autos consta, INDEFIRO a inicial, nos termos do art. 295, inciso III do CPC, ante a manifesta ausência de INTERESSE DE AGIR, e consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, VI, DO CPC, determinando o arquivamento dos autos, após as cautelas de praxe. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária a parte requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se."

**AUTOS Nº 2008.0008.0589-7/0**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES NASCIMENTO.  
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.  
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Mantenho o DESPACHO agravado, sobretudo por não vislumbrar qualquer cunho decisório, tratando-se apenas de despacho, do qual não cabe recurso, nos termos do art. 504, do Código de Processo Civil. SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, e o mais que dos autos consta, INDEFIRO a inicial, nos termos do art. 295, inciso III do CPC, ante a manifesta ausência de INTERESSE DE AGIR, e consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, VI, DO CPC, determinando o arquivamento dos autos, após as cautelas de praxe. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária a parte requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se."

**AUTOS Nº 2008.0006.3610-6/0**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA  
REQUERENTE: MARIA DE MERCES FRANCISCA DOS SANTOS.  
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.  
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime (m)-se o(s) autor(es) para, no prazo legal, manifestar(em) sobre a contestação e documentos."

**AUTOS Nº 2008.0003.4324-9/0**  
Ação: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
REQUERENTE: MARIA DA SILVA WANDERLEY.  
ADVOGADO: DR. CARLOS APARECIDO DE ARAÚJO OAB/SP 44.094, OAB/GO 22.683-A.  
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS..  
INTIMAÇÃO/SENTENÇA: " ...POSTO ISTO, e o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ARTIGO 267, VI, DO CPC, determinando o arquivamento dos autos, após as cautelas de praxe. Sem custas ante a gratuidade de justiça. Publique-se. Registre-se. Intime-se."

**AUTOS Nº 2010.0006.9236-9/0**  
Ação: DESAPROPRIAÇÃO.  
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE WANDERLÂNDIA.  
ADVOGADO: DR. HÉRMEDES MIRANDA SOUZA TEIXEIRA OAB-TO 2092-A.  
REQUERIDOS: ZORMIRO TOMAIN E OUTROS.  
ADVOGADA: DRA. IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ OAB/TO 105-B.  
INTIMAÇÃO/DECISÃO: "Diante do exposto, com fulcro no artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, DEFIRO o pedido liminar para o fim de IMITIR o expropriante provisoriamente na posse do bem imóvel objeto do Decreto Municipal nº 012/2010 (fls. 12), devendo-se expedir imediatamente o mandado competente. Atento à questão da indenização prévia devida na expropriação de bens pelo Poder Público (CF, artigo 5o, inciso XXIV), nomeio, desde logo, como perito judicial para a avaliação definitiva do bem o Corretor de Imóveis Valdeci Yase Monteiro, com escritório à Rua 13 de Maio, nº 1.405, centro, Araguaína/TO, o qual deverá ser intimado para se manifestar se aceita a nomeação no prazo de 5 (cinco) dias e apresentar os valores relativos aos seus honorários profissionais. Apresentados estes, intime-se a autora para promover o depósito da quantia mencionada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Intime-se, ainda, no prazo de 5 (cinco) dias as partes para tomarem conhecimento do nome do perito nomeado, e ainda, se quiserem, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos, consoante determina o artigo 422, §1º, do Código de Processo Civil. Recolhido o valor pertinente aos honorários, indique o Sr. Perito, por escrito nestes autos, dentro de 03 (três) dias, a data e local para início da produção da prova pericial, do que deverá ser dado ciência às partes e assistentes porventura indicados, a teor do disposto no artigo 431-A da norma processual civil. O referido perito deverá entregar o laudo no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo se manifestar expressamente sobre os pontos controvertidos fixados acima e os quesitos por ventura apresentados pelas partes. Intime-se. Dê-se ciência ao MP."

**AUTOS Nº 2009.0004.3452-8/0 (156/1997)**  
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE  
REQUERENTE: MARIA OLGA CAVALCANTE MADEIRO TAVARES  
ADVOGADOS: DR. ONALDO BELTRÃO TAVARES OAB/AL 4631 e DR. DENIS TAVARES DE FRANÇA OAB/AL 5.083.  
REQUERIDOS: MARLENE COELHO E SILVA RANGEL E OUTROS  
ADVOGADA: DRA. MARIENE COELHO E SILVA OAB/TO 1175.  
INTIMAÇÃO/DECISÃO: "...Ademais, como cediço, o prazo recursal é de natureza peremptória, não podendo ser dilatado por vontade das partes ou mesmo pelo juiz (art. 182 do CPC): Segundo o artigo 182 do Código de Processo Civil, em se tratando de prazo peremptório, como ocorre com o prazo recursal, inadmissível se torna sua redução, renovação ou prorrogação, seja por acordo das partes, seja pelo próprio magistrado, na direção do processo. Assim, intempestiva a interposição do Recurso de Apelação, motivo pelo qual NEGO-LHE SEGUIMENTO. Intimem-se as partes desta decisão. Após, à Escrivania para certificar sobre o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se as partes desta decisão."

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

O DOUTOR JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JUNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA ESCRIVANIA CÍVEL DESTA COMARCA DE WANDERLÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, SITO À RUA RAIMUNDO PINTO, S/Nº, CENTRO, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER a todos que o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Ofício Cível, se processam os autos da Ação de REINTEGRAÇÃO DE POSSE, autuada sob nº. 2009.0011.2158-2/0, proposta pelo ESPÓLIO DE VALÉRIO DA CRUZ OLIVEIRA, representado por seus herdeiros: JOSÉ CHAVES DE OLIVEIRA, LUZIA CASTRO

NEVES DE OLIVEIRA, DELFINA CHAVES DE OLIVEIRA DE AQUINO, JOÃO EVANGELISTA LIMA DE AQUINO, ANTONIO CHAVES DE OLIVEIRA, DORVALINA LOPES BRITO, MARIVALDA MARTINS DE OLIVEIRA, OSVALDO BRITO MORAIS, ÁUREA CHAVES DE OLIVEIRA, PEDRO SOUSA LIMA, LAURENES CHAVES DA SILVA, LOURIVAL MARTINS DE OLIVEIRA e JOSÉ CHAVES DE OLIVEIRA em desfavor de SUPERCÍLIO RIBEIRO DA CRUZ: sendo o presente, para INTIMAR o Requerido: SUPERCÍLIO RIBEIRO DA CRUZ, para que compareça na audiência de instrução e julgamento designada para o dia 15 de fevereiro de 2011, às 09h00min, na sala de audiências do Fórum local, sito à Rua Raimundo Pinto, s/nº, centro, Wanderlândia-TO, bem como, para que fique ciente do teor do Termo de Audiência/Despacho a seguir transcrito: "Chamo o feito a ordem, uma vez que a presente audiência foi designada sem que o feito fosse saneado. Assim, passo a sanear o processo, nos termos do art. 331, § 3o, do CPC. A parte requerida suscitou como questão preliminar a inépcia da inicial, uma vez que não teria os fatos da posse e esbulho pretendidos, entretanto tal fato não é verdade, pois a inicial assevera que o esbulho teria ocorrido em maio de 2003, conforme consta às fls. 04, havendo também o relato da posse. Assim, de plano indefiro a preliminar. Fixo como ponto controvertido a posse, o esbulho, a data do esbulho e o período da posse. Não existem questões processuais pendentes, nem preliminares a serem enfrentadas. Defiro a produção da prova testemunhal requerida pela parte autora, devendo se observar o prazo legal para a sua apresentação. Apresentado o respectivo rol de testemunhas, intimem-se para audiência de instrução e julgamento que designo para o dia 15 de fevereiro de 2011, às 09h00min. Intimados os presentes. Intime-se o requerido por edital. Intimados os presentes.". Para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado 01(uma) vez no Diário da Justiça e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, (21.01.2011). Eu, (Pedrina Moura de Alencar), Escrivã Judicial, que digitei e subscrevi.

**ASTJ**  
**Ata**

**COMISSÃO ELEITORAL**

**ATA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO**

Aos 09 dias do mês de dezembro de 2010, às 08h, deu-se a instalação da Mesa Eleitoral para a Eleição da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para o biênio 2011/2012, contando com a presença da Presidente, Rita de Cacia Abreu de Aguiar, do membro da Comissão Eleitoral, Aurecio Barbosa Feitosa e dos candidatos Rosete de Farias Meireles e Carlos Alberto Leal Fonseca e da associada Rosely Bomtempo Ribeiro. Ficou consignado, entre a Comissão Eleitoral e os candidatos, a designação dos associados responsáveis pelas mesas recepladora de votos da seguinte maneira: No Tribunal de Justiça o associado Aurecio Barbosa Feitosa, no Fórum de Palmas, Rosely Bomtempo Ribeiro e na Corregedoria-Geral da Justiça, Leandro de Carvalho Neto. Após a verificação do material de votação e exame das urnas destinadas à recepção dos votos para a Eleição, lacraram-nas. As 09 horas, iniciou-se a votação e transcorreu durante toda a tarde com a devida normalidade, não sendo registrado nenhum fato que viesse a tumultuar os trabalhos eleitorais. Os associados Suelene Maria de Castro, Thatiane Rodrigues Lara de Oliveira e Dianari Sebastião de Queiroz, embora efetivos e regulares com as obrigações para com a ASTJ, não constavam na lista de votantes e mediante declaração da Instituição da regularidade dos mesmos foi possível votarem. Precisamente às 17h, procedeu-se ao encerramento da eleição, contando com a presença de alguns associados, dos componentes das chapas concorrentes e dos integrantes presentes desta Comissão Eleitoral. Em seguida, examinou-se o lacre constatando a inviolabilidade das urnas, deu-se a conferência do número de votantes para confronto com a listagem respectiva, fez-se a leitura dos votos, cédula por cédula. Dos 232 (duzentos e trinta e dois) eleitores aptos a votarem, compareceram 150 (cento e cinquenta). A Chapa 01 – DEC – Diversão Com Estilo e Criatividade obteve um total de 62 (sessenta e dois) votos, a Chapa 02 – Inovação Já obteve 86 (oitenta e seis) votos e havendo 02 (dois) votos nulos e nenhum voto em branco. Findos os trabalhos, esta Comissão declarou eleitos os candidatos inscritos na Chapa 02 – Inovação Já para cada Órgão Social (Diretoria Executiva e Conselho Fiscal). O resultado final foi publicado no Diário de Justiça. Não houve protestos ou impugnações e o resultado final não foi contestado pela chapa vencida. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente Ata por mim \_\_\_\_ (Rita de Cacia Abreu de Aguiar), que segue assinada pelos integrantes desta Comissão e demais presentes, se assim quiserem.

Rita de Cacia Abreu de Aguiar  
Presidente

Aurecio Barbosa Feitosa

**PUBLICAÇÕES PARTICULARES**  
**OAB**  
**Ordem dos Advogados do Brasil**  
**Seccional do Tocantins**

**EDITAL DE INSCRIÇÕES NOS QUADROS DA OAB**

A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins, faz público que requereram **Inscrições Originária** no Quadro de Advogados os Bachareis: Raquel Torquato Rodrigues de Azevedo, Evandro Francisco Richter, Vanda Alves Lopes, Mario Hitoshi Kuroda Júnior, Lucion Flores de Oliveira, Dianslei Gonçalves Santana, Rafaela Fernandes Corrêa, Chrysippo Souza de Aguiar, Leandro Manzano Sorroche e Railson das Neves Barros, **Estagiária** o Acadêmico: Felipe Marques Ferreira Lopes. **Suplementar da OAB/GO**, os Advogados Gustavo Borges de Abreu e Domicio Camelo Silva, OAB/SP, os Advogados Mauro Gomes de Lima e Affonso Celso Leal de Mello, OAB/PI, a Advogada Patrícia Maria Dias Nogueira Leal, por **Transferência da OAB/GO**, os Advogados Ricardo Azevedo Rocha e Gláucio Henrique Lustosa Maciel, **OAB/SP** a advogada Fabiana Razera Gonçalves, **OAB/DF** a Advogada Beliza Martins Pinheiro Câmara, **OAB/PR** o Advogado César Floriano de Camargo. O presente Edital é feito com prazo de (05) dias úteis. Palmas -Tocantins, aos 01 dias do mês Fevereiro de 2011.

JOSE AUGUSTO BEZERRA LOPES  
Secretário-Geral da OAB/TO

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PRESIDENTE INTERINO  
Des. ANTONIO FÉLIX GONÇALVES

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
JOELSON GUIDA PINHEIRO

VICE-PRESIDENTE

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA  
Des. BERNARDINO LIMA LUZ

JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA  
Dra. CÉLIA REGINA REGIS RIBEIRO

TRIBUNAL PLENO  
Desa. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA (Presidente)  
Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA  
Des. JOSÉ LIBERATO COSTA PÓVOA  
Desa. ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE  
Des. ANTÔNIO FÉLIX GONÇALVES  
Des. AMADO CILTON ROSA  
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO  
Des. DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY  
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI  
Des. MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS  
Desa. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA  
Des. BERNARDINO LIMA LUZ

Secretário: WAGNE ALVES DE LIMA  
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês (14h00)

1ª CÂMARA CÍVEL  
Des. LIBERATO PÓVOA (Presidente)  
ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA (Secretário)  
Sessões: quartas-feiras (14h00)

1ª TURMA JULGADORA  
Des. CARLOS SOUZA (Relator)  
Des. LIBERATO PÓVOA (Revisor)  
Des . AMADO CILTON(Vogal)

2ª TURMA JULGADORA  
Des. LIBERATO PÓVOA (Relator)  
Des. AMADO CILTON (Revisor)  
Desa. JACQUELINE ADORNO (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA  
Des. .AMADO CILTON (Relator)  
Desa. JACQUELINE ADORNO (Revisora)  
Desa. ANGELA PRUDENTE (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA  
Desa. JACQUELINE ADORNO (Relatora)  
Desa. ANGELA PRUDENTE (Revisora)  
Des. CARLOS SOUZA (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA  
Desa ANGELA PRUDENTE (Relatora)  
Des. CARLOS SOUZA (Revisor)  
Des. LIBERATO PÓVOA (Vogal)

2ª CÂMARA CÍVEL  
Des. LUIZ GADOTTI (Presidente)  
ADEMIR ANTÔNIO DE OLIVEIRA (Secretário)  
Sessões: quartas-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA  
Des. ANTONIO FELIX (Relator)  
Des. MOURA FILHO (Revisor)  
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA  
Des. MOURA FILHO (Relator)  
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)  
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA  
Des. DANIEL NEGRY (Relator)  
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)  
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA  
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)  
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)  
Des. ANTONIO FELIX (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA  
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)  
Des. ANTONIO FELIX(Revisor)  
Des. MOURA FILHO (Vogal)

1ª CÂMARA CRIMINAL  
Des. MARCO VILLAS BOAS (Presidente)  
WANDELBERTE RODRIGUES OLIVEIRA (Secretário)  
Sessões: Terças-feiras (14h00)

1ª T´URMA JULGADORA  
Des. ANTÔNIO FELIX (Relator)  
Des. MOURA FILHO (Revisor)  
Des. DANIEL NEGRY(Vogal)

2ª TURMA JULGADORA  
Des. MOURA FILHO (Relator)  
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)  
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA  
Des. DANIEL NEGRY (Relator)  
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)  
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA  
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)  
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)  
Des. ANTÔNIO FELIX (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA  
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)  
Des. ANTONIO FELIX (Revisor)  
Des. MOURA FILHO (Vogal)

2ª CÂMARA CRIMINAL  
Desa. JACQUELINE ADORNO (Presidente)  
FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO(Secretário)  
Sessões: Terças-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA  
Des. CARLOS SOUZA (Relator)  
Des. LIBERATO PÓVOA (Revisor)  
Des . AMADO CILTON (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA  
Des. LIBERATO PÓVOA (Relator)  
Des. . AMADO CILTON (Revisor)  
Desa. JACQUELINE ADORNO (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA  
Des. .AMADO CILTON (Relator)  
Desa. JACQUELINE ADORNO (Revisora)  
Desa. ANGELA PRUDENTE (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA  
Desa. JACQUELINE ADORNO (Relatora)  
Desa.ANGELA PRUDENTE (Revisora)  
Des. CARLOS SOUZA (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA  
Desa ANGELA PRUDENTE (Relatora)  
Des. CARLOS SOUZA (Revisor)  
Des. LIBERATO PÓVOA (Vogal)

CONSELHO DA MAGISTRATURA  
Desa. WILLAMARA ALMEIDA  
Des. CARLOS SOUZA  
Des. BERNARDINO LUZ  
Desa. JACQUELINE ADORNO  
Des. LUIZ GADOTTI

Secretária: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR  
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês, 09h00.

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO  
Desa. WILLAMARA LEILA (Presidente)  
Des. CARLOS SOUZA (Membro)  
Des. BERNARDINO LUZ (Membro)  
Desa. JACQUELINE ADORNO (Suplente)  
Des. LUIZ GADOTTI (Suplente)

Sessão de distribuição: Diariamente às 16h00 em sessões públicas.

COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO  
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Presidente)  
Des. AMADO CILTON (Membro)  
Des. DANIEL NEGRY (Membro)  
Des. MOURA FILHO (Suplente)

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO  
Des. AMADO CILTON (Presidente)  
Des. MOURA FILHO (Membro)  
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)  
Des. LIBERATO PÓVOA (Suplente)

COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA  
Des. CARLOS SOUZA (Presidente)  
Des. LIBERATO POVOA (Membro)  
Des. DANIEL NEGRY (Membro)  
Des. AMADO CILTON (Suplente)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
Desa. WILLAMARA LEILA (Presidente)  
Des. CARLOS SOUZA (Membro)  
Des. BERNARDINO LUZ (Membro)  
Des. MARCO VILLAS BOAS (Suplente)  
Des. JOSÉ NEVES (Suplente)

DIRETORIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETOR GERAL  
DIRETOR ADMINISTRATIVO  
MAXIMILIANO JOSÉ DE SOUZA MARCUARTU  
DIRETOR FINANCEIRO  
ALAOR JUAL DIAS JUNQUEIRA  
DIRETOR(A) DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
MARA ROBERTA DE SOUZA  
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
DIRETORA JUDICIÁRIA  
MARIA SUELI DE SOUZA AMARAL CURY  
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS - INTERINO  
ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA DE REZENDE  
DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS  
GEOVAH DAS NEVES JÚNIOR  
CONTROLADORA INTERNA  
MARINA PEREIRA JABUR  
ESCOLA JUDICIÁRIA  
MARIA LUIZA C. P. NASCIMENTO

Assessor de Imprensa

Divisão Diário da Justiça  
EUGENIA PAULA MEIRELES MACHADO  
Técnica em Editoração  
JOANA PEREIRA AMARAL NETA  
Chefe de Serviço

Expediente: segunda à sexta-feira, das 08h às 11h / 13 às 18h.

# Diário da Justiça

Praça dos Girassóis s/nº.  
Palmas, Tocantins - CEP 77.015-007  
Fone/Fax: (63)3218.4443  
www.tjto.jus.br